Antonio Guedes de Lima Filho

ANEXO DO PROCESSO 553/2000
CIÊNCIAS SOCIAIS
DEFESA 04/2003

Resistência ou Conformismo?

Marilia
2003

UNESP – UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS

Resistência ou conformismo?

A ruptura política de Carlos Marighella com o PCB e as razões da ALN (1958-1964)

ANTONIO GUEDES DE LIMA FILHO

MARÍLIA

2003

ANTONIO GUEDES DE LIMA FILHO

Resistência ou conformismo?

A ruptura política de Carlos Marighella com o PCB e as razões da ALN (1958-1964)

Dissertação apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, área de concentração Ciências Sociais, da Faculdade de Filosofia e Ciências/UNESP, Campus de Marília, como requisito parcial para obtenção do título de mestre, sob a orientação do Dr. Marcos Tadeu Del Roio.

1410001549



MARÍLIA

2003



UN 001138471
Nº cham. 335.437
L732r
Nº Tombo 1549-Teze
Aquisição D
Preço 5,00
Data 10/03/04
Proced. autor
- Partidos Comunistas
- Brasil - História - 1964-1985
- Ditadura e ditadores
- Guerrilhas
- Política brasileira
- Marighella, Carlos 1912-1969
196 p.
70903018

Lima Filho, Antonio Guedes de.

Resistência ou conformismo? A ruptura política de Carlos Marighella com o PCB e as razões da ALN (1958-1964)/ Antonio Guedes de Lima Filho. – Marília, 2003.
197 f. : ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências – Universidade Estadual Paulista, 2003.

Bibliografia: 196

Orientador: Prof. Dr. Marcos Tadeu Del Roio.

1. política brasileira. 2. ditadura militar. 3. luta armada. 4. guerra de guerrilhas.

CDD

unesp

Banca Examinadora

_____

Armando Boito Jr.

_____

Marcos Tadeu Del Roio (orientador)

_____

Antônio Carlos Mazzeo

_____

Paulo Ribeiro da Cunha (suplente)

_____

Marcelo Ridenti (suplente)

unesp

Agradecimentos

A dissertação que ora apresento é fruto de um trabalho que se iniciou ainda na graduação, com a defesa de minha monografia de bacharelado na mesma Unesp de Marília. Entretanto meu percurso acadêmico começou bem antes, em 1994, quando ingressei no curso de Ciências Sociais da Faculdade Teresa Martin, em São Paulo. Por isso, acredito ser mais justo começar agradecendo aos grandes amigos e professores que tive o apreço de conhecer naquela instituição.

À minha "espiritualista" amiga Adriana por toda força e rezas e, principalmente, pela generosidade de ter me cedido o seu computador na hora em que eu mais necessitava. Você é uma amiga que vale por várias, muito obrigado por tudo.

Ao Toninho que como Adriana eu conheci na Tereza Martin. Um abraço companheiro e continuemos na luta.

Ao professor Júlio (cujo único defeito é de ser palmeirense) e à professora Fernanda, valeu a força. À amiga e professora Meire que sempre me tratou com o maior respeito e carinho, obrigado pelo incentivo ininterrupto. Ao professor Luís Fernando, valeu as conversas.

Ao professor Armando Boito queria agradecer a presença em minha banca defesa e pedir desculpas pelo atraso na entrega da dissertação.

Agradeço também ao professor e amigo Antonio Mazzeo por estar novamente em minha banca e pela força de sempre.

Ao meu orientador e amigo Marcos Tadeu Del Roio pelas aulas inesquecíveis e pelo apoio e incentivo que sempre me deu. Saiba que sou eternamente grato por tudo.Ao professor e amigo Paulo Cunha ao qual devo toda a minha vida intelectual, alguém que esteve

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

sempre ao meu lado desde a Teresa Martin. Não sei se um dia poderei retribuir tudo que fez por mim. Um abraço e eterna gratidão.

Às professoras Maria Orlanda, Fátima Cabral e Valéria e aos professores Toninho, Corsi, Marangoni, Giovanni meu muito obrigado pelas aulas e incentivos.

Agradeço aos funcionários da Unesp que colaboraram comigo, especialmente, a amiga Zilda da biblioteca.

Faço um agradecimento especial ao Centro de Documentação e Memória da Unesp (CEDEM), onde encontrei grande parte do material para a pesquisa.

Agradeço também a CAPES pela bolsa concedida.

Por um motivo muito feliz não conseguirei citar nominalmente todos os amigos de Marília: são vários. Mas não posso deixar de mencionar alguns. Ricardo e Cláudio (pena que também são palmeirenses), camaradas com os quais espero logo poder comemorar as nossas vitórias proletárias. As amigas Edilene, Andreia (Pan), Daniela Rosa, Jaiminha, etc; e os amigos Anderson, Diadema, João, Rogério (da república mal assombrada). Ao Vinícius e a Patrícia, abração. E o pessoal inesquecível da casa 2 da moradia: Marcelo (Sonho), Marcelo (Pôpô), Ronei, Rodrigo (Santista), Lau, Jefferson etc. Ao amigo Bira (da saudosa casa 3), Léo (da Cachoerinha), Rogerinho (brizolista), Judenir (velho guerreiro) e Léo Lessin e, em especial, ao companheiro de batalhas Bertock.

À Cléo agradeço por tudo que passamos juntos. Aos amigos Tine e Rogério, valeu pela força e incentivo. Aos velhos amigos de São Paulo Betão, Adriana, Carlinhos, Zé Bartolomeu, Quitério, Adenilma, Fernando, Paulão, valeu pela força de sempre. Ao amigo Lenin por toda ajuda e incentivo e pela participação no meu "resgate" de Marília. Quero agradecer a minha família por tudo. A minha querida Mãe pelos "puxões de orelha" e por todo o carinho. Ao meu pai Osmar agradeço *in memoriam.* A meu irmão Eduardo (Manão) que também esteve sempre ao meu lado, pela estrada da vida. Saiba que você é a minha

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

principal referencia humanista. A minha irmã Sonia por toda ajuda. A minha outra irmã Sandra pela força e rezas.

A toda molecada da família: João Paulo, Luizinho, Aninha, João Victor, Cadu e Pedro pelas brincadeiras e papos, valeu!

Por fim, gostaria de dedicar meu trabalho a todos os poetas revolucionários que continuam carregando a bandeira (ou as armas) de Che Guevara e Carlos Marighella. Faço aqui uma menção e agradecimento às pessoas que eu entrevistei. D. Guiomar e S. Takao, José Luis Del Roio e Carlos Eugênio Paz pela generosidade com que me receberam.

Resumo

O objetivo deste estudo é empreender uma reflexão sobre as críticas efetuadas por Carlos Marighella às teses políticas do PCB - que foram postas em prática a partir da Declaração de Março de 1958 – principalmente as que diziam respeito a subordinação da política pecebista ao binômio burguesia-proletariado. Neste sentido, a proposta de trabalho é analisar o processo de ruptura política de Marighella com o PCB, tendo como fio condutor, por um lado, as próprias idéias do autor e por outro, os documentos teóricos do partido que em seu conteúdo programático consagrava como primordial a aliança burguesia-proletariado, ao invés da aliança operário-camponesa. Para Marighella, o sucesso da revolução nacional-democrática no Brasil dependeria, essencialmente, do trabalho político-ideológico junto aos camponeses. Assim, a opção de Marighella pela luta armada após sua expulsão do PCB – com a fundação em 1967 da ALN (Ação Libertadora Nacional) – por ser um momento de transição política do líder revolucionário, consiste num período histórico de suma importância para a nossa pesquisa.

Palavras-chave: política brasileira, ditadura militar, luta armada, guerra de guerrilhas.

unesp

Abstract

The objetive of this subject is understake a reflection about the discernment effectuated by Carlos Marighella to politics these from PCB – which really started since the declaration in "March 1958"– also that about the subordination of the politic "pecebista" to bynnomium bourgeoisie-proletariat. On this meaning, the proposition of work is to analyse the process of politic rupture of Marighella with the PCB, has how conductor strand in one face the peculiar feature of the author and on the another hand the theorics documents of the faction wich in his content programatic consecrated how primordial alliance worker-rural. To Marighella, the success of the revolution national-democratic on Brasil depended, essentialy of the work politic-ideologic joined the peasant. Consequently, the option of Marighella for the struggle nary after his expulsion of the ALN (Alliance of National Liberty) to be a moment of politic transition of the leader revolutionary, consistent in a historic period wich is the highest importance to our research.

Key-words: brasilian politics, militar dictactorship, struggle nary, guerrilla war

unesp

SUMÁRIO

Introdução ____ 9

Capítulo 1

O papel da "burguesia nacional" no contexto da revolução brasileira ____ 16

1.1 Celso Furtado e a "Revolução Brasileira" via planejamento estatal ____ 16

1.2 As discordâncias de Caio Prado Júnior em relação a "teoria pecebista" da revolução brasileira ____ 29

1.3 Nelson Werneck Sodré e a proposta de um projeto nacional-democrático para o Brasil. ____ 44

1.4 Carlos Marighella: em defesa da luta política entre as forças nacional-populares e a "burguesia nacional" pela hegemonia da revolução brasileira ____ 64

Capítulo 2

Os apontamentos de Marighella sobre a questão agrária brasileira ____ 93

2.1 A herança histórica do latifúndio ____ 96

2.2 Uma análise da renda da terra no Brasil ____ 99

2.3 O debate dos anos sessenta e a posição do último Marighella sobre a questão agrária ____ 112

Capítulo 3

Violência e ação política em Carlos Marighella ____ 130

3.1 Força e violência: a distinção política dos termos ____ 132

3.2 Fundação da ALN: a vanguarda faz-se na ação política ____ 149

Considerações finais ____ 183

Referências bibliográficas ____ 186

Introdução

Os vinte anos de duração do regime militar no Brasil (1964-1984) são considerados como um período de grande obscuridade da história brasileira, de tal modo que ainda sobrevoam sob as nossas cabeças os vários fantasmas de uma revolução social abortada prematuramente pela direita conservadora. Desta forma, se apenas levarmos em conta que a passagem dos militares pelo poder permanece envolvida em mistérios e polêmicas – no que diz respeito, principalmente, à repressão política empreendida contra a oposição armada – já teríamos fatos expressivamente relevantes para uma eventual pesquisa sobre o assunto.

Além desta observação mais geral, acreditamos que em termos teóricos e práticos a obra de um dos principais atores políticos desta época, Carlos Marighella, ainda carece de análises mais aprofundadas[1]. Estudar as idéias de Marighella – que se transformaram em ações revolucionárias – e dos militantes armados que resistiram a instalação pela "violência institucional" de um regime burguês-militar em 1964 no Brasil, é, simultaneamente uma contribuição teórica e um modo de resgatar das "trevas" esta fase de nossa história que por razões de "segurança nacional" foi varrida dos cadernos escolares.

Foi com estes vários intuitos que direcionamos o enfoque da pesquisa para um período que vai de 1958 até 1969. Qual a razão desta delimitação histórica? Ora, foi a partir de 1958 que o Partido Comunista Brasileiro (PCB), no qual Marighella era militante desde 1930, começou a elaborar uma nova orientação política. Por outro lado, em 1969, com o assassinato de Carlos Marighella pelos órgãos de repressão, além do encerramento da

---

[1] Há que se destacar duas obras recentemente publicadas sobre o líder revolucionário. A primeira é de caráter mais biográfico (JOSÉ, Emiliano. *Marighella*: o inimigo número um da ditadura). Já a segunda tem uma abrangência literária maior, compondo-se de depoimentos e de análises críticas sobre a vida e as idéias políticas do revolucionário baiano (NOVA, Cristiane e NÓVOA, Jorge (org). *Carlos Marighella, o homem por trás do mito*).

unesp

trajetória política de um homem que sempre lutou para livrar o povo brasileiro das garras do imperialismo estadunidense e de seus aliados internos (burgueses e latifundiários), avisava-se que "o sinal estava quase fechado" para uma geração de velhos e jovens militantes comunistas que ousaram enfrentar a ditadura burguesa-militar brasileira de armas na mão.

Com efeito, a proposta de renovação da linha teórico-política do PCB, recebeu uma influência externa preponderante: os desdobramentos políticos do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), realizado em 1956. Foi nesta reunião que Nikita Kruschev fez uma exposição do "relatório secreto" que denunciava o "culto a personalidade" de Stálin e, principalmente, as execuções sumárias comandadas pelo "grande pai e guia dos povos" contra membros do próprio partido. Ainda no relatório, o dirigente comunista falou dos avanços mundiais conseguidos com uma política de "coexistência pacífica" entre os povos e da possibilidade das sociedades caminharem rumo ao socialismo pela "via democrática".

O pronunciamento de Kruschev causou em meio ao movimento comunista internacional varias reações que combinaram sentimentos de perplexidade e de constrangimento. Os comunistas brasileiros ficaram desnorteados com as notícias que vinham do leste europeu e nos anos subseqüentes ao relatório (1956-57), o partido viveria uma grande crise político-ideológica.

Com o desencadeamento da luta interna formaram-se três grupos díspares no interior do PCB: os renovadores, os conservadores e o centro pragmático (SEGATO, 1995).

O principal líder da corrente renovadora foi Agildo Barata[2]. A base orgânica do grupo era de intelectuais da imprensa comunista Os "renovadores" defendiam a abertura imediata dos debates no interior do partido, pois, para eles, tanto a conduta pessoal dos

---

[2] Agildo Barata foi capitão do Exército brasileiro e um dos chefes da insurreição de 1930 na Paraíba. Segundo Gorender, o militante comunista era, politicamente, mais ligado a ideologia nacionalista do que ao marxismo.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

dirigentes pecebistas como as suas análises de conjuntura política estavam carregadas de "dogmatismo e mandonismo" – uma herança do estalinismo. Chegaram a questionar até mesmo a validade da organização partidária e do internacionalismo proletário.

Já os chamados "conservadores" reuniam, substancialmente, membros do núcleo dirigente do PCB. Ou seja, Luís Carlos Prestes, João Amazonas, Maurício Grabois e inclusive Carlos Marighella. Apesar dos conservadores – ou "fechadistas"– admitirem certas falhas na condução política do partido, todavia não concordaram com a abertura extrema dos debates e, assim, procuraram impor limites às discussões. Com isso, pretendiam preservar ao máximo a rigidez e os princípios doutrinários do marxismo-leninismo.

No bojo da luta interna, surgiu um terceiro grupo que se apresentou de forma alternativa aos dois primeiros. O denominado "centro pragmático" adotou no começo uma posição cautelosa de crítica ao estalinismo e de apoio à abertura dos debates, porém, desde que as discussões permanecessem sob o controle rígido do Comitê Central do partido. Os centristas em princípio apoiaram os conservadores contra os renovadores. Mas com o enfraquecimento e a conseqüente derrota do grupo reformista, iriam deslocar suas críticas na direção dos conservadores.

Neste contexto, em abril de 1957, realizou-se uma reunião do Comitê Central do PCB – depois do término do "fogo cruzado" entre as frações internas do partido e a sua "purificação" com a saída da corrente "renovadora" –, com o objetivo de estancar as "feridas" da luta interna e "restabelecer a autoridade da direção e a disciplina partidária, pois o partido aproximava-se perigosamente da desagregação" (PACHECO, 1984, p. 215).

Com a corrente renovadora já excluída e isolada e a ala conservadora enfraquecida (devido principalmente à destituição de membros do Comitê Central, como Arruda Câmara, João Amazonas, Maurício Grabois e Sérgio Holmos, elementos pertencentes ao grupo dos "fechadistas"), o novo núcleo dirigente do PCB, entre eles, Marighella, percebeu

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

a necessidade da elaboração de uma linha política diferente da orientada pelo Manifesto de 1950 e também pelas teses do IV Congresso do partido, que eram consideradas análises inadequadas para a realidade do país. As críticas tinham dois alvos específicos: a tese de que o Brasil vivia numa situação de estagnação econômica, devido a "segunda fase" de colonização do país (agora não mais pelos portugueses e sim pelos norte-americanos) e, de outro lado, que o caminho para a resolução de nosso atraso político-econômico somente viria por meio da luta armada.

Por este motivo Giocondo Dias – então o segundo homem do partido, só abaixo de Prestes – convocou uma reunião secreta, desconhecida até mesmo do Comitê Central, com o propósito de discutir a "nova linha política" do partido. Foram chamados para participar desta comissão, além do próprio Giocondo Dias, também Mário Alves, Jacob Gorender, Alberto Passos, Dinardo Reis e Orestes Timbaúva. Seus trabalhos iriam se prolongar de dezembro de 1957 até fevereiro de 1958, quando da redação de um documento "alternativo" em substituição da linha política anterior.

Daí é que surgiu a *Declaração de Março de 1958*. Numa perspectiva autocrítica o documento sinalizava o fim de um ciclo dentro do PCB, que tinha sido perpassado por uma política sectária e dogmática. Assim o processo de "renovação" do partido deveria seguir a linha do pluralismo de idéias, com uma ativa participação das massas populares. Os elaboradores da *Declaração de Março* deram destaque para o importante papel dos comunistas na defesa intransigente pelas liberdades democráticas no país. A concretização de nossa revolução socialista, segundo eles, não passaria mais por movimentos golpistas ou modelos insurrecionais, mas sim pela conquista gradual da hegemonia política da revolução brasileira por parte do proletariado brasileiro.

O documento também analisava as transformações que a sociedade brasileira vivia com a aceleração do desenvolvimento capitalista nos centros urbanos e sua penetração

unesp

no campo. Entretanto, em termos de desenvolvimento social e econômico o Brasil continuava a ser brecado pela não resolução de duas contradições fundamentais: a principal era entre a nação e o imperialismo norte-americano que estava associado as elites internas; e a outra (não menos importante) era entre as forças produtivas em desenvolvimento e o monopólio da terra. Apesar da contradição entre burguesia e proletariado permanecer existindo, todavia, na etapa nacional-democrática por que passava a revolução brasileira, a chamada "burguesia nacional" deveria ser encarada taticamente como uma aliada das classes populares já que também tinha interesse no desenvolvimento "autônomo" do capitalismo brasileiro.

As resoluções da "nova política" pecebista foram ratificados pelo V Congresso do Partido (1960). O PCB continuou aplicando esta linha política durante a vigência do governo João Goulart, com ênfase na luta pelas reformas de base. Nem mesmo o movimento golpista promovido pelas elites brasileira em 1964 – com apoio armado dos militares – foi capaz de alterar as teses pecebistas sobre o caráter progressista de nossa burguesia e, de outro lado, a esperança que tinham os comunistas de chegar ao poder pela via da democracia política.

Estas duas ultimas avaliações do PCB foram, como veremos, bastante criticadas por Carlos Marighella. Com a consolidação da ditadura burguesa-militar brasileira as relações do líder revolucionário com o seu partido chegaram a um ponto insuportável. Desta forma é que o comunista baiano, em 1967, logo após o retorno de uma viagem a Cuba – onde tinha participado da reunião da OLAS que teve como pauta política o encaminhamento de um processo revolucionário por toda a América Latina – foi expulso do PCB. A expulsão sustentava-se no argumento ideológico de que Marighella estava comandando um movimento de liquidação do partido.

Com a intenção de derrotar os ditadores brasileiros pela luta armada é que Marighella, junto com outros dissidentes comunistas, fundaria também em 1967 a Ação

Libertadora Nacional (ALN). Diante da crise interna do PCB[3] aliada à difícil conjuntura política brasileira do pós-golpe de Estado, e mais o aparecimento de uma nova alternativa revolucionária com o aval e incentivo de Cuba, surgiriam outras dissidências comunistas com forte ligação com o movimento estudantil. Todas estas dissidências estavam interessadas em desencadear ações armadas de resistência contra o regime de exceção, sendo as principais: o MR8 (dissidência estudantil do Rio de Janeiro), o COLINA (dissidência estudantil de Minas Gerais). A dissidência estudantil de São Paulo integrou-se a ALN.

Fora as dissidências estudantis, outra organização de luta armada cujos dirigentes eram originários do PCB, foi o PCBR. Dentro desta gama de organizações guerrilheiras tivemos também a VPR. O núcleo desta organização foi composto por soldados de baixa patente, que foram expulsos do Exército brasileiro. Sua mais destacada liderança seria o Capitão Carlos Lamarca.

Depois deste sucinto painel histórico, passaremos a expor os principais objetivos do trabalho e a forma de sua abordagem.

No primeiro capítulo faremos uma reflexão sobre as críticas efetuadas por Carlos Marighella às teses políticas do PCB que foram postas em prática a partir da Declaração de Março de 1958, principalmente as que diziam respeito à subordinação da política pecebista ao binômio burguesia-proletariado. Neste sentido, a proposta de trabalho é analisar o processo de ruptura política de Marighella com o PCB, discutindo as idéias do autor em confronto com os documentos teóricos do partido, além, é claro, de recorrer aos intelectuais que teorizaram sobre as possibilidades de concretização da revolução brasileira. No caso específico deste estudo, analisaremos as idéias de Celso Furtado, Caio Prado Júnior e Nelson Werneck Sodré, levando em conta o caminho teórico percorrido por cada um deles, a fim de desvendar os

---

[3] Em 1962 o Partido já havia sofrido uma defecção com a saída dos militantes que fundaram o Partido Comunista do Brasil (PC do B).

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

problemas para a execução da revolução no Brasil e o papel central desempenhado pela "burguesia nacional" dentro desse processo histórico.

Ao depararmo-nos com os escritos de Carlos Marighella torna-se evidente a ênfase dada pelo autor à questão agrária brasileira. O segundo capítulo tratará de pôr em diálogo Marighella e outros autores a respeito dos problemas vividos pelos nossos camponeses.

Os conflitos político-ideológicos de Carlos Marighella com o PCB acabaram resultando na sua expulsão do partido e na formação da ALN. Está ultima fase da vida de Marighella – já totalmente envolvido no desenvolvimento da guerrilha urbana – será o tema do terceiro capítulo. O foco desta análise terá duas direções: a distinção política dos termos "força" e "violência" e as razões da formação da ALN. A problematização buscará contemplar as idéias de Marighella sobre guerra de guerrilhas e também as influências teórico-práticas que o fizeram depositar todas as suas forças na luta armada.

unesp

Capítulo 1

O papel da "burguesia nacional" no contexto da revolução brasileira

1.1 Celso Furtado e a "Revolução Brasileira" via planejamento estatal

É impossível trabalhar com as idéias de Celso Furtado sobre política econômica, separadas do pensamento da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Os trabalhos da Cepal iniciam-se na década de 50 e o fulcro de suas preocupações girava em torno da origem do subdesenvolvimento na América Latina. Para isso, obviamente, era necessário estabelecer uma comparação entre o subdesenvolvimento da periferia e o desenvolvimento dos chamados grandes centros[4].

Nestas condições, as análises cepalinas procederam, por um lado, com o objetivo claro de estudar as peculiaridades das estruturas sócio-econômicas dos países latino-americanos, que obstacularizavam o seu desenvolvimento econômico e, por outro lado, fazer uma reflexão a respeito da relação comercial empreendida entre os países ricos e pobres – nitidamente desigual – dentro do sistema capitalista mundial. Desta forma, segundo os teóricos da Cepal, o principal entrave para o desenvolvimento na América Latina teria como causa germinal os mecanismos comerciais utilizados entre o centro e a periferia, ou seja, o que ficou conhecido como deterioração dos termos de troca. Qual seria o grande problema do

---

[4] Constam deste período, dois trabalhos exemplares que balizaram, daí para frente, todas as diretrizes políticas-econômicas da CEPAL para a América Latina. São eles: (1) os documentos *El Desarrolho Económico de América Latina y Algunos de sus Principales Problemas* de Raul Prebisch (1950) e 2) *Estúdio Económico de América Latina*, escrito por uma Comissão da Cepal (1951).

unesp

uso deste mecanismo? Ora, para os expoentes da escola clássica da teoria econômica o funcionamento do livre comércio internacional deveria basear-se na capacidade produtiva de cada país, seguindo a norma de sua "vocação natural". Isto culminaria no alastramento do progresso técnico e, consequentemente, em um equilíbrio econômico mundial. Para tanto,

> a lei das vantagens comparativas sustentava que, se os países atrasados se especializassem nos produtos primários, e os avançados em industrializados, nas relações comerciais entre eles os países atrasados acabariam levando vantagem, pois absorveriam todo o diferencial de produtividade de seus parceiros avançados (MANTEGA,1984, p. 35).

No fundo, a "teoria das vantagens comparativas", segundo a CEPAL, seria a maior responsável pelo baixo nível de desenvolvimento da periferia capitalista. Pois, na prática os países atrasados ao se dedicarem, exclusivamente, a produção de artigos primários – sem querer fazer trocadilho – estavam apenas obtendo desvantagens diante do comércio internacional. Assim, devido ao fraco dinamismo das estruturas produtivas dos países latino-americanos, vinculados a especialização de produtos primários, produziu-se um enorme abismo econômico entre parceiros comerciais ricos e pobres.

Enquanto as economias periféricas sofriam com a falta de uma maior integração interna – entre as regiões mais avançadas (metrópoles em fase de industrialização) e as regiões de baixo padrão tecnológico (latifúndios agro-exportadores) –, os países centrais, em virtude de possuírem uma estrutura produtiva homogênea e industrializada, alcançaram um alto grau de ganhos tecnológicos. Neste contexto é que foi estabelecida uma prática econômica na qual os países atrasados exportavam seus produtos primários para os países avançados, importando bens industrializados destes últimos. O resultado foi o que a teoria econômica caracterizou como deterioração dos termos de intercâmbio. Ou seja, sendo esta inter-relação comercial um mecanismo desigual – já que o preço estabelecido das mercadorias

unesp

favorecia os países avançados – portanto, parte substancial dos avanços de produtividade do setor primário periférico, acabavam transferidos para os "cofres" dos capitalistas centrais.

Após esta breve lembrança das idéias cepalinas procuraremos, desde agora, articulá-las às contribuições teóricas elaboradas por Celso Furtado, voltadas a de desvendar os empecilhos externos e internos do subdesenvolvimento brasileiro. Cabe salientar que, para Furtado, a formação das modernas sociedades desenvolvidas deveria ser analisada sob o ângulo de três questões básicas: o desenvolvimento das forças produtivas, a transformação das estruturas sociais e o marco institucional que opera as decisões políticas. Entretanto, para que este empreendimento teórico possa refletir a concretude do real, não pode partir de modelos abstratos, mas, ao contrário, a sua efetividade prática depende, primordialmente, de uma vinculação direta com o processo histórico.

Com isso, seguindo esta perspectiva de analise, Furtado dedica-se a entender as peculiaridades sócio-econômicas de atraso brasileiro. Para ele era esta a chave da questão:

> o subdesenvolvimento é, portanto, um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram um grau superior de desenvolvimento. Para captar a natureza das atuais economias subdesenvolvidas, necessário se torna levar em conta essa peculiaridade (FURTADO, 1979 apud OLIVEIRA,1983, p. 43).

Além do mais, sendo o subdesenvolvimento capitalista da periferia um fenômeno coetâneo ao desenvolvimento das nações centrais, a melhor compreensão das disparidades existentes entre as relações econômicas acordadas por ambas, dependeria da ênfase dada as condições estruturais de cada sociedade. Segundo o autor, a formação histórica do subdesenvolvimento era concernente à própria propagação da revolução industrial européia. Deste modo, enquanto

> no desenvolvimento clássico, a evolução tecnológica, que teria tornado mais ou menos homogêneo todo o sistema produtivo, decorrera das condições

> históricas particulares, ou seja, resultara dos determinantes históricos da transição do capitalismo comercial ao capitalismo industrial, e da escassez relativa da mão- de- obra. A história da formação das estruturas subdesenvolvidas teria sido outra (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 24).

Nas palavras do economista, esta dicotomia entre centro e a periferia do capitalismo originou-se da ação expansionista do forte núcleo industrial constituído na Europa do século XVIII. A ação desenvolvimentista da civilização industrial transcorreu conforme três fases distintas: a primeira delas diz respeito ao próprio desenvolvimento industrial dos países europeus; uma segunda etapa, a atividade industrial da Europa seria deslocada para além de suas fronteiras, abrangendo regiões ainda desocupadas, como no caso da Austrália e do oeste norte-americano; e, finalmente, numa terceira fase – fruto maior de nosso interesse – as economias industriais européias instalaram-se em localidades já ocupadas e com grande densidade populacional. A semelhança intrínseca a todos estes sistemas econômicos – pertencentes a bloco de países subdesenvolvidos – consistiria na natureza pré-capitalista de suas economias. De modo que,

> o efeito do impacto da expansão capitalista sobre estas estruturas variou de região para região, ao sabor de circunstâncias locais, do tipo de penetração capitalista e da intensidade desta. Contudo, a resultante foi quase sempre a criação de estruturas dualistas, uma parte das quais tendia a organizar-se á base da maximização do lucro e da adoção de formas modernas de consumo, conservando-se a outra parte dentro de formas pré-capitalistas de produção. Esse tipo de estrutura sócio-econômica dualista está na origem do fenômeno do subdesenvolvimento contemporâneo (FURTADO, 1979 apud OLIVEIRA, 1983, p. 43).

Desta maneira, na opinião de Furtado, o hibridismo de nossa estrutura sócio-econômica, que opunha o setor moderno (industrializado) ao setor arcaico (agro-exportador), representava o essencial obstáculo do desenvolvimento brasileiro[5]. Para o melhor

[5] Para Francisco de Oliveira, ao contrário do que pensava Furtado, a inter-relação estrutural entre cidade e campo no Brasil, antes de se constituir num obstáculo para a industrialização e, conseqüentemente, para a desaceleração da acumulação e concentração capitalista, serviu sempre como um elemento estratégico de enriquecimento das classes dominantes. Em outras palavras, "esse tipo de dualidade é encontrável não apenas em quase todos os sistemas, como em quase todos os períodos. Por outro lado, a oposição na maioria dos casos é tão somente

unesp

entendimento desta questão, vale a pena reproduzir aqui, a comparação feita pelo autor entre as características de constituição do capitalismo clássico em relação ao capitalismo retardatário da América Latina.

Na visão furtadiana, a dinâmica e o nível de diferenciação do capitalismo clássico forjou-se fundamentalmente pelo avanço tecnológico. Este fator técnico reverteu-se para o aumento da produtividade industrial e, conseqüentemente, também operou como um mecanismo de incorporação da mão-de-obra excedente.

Sem embargo, o avanço tecnológico proporcionou às grandes unidades de produção a possibilidade de rebaixar o preço de suas mercadorias, eliminando assim qualquer tentativa de concorrência. Com isso, os pequenos produtores artesanais foram levados a bancarrota, sendo obrigados posteriormente a vender sua força de trabalho às grandes unidades fabris. Em um primeiro momento, a formação de um imenso "exército de reserva" à disposição das indústrias tornou-se um fator de enorme lucratividade para os capitalistas da Europa do século XVIII. Pois, em virtude da elasticidade da mão-de-obra, o poder de barganha dos trabalhadores junto aos capitalistas em relação a aumentos salariais, diminuíra sobremaneira.

Todavia, parafraseando um conceito furtadiano, na medida em que a primitiva elasticidade da mão-de-obra foi absorvida pela aceleração capitalista, a própria "dialética do desenvolvimento" acabou operando a favor dos trabalhadores. Ou seja,

> passando a oferta de mão-de-obra a depender quase exclusivamente do aumento vegetativo da população, ao mesmo tempo em que se reduz o numero de horas que trabalha o indivíduo, a acumulação de capital tendeu a ser, nos países capitalistas desenvolvidos, de duas a três vezes mais rápida do que o incremento da força de trabalho. Cabe esperar, portanto, uma pressão crescente para o aumento da participação dos trabalhadores na renda social, pressão está que deveria acarretar, por seu lado, redução da taxa de acumulação e , portanto, no ritmo de crescimento. A classe capitalista veria, em conseqüência, sua importância relativa dentro da sociedade reduzir-se,

---

formal: de fato, o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado "moderno" cresce e se alimenta da existência do "atrasado" (OLIVEIRA,1977, p. 9)

unesp

> com o aumento da participação dos trabalhadores na renda e o declínio da importância estratégica do controle dos bens de produção (FURTADO, 1964, p. 65).

Em outras palavras, para o autor, os antagonismos gerados pela luta de classes entre capital/trabalho, só seriam prejudiciais aos trabalhadores na fase do "capitalismo primitivo", onde a abundância de mão-de-obra permitiu o rebaixamento dos salários a um nível meramente de subsistência. Num segundo momento, com a incorporação do excedente de mão-de-obra pelo rápido crescimento do capital, modificou-se a correlação de forças entre trabalhadores e proprietários dos meios de produção, pois, os primeiros passaram a reivindicar uma maior parcela da renda nacional. Desta forma,

> a classe trabalhadora torna-se, digamos assim, a mola mestra do desenvolvimento à medida que obriga os capitalistas a procurar incessantemente novos métodos de produção, novas técnicas produtivas, de modo a acelerar os incrementos de produtividade e garantir os seus lucros da pressão dos trabalhadores" (MANTEGA,1984, p. 91).

Para Furtado, as condições e estímulos que permearam o processo de industrialização do Brasil apresentaram características sensivelmente distintas das verificadas pelas economias européias: por um lado, a industrialização brasileira plasmou-se sob os ditames do sistema capitalista mundial e, em segundo lugar, a formação de nossas indústrias deu-se de acordo com um atrelamento subordinado às atividades primário-exportadoras.

A partir deste quadro, o Brasil passou a seguir o chamado modelo de substituição de importações, isto é, uma industrialização orientada para a produção de mercadorias semelhantes a dos grandes centros e, portanto, adequadas às técnicas utilizadas por estes países. Assim, nas palavras do autor, residia na utilização do modelo de substituição de importações um dos grandes óbices do desenvolvimento econômico nacional. Está problemática traduzia-se da seguinte maneira:

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

> ao adotar tecnologias poupadoras de mão-de-obra e alta densidade de capital, adequadas as sociedades com grandes massas de capital e com oferta limitada de força de trabalho, em franco antagonismo com o baixo nível de acumulação de capital e com a abundância de mão-de-obra dos países atrasados. Nessas condições, a industrialização via substituição de importações emprega poucos trabalhadores, paga baixos salários e não é capaz, assim, de criar seu próprio mercado consumidor" (MANTEGA,1984, p.84).[6]

Além do baixo aproveitamento da capacidade tecnológica de produção, segundo Furtado, outro fator que contribuiu para a "tendência estagnacionista" da economia brasileira foi o poder de influência exercido pelas classes conservadoras junto ao Estado, a fim de manter intactas as estruturas rudimentares do setor agrário. Diante deste impasse, de acordo com o economista, somente uma ação política estatal poderia deter o processo de estagnação econômica no Brasil, colocando em pratica as mudanças necessárias de modo a corrigir nossas deformações estruturais. O foco desta política deveria ser direcionada para três questões básicas: (1) utilização de técnicas que empregassem o maior número possível de indivíduos, (2) a elevação substancial dos salários e, conseqüentemente, (3) a ampliação do mercado consumidor[7].

---

[6] Destarte, com relação a ampliação do mercado interno brasileiro, Celso Furtado e Caio Prado mantinham posições bastante semelhantes. Ambos estavam de acordo que este seria um fator decisivo, para a extensão dos benefícios sociais do desenvolvimento a toda população. Assim, como afirmava Furtado: "As grandes tensões sociais que caracterizam a vida nacional na fase atual parecem ter sua causa principal no desajustamento existente entre as expectativas criadas pelo próprio desenvolvimento no conjunto da população e o limitado acesso permitido aos frutos desse desenvolvimento. Constitui um equivoco, generalizado entre os leigos, supor que as tensões são causadas pelo sacrifício que o desenvolvimento exige a população. Desenvolvimento, por definição, significa aumento da disponibilidade de bens e serviços para fins de consumo e investimento. E não há aumento de investimento, numa economia de livre empresa, sem haver também aumento de consumo" (FURTADO, 1962, p. 41).

[7] Com efeito, a polêmica tese apresentada por Furtado de que o pais caminhava rumo a uma "estagnação econômica duradoura", segundo Gorender, transformou-se numa coqueluche em meio a esquerda dos amos 60, principalmente, nas organizações que optaram pela luta armada como forma de combater a ditadura militar. Como afirmou o autor: " Em 1968, *Um projeto para o Brasil* expõe a possibilidade de rompimento do estado de estagnação mediante um elenco de medidas, centralizadas na mudança do perfil da distribuição de renda em beneficio do investimento produtivo e do consumo das camadas mais pobres. Remédio obviamente extraído do receituário keynesiano. Já os leitores de esquerda filtraram da tese da estagnação estrutural conclusões que vinculavam a ditadura militar ao impasse do capitalismo no Brasil e reforçavam a perspectiva socialista" (GORENDER,1999, p. 82). Já na opinião de Mantega, a tese da "tendência estagnacionista" da economia brasileira de Furtado não tinha sustentação, pois "Pelo que se observa da história do capitalismo, as crises e a estagnação advêm justamente durante a queda da taxa de lucro, quando os trabalhadores se rebelam contra a exploração e lutam por salários maiores, ou quando os capitalistas disputam a mão-de-obra, absorvida pela crescente acumulação. Porém, na correlação de forças favorável à burguesia, elevam-se as margens de

unesp

Estas tarefas caberiam ao Estado, pois, conforme Furtado, as classes dominantes brasileiras (ou "burguesia nacional") não possuíam uma mentalidade empresarial. O autor argumentava que, ao contrário disto, o que estava enraizada na cabeça do empresariado nacional era a cultura do "lucro fácil", por isso é que sua postura política ao longo da história pouco contribuiu para o desenvolvimento econômico do país. Nessas condições, a conservação de uma estrutura econômica dual/atrasada, controlada por improdutivos latifúndios – que faziam uso de fatores de produção com baixa capacidade tecnológica a fim de subordinarem os trabalhadores ao mero consumo de subsistência - seria para Furtado, um fenômeno derivado da "falta de vontade política" de nossa burguesia[8]. Vejamos, por exemplo, como o autor, no seu livro *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*, trata do tema da revolução e de quem deveria ser o ator político a frente da hegemonia deste processo:

> Portanto, é fácil inferir, que, na América Latina, o desenvolvimento não poderá ser simples resultante das forças que operam espontaneamente nos mercados. Somente a ação consciente e deliberada de órgãos centrais de decisão poderia levar adiante esse desenvolvimento. O que se chama correntemente à "revolução latino-americana" consiste na tomada de consciência desse problema e num esforço, ainda que disperso e descontinuo, visando a criar um sistema de instituições políticas capazes de superintender as mudanças sociais sem as quais o desenvolvimento não será viável. Como as atuais classes dirigentes não compreendem a natureza de um tal problema e se obstinam na manutenção do *status quo*, aqueles que, na América Latina, lutam efetivamente pelo desenvolvimento, desempenham, conscientemente ou não, um papel "revolucionário" (FURTADO,1968, p. 40).

---

lucratividade e acelera-se o ritmo da acumulação. É inadmissível imaginar, pois, que as economias subdesenvolvidas possam permanecer estagnadas em virtude de condições que favoreçam a alta lucratividade. A menos que se trate de modos de produção pré-capitalistas, com as classes dominantes voltadas para o entesouramento, para o fausto ou para o consumismo desenfreado. Entretanto, no caso do setor industrial brasileiro verificava-se o desenvolvimento capitalista (mesmo que atrasado), com acumulação, com uma economia em expansão, com empresários tomados pela febre da valorização do capital, e demais características que nada tinham a ver com outras organizações sócio-econômicas do passado (MANTEGA, 1984, p. 100).

[8] Esta falta de "vontade política" da burguesia brasileira – mencionada por Furtado – pode também ser interpretada como uma "vantajosa acomodação política". Ou seja: "Nos países subdesenvolvidos, a grande reserva de mão de obra à disposição dos empresários inibiria o processo de luta de classes. Assim, o setor capitalista dessas economias duais seria pouco dinâmico. De um lado, temos uma classe dirigente acomodada por instituições sócio-políticas seculares e acostumada a altas taxas de lucro. De outro, uma pressão sindical insuficiente para empurrar os capitalistas à modernização e à concorrência" (MORAES, 1995, p. 67).

unesp

No livro *A Pré-Revolução Brasileira* (1962), Furtado baseado em princípios humanistas, portanto, dirigidos para a plena capacidade de desenvolvimento dos indivíduos, faz um apelo aos órgãos institucionais competentes – em sua filosofia da ação – de modo a persuadi-los a abandonarem os ideais do *laissez-faire*, principalmente, no que diz respeito às "atividades estratégicas". Assim, "sempre que exista conflito entre os objetivos sociais da produção e a forma de organização desta empresa privada, teriam que ser tomadas providencias para preservar o interesse social" (FURTADO,1962, p. 18).

Conforme o economista, o processo histórico dos países subdesenvolvidos tem sido permeado – refere-se aos últimos decênios anteriores a 1962 – por um falso dilema, isto é, a "opção forçada entre liberdade individual" e, por outro lado, "o rápido desenvolvimento material da coletividade". Neste ponto do texto, Celso Furtado faz uma comparação entre o que denomina de "sociedades fechadas" (socialistas) e as "sociedades abertas" (capitalistas), com o propósito de legitimar os seus argumentos a favor da intervenção estatal na economia.

Destarte, o marxismo-leninismo é uma "técnica de ação política" que, segundo Furtado, prevê a inevitabilidade de uma "revolução violenta", conduzida pela vanguarda de um partido revolucionário, com o objetivo de tomar o poder político das mãos das classes dominantes e estabelecer no seu lugar, uma "ditadura do proletariado". Entretanto, a experiência histórica indica que a utilização destas técnicas foi bem sucedida em estruturas sociais rígidas ou fechadas, casos especiais da Rússia tzarista, da China Nacionalista e a Cuba de Batista. Porém, este fato não se sucedeu em relação às "sociedades abertas", como no caso dos países da Europa Ocidental, onde os partidos marxistas-leninistas encontraram enormes dificuldades em desempenhar suas práticas políticas, perante uma sociedade em constante mutação. Para Furtado, a equação deste problema era resolvida pela seguinte fórmula:

> o marxismo-leninismo identifica no Estado – que define como "força especial de repressão" – a ditadura de uma classe, a burguesia. A unidade da

> ação revolucionária está facilitada pela clara definição do objetivo. Mas, a partir do momento em que o Estado deixa de ser simples ditadura de classe, para transformar-se num sistema compósito, representativo de várias classes, se bem que sob a égide de uma, aquela técnica perde eficácia. A necessidade de discriminar entre o que o Estado faz de bom e de ruim, do ponto de vista de uma classe, exige uma capacidade de adaptação que não pode ter um partido revolucionário monolítico (FURTADO,1962, p. 26).

Deste ponto de vista, a posição furtadiana com relação ao emprego das técnicas marxistas-leninistas para "sociedades abertas" – de "democracia representativa" como no caso da brasileira – era posta de maneira bem clara, ou seja,

> em face do grau de desenvolvimento já alcançado por nossa estrutura social e política, devemos considerar como um retrocesso os métodos revolucionários que desembocariam necessariamente em formas políticas ditatoriais sob a égide de classes sociais, grupos ideológicos ou rígidas estruturas partidárias" (FURTADO,1962, p. 31).[9]

Chegamos com isso a conclusão de que se para o Brasil as mudanças sociais via uma revolução marxista-leninista, estariam descartadas devido a característica "aberta" de nossa sociedade, a alternativa para encaminhar as ações políticas necessárias a fim de implementar reformas sobre a rigidez estrutural da sociedade brasileira, segundo o autor, deveriam partir de um minucioso planejamento estatal.

Todavia, para Furtado, a tarefa de "diagnosticar e equacionar nossos vícios estruturais" de modo a "transformar diretrizes em ação", não caberia a uma "burocracia pública" (leiga e, portanto, despreparada), mas sim a um esforço conjugado de especialistas, ligados às "diversas áreas das ciências sociais". Assim, após a tomada de consciência dos

---

[9] Cabe aqui uma ressalva. Segundo Furtado, devido a rígida estrutura agrária existente no Brasil, os "camponeses" brasileiros estariam mais suscetíveis a serem trabalhados pelos métodos marxistas-leninistas do que os operários, considerados pela "ortodoxia marxista" como a vanguarda da revolução. "Com efeito: permite o nosso sistema político que a classe operaria se organize para levar a diante, dentro das regras do jogo democrático, as suas reivindicações. A situação dos camponeses, entretanto, é totalmente diversa. Não possuindo qualquer direito, não pode ter reivindicações legais. Se se organizam, infere-se: que o fazem com fins subversivos. A conclusão necessária que temos a tirar é a de que a sociedade brasileira é rígida em grande segmento: aquele formado pelo setor rural. E com respeito a esse segmento é valida a tese de que as técnicas revolucionárias marxistas-leninistas são eficazes" (FURTADO,1962:28).

unesp

problemas de nosso subdesenvolvimento, a missão destes especialistas consistiria em definir as ações políticas prioritárias de forma a suprir as precárias condições de vida do povo. Neste ponto, por exemplo,

> ao especialista em ciência política cumpre prestar-nos, a este respeito, valiosa ajuda. Se admitimos que é objetivo precípuo da ação estatal promover padrões mais altos de bem- estar social, cabe-nos estabelecer em que condições e sob que forma compatível com outros ideais de convivência social postulados poderá o Estado, em um pais subdesenvolvido, alcançar aquele objetivo" (FURTADO, 1962, p. 73)[10].

Para alcançar esta desejada "independência" na condução do planejamento estatal, diria Furtado, faz-se necessária a formação de uma camada de funcionários públicos (imbuídos de uma "neutralidade técnica") conscientes de seu papel à frente dos assuntos da administração pública, evitando dessa forma, "atitudes anti-sociais, conscientes ou inconscientes". Portanto, como afirmava o autor, não menos importante que a identificação dos problemas estruturais do subdesenvolvimento brasileiro, fazia-se mister a reestruturação de nosso sistema de pessoal, pois,

> alheios às novas funções do Estado, continuamos a pensar em termos de cargos públicos que podem ser exercidos por qualquer pessoa e de qualquer forma. A grande massa de investimentos públicos é realizada sob a supervisão de homens recrutados em absoluta ignorância das condições que prevalecem no mercado de trabalho. A baixa eficiência do investimento decorrente desse fato deve custar ao Estado muitas vezes mais do que ele supostamente economiza pagando salários ínfimos aos seus técnicos. (FURTADO, 1962, p. 79)

---

[10] Parece-me claro em Furtado, que esta idéia da funcionalidade do planejamento estatal ficar a cargo de um "governo de especialistas", tem uma nítida inspiração schcumpeteriana, ou seja, na idéia do autor de uma "democracia instrumental" sob o comando de um "governo de técnicos": "o governo democrático na moderna sociedade industrial deve ser capaz de contar, em todos os campos incluídos na esfera da atividade publica (não importa se numerosos ou não), com os serviços de uma bem treinada burocracia que goze de um boa posição e tradição e seja dotada ainda de um forte sentido de dever e um não menos *esprit de corps*. Tal burocracia constitui o maior desmentido do falado governo de amadores. (...) Não basta que a burocracia seja eficiente na administração dos assuntos correntes e tenha competência para dar conselhos. Deve ser suficientemente forte para guiar e, se necessário, instruir os políticos que dirigem os ministérios. Para isto, deve ser capaz de criar princípios próprios e ser suficientemente independente para cumpri-los" (SCHUMPETER, 1984, p. 356).

unesp

Em qual das classes sociais brasileiras seriam recrutados estes especialistas, verdadeiramente, conscientes e preparados para a administração publica? Furtado responde que estes gestores do Estado deveriam pertencer a um "estrato da sociedade relativamente sem classe" ,pois, as classes ligadas diretamente ao processo produtivo – o operário e o empresário – não poderiam exercer de forma imparcial este cargo, devido a seus interesses ideológicos específicos. Desta maneira, caberia aos intelectuais o desígnio de gerir com precisão o aparelho burocrático do Estado. A vantagem desta categoria sobre as outras, segundo o autor, daria-se pela amplitude de sua visão que abarcaria "todos os pontos de vista contraditórios da sociedade".

Esta concepção de Furtado sobre os intelectuais, sem duvida, recebeu forte influência do ideário de Karl Mannhein. Para o pensador húngaro, a chamada *intelligentsia* cumpriria o papel de resumir em si os interesses de toda a sociedade. Utilizando-se de um determinado tipo de "equipamento cognitivo", o intelectual é aquele elemento que consegue aproxima-se melhor da visão de totalidade[11]. Desta forma:

> O 'treinamento' do intelectual constitui um caminho rumo àquela visão da totalidade que não depende de um enraizamento 'orgânico' peculiar à 'classe universal', presente nas teorizações de várias correntes marxistas. Essa perspectiva procede globalizante, isto sim, de um 'equipamento' que se adquire independemente e por vezes contra essa pertinência de classe". (MORAES, 1995, p. 81)

Conforme ainda Mannhein, os homens geralmente pautam suas opiniões por "atitudes socialmente determinadas". No caso do intelectual, todavia, a possibilidade de transcender este tipo de ação limitadora é bem maior, devido as duas condições peculiaridades

---

[11] "Mannhein reafirma o papel crucial da camada intelectual na reprodução da ordem, visto que essa 'condensa em si mesmo todos os interesses que penetram a vida social', apesar de os indivíduos não perderem a marca de sua origem. Assim a chave da integração social e do planejamento estaria a cargo "desse estrato intermediário, relativamente desligado, aberto ao ingresso constante de indivíduos das mais diversas classes e grupos sociais, com todos os pontos de vista possíveis'" (DEL ROIO, 1998, p. 216)

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

que integram a sua formação: o treinamento especifico e o seu distanciamento do processo de produção. Dentro do ideário de Mannhein e Furtado, os intelectuais estariam mais aptos para preparar e produzir na sociedade "as formas institucionais que tornariam enfim possível a efetivação do consenso" (Idem, Ibidem).

Desse modo Furtado – sempre preocupado com o planejamento econômico e social do país – concluiu que no Brasil "o controle racional dos processos sociais do desenvolvimento econômico" não deveria ficar a cargo da "burguesia nacional", mas, sim, da *intelligentsia*. Já que a associação da classe burguesa brasileira com o capital estrangeiro havia gerado negociações comerciais cujos interesses empresarias, invariavelmente, sobrepunham-se aos da nação.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

1.2 As discordâncias de Caio Prado Júnior em relação a "teoria pecebista" da revolução brasileira

Cabe lembrar aqui que a contribuição teórica de Caio Prado Júnior é bastante abrangente. Destacamos, entre outros livros *Evolução política do Brasil (1933)*, *Formação do Brasil Contemporâneo (1942)* e *História Econômica do Brasil (1945)* – obras estas que se tornaram excelentes referenciais do estudo crítico da história política e econômica do Brasil. Porém, como não poderia ser diferente, as incursões que faremos às idéias de Caio Prado, serão quase que exclusivamente baseadas em seu polêmico livro *A revolução brasileira (1966)* e nos demais comentadores que se debruçaram sobre as idéias contidas nesta elaboração teórica. O motivo de nossas reflexões privilegiarem *A revolução brasileira* é evidente, pois é neste texto que encontram-se as principais interpelações do autor a respeito da problemática existência ou não de uma "burguesia nacional progressista" no Brasil. Para tanto, será necessário executarmos uma breve discussão sobre a tese anti-feudal de Caio Prado, não de forma extensa e aprofundada[12], mas sim como uma forma de fundamentar sua objeção a linha política seguida pelo Partido Comunista Brasileiro, que designava o caráter da "revolução brasileira" como sendo antifeudal e antiimperialista.

A princípio o ensaísta comenta que o termo "revolução" está sujeito a uma inexorável ambigüidade. O sentido mais freqüentemente usado define a revolução como derrubada ou tomada do poder político por grupos ou classes sociais em oposição, ação que se efetua através da força/violência[13]. Aqui, talvez, encontra-se a chave do pensamento político

---

[12] Trataremos desta questão com maior rigor no terceiro capítulo desta dissertação.

[13] Segundo o autor, esse significado típico de revolução tem como inspiração os acontecimentos da Revolução Francesa. Uma definição que concentra o seu fulcro político no "assalto ao poder" e não no processo intermediário de sua realização. Para Prado, esta caracterização de revolução fica distante do real conteúdo que encerra a dinâmica deste movimento. Segundo sua argumentação, a "revolução, em seu sentido real e profundo, significa o processo histórico assinalado por reformas e modificações econômicas, sociais e políticas sucessivas,

de Caio Prado, isto é, apesar de ser um militante comunista convicto de que o fim último da luta política deveria desembocar no socialismo, não era favorável a transformações abruptas e sem as devidas mediações dialéticas da história[14].

Na seqüência, o autor procura "desmistificar" uma questão política muito debatida no decorrer dos anos 60, ou seja, a determinação do caráter da revolução brasileira. Segundo ele, qualificar *a priori* o tipo ou natureza de uma revolução – se democrático-burguesa ou socialista – trata-se no fundo de uma proposição falsa e sem relevância, pois, conforme suas idéias, objetivamente só o processo histórico poderia demonstrar o rumo dos acontecimentos. Assim, "a qualificação a ser dada a uma revolução somente é possível depois de determinados os fatos que a constituem, isto é, depois de fixadas as reformas e transformações cabíveis e que se verificaram no curso da mesma revolução" (PRADO, 1966, p. 8)[15].

Por esta razão é que o intelectual paulista procura, em *A Revolução Brasileira*, desvendar a raiz dos problemas decorrentes do frustrante desenlace do golpe militar de 1964. Para ele, o despreparo político demonstrado pelas esquerdas – principalmente os comunistas – para enfrentarem os episódios que culminaram no regime militarizado, tiveram como principal causa os erros cometidos por sua linha política, inspirada na consagrada "Teoria da Revolução Brasileira". Seguindo esse raciocínio, afirma Caio Prado que

> a teoria da revolução brasileira, para ser algo de efetivamente prático na condução dos fatos, será simplesmente – mas não simplisticamente – a

---

que, concentradas em período histórico relativamente curto, vão dar em transformações estruturais na sociedade em especial as relações econômicas e do equilíbrio recíproco das diferentes classes e categorias sociais" (PRADO, 1966, p. 2).

[14] Vide esta declaração de Danda Prado a Raimundo Santos, sobre a posição política de Caio Prado: "Em uma ocasião recente, quando lhe comentava a reserva do historiador ante a radicalização agrarista do pré-64, ela me disse, sem mais, que o seu pai era um legalista. Eu já vinha associando a moderação ao modo caiopradiano de tratar o tema agrário como questão geral da formação social brasileira" (SANTOS, 2001: 14).

[15] A desqualificação prévia da natureza de um processo revolucionário, acaba repercutindo diretamente na forma de condução da luta política. Nessas condições, de acordo com Del Roio, as tarefas da revolução brasileira para Caio Prado, constituiriam "na criação de uma economia efetivamente nacional e em civilizar o capitalismo. E, ao ancorar-se pesadamente nas determinações econômicas e elidir assim a questão do poder político e, por conseqüência, também a questão da democracia, não pode reconhecer que o processo que analisa e descreve refere-se a uma transformação capitalista e portanto uma revolução de cunho e conteúdo econômico e social burguês" (DEL ROIO, 2000, p. 105).

unesp

> interpretação da conjuntura presente e do processo histórico de que resulta. Processo esse que, na sua projeção futura dará cabal resposta as questões pendentes. É nisso que consiste fundamentalmente o método dialético. Método de interpretação, e não receituário de fatos, dogma, enquadramento da evolução histórica dentro de esquemas abstratos preestabelecidos." (Prado, 1966: 15)[16]

Veremos agora, de que modo Caio Prado investiu suas críticas sobre a "Teoria da Revolução Brasileira" ou se quiserem, ao chamado "Modelo Democrático-Burguês"[17]. Para ele, a introdução da teoria marxista da revolução no Brasil foi feita sob o "signo da abstração", levando em conta conceitos elaborados aprioristicamente, descolados da realidade político-econômica do país. Além de "mecânica" a concepção desta teoria, fora empobrecida por outro fator fundamental, ou seja, das influências do acentuado dogmatismo que imperou no pensamento marxista sob o período estalinista. A base dos princípios teóricos contidos no (sic) "Modelo Democrático-Burguês", segundo o autor, não se assentariam nas "condições econômicas, sociais e políticas" vigentes no país, mas a esquemas admitidos a priori, transportados de realidades totalmente estranhas ao Brasil, isto é, do Ocidente europeu. De acordo com este esquema,

> a humanidade em geral e cada país em particular – o Brasil naturalmente aí incluído – haveria necessariamente que passar através de estados e estágios sucessivos de que as etapas a considerar, e anteriores ao socialismo, seriam o feudalismo e o capitalismo. Noutras palavras, a evolução histórica se realizaria invariavelmente através daquelas etapas, até dar afinal no socialismo (PRADO, 1966, p. 39).[18]

---

[16] "Na verdade, desde o início, a concepção teórica de revolução brasileira de Caio Prado Jr menospreza a questão crucial de toda a revolução que é a tomada do poder político por uma classe ou aliança de classes em detrimento de outra(s) (DEL ROIO, 2000, p. 100).

[17] Vide: MANTEGA, Guido. *A Economia Política Brasileira*, São Paulo, Polis, 1984, p.237

[18] Na afirmação de Prado, o "modelo de etapas invariáveis da revolução", estava mais apropriada a teoria evolucionista da história (ou positivista) do que da teoria marxista. Segundo ele, está predeterminação teórica, " é inteiramente estranha a Marx, Engels e demais clássicos do marxismo cujas atenções, no que interessa aqui, se voltaram sempre exclusiva e particularizadamente para o caso dos países e povos europeus (Idem, Ibidem).

unesp

Nessas condições, a primeira desconstrução teórica da análise caiopradiana em relação ao "Modelo Democrático-burguês" foi direcionada para a tese da existência ou não de feudalismo no Brasil. Caio Prado reafirmava que, a "tese feudal" não passava de

> uma mera transposição mecânica do que ocorrera, nos países europeus, cujo capitalismo havia efetivamente surgido das entranhas do feudalismo. Já o Brasil, oriundo da expansão mercantil européia do século XVI, nunca havia sido feudal e, por isso mesmo, não poderia apresentar, em plena década de 60 do século XX, restos feudais, como queriam os teóricos do PCB (MANTEGA,1984, p. 238).

Assim, na visão de Prado Jr, o Brasil colonial situou-se desde o início dentro do circuito mundial do chamado capitalismo comercial, portanto, não procedia falar aqui de uma revolução democrático-burguesa a fim de eliminar remanescências feudais, onde se quer ocorreu feudalismo[19].

Entre as formas de mão-de-obra empregadas na produção agropecuária brasileira encontra-se a parceria (meia ou terça) que sempre foi apontada pela "Teoria da Revolução Brasileira", como um exemplo clássico da existência de restos feudais no Brasil. Segundo o raciocínio do autor, no fundo a parceria não passava de uma simples relação de emprego, em que a remuneração do trabalhador era feita *in natura,* ou seja, o trabalhador recebia parte de seu pagamento em produto, "a metade, na meação, duas terças partes, na terça. A nossa parceria assimila-se assim antes ao salariado, e constitui, pois, em essência, uma forma capitalista de relação de trabalho. Ao menos no que respeita suas implicações sócio-econômicas" (PRADO,1966:53).

---

[19] Perceba os possíveis perigos da tese caiopradiana do capitalismo colonial na argumentação de Alberto Passos Guimarães (uma voz oficial do PCB), descrita por Raimundo Santos: "O resgate da feudalidade e o combate às teorias do capitalismo colonial e do capitalismo agrário visavam revelar a incidência nada inocente dessas concepções, uma vez que a postulação de uma origem e evolução em sentido comercial-capitalista de nossa economia agrária tornava desnecessária a mudança de suas estruturas, debilitando a contemporaneidade da reforma agrária. Pelo contrário, afirmar a feudalidade permitia demonstrar que a tarefa da remoção dos "restos feudais" – cujos efeitos ao longo do tempo por certo diminuíram de intensidade – tinha raízes históricas, encerrava nova lógica para uma economia mais progressista, e também se convertia em processo emancipatório para milhões de camponeses e trabalhadores rurais, cidadãos sob sursis dos constrangimentos extra-econômicos impostos pelo "monopólio da terra"'(SANTOS,1994, p. 90).

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

Não cabe aqui analisarmos com exatidão outros elementos considerados pela "Teoria da Revolução Brasileira[20] como provas cabais de que em pleno século XX, ainda existiriam "restos feudais" em nossas terras. O que parece ser de maior relevância para esta discussão é que, segundo Caio Prado, os teóricos pecebistas teimavam em enxergar elementos de feudalismo ou semi-feudalismo, sob qualquer forma extensiva de exploração do trabalho. Todavia, adverte o autor, as relações de trabalho empreendidas no meio rural brasileiro – super-exploração da mão-de-obra à níveis de mera subsistência – continham remanescências não de feudalismo, mas do sistema escravista de produção – uma cara herança de nosso passado – que transcorreu no Brasil até fins do século XIX.

Assim, como afirma Santos, os "erros teóricos" identificados pela crítica caiopradiana em relação ao "Modelo Democrático-Burguês", são problematizadas em virtude de

> duas dimensões interligadas: a) de um lado, há propriamente a argüição do autor à 'Teoria da Revolução Brasileira', como ele insiste em dizer, uma teoria estruturada sobre a base do protagonismo de "classes inexistentes" – basicamente classe empresarial e campesinato –, e da qual proviria a excessiva confiança do PCB no desdobramento revolucionário do processo político do pré-64; e 2) de outro, tem-se um autor que confere muita importância ao mimetismo das esquerdas, ao se deixarem levar pelos estilos daqueles atores revolucionários 'clássicos', exemplar do seguidismo à 'aventura janguista', o PCB pressupondo um antiimperialismo suficientemente forte para levar adiante lutas políticas e sociais, em muitas áreas, inclusive pecebistas, pensadas ainda ao modo terceiro mundista" (SANTOS, 2001: 204).

Esta estruturação da "Teoria da Revolução Brasileira" sob o prisma de "classes inexistentes" – burguesia nacional e campesinato – dará o tom para a proposta de ação política caiopradiana que, segundo ele, estaria mais próxima da realidade nacional. Ora, se no Brasil

---

[20] "Como o "barracão" (fornecimento de gêneros aos trabalhadores pelo proprietário ou seus prepostos, em regra a preços extorsivos) e o "cambão" (prestação de serviços gratuitos em troca do direito de ocupação e utilização da terra, sistema esse ocorrente sobretudo no Nordeste)" (PRADO, 1966, p. 56).

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

não existiu feudalismo, seria impróprio também supor que, na base de nosso sistema social tenha se constituído uma economia tipicamente camponesa[21].

Neste sentido, como afirma o autor, as principais reivindicações da parte mais expressiva da massa trabalhadora rural, não se concentravam no parcelamento da terra – atributos típicos de uma economia camponesa - mas, ao contrário,

> aquilo pelo que aspiram e o que reivindicam, o sentido principal de sua luta, é a obtenção de melhores condições de trabalho e emprego. É isso que nos mostram os fatos, e é fartamente conhecido de quem observa esses fatos como realmente ocorrem, e não através de deformadoras teorias que fazem deles o que pretendem observadores preconcebidos. (PRADO, 1966, p. 68).

Em suma: a contraposição de Caio Prado a "Teoria da Revolução Brasileira", no que diz respeito à questão do feudalismo, sugere uma reorganização de nosso sistema capitalista – com base no agrarismo de grande empresa – estimulando entre os trabalhadores rurais o associativismo sindical e não o inverso, isto é, uma luta direcionada para a reforma agrária. Neste ponto, os argumentos de Prado Jr. são semelhantes aos de Celso Furtado com relação ao desenvolvimento do "capitalismo agrário" que, por um lado, impulsionaria de uma vez o avanço tecnológico no campo, contribuindo para melhoria das condições de trabalho e, por outro, constituir-se-ia num mecanismo gerador de um mercado interno de consumidores. As teses caiopradianas foram acusadas de "puro economicismo" por alguns de seus críticos, como nas palavras de João Quartim de Moraes:

> É próprio do economicismo conceber a evolução histórica como faticidade unidimensional, não levando em conta, na trama do devir, as possibilidades bloqueadas, as tensões latentes que não lograram aflorar plenamente para se a ter à morna constatação do positivamente dado. Por isso mesmo, não pode entender que, mesmo secularmente reprimida, a "fome de terra" do trabalhador sem-terra permanecia latente. No fundo – e as vezes na superfície do texto – desqualificar as aspirações sociais que não estão na

[21] Para Caio Prado, a economia camponesa baseada na exploração parcelária da terra, tinha no Brasil apenas um caráter residual, portanto, secundária em relação ao contexto global de nossa economia agrária de "grande indústria".

unesp

> ponta da "modernidade" tecnológica, retomando, nesse aspecto, o ponto de vista da social-democracia européia, que justificou a opressão colonial em nome do "progresso" econômico (MORAES, 2000, p. 182).

Passemos agora, aos dois outros pilares da crítica efetuada por Caio Prado a "Teoria da Revolução". Por um lado, temos a política antiimperialista desempenhada pelo PCB, centrada na denuncia da "predatória" ligação entre latifundiários brasileiros, a parte "conservadora" de nossa burguesia e os capitalistas estrangeiros. E, por outro, como conseqüência desta política, a polêmica proposta do partido de uma aliança com um setor da burguesia, supostamente "nacional" e "progressista" com interesses econômicos frontalmente contrários em relação ao imperialismo[22].

Com efeito, segundo Mantega, em alguns aspectos as propostas de Caio Prado estão mais próximas dos teóricos da "revolução democrático-burguesa, do que daqueles pensadores partidários do "modelo de subdesenvolvimento capitalista", que acreditavam ser à revolução socialista a única forma de livrar o país da dependência externa (Gunder Frank, Mauro Marini, etc). Porém, as semelhanças entre as idéias pecebistas e as de Caio Prado, limitavam-se a dois fatores: por um lado, ambos apostavam no "capitalismo nacional" e, por outro, concordavam na identificação do imperialismo como o principal obstáculo do desenvolvimento da sociedade brasileira. O restante das propostas da linha política do PCB, foram renegadas por Prado Jr. Suas objeções eram as seguintes:

> Em primeiro lugar, não poderia haver, segundo ele, tal tipo de revolução, uma vez que o capitalismo já estaria implantado no Brasil. Em segundo lugar, ele nega o suposto pacto entre latifúndio brasileiro e o imperialismo contra a burguesia industrial porque, por um lado, os latifundiários não teriam qualquer negócio direto com o imperialismo, e , por outro lado, não haveria hostilidade entre o latifúndio e a burguesia industrial, em se tratando de dois segmentos de uma mesma classe social, a burguesia brasileira

[22] Vejamos o que diz, a *Declaração de* Março *de 1958* do PCB: "Na situação atual do Brasil, o desenvolvimento econômico capitalista entra em choque com a exploração imperialista norte-americana, aprofunda-se a contradição entre as forças nacionais e progressistas e o imperialismo norte-americano, que obstaculiza a sua expansão. Nestas condições, a contradição entre a nação em desenvolvimento e o imperialismo norte-americano e o seus agentes internos tornou-se a contradição principal na sociedade brasileira" (NOGUEIRA, 1980, p. 13).

unesp

> (industrial, agrária e comercial), homogênea e coesa, e sem maiores contradições ou posições entre si. Quanto as relações da burguesia industrial com o imperialismo, igualmente não haveria atritos, uma vez que este estaria investindo na industria manufatureira e expandindo as oportunidades para os empreendedores locais" (MANTEGA, 1984: 24).[23]

Para Caio Prado, a idéia de uma "revolução democrático-burguesa" – de conteúdo antifeudal e antiimperialista – tinha como principal inspiração um "modelo teórico" estranho à realidade brasileira, ou seja, dos "países asiáticos dominados e explorados pelas grandes potências coloniais européias"(PRADO, 1966). Essas designações políticas, faziam parte do Programa da Internacional Comunista realizado, na cidade de Moscou, em 1928 e adotado pelo VI Congresso da IC[24].

Nesta perspectiva, a assimilação de países tão distintos entre si, como os asiáticos e os latino-americanos – mesmo que sendo classificados em países coloniais e semi-coloniais por um lado, e, por outro, em países dependentes - segundo o autor, demostravam o "absurdo" da teoria pecebista baseada em conceitos que "generalizavam a história". Assim, no último documento oficial publicado pelo PCB, antes do golpe militar de 1964, que tinha a tarefa de discutir as teses políticas preparatórias do VI Congresso do PCB, conforme as palavras de Prado Jr, ainda eram inspiradas pelo Programa da IC de 1928 para os países latino-americanos. Para ele, os adeptos do "modelo democrático-burguês" persistiam em

---

[23] Francisco de Oliveira, criticando o modelo dualista elaborado pela Cepal para a América Latina e especialmente reafirmado por Celso Furtado, sugeriu que por detrás de uma "aparente dualidade" entre o setor moderno e o setor arcaico da economia brasileira, existiria, ao contrário, uma "integração dialética'. Sem embargo: "A indústria, como tal, nunca precisou de incrementos substantivos do mercado rural para viabilizar-se. Não é sem razão que, instalada e promovida ao mesmo tempo que a produção de automóveis, a produção de tratores engatinhou até agora, não chegando a uma vigésima parte daquela co-irmã; a produção e o consumo de fertilizantes, que tem experimentado incrementos importantes no ultimo qüinqüênio, é o tipo de insumo que não altera a relação homem/terra que é a base do modelo "primitivo" da agricultura ou, melhor ainda, intensifica o uso do trabalho" (OLIVEIRA, 1975, p. 19).

[24] "o 6° Congresso estabelece a estratégia e a tática comunistas a serem postas em prática na China, na Índia e países coloniais similares. Neste sentido, o baixo desenvolvimento da forças produtivas, a dominação forânea reforçando as relações feudais e pré-capitalistas, e a permanência da maioria da população no campo e submetida a relações pré-capitalistas, determina "o caráter da próxima etapa da revolução nesses países". Trata-se da revolução democrático-burguesa, vale dizer, da etapa de preparação dos pressupostos para a ditadura do proletariado e a revolução socialista. Porém, a revolução democrático-burguesa nas colônias distingui-se daquela verificada nos países independentes porque vincula-se organicamente à luta de libertação nacional" (MANTEGA, 1984, p. 151).

unesp

desconhecer as origens da formação histórica da sociedade brasileira, distintas dos países asiáticos, onde o imperialismo introduziu-se em meio a sociedades com formações milenares. Portanto,

> a teoria interpretativa e explicativa da dominação do imperialismo, no caso dos países latino-americanos, inclusive naturalmente o Brasil, tinha por isso que tomar em consideração aquelas circunstâncias, e descer à análise da maneira como atuava e atua o imperialismo entre nós, a saber, não apenas, como se deu na Ásia, apoiado simplesmente numa ligação exterior, isto é, na penetração de empresas e iniciativas econômicas do capital imperialista com a convivência de setores internos de fato desnacionalizados; mas profundamente embricado e entrosado, já de inicio, na vida econômica, e também social e política de países como os latino-americanos" (PRADO, 1966, p. 101).

Assim, sintetizando os argumentos do historiador, a consagrada "Teoria da Revolução Brasileira" – inspirada no contexto histórico da Rússia e dos países asiáticos – determinava uma linha divisória entre as frações de classes que mantinham relações políticas, alinhadas com a política imperialista e, do outro lado, as interessadas no desenvolvimento autônomo do país. Segue-se o esquema proposto:

> os latifundiários, réplica no Brasil dos senhores feudais da Rússia tzarista ou dos países asiáticos; uma burguesia retrógrada ligada a tais latifundiários, e aliados, com estes últimos, ao imperialismo ; e, finalmente, um setor progressista da burguesia e eventual aliado do campesinato e do operariado na revolução democrático-burguesa, a chamada "burguesia nacional.(PRADO, 1966, p. 105).

Dentro deste "esquema", já vimos as incursões feitas por Caio Prado a respeito da posição assumida pelo imperialismo no Brasil, como também, sobre a "tese feudal". Resta-nos agora, analisar as críticas efetuadas pelo intelectual paulista a um outro pilar do "Modelo Democrático-Burguês", qual seja, a existência ou não de uma genuína "burguesia nacional" em nosso país.

Cabe aqui lembrar que, para o historiador, não haveria no Brasil distinção entre os grupos econômicos pertencentes ao meio rural (fazendeiros, estancieiros, senhores de

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

engenho e usineiros) e, por outro lado, os grupos localizados na zona urbana (burguesia industrial, comercial e financeira). Todas estas frações de classes – ao invés de possuírem interesses conflitantes – fariam parte de uma mesma categoria social, isto é, da "classe econômica e politicamente dominante". Naturalmente entre estes indivíduos, existiam interesses conflitantes, porém, relacionados a negócios específicos. Desta forma, na opinião do autor, não existiria

> posição de classe ou categoria social distinta, isto é, não se situam diferentemente dentro das relações de produção, e muito menos, está visto, em frente à lei e as relações jurídicas. São todos homens de negócios, burgueses e capitalistas – na acepção especifica, econômica e social da expressão – que não se diferenciam entre si senão pelo ramo e vulto de seus negócios (PRADO, 1966, p. 107).[25]

Após este parêntese, voltemos para as interpelações de Prado Jr. a respeito da "burguesia nacional". Segundo o militante comunista, a idéia de uma "burguesia progressista", contrária à inserção do capitalismo estrangeiro no Brasil, originou-se do "modelo oficial da revolução brasileira", elaborado, mais uma vez, sob a iluminação de teorias exógenas advindas dos países asiáticos, no caso especial da China[26]. Assim, conforme este "modelo", existiria aqui uma "burguesia pró-imperialista" ligada ao comércio internacional de importação e exportação, e, por outro lado, uma "burguesia nacional" pertencente ao setor industrial que padecia da

> concorrência e oposição do imperialismo interessado em manter o Brasil na posição de simples fornecedor de matérias-primas. Essa interpretação foi bastante abalada quando empresas estrangeiras ligadas a grandes trustes e monopólios internacionais, e, pois, tipicamente imperialistas, começaram a

---

[25] Não resisto em fazer uma comparação entre o conceito usado por Francisco de Oliveira, para identificar a ligação intrínseca dos ramos industriais com os da produção agropecuária, sob a denominação de "integração dialética", com este enquadramento homogêneo em que Caio Prado, inclui toda classe dominante brasileira, como integrantes de uma mesma "unidade dialética", apesar do autor afirmar, que não existiriam contradições entre elas (Cf. Oliveira, Francisco. A economia brasileira: crítica à razão dualista).

[26] O próprio Caio Prado em nota incluída à *A Revolução* Brasileira, explicaria que a designação pelos teóricos pecebistas de uma "burguesia compradora" que manteria fortes laços comerciais com os imperialistas e os feudais-latifundiários, seria um termo cunhado do vocabulário chinês, desde os tempos em que os portugueses haviam estabelecido relações comerciais entre a Europa e o Oriente.

unesp

> se instalar no país, tornando-se fator de primeira ordem no estímulo ao processo de industrialização brasileira (PRADO, 1966, p. 109).

Para Caio Prado, com o passar do tempo, ao invés de concorrentes e, portanto, em oposição, os capitalistas nacionais e internacionais se interpenetraram de uma tal maneira, que se tornou difícil a identificação das indústrias genuinamente brasileiras e, com isso, "livres da contaminação imperialista"[27]. Todavia, conforme o autor, haveria circunstâncias particularizadas em que os industriais brasileiros viram-se em conflito com os capitalistas estrangeiros, porém, eram conflitos de interesses pontuais sempre vinculados com os mecanismos naturais de mercado. Destarte,

> a tese de que a dependência econômica e política do nosso país com relação ao sistema internacional do capitalismo, isto é, o imperialismo, tenha resultado, como no Oriente, na configuração de uma classe ou categoria social politicamente definida que seria uma burguesia "nacional", contrariada, nessa qualidade de classe e categoria específica, pela ação imperialista; e sofrendo nos seus interesses, aspirações e sentimentos de classe, o impacto dessa ação. Nesse particular, como em quase tudo mais, a situação brasileira é bem distinta da dos países asiáticos, o nosso modelo revolucionário. E o que lá se entende ou entendeu por "burguesia nacional não tem sua réplica no Brasil (PRADO, 1966, p. 112)[28].

Evidentemente as teses caiopradianas exibidas em *A Revolução Brasileira*, foram duramente criticadas pelos teóricos pecebistas. Neste sentido, escolhe-mos dois artigos publicados nos anos 60, pela *Revista Civilização Brasileira* e, obviamente escritos por

---

[27] Segundo Florestan Fernandes, "o traço específico do imperialismo total consiste no fato de que ele organiza a dominação externa a partir de dentro e em todos os níveis da ordem social, desde o controle da natalidade, a comunicação de massa e o consumo de massa, até a educação, a transplantação maciça de tecnologia ou de instituições sociais, a modernização da infra e da superestrutura, os expedientes financeiros ou do capital, o eixo vital da política nacional etc. Segundo, esse tipo de imperialismo demostra que mesmo os mais avançados países latino-americanos ressente-se da falta dos requisitos básicos para o rápido crescimento econômico e social em bases autônomas" (FERNANDES, 1973, p. 101).

[28] "a idéia de uma "burguesia nacional" progressista e contrária ao imperialismo por sua posição específica de classe, causou a linha política da esquerda os mais graves danos. Foi ela certamente um dos fatores que contribuíram para levar as esquerdas por caminhos errados e cheios de ilusões que deram no desastre de abril de 1964. É sem dúvida em boa parte porque iludida com a falsa convicção, derivada daquela idéia, de que estava politicamente em jogo a luta antiimperialista (como antifeudal também) de amplos setores pseudo-burgueses nacionalistas, que as esquerdas brasileiras se envolveram na aventura janguista de tão triste desfecho" (PRADO, 1966, p. 112).

unesp

militantes do PCB que, sem dúvida alguma dão uma boa noção do debate político travado na época. No primeiro deles, César Malta, no texto intitulado *"A Revolução Brasileira" de Caio Prado Júnior*, investe contra as idéias do historiador paulista, num tom carregado de ironia, mais próximo da linguagem panfletária do que do rigor científico. Logo no começo do texto, o autor parece mais interessado em desfechar ataques pessoais à Caio Prado, como já dissemos, ironicamente, ao afirmar que: "Sem dúvida, a vida ser-lhe-ia mais tranqüila e mais amena se tivesse se incorporado aos interesses naturais da burguesia que integra. Em vez disso, escolheu o caminho mais difícil, mais duro, embora mais simpático e mais útil aos interesses do povo brasileiro" (MALTA, 1966, p. 75).

As palavras de Malta parecem sugerir que, Caio Prado, não passava de um "inconseqüente rebelde" contra a sua própria classe social. Para ele, o historiador, ao procurar "desvincular-se do pensamento dominante das esquerdas brasileiras"(idem) e produzir uma teoria "original e única", procedeu em diversos equívocos, ou seja,

> a auto-suficiência e a posição dogmática que assume, podem ser medidas desde logo, pela completa omissão de qualquer bibliografia nacional ou estrangeira em todo o estudo, não obstante pretender dissecar os mais difíceis temas e os mais polêmicos. Nenhum autor mereceu ser referido, seja para ajudar suas afirmativas, seja para sofrer a crítica contundente e implacável que desfere contra todos que, como ele, lutaram e lutam pela independência do nosso povo (MALTA, 1966, p. 76).

No final do texto, Malta conclama os "velhos e exaltados admiradores" das idéias caiopradianas, em nome de seu "ilustre patrimônio cultural e político", que recomendassem o recolhimento dos exemplares de *A Revolução Brasileira* e sugerissem ao historiador a elaboração de um outro livro, a "altura de suas responsabilidades partidárias".

Num outro artigo, também publicado pela *Revista Civilização Brasileira*, em 1967, sob o título de "Caio Prado e a Teoria da Revolução Brasileira", Assis Tavares[29]

[29] Pseudônimo adotado pelo dirigente do PCB, Marco Antônio Coelho.

unesp

centralizou suas críticas ao livro de 1966 em torno dos "equívocos" e das "omissões" cometidas por Caio Prado, relacionadas, principalmente, com o "encaminhamento prático do problema político no pós-64" (SANTOS, 2001).

Diferentemente do "panfleto" de Malta, o opúsculo de Assis Tavares, procura expor suas divergências a respeito de *A Revolução Brasileira*, de modo a elevar o nível da discussão. Começa elogiando a atitude do historiador paulista, pelo fato de seus escritos terem vindo à tona num momento dificil de nossa história, ou seja, onde se faz necessário uma reavaliação dos erros e desvios políticos que culminaram na desastrosa abrilada militar de 1964. Segundo ele, apesar das discordâncias em relação as principais teses caiopradianas: (sic) "Seu exemplo merece ser imitado por outros intelectuais que podem oferecer uma contribuição de alto nível aos que buscam fazer avançar o processo de transformações na sociedade brasileira" (TAVARES, 1967, p. 48)[30].

Na seqüência do texto, após concordar com as interpelações de Prado Jr a respeito das "deficiências" e "vícios" dos marxistas brasileiros, que segundo Tavares seriam fatores determinantes para a debilidade da fundamentação teórica da revolução brasileira – girando em torno de duas questões, a problemática agrária e a econômica da revolução –; o autor voltar-se-ia para os "julgamentos políticos assaz duvidosos" e "excessivamente abstratos", empreendidos por Caio Prado sobre o desenvolvimento de "nossa revolução". Para ele, o complexo processo da "revolução brasileira" seria permeado por fatores contraditórios, sendo assim, a luta do povo deveria encaminhar-se em "vários planos": reivindicatórios, políticos, no campo das idéias, etc. Neste sentido:

---

[30] Essa visão de Assis Tavares, propensa a abertura dos debates e a circulação das idéias no interior do PCB, parece-me contraditória no que diz respeito a linha política seguida pelo partido. Um claro exemplo disto, foi a publicação do livro *Por que resisti a prisão*, em 1965, de Carlos Marighella que, essencialmente, nos seus últimos capítulos trazia uma analise critica do autor sobre erros da política pecebista, anteriores ao golpe. O fato é que os escritos de Marighella, foram duramente rechaçados pela Direção Nacional do PCB, pois, colocavam-se abertamente contra a linha política oficial do partido.

unesp

> Pela forma como o autor de *A Revolução Brasileira* situa suas opiniões políticas, tem-se a impressão de que condena a política de frente única nacionalista e democrática que presidiu a orientação dos comunistas e das demais forças progressistas no quadro de 55 a 64. Pode-se inferir que CPJ postula, para as correntes progressistas, um total isolamento da "política impura". No entanto, a experiência de nosso povo indica que ele não pode ficar alheio a essa "política impura", pois para a sua vida e para a luta possui imenso valor o tipo de forças políticas que se encontram a testa do país (TAVARES, 1967, p. 52)[31].

Além da crítica às posições políticas de Prado Jr, Assis Tavares procura também analisar outros apontamentos do historiador à "Teoria da Revolução Brasileira", como, por exemplo, sobre o caráter da revolução; a existência de feudalismo no Brasil; a polêmica em torno da "burguesia nacional"; o programa da revolução; o problema do "capitalismo burocrático", etc.

Antes de encerrarmos, queremos chamar a atenção para outro ponto da crítica caiopradiana as teses pecebistas da revolução brasileira, isto é, ao conceito de "capitalismo burocrático" formulado pelo autor que, segundo ele, tratava-se de indivíduos que se utilizavam da administração pública para auferir privilégios comerciais de cunho privado. Para Caio Prado,

> o equívoco das esquerdas, notadamente o PCB, fora tomar aquele "capitalismo burocrático" como um classe progressista e reconhecer aquela conjuntura política, tal como se apresentava no imediato pré-64, como teatro de manobra apropriado para uma estratégia de reformas que eram formuladas de modo ambíguo e ainda pensadas como ações revolucionárias de poder para aquele terreno "sem alicerces políticos" (SANTOS, 2001, p. 209)[32].

---

[31] A política de frente única ou a chamada "grande política", proposta por Assis Tavares, para ter o alcance desejado deveria ser seguida de uma "tática de soluções positivas". Num artigo publicado na *Novos Rumos*, em 1960, o autor esclarece melhor qual seria o objetivo prático desta "tática política" : " apregoei a substituição da temática e do combate desbragado a todas as proposições dos governantes por uma ação alicerçada em soluções alternativas, viáveis e concretas [...] no fogo da grande política eu sentia que, sem propostas de solução para os problemas, as correntes progressistas e nacionalistas não poderiam avançar e acumular forças. Entretanto, a apresentação de soluções positivas não é fácil, pois demanda um processo de pesquisa permanente, com a mobilização não eventual de um numero expressivo de técnicos e estudiosos, além de amplo debate interno" (apud, HENRIQUES, 2001: 4).

[32] "O capitalismo burocrático é levado a posições que, de certa forma e numa perspectiva imediata, se aproximam das tendências progressistas e populares da política brasileira. O que pode induzir, e de fato tem muitas vezes induzido em erro as forças políticas e populares propulsoras da revolução brasileira, trazendo para

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

A acumulação capitalista desta "fração burguesa", conforme o historiador, dava-se à parte das regras de mercado, pois, alimentava-se diretamente das ações estatais. Assim, o "capitalismo burocrático" acabava exercendo uma forte influência sobre os negócios públicos. Este privilégio de um setor privado, poder interferir-se em assuntos públicos, segundo Caio Prado, implicou um choque entre o "capitalismo burocrático" e a "burguesia ortodoxa", embora os seus interesses coincidam, ou seja, interesses essencialmente burgueses. Porém, como afirma o autor,

> o aspecto negativo que o intervencionismo apresenta para os interesses burgueses regulares é que ele priva a iniciativa privada, ou pode priva-la de oportunidades lucrativas. Pelo contrário, para o capitalismo burocrático é precisamente nesse intervencionismo que se apresentam oportunidades para o seu tipo especial de negócios. Os dois setores da burguesia se encontram, pois, nesse ponto, em frontal divergência (PRADO, 1966, p. 199).[33]

Em linhas gerais, são estas as principais questões apontadas por Caio Prado a respeito do conteúdo programático da consagrada "Teoria da Revolução Brasileira". Procuramos aqui, expor suas críticas a teoria pecebista, como também, a posição contrária de seus interlocutores pertencentes ao partido e de intelectuais acadêmicos.

---

ele e suas ambições o apoio dessas forças. Isso se dá porque, projetadas no plano ideológico, as divergências que separam o capitalismo burocrático do outro setor da burguesia, aparentam freqüentemente girar em torno da liberdade econômica em contraste com o intervencionismo estatal. O capitalismo burocrático, pela própria natureza de suas atividades e negócios, tende a valorizar o intervencionismo e por ele propugnar" (PRADO, 1966, p. 199).

[33] De acordo com Assis Tavares, " a conceituação desse capitalismo burocrático é bem confusa. De início fica a impressão de que CPJ refere-se àqueles empresários que transacionam com o Estado e dessa relação auferem grandes lucros. Como não fornece indicações concretas, imaginamos que o autor queira se referir aos seguintes tipos de capitalistas: empreiteiros de obras rodoviárias, ferroviários, hidráulicas, de prédios públicos, etc; fornecedores do Estado no campo do atendimento das necessidades das forças armadas, hospitais, escolas, repartições públicas, etc; agentes cambiais e bancários encarregados de operações financeiras e cambiais. Vê-se, portanto, como dentro desse conceito pode ser incluída a grande maioria das empresas industriais, comerciais e de crédito" (TAVARES, 1967, p. 71).

unesp

1.3 Nelson Werneck Sodré e a proposta de um projeto nacional-democrático para o Brasil.

Pela quantidade de obras publicadas por Nelson Werneck Sodré comprova-se a pujança de sua trajetória intelectual. Seus primeiros escritos datam dos anos 30 e os últimos adentram os anos 90, quando já se encontrava em plena maturidade octogenária. Dentro da ampla produção literária de Sodré, destacam-se *História da literatura brasileira (1938); Introdução à revolução brasileira (1958); Formação histórica do Brasil (1962); História da burguesia brasileira (1964); Capitalismo e revolução* burguesa *no Brasil (1990)*; etc.

É sabido por todos da grande afluência do autor a respeito de literatura brasileira, mas o nosso objetivo aqui não é o de tratar das incursões literárias de Sodré, mas sim analisar as suas reflexões histórico-políticas vinculadas à proposta de um projeto nacional-democrático para o Brasil e, principalmente, o papel que caberia a burguesia brasileira neste processo.

Inicialmente se faz necessário dedicarmos algumas linhas introdutórias a ligação profissional e política do historiador com o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), pois o debate de idéias travado por Sodré no interior deste órgão institucional com outros interlocutores foi de suma importância para o refinamento de sua formação intelectual.

A criação do ISEB ocorreu durante o governo de Café Filho, em julho de 1955, motivado por um conjunto de "intelectuais, técnicos e burocratas, vinculados à burocracia pública" (TOLEDO, 2001). Entre os fundadores do instituto destacam-se Hélio Jaguaribe, Alberto Guerreiro Ramos, Álvaro Vieira Pinto, Nelson Werneck Sodré, Ignácio Rangel, Celso Furtado, etc. Nota-se pela enumeração destes nomes que havia uma ampla pluralidade ideológica e teórica dentro do ISEB. Neste sentido,

unesp

> ao lado de autores marxistas havia outros não-marxistas, embora estes, freqüentemente, utilizassem em suas argumentações instrumental que se apropriava em parte de categorias marxistas – notadamente Ignácio Rangel, Guerreiro Ramos e Vieira Pinto (OLIVEIRA FILHO, 1999, p. 03).

Apesar de existirem divergências conceituais entre os isebianos, a convergência era grande na proposição e difusão da "ideologia do nacional-desenvolvimentismo". Por motivos óbvios – a instituição funcionava com verbas estatais – a expressão ideologia não constava nos textos elaborados pelos representantes do ISEB, porém, o objetivo de difundir estas idéias – claramente ideológicas – era de gerar em meio à sociedade um clima propício a fim de por em prática o conjunto de reformas políticas e sociais necessárias para o desenvolvimento pleno do Brasil, com ênfase para a consolidação de nossa industrialização (TOLEDO, 2001).

De maneira geral, portanto, entre o conjunto dos integrantes do ISEB havia um certo consenso em relação ao diagnóstico de nosso subdesenvolvimento. Para a grande maioria dos isebianos (de viés de esquerda e direita) (TOLEDO, 2001), apesar dos avanços sociais e econômicos alcançados pela sociedade brasileira a partir da "Revolução de 30", o país encontrava-se ainda bloqueado pelas "forças anti-nacionais e retrógradas", que impediam sua transformação em uma nação verdadeiramente autônoma. Desta forma, as classes dominantes internas que conservavam sua hegemonia política (latifundiários improdutivos, burguesia agro-exportadora e financeira, apoiados por setores das classes médias tradicionais) em articulação umbilical com o inimigo externo, representado pelo imperialismo americano, formavam, para os pensadores do ISEB, uma "Frente Anti-Nação", pois não estavam interessadas na implementação de uma política industrializante, capaz de operar a modernização do país e, muito menos, na reforma de nossas arcaicas instituições políticas.

Segundo Hélio Jaguaribe, um dos principais expoentes do ISEB, a constituição do Estado brasileiro era de natureza cartorial, ou seja, o poder sempre fora exercido com o

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

objetivo de favorecer a certos setores tradicionais da sociedade (especialmente a burguesia agro-exportadora) em detrimento dos setores vinculados à modernização (burguesia industrial). Como afirmou Toledo:

> Esse Estado tinha uma orientação patrimonialista na medida que servia de instrumento imediato dos interesses de uma reduzida elite política e econômica, sem nenhum compromisso com a realização do interesse público e coletivo. Estado liberal e oligárquico, onde as liberdades políticas e publicas eram simples formalidades, na medida em que afastava os setores modernos e as maiorias sociais de seu controle e direção (TOLEDO, 2001, p. 44)[34].

Diante deste contexto é que a problemática da revolução brasileira surgiu com força em meio aos intelectuais isebianos. Assim, através da "ideologia nacional-desenvolvimentista eles visavam seduzir os setores modernos da sociedade brasileira – em especial os ligados a burguesia industrial – de modo a persuadi-los da importância de eventuais reformas em nossas instituições políticas, com o objetivo de racionalizar o Estado brasileiro. Os estudos do ISEB, de forma semelhante aos da CEPAL, com diferenças pontuais, apontavam para uma intervenção planejada do Estado na economia, priorizando ações políticas direcionadas no sentido de impulsionar nossa industrialização.

Seguindo esta linha de argumentação, a visão dos isebianos a respeito da realidade brasileira de modo geral, era muito parecida com a do maior partido de esquerda da época, o PCB, pois ambos tinham por base a "concepção faseológica da história" (OLIVEIRA FILHO, 1999) como referencial teórico para pensar a formação social do Brasil. Quais seriam então os pontos essenciais desta perspectiva analítica? Em suma: a história da realidade brasileira traduzia-se por um processo evolutivo de etapas bem definidas.

---

[34] Parece-nos que esta análise feita por Hélio Jaguaribe sobre o Estado brasileiro é bastante semelhante a efetuada por Caio Prado Jr. Estamos nos referindo ao conceito de "Capitalismo Burocrático", expressão cunhada por Prado Jr. a fim de explicar as relações clientelistas do Estado com setores da elite dominante do país, questão que já tivemos a oportunidade de observar no item anterior deste capítulo.

unesp

Desta forma, alguns autores do ISEB imbuídos de um referencial marxista e, portanto, da teoria dos modos de produção, como foi o caso de Guerreiro Ramos, supunham a existência de duas importantes fases do desenvolvimento brasileiro. A primeira seria uma fase inferior, referente a nossa arcaica estrutura colonial suplantada pela revolução nacional e, na seqüência, teríamos uma fase superior que constituiria no desenvolvimento autônomo do Brasil referendado pelo incentivo a industrialização e a formação de uma autêntica consciência nacional (OLIVEIRA FILHO, 1999).

Outro tema muito debatido pelo ISEB relacionava-se com a questão da dualidade econômica enquanto entrave para a plena realização da revolução brasileira. Um trabalho de relevo sobre o assunto foi A Dualidade Básica da Economia Brasileira (1957), escrita por Ignácio Rangel. Partindo do conceito marxista de modo de produção, o livro de Rangel procura desvendar as peculiaridades da formação social brasileira. Segundo Oliveira Filho, a grande contribuição teórica do autor foi a de apresentar a dualidade brasileira umbilicalmente ligada à dependência econômica, diferentemente do viés culturalista até então apontado pelos estudos de cultura brasileira. Ou seja,

> Rangel deslocava a discussão da dualidade, até sua época tratada sob o prisma cultural, para o campo econômico e, particularmente, para o enfoque marxista do modo de produção (relações de produção). Exemplificando com o caso do latifúndio, na fase colonial: este internamente se regia por relações feudais, ao mesmo tempo em que, devido às suas relações externas com os centros capitalistas mundiais e com os centros urbanos comerciais, ele adquiria feição capitalista. Teríamos, deste modo, dois pólos diferenciados que orientavam duas formações econômicas ou dois modos de produção. O ponto que deve ser salientado é o de que os pólos interagem e conflitam, alterando o curso da história e acarretando as diversas dualidades (OLIVEIRA FILHO, 1999, p. 37).

Não obstante, para o conjunto dos isebianos, devido à singularidade de nossa formação social subdesenvolvida – posicionando-se notadamente de forma periférica diante dos grandes centros capitalistas – os conflitos existentes entre as velhas relações de produção

unesp

e novas forças produtivas, seriam diferentes das registradas na Europa do século XVIII, onde a passagem do modo de produção feudal para o capitalista deu-se de maneira inexorável. Assim sendo, tanto os pensadores do ISEB à esquerda como os à direita – tendo em mente a "concepção faseológica da história" – não encaravam a luta de classes interna como um dado objetivo da realidade brasileira e, portanto, estas eventuais contradições teriam um caráter secundário dentro do ideário comum da revolução nacional-democrática.

Para os isebianos, o país atravessava um momento histórico em que o foco da luta deveria ser direcionado para a libertação nacional, contra os inimigos da Nação representados pelos setores retrógrados internos e por seus aliados externos, o imperialismo estadunidense comercial e financeiro. Estas eram as duas contradições fundamentais que, segundo os intelectuais do ISEB, deveriam ser extirpadas do Brasil, visando a desejada emancipação nacional. Desta forma, tanto para os isebianos como de modo assemelhado para os pecebistas,

> uma aliança política desenvolvimentista se impunha para derrotar o latifúndio, a burguesia mercantil e as demais forças reacionárias caudatárias do imperialismo. Somente após a consolidação do capitalismo industrial é que as forças revolucionárias e de esquerda deveriam, então, buscar organizar política e ideologicamente as massas populares e os trabalhadores para a superação/destruição da ordem burguesa. No estágio em que se encontrava a formação social subdesenvolvida brasileira, era prematura, irrealista e inviável a luta por uma ordem social anticapitalista e não-burguesa. Tratava-se, pois, no estágio existente, de realizar a chamada revolução democrática burguesa no Brasil (TOLEDO, 2001, p. 47).

Todavia, se havia um certo consenso no ISEB em torno da "identificação dos setores e classes sociais" (idem) que comporiam a aliança progressista, não se via a mesma reciprocidade quando a questão era apontar o agente revolucionário, ou melhor, quem deveria,

unesp

dentro do contexto da revolução nacional-democrática, contar com a hegemonia política do processo[35].

Para alguns, especialmente Hélio Jaguaribe, as tarefas inadiáveis da revolução brasileira só poderiam ser cumpridas com a burguesia industrial à frente do processo de reformas, numa concepção ideológica claramente elitista.[36] Já para outros, como Vieira Pinto e Nelson Werneck Sodré, caberia às massas trabalhadoras a função de lutar pela direção política da revolução dentro de uma vertente ideológica nacional-popular.[37]

Trata-se de ver agora de que o modo pelo qual Sodré, acompanhado de um referencial teórico marxista, procurou pensar as etapas históricas que forjaram a nossa formação social, segundo algumas premissas particulares ao Brasil: a longa duração do escravismo; "regressão feudal"; a tortuosa transição para o trabalho livre e o excesso de mão-de-obra; a convivência de modos de produção diversos; a dificuldade da realização de nossa revolução burguesa; a debilidade política da burguesia brasileira; a nefasta associação entre latifundiários e imperialistas, etc.

Não obstante, o conjunto de particularidades cultural/estruturais apontadas acima foi analisado por Sodré sob a óptica da revolução brasileira, algo bastante recorrente à época. Assim em princípio da mesma forma que fizemos com Celso Furtado e Caio Prado, devemos agora submeter ao leitor o entendimento feito pelo historiador a respeito do tema da revolução.

---

[35] Veremos no item seguinte que, para Marighella, a disputa pela hegemonia política da revolução – por parte do proletariado – deveria ser a tática prioritária do PCB, pois estava intrinsecamente ligada a uma questão maior, que era a luta pelo poder.

[36] "Hélio Jaguaribe, dos anos 50 até os tempos presentes, sempre procurou se apresentar como porta-voz da burguesia brasileira. Como ideólogo do empresariado brasileiro, sempre identificou os interesses das camadas dominantes com os do conjunto da sociedade brasileira" (TOLEDO, 2001, p. 48).

[37] Com respeito a Sodré, autor que nos interessa mais de perto aqui, nas palavras de Oliveira Filho: "Ele enxerga o nacionalismo como um movimento político mobilizador de massas, de caráter nacional-popular, sem atribuir a grupos de elite a hegemonia no processo de revolução. Seu projeto é mais abrangente, embora ostentando uma natureza jacobina e popular. Percebo, implícita na visão de Sodré sobre a questão da hegemonia, uma crença no partido operário como elo de ligação entre o povo e a vanguarda" (OLIVEIRA FILHO, 1967).

unesp

Segundo Sodré, a palavra revolução adquiriu no decorrer da história uma imensa gama de sentidos, sendo traduzida na maioria das vezes como: um processo de transformação social inopinado, geralmente precedido por um movimento de luta armada objetivando a imediata tomada do poder do Estado. Em alguns casos seu conteúdo torna-se mais limitado, como quando é utilizado de expediente para verificar "a passagem de um modo de produção a outro". Na observação do autor, era hábito da historiografia brasileira considerar a revolução um ato decisivo e triunfante, empreendido por uma pessoa ou um grupo conforme episódios marcantes. Cita os exemplos clássicos da queda da Bastilha durante a Revolução Francesa e o famoso grito do Ipiranga na Independência do Brasil, que apenas representaram acontecimentos simbólicos dentro de um processo mais complexo. Entretanto a definição de revolução a qual interessava Sodré é a seguinte:

> Para os fins a que nos propomos, fica claro que a revolução – e da social é que se trata – importa na solução da contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e o desenvolvimento das relações de produção, resulta da luta de classes, coloca como o problema central a questão do poder, segue um processo e decorre de causalidades e surge como etapa necessária do desenvolvimento da sociedade (SODRÉ, 1990, p. 90).

É evidente que o historiador tinha em mente a revolução burguesa e o modo pela qual ela transcorrera no Brasil. Naturalmente é necessário, primeiro, reproduzirmos aqui o caminho teórico percorrido por Sodré a fim de demonstrar a forma peculiar em que se desenvolveu a revolução burguesa no país, para depois chegarmos a sua designação sobre o caráter da revolução brasileira.

Sodré, no livro *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil*, reafirma a sua fidelidade ao método histórico, como meio mais adequado para estudar o processo de desenvolvimento da sociedade brasileira, descartando com isso qualquer tipo de ecletismo teórico na análise. Partindo deste princípio, alerta para o perigo de se conceituar historicamente, "processos e fenômenos brasileiros" por meio de uma linguagem pertencente

unesp

a lugares e épocas distintas. Atenta assim para o problema da passagem do universal para o particular, quando é preciso o máximo de cuidado ao utilizar os mesmos conceitos para tratar de realidades diferentes[38].

Sob o alicerce teórico do marxismo, Sodré aponta para três questões incrustadas singularmente à nossa história: a primeira delas diz respeito à forma desigual pela qual se deu o desenvolvimento da civilização brasileira em relação aos países do Ocidente europeu, isto é, numa época em que no interior destes países verificava-se a deterioração do feudalismo e o alvorecer da revolução comercial já ligada ao mercado mundial, o Brasil havia acabado de surgir para o mundo através do chamado "descobrimento". Uma segunda questão a ser considerada é a convivência no Brasil de etapas históricas diferentes, ou melhor, de modos de produção mistos, que chegaram a englobar em uma mesma realidade histórica escravismo, feudalismo e capitalismo. Por fim, aponta para um terceiro aspecto relacionado com o fenômeno da transplantação. Segundo a visão do autor:

> A sociedade brasileira dos primeiros tempos da chamada colonização nasceu da transplantação dos elementos humanos africanos e europeus: os primeiros forneceram a massa da classe dominada, a que concorreu com o trabalho; os segundos forneceram a maioria absoluta dos que concorreram com a propriedade, a classe dominante (SODRÉ, 1990, p. 11).

Para ele, o empreendimento da colonização brasileira só foi possível graças aos fatores de produção trazidos do exterior, principalmente, da contribuição a "ferro e fogo" dos trabalhadores escravos vindos da África. Além disso, temos o investimento inicial proveniente do capital comercial de Portugal e Holanda, não se esquecendo que até mesmo a planta da cana-de-açúcar - cultivada em grandes extensões de terra durante a vigência do período colonial no Brasil - era originária da Índia. Isto tudo facilitado pela grande disponibilidade de

[38] O rigor ao método dialético demonstrado por Sodré, só faz confirmar a influência sofrida pelo autor das idéias de Georg Lukacs. Segundo o pensador húngaro em relação ao método histórico e dialético, devemos ser sempre ortodoxos a fim de resistirmos as aventuras do ecletismo teórico.

unesp

terras sem proprietários existentes no país, já que a cultura indígena não conhecia a propriedade privada.

O importante a destacar aqui é que, segundo Sodré, tanto o tráfico de escravos como a produção de açúcar destinada ao mercado exterior, pertenceriam as fases de transição para o capitalismo, sendo estes aspectos desde o início parte integrante deste sistema e não, como afirmava Caio Prado, indícios da fase feudal.

> A exploração colonial constituiria, desde logo – como atividade do tráfico negreiro –, um dos fatores mais poderosos para esse processo histórico de transição. O modo de produção não assumiria, de inicio, caráter autônomo. Integrava-se, necessariamente, na formação do capitalismo em escala mundial, realizando-se, preliminarmente, no Ocidente europeu. Mais do que isso: passava a ser uma das formas daquilo que ficou conhecido como acumulação primitiva (SODRÉ, 1990, p. 77).

Coerente com sua crítica aos defensores da tese do "capitalismo colonial", Sodré afirma que se a produção de artigos primários pela colônia foi voltada desde o início para o mercado exterior, isto não significaria que as bases destas relações de produção já seriam capitalistas, mas sim que serviram como fonte de acumulação necessária para o apogeu do sistema capitalista.[39]

Entretanto esta acumulação de riquezas efetuou-se exclusivamente no exterior, excluindo de seus dividendos "a maioria absoluta da população colonial" com ênfase, obviamente, aos escravos totalmente "despojados de meios de produção" e até mesmo da

---

[39] "A crítica remete à muito disputada tese de que o Brasil é capitalista senão desde Cabral, ao menos a partir de Tomé de Souza, mais exatamente, na expressão de Caio Prado Jr., "se entrosa" e "participa desde seus primórdios" "do sistema internacional do capitalismo". "É como parte e peça de um sistema mercantil internacional", que foi colonizado e "nessa mesma situação... se perpetua". Sem dúvida, é inegável que a plantação colonial marcou a transferência, em larga escala, do capital comercial para a esfera produtiva [...]. Mas o equívoco, do ponto de vista do marxismo, fica patente na identificação de "sistema mercantil internacional" a "sistema internacional do capitalismo". O caráter mercantil da produção, isto é, o predomínio da produção para a troca não se confunde com o caráter capitalista das relações de produção, que se baseiam no intercâmbio do trabalho vivo com o salário. Ao confundi-los, para sustentar que a economia brasileira é capitalista desde as origens, os "mercadocêntricos" privaram-se da possibilidade de explicar a desigualdade de desenvolvimento entre os países que permaneceram submetidos ao julgo colonial e os que dele se emanciparam" (MORAES, 2000, p. 162).

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

liberdade física. Em suma, os três séculos de duração do escravismo brasileiro já são a prova cabal da importância que teve este ultrajante segmento produtivo para a nossa formação social e econômica:

> sem o escravismo, essas formas da produção, de criação da riqueza colonial e posterior não teriam existido ou não passariam de episódios menores. No sentido histórico, finalmente, o escravismo foi o elemento fundamental no processo do fluxo de renda para o exterior, que foi o traço mais claro da exploração colonial (SODRÉ, 1990, p. 80).

Além do escravismo, Sodré sinaliza para outro aspecto de nossa formação social que teve um papel relevante dentro do quadro da "transplantação": o modo de produção "feudal". Sabemos das inúmeras controvérsias que foram geradas sobre a questão da existência ou não de feudalismo no Brasil. Dos debates intelectuais travados a respeito do tema – principalmente no decorrer dos anos 60 – um dos mais acalorados e conhecidos, aconteceu entre Nelson Werneck Sodré e Caio Prado Jr. Em relação a Prado Jr. já expusemos anteriormente as suas principais idéias sobre o assunto, falta-nos agora discutir os argumentos utilizados por Werneck Sodré em defesa da tese do feudalismo brasileiro.

Nas palavras do historiador, o fato do escravismo ter adquirido um caráter preponderante no desenrolar de nossa existência histórica, terminou ofuscando um outro tipo de relação de produção, no caso o feudalismo. Com efeito, a ocupação do território brasileiro ocorreu de forma bastante diversificada, no qual o modo de produção escravista não foi o único a se estabelecer, principalmente, nas chamadas áreas secundárias[40]. Assim, as relações

[40] "Foi a separação entre o pastoreio e a agricultura, na área açucareira, que motivou o aparecimento, em primeiro lugar, de uma área em que o escravismo não encontraria condições de vigência. Essa área, a do pastoreio sertanejo, definiu as suas linhas ainda no século XVI, e não fez mais, nos séculos seguintes, até o nosso tempo, quando ameaça modificar-se, do que acentuar os seus traços. Esses traços eram feudais. Embora as zonas feudais periféricas, desde o inicio e ao longo de todo o tempo, mantivessem ligação com as zonas escravistas, embora a expansão, embora a expansão pastoril tenha sido originada da atividade agrícola e com ela persistisse em relações, funcionando ora como válvula ora como reforço desta e lhe conferindo, por isso mesmo, um sentido de estabilidade que lhe permite resistir às adversidades, aquelas zonas assumiram, desde logo, fisionomia inteiramente diversa. A mais velha e mais nítida entre as diversidades foi a resistência natural ao escravismo e a implantação, desde o inicio, de relações feudais onde o pastoreio surgiu e cresceu (SODRÉ, 1967, p. 26).

unesp

de produção feudais surgiram em regiões que faziam vizinhança com as áreas predominantemente escravistas. Porém, nem todas as regiões onde o "feudalismo" participou da produção brasileira – voltada exclusivamente para a economia de subsistência – tiveram alguma proximidade com as áreas escravistas. Em outras amplidões territoriais – por exemplo, "na área vicentina do lagamar santista ao altiplano piratiningano" – as relações feudais exerceram um predomínio quase absoluto. Ou ainda

> Como apareceram na área amazônica em que, praticamente, o escravismo jamais foi dominante. Em extensão territorial, as áreas feudais somadas eram muito maiores do que as áreas escravistas, mas a sua população era muito menor. De modo geral, viviam isoladas, misturando relações feudais e economia natural (SODRÉ, 1990, p. 84).

Grande também foi a polêmica gerada em torno do conceito de "regressão feudal" concebida pelo autor. Na visão de Sodré em vastas áreas do Brasil onde antes prevalecia o regime de escravidão, por exemplo, nas regiões escravistas ligadas a produção açucareira e a mineração, numa fase posterior de decadência destas localidades em termos de desenvolvimento econômico, acabaram culminando em uma transição anacrônica do escravismo para um regime de servidão ou semi-servidão. Em suma, a descrição deste processo é feita da seguinte forma por Sodré:

> A ampliação dos vínculos com os mercados externos, na fase ascensional das áreas escravistas, em que a violência estava no caráter do regime, resultaria, nas fases de decadência, sob outra forma, sob a forma de relações feudais. Era o processo que denominei de regressão feudal, regressão porque ao desenvolvimento sucedia o atraso, ao contrário do que a evolução natural admitia. Nesta, o feudalismo, em relação ao escravismo, era avanço; aqui, marcava o atraso (SODRÉ, 1990, p. 86)[41].

[41] "Significa então que o Brasil colonial se caracteriza pela contemporaneidade do não coetâneo. Isso quer dizer que, embora a lógica histórica diga que são modos de produção que se sucedem, no Brasil escravismo e feudalismo convivem numa formação social compósita e segmentada, na qual a primeira forma aparece como mais avançada e a segunda como regressiva" (DEL ROIO, 2000, p. 88).

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

Polêmicas à parte, o que importa é que estas formas pré-capitalistas ou "entraves feudais" de acordo com Sodré, representavam dentro de um raciocínio dialético dos modos de produção – indo do modelo universal do Ocidente europeu e chegando a particularidade concreta do Brasil – a origem de nosso capitalismo retardatário. Eram estes fenômenos estruturais os responsáveis pela dualidade da agricultura brasileira, já que, por um lado, existia a agricultura de exportação – constituída pela grande lavoura – sempre às voltas com crises de superprodução enquanto, por outro lado, teríamos a agricultura doméstica de pequenas lavouras que não conseguiam, na maioria das vezes, atingir a demanda do mercado interno.

É neste quadro da realidade brasileira que o autor retrata a via ou caminho pelo qual o sistema capitalista se desenvolveu no país, conforme a "conceituação leniniana de via prussiana":[42]

> No campo, assim, de um lado estão os latifundiários ou latifundiários-capitalistas; de outro lado, a grande massa de arrendatários pobres, o semiproletariado e o proletariado rural, toda a massa de camponeses pobres, ao lado dos camponeses médios e da burguesia rural, em luta pela posse da terra, mas sempre empurrada para engrossar o proletariado rural. As contradições entre as forças produtivas e as relações de produção chegaram a um ponto crucial. Elas nos fornecem a caracterização, no Brasil, segundo um estudioso, de um desenvolvimento à moda prussiana, sob a ação e a influência do imperialismo. Avança sem dúvida a penetração capitalista, mas os restos vão sendo conservados e o monopólio da terra zelosamente defendido (SODRÉ, 1976, p. 355).

A constatação por parte de Sodré do tipo de capitalismo que se desmembrou em nossas terras, tem como parâmetro histórico de comparação a chamada "via clássica" do desenvolvimento capitalista. Podem ser englobados dentro desta perspectiva analítica, países como Inglaterra, França e Estados Unidos.

---

[42] Segundo Mazzeo, no caso brasileiro "o aspecto "prussiano" aparece, assim, no sentido da caracterização de um processo tardio de acumulação de capital, consagrado na análise leniniana como uma forma de desenvolvimento burguês, que se enquadra nas grandes tendências gerais de análise da entificação do capitalismo" (MAZZEO,1989, p. 119).

unesp

Neste contexto, tanto a Inglaterra como a França vivenciaram processos semelhantes em termos de realização da revolução burguesa. Em ambos os casos o desencadeamento de um processo revolucionário burguês, sepultou de maneira definitiva o modo de produção feudal. Contudo as características da revolução burguesa nos Estados Unidos em nível de comparação com o caso brasileiro, por razões obvias, parece-nos mais exemplar:: primeiramente, da mesma forma que o Brasil os Estados Unidos também já foi um país colônia e em segundo lugar, todos os dois foram marcados pelo passado escravista. Todavia em relação à passagem para o modo de produção capitalista, as diferenças entre estes paises são inegáveis. Não obstante, os americanos sem a herança de um passado feudal puderam executar, de uma só vez, a emancipação política junto com o desenvolvimento da revolução burguesa. Além disso, a extinção do escravismo brasileiro não ocorreu de maneira análoga a dos estadunidenses, conforme nos afirma Sodré:

> Aqui e ali o escravismo engendrava as suas próprias mudanças: ao mesmo tempo que fornecia as bases materiais da expansão econômica, constituia fator de emperramento, resistindo às mudanças. Mas esse processo dialético de sua liquidação, aqui e lá, assume condições diferentes. Lá, o desenvolvimento capitalista no Norte levara à guerra em que o Norte ocupa o Sul. Esse desenvolvimento capitalista encontrou grande estimulo nas possibilidades de acesso à terra, nos Estados Unidos. Aqui, a Lei de Terras, de1850 – note-se: é a data da suspensão do tráfico negreiro -, proíbe a aquisição de terras devolutas a não ser por compra, isto é, pressupõe uma estrutura capitalista plenamente instalada. A área pré-capitalista, aqui, vai entravar consideravelmente a passagem ao trabalho livre (SODRÉ, 1990, p. 106).

Não é por menos que Quartim de Moraes pontua como o "grande mérito teórico e político" de Sodré ter sempre procurado compreender os motivos do "atraso brasileiro" sob o prisma da "atrofia e frustração" de nossa revolução burguesa. Desta maneira, segundo o autor, o objetivo principal de suas interpelações seria

> entender como, no ventre promíscuo daquelas forças produtivas, geradoras e mantenedoras de velhas relações de produção, começaram a surgir novas forças produtivas e como estas, no seu desenvolvimento, conseguiram

> conquistar o poder e estabelecer novas relações de produção, que permitiam a preservação de seus interesses de classe, confundindo-os com o de toda a nação, como se os de todas as classes fossem por eles atendidos" (SODRÉ, 1990, p. 91).

Mas estas investigações histórico-políticas empreendidas por Sodré sobre a nossa formação social não possuíam apenas um valor abstrato, ao contrário, eram propositivas e vinculadas a sua visão da revolução brasileira. Qual seria então o eixo central da proposta política do historiador? Ora, devido à peculiaridade do desenvolvimento capitalista no Brasil, onde a herança do passado colonial contribuiu negativamente para a plena realização de nossa revolução burguesa, a questão nacional-democrática teria aqui um papel decisivo dentro da tática revolucionária.

Esta equação política era apresentada por Sodré da seguinte maneira: dentro da especificidade do quadro colonial brasileiro as classes dominantes daqui não possuiriam as mesmas características das européias. Neste sentido, a burguesia industrial, em particular, deveria aliar-se às classes progressistas – proletariado, campesinato e pequena-burguesia – com o objetivo de impulsionar a acumulação de capital a partir do desenvolvimento do mercado interno. Sendo a nacionalidade o elemento fundamental no combate aos inimigos internos, representados pelos latifundiários e pela burguesia mercantil em aliança com o inimigo externo, o imperialismo norte-americano.

A distinção entre as forças progressistas e forças reacionárias – conforme o contexto da revolução brasileira – aparece em Sodré de acordo com sua reflexão a respeito do "conceito de povo". Para ele, se a sociedade evolui e se modifica o conceito de povo não pode permanecer estático, e ainda que essas modificações sociais não ocorram de forma "arbitrária e acidental", sempre obedecem aos critérios exatos de cada fase histórica.

Em decorrência disto, segundo Sodré, com o desenvolvimento da sociedade surgem as classes sociais e, posteriormente, a divisão social do trabalho que separam: aqueles que do trabalho sobrevivem dos que do trabalho alheio usufruem para o seu bel prazer. Assim, a

unesp

partir deste processo, povo e população já não são a mesma coisa, pois, o "critério objetivo" para designar-se o conceito de povo deve estar ligado obrigatoriamente a luta de classes. Entretanto,

> encontra-se um traço geral, permanente, que atravessa a história e se repete em cada lugar, quando se trata de povo e se procura definir o conceito, para compreender o papel dessa força social na vida política. Esse traço é o seguinte: em todas as situações, povo é o conjunto das classes, camadas e grupos sociais empenhados na solução objetiva das tarefas do desenvolvimento progressista e revolucionário na área em que vive (SODRÉ,1978, p. 191).

Partindo deste ponto de vista, Sodré irá identificar as classes sociais que no caso especifico do Brasil, estariam interessadas em promover as reformas progressistas que necessitávamos. Desta forma, afirma o autor:

> Povo, no Brasil, hoje, assim, é o conjunto que compreende o campesinato, o semiproletariado, o proletariado; a pequena burguesia e as partes da alta e da média burguesia que tem seus interesses confundidos com o interesse nacional e lutam por este" (SODRÉ, 1978, p. 208).

A qualificação feita por Sodré de nossas classes sociais, tinha como propósito estabelecer o caráter da revolução brasileira que, segundo ele, na cabeça de alguns "ingênuos" apreciadores de posições originais, não passava de uma questão irrelevante já que o importante era fazer a revolução ao invés de conhecer o seu conteúdo. Neste ponto, parece-nos evidente que o alvo das críticas do historiador fora direcionado para o que se convencionou chamar de pensamento "esquerdista". Vejamos de que forma Sodré conferiu ao pensamento esquerdista a sua parcela de culpa pela interrupção do processo democrático com o golpe de abril de 1964:

> Era possível realizar as reformas se o povo se unisse e se organizasse para conquista-las; era possível, se assentassem em ampla base política -, naquilo que se conhece como frente, e justamente porque congrega, compõe, articula, une forças políticas heterogêneas, com interesses diferentes. Não era possível realiza-las sem mobilizar e organizar essa ampla base política,

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

> essa ampla frente. A frente era possível porque as reformas interessavam, objetivamente, concretamente, as forças que a deveriam compor ou compunham, desde a burguesia nacional até os trabalhadores do campo, englobando a pequena burguesia e o proletariado e semi-proletariado. Essa frente era possível desde que as reformas não tivessem conteúdo socialista – como não tinham. Colocar o problema de reformas socialistas era, além de desconhecimento da realidade, estreitar a frente, era impossibilitá-la mesmo. O esquerdismo, que desprezava as reformas porque elas não tinham conteúdo socialista, esforçou-se, então, a todo transe, para lhes conferir esse conteúdo: esforçou-se para justificar as acusações da reação (SODRÉ, 1978, p. 232).

O autor referia-se às propostas contidas nas propaladas reformas de base dos anos 60 que, na sua leitura, tiveram um sentido educativo e proporcionaram uma intensa politização em meio ao povo[43]. Porém, seguindo neste raciocínio, a campanha pelas reformas de base também serviram de lição política para o movimento progressista brasileiro, ou seja, por um lado, demonstraram os erros "direitistas" de supervalorização das reformas como um fim em si e, de outro lado, houve o problema das posições "esquerdistas" que reivindicavam a imediata implementação de medidas socialistas, por não acreditarem no conteúdo "revolucionário" das reformas. Mas na avaliação do historiador o peso político dos erros direitistas em relação aos esquerdistas, foram menores em virtude da seguinte questão:

> As reformas satisfaziam os que sofriam de direitismo; elas os contentavam de maneira absoluta. Não iriam mais adiante, desde que as consideravam o fim da transformação caracterizada como Revolução Brasileira. Mas lutaram por elas, interessaram-se pelo seu triunfo, e isso caracterizou como menor o seu erro. Quem estava mais próximo da reação, quanto ao resultado de atitudes, posições e ações, o direitista ou o esquerdista? É fácil responder. A deformação consistia em não saber distinguir reformas de estrutura de reformas superficiais. A luta pelas reformas era o meio principal de fazer avançar, no Brasil, o processo revolucionário. A conquista das reformas de estrutura correspondia á derrota do imperialismo, à emancipação nacional, ao desenvolvimento material do país. (SODRÉ, 1978: 231)

[43] O conteúdo das reformas de base era amplo, compreendendo a questões como a reforma agrária, cujo intuito principal seria possibilitar aos trabalhadores pobres o acesso a terra; a reforma urbana que tinha como objetivo proporcionar aos inquilinos da cidade, as condições necessárias para aquisição da casa própria; a extensão de direitos políticos a outros setores da sociedade, como o direito ao voto dos analfabetos e militares de baixa patente. Alem disso, faziam parte das propostas reformistas, algumas medidas nacionalistas geradoras de grande polêmica no Brasil à época, como por exemplo, uma ação política mais intervencionista por parte do Estado na economia; a estatização de empresas concessionárias de serviço publico; a regulamentação da remessa de lucros para o exterior, etc (FAUSTO, 2000).

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

Percebemos na passagem acima que, por detrás das idéias de Sodré, estava a fundamentação de um projeto nacional-democrático para o Brasil. A forma peculiar com que se desenvolveu a revolução burguesa no Brasil, qualificada pelo autor como uma revolução de "novo tipo" seria extremamente distinta do "modelo clássico". Dentro do receituário teórico sodréniano, as principais características desta revolução de novo ou segundo tipo – as formas clássicas teriam ocorrido na Inglaterra, França e Estados Unidos – seriam as seguintes: a presença de uma expressiva massa de camponeses que, devido a sua preponderância na produção de bens econômicos com a utilização de técnicas rudimentares, muito pouco contribuíam para o alargamento do mercado interno; uma pequena burguesia de quantidade relevante e com papel político em destaque; um proletariado em crescimento com formas de organização ainda débeis; uma burguesia ascendente com perspectivas de desenvolvimento ligadas ao mercado nacional. No contexto internacional as condições político-econômicas em relação às revoluções burguesas clássicas eram também diversas, ou seja, de um lado, os países de capitalismo retardatário sofriam com ação predatória do imperialismo americano e, de outro lado, depois da concretização da revolução na Rússia, operava-se a construção do socialismo em outros países.

Por estas razões é que o partido da vanguarda proletária no Brasil – no caso específico, o PCB – deveria aliar-se a "burguesia nacional" dentro da chamada frente única. É nessa direção que vai a afirmação de Sodré:

> A caracterização como democrática e nacional do tipo a que pertence a Revolução Brasileira significa que se trata de enfrentar o imperialismo, para a libertação econômica e política, de enfrentar o latifúndio, para libertar as forças produtivas e possibilitar a ampliação da área democrática. E significa, pois, que se trata, não de introduzir alterações socialistas, mas de ampliar relações capitalistas onde elas são ainda desconhecidas ou repelidas. A equiparação desse tipo ao primeiro é que leva à suposição de que essa ampliação de relações capitalistas terá, como coroamento fatal, admitido a-priori, o reforçamento da burguesia, conferindo-lhe, na correlação das forças de classe, aquele primado que lhe permitiu auferir a maioria das vantagens de sua revolução clássica. Mas a situação histórica é outra, as condições são

unesp

> inteiramente diversas, as externas como as internas. É errôneo estabelecer, profeticamente, como premissa básica, aquilo que pertence à etapa futura do processo. O estabelecimento dessa premissa deriva da equiparação mecânica de situações históricas diferentes, separadas por mais de um século de lutas, de transformações, de profunda e essencial alteração na correlação externa como na correlação interna das forças sociais. Equiparar a burguesia de países do tipo do Brasil à burguesia dos países em que se operou a revolução burguesa clássica, de outra parte, é deformação que indicia desconhecimento histórico irremediável. (SODRÉ, 1978, p. 247).

Segundo a visão de Sodré, a definição do caráter da revolução brasileira enquanto de conteúdo nacional-democrático não era mera formalidade, como assim acreditavam "alguns estudiosos, geralmente radicais" de nossa realidade histórica, mas, ao contrário disto, importava-nos pela sua vinculação direta com a concretização da revolução burguesa aqui, no qual caberia a burguesia brasileira uma participação política essencial.

Todavia alertava o autor, que a burguesia sempre interessaria mais a questão nacional e aos outros componentes da frente progressista, a questão democrática apresentava-se como de maior importância, apesar de, segundo Sodré, estas questões serem quase inseparáveis dentro do contexto da revolução. E assim que, para a burguesia:

> Se fosse possível separar a política da economia, a fórmula de acomodação estaria em ceder politicamente e resistir economicamente. Interessada mais no que é nacional do que no que é democrático, e tendo do nacional uma noção materialista vulgar, não lhe importaria a ditadura, o policialismo, o governo de força, se lhe permitisse lucrar à custa do salário; importa-lhe, porém, e muito, quando esse governo de força se coloca, não a seu serviço, mas a serviço do imperialismo. E os governos de força, na fase atual, em países de economia dependente, como o Brasil, não têm, na América Latina, outra saída (SODRÉ, 1978, p. 249) [44].

[44] A fim de reforçar o que diz Sodré a respeito do alcance político do regime democrático, principalmente, para as classes subalternas, vejamos as palavras de Quartim: "Mesmo entretanto em sociedades liberais cujas instituições adquiriam secular solidez, como a dos ingleses e estadunidenses, o poder do dinheiro mantém com igualmente longa solidez o dinheiro no poder. O acúmulo da riqueza burguesa na forma da concentração da propriedade dos meios de produção e a transformação em assalariados da grande e crescente maioria dos cidadãos aprofunda a radical desigualdade nas condições de exercício de direitos políticos entre burgueses e proletários. Os burgueses, além do dinheiro, dispõem da máquina do Estado capitalista, isto é de uma organização permanente de dominação de classe. Digam o que disserem os anarquistas de todos os matizes, a única forma de contrabalançar tal desigualdade é a organização e a ação coletiva dos trabalhadores. A diferença entre as sociedades burguesas meramente liberais e as democráticas consiste exatamente na ausência ou na presença de partidos e sindicatos independentes relativamente à ordem do capital. (MORAES, 1999, p. 20)

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

Por este motivo é que Sodré acreditava ser a nacionalidade, o ponto central de coalizão da política de frente única, pois tinha clareza da inoperância de uma aliança política que arregimentasse apenas a operários e camponeses. Assim, dentro da tática de desenvolvimento da "revolução nacional democrático-burguesa" no Brasil, numa perspectiva de luta antifeudal e antiimperialista, e

> diante da insipiência do movimento político dos trabalhadores do campo e da debilidade da organização sindical e política do movimento operário, a questão da posição política da pequena burguesia e da burguesia nacional passavam a ser decisivas. É em decorrência da correlação de forças sociais no campo nacional e popular que a questão nacional se define principalmente em torno do antiimperialismo (DEL ROIO, 2000, p. 92).

É necessário acrescentarmos que o autor, não negava a existência de "contradições no seio do povo" ou daquilo que entendia por povo,[45] principalmente, em relação aos antagonismos de classe entre burguesia e proletariado. Acontece que de forma semelhante à linha política seguida pelo PCB – posta em pratica, depois da *Declaração de Março de 1958* – a solução da contradição burguesia-proletariado se resolveria, segundo Sodré, com o decorrer da "Revolução Brasileira" e após a resolução de uma "contradição fundamental", ou seja, da "Nação" versus o imperialismo americano[46]. Em suma:

> A contradição entre a burguesia e o proletariado, assim, tem importância indiscutível para a luta de que o Brasil é teatro e para o conjunto de transformações que já foi consagrado como constituindo a Revolução

[45] "Povo brasileiro, nesta fase histórica, compreende o proletariado, o campesinato, a pequena burguesia e a parte da alta e da média burguesia conhecida como burguesia nacional". (SODRÉ, 1976, p. 401)

[46] "Os fatos mostraram que a aliança com a burguesia nacional repousava numa avaliação demasiado otimista de suas veleidades reformadoras, mas não, como pretendem seus detratores, que fabricaram uma versão caricatural do significado dessa aliança, intrinsecamente "oportunista" , "reboquista", "populista", ou coisa pior. Segundo Sodré, a contradição entre as burguesias dos paises dominados e o imperialismo "é um dado da realidade". A base objetiva da aliança das forças populares com a burguesia nacional consistia no comum interesse pelo desenvolvimento capitalista independente da dominação estadunidense. Essa posição, claramente expressa na *História da burguesia brasileira,* longe de ser mecânica, completa o reconhecimento da dinâmica econômica objetiva pela dialética da correlação de forças: entre "o imperialismo e as forças populares [...]", a burguesia "prefere *sempre* conciliar com o mais forte [...]. Na maior parte das vezes, o mais forte é o imperialismo". Não era fatal que o "empresariado"brasileiro optasse pela condição de sócio menor do Império estadunidense. Valia a pena lutar para que não passasse, como passou majoritariamente em 1964, para o campo da contra-revolução. As conseqüências continuamos a amarga-las até hoje (MORAES, 2000, p. 184).

unesp

> Brasileira. Só pode ser entendida, convém repetir, em sua conexão com as outras contradições. Tomada isoladamente, leva às posições do tipo da burguesia, quando, impulsionada pelo imperialismo, vê no proletariado o inimigo principal, ou a posições do tipo da extremada e sectária, de outro lado, que induz o proletariado a ver na burguesia o inimigo principal, contra o qual se deve concentrar o fogo (SODRÉ, 1967, p. 378).

Por fim, de acordo com as reflexões de Nelson Werneck Sodré, caberia a burguesia brasileira escolher entre participar da "construção de um povo-nação" ou de optar pelo alinhamento junto ao imperialismo. Esta não seria uma decisão meramente de cunho econômico e sim de "caráter político e cultural" (ROIO, 2000). Embora devamos ressaltar por meio das palavras do historiador, o seguinte fato:

> Freqüentemente, no que se refere a problemas internos, mas também no que se refere a problemas externos, ou de política exterior, as classes dominantes, que se dizem povo, afirmam, ao decidir sobre aqueles problemas segundo os seus interesses de classe, que o fazem em defesa dos interesses "nacionais", na preservação dos direitos "nacionais", e repetem a expressão "tradições nacionais". Confundem, assim, os seus interesses com os interesses nacionais e supõem encarnar a vontade nacional, isto é, à vontade do povo. As classes dominantes, entretanto, inclusive porque minoritárias, não representam o povo, no geral, e nem sempre representam a nação, embora detenham o poder, dominem o Estado e proclamem a sua identidade com o que é nacional. Existe o deliberado propósito de confundir todas as classes e os seus interesses, como se estes fossem comuns e idênticos em todos os problemas, e a classe que detém a representação política fosse apenas a interprete de todas as classes porque com interesses idênticos aos de todas elas (SODRÉ, 1978, p. 192).

unesp

1.4 Carlos Marighella: em defesa da luta política entre as forças nacional-populares e a "burguesia nacional" pela hegemonia da revolução brasileira

> *A burguesia é bem verdade, deve forçosamente temer a estupidez das massas enquanto essas se mantêm conservadoras, assim como a sua clarividência, tão logo se tornam revolucionárias (Karl Marx, O 18 Brumário de Luiz Bonaparte).*

Antes de abordarmos o tema proposto no subtítulo, faremos uma breve recapitulação da trajetória histórica-política do revolucionário brasileiro, Carlos Marighella. O ingresso de Marighella no Partido Comunista do Brasil[47] ocorreu em 1930. Já em 1932 vincula-se a Federação Vermelha dos Estudantes, órgão ligado ao PCB. Levado pelas exigências da militância política, acaba por abandonar o curso de Engenharia Civil no terceiro ano. Seria eleito deputado federal pelo PCB baiano em 1945 – um dos raros momentos em que o partido pode permanecer na legalidade. Mas, passados apenas dois anos, o PCB é colocado novamente na ilegalidade – sob o argumento jurídico de que não seria um partido brasileiro e sim uma filial do PC da Rússia – e por conseguinte são cassados os mandatos de seus parlamentares.

Já sob o tenso ambiente político da Guerra Fria – no qual o sentimento anticomunista começava a aflorar pelo mundo – o PCB lançaria, em 1950, o chamado Manifesto de Agosto. O documento foi considerado por alguns estudiosos da história do partido como portador de uma proposta política "sectária e voluntarista", principalmente pela conclamação ao povo para que pegasse em armas contra o governo brasileiro, recomendando

[47] Quando de sua fundação, em 1922, o partido chamava-se Partido Comunista do Brasil (Seção Brasileira da Internacional Comunista). Depois de 1961 – na tentativa de legalizar-se – foi rebatizado com o nome de Partido Comunista Brasileiro

unesp

a formação de um Exército Popular de Libertação Nacional[48]. sem ao menos avaliar a fundo nossa conjuntura política e econômica da época, na qual as reivindicações das classes populares giravam basicamente em torno da melhoria das condições salariais e de trabalho.

Na verdade, as novas diretrizes políticas do partido contidas neste documento começaram a ser traçadas com o Manifesto de janeiro de 1948 que tinha por desígnio fazer uma autocrítica da tática política empregada no período anterior, que havia se caracterizado tanto "pela sistemática contenção da luta das massas proletárias em nome da colaboração operário-patronal e da aliança com a 'burguesia-progressista' quanto pela pouca atenção dada às lutas dos trabalhadores rurais contra o latifúndio, o que significava a subestimação na prática da massa camponesa como principal aliado do proletariado (SEGATTO, 1989, p. 71).

Seguindo esta linha autocrítica, segundo Mazzeo, a modificação fundamental contida no Manifesto de Agosto em termos de concepção política teria sido a redefinição dos atores políticos que deveriam alinhar-se dentro da Frente Democrática de Liberação Nacional.

> Isso fazia com que o partido se voltasse para composições políticas que privilegiassem o proletariado, o campesinato e os setores da pequena burguesia, além de, marcadamente, buscar uma ação independente de classe. Portanto, a nova direção política buscava centrar sua política nos segmentos subalternos da sociedade civil, no sentido de construir uma hegemonia alternativa (MAZZEO, 1999, p. 75).

Em 1952, Carlos Marighella passa a ser integrante dos dois principais órgãos do partido, a Comissão Executiva e o Secretariado Nacional. Foi na condição de membro da Comissão Executiva que neste mesmo ano comandou a primeira delegação de comunistas

---

[48] Vide esta passagem do Manifesto de Agosto, assinada por Luís Carlos Prestes: "Avançamos com coragem e audácia no caminho das lutas revolucionárias de massa. É este o caminho que de nós exigem os superiores interesses nacionais. À medida que se agrava a situação do país e aumenta o perigo de guerra no mundo inteiro, aumentam a radicalização e a combatividade das massas trabalhadoras. À frente delas não devemos recear as formas de luta mais altas e vigorosas, inclusive os choques violentos com as forças da reação e os combates parciais que nos levarão à luta vitoriosa pelo Poder e à libertação nacional do jugo imperialista (VINHAS, 1982, p. 155).

unesp

brasileiros a visitar a China. No decorrer dos anos 50, o comunista baiano participou ativamente das lutas sociais e políticas dos trabalhadores, principalmente em São Paulo, para onde seria destacado pelo PCB a fim de reorganizar o movimento operário do Estado. Neste período, Marighella ajudou a articular algumas greves operárias e também, em 1953, liderou a chamada *passeata de cem mil pessoas contra a carestia.*

Com efeito, as divergências de Marighella com o partido estão ligadas a uma série de mutações teóricas, políticas e organizativas que o PCB sofreu desde a chamada grande crise interna (1956-1962). Contribuíram para o desencadeamento deste processo uma gama de elementos conjunturais: acontecimentos políticos como o suicídio do presidente Getúlio Vargas, o impacto sofrido pelo PCB com a divulgação das informações do relatório de Nikita Kruschev no XX Congresso do PCUS (1956), que acusava Stalin de crimes inimagináveis e de todos os erros cometidos da URSS, além da própria crise política-ideológica que o PCB enfrentou nos anos 1956-57 e suas repercussões transformadoras.

Foi através desta constelação de fatores que os comunistas brasileiros puseram em xeque as formulações políticas solidificadas na doutrina do marxismo-leninismo, tal como forjadas pela Internacional Comunista (IC), ainda que de forma parcial. Desta forma, devido à revisão de suas concepções e programas para o Brasil, o PCB passou por significativas modificações em sua estrutura interna, que deram início a um processo de renovação inexorável dentro do partido.

Neste sentido, o suicídio de Getúlio Vargas na manhã de 24 de agosto de 1954 – que pegou de surpresa os comunistas brasileiros – determinou obrigatoriamente que se modificasse radicalmente as relações do Partido com o PTB e as outras "forças progressistas".

Luís Carlos Prestes (na ocasião, Secretário Geral do PCB), em uma carta redigida um mês depois do fato ocorrido com Getúlio Vargas, procurou expressar sua preocupação

unesp

com o tipo de oposição política feita pelos comunistas ao governo Vargas, sinalizando para a necessidade de união com os trabalhistas. Segundo ele:

> Os acontecimentos nos colocaram no mesmo terreno de luta (...) Mais do que nunca é indispensável que trabalhistas e comunistas, que constituem as duas maiores e mais poderosas correntes do movimento operário em nosso país, unam suas forças, estendam-se fraternalmente as suas mãos contra o inimigo comum (...) É um dever patriótico de comunistas e trabalhistas fazer todos os esforços para aplainar o terreno da unidade, para afastar tudo que nos posa separar e combater a todos que nos queiram dividir (PRESTES, 1954: 123-126).

Apesar disto, de acordo com algumas leituras, o impacto do suicídio de Vargas e suas repercussões na sociedade civil, não serviram para que, com a realização do IV Congresso do PCB, entre os dias 7 e 11 de novembro de 1954, em São Paulo – portanto, menos de três meses após a morte de Getúlio – os comunistas pudessem fazer

> uma reflexão a respeito do desacerto da linha política. No Quarto Congresso, nenhuma autocrítica foi feita pela direção e a linha ganhou confirmação integral. A modificação introduzida na redação definitiva do Programa se resumiu à substituição da proposta de derrubada do Governo de Vargas – então já sepultado - pela derrubada do 'atual governo'" (GORENDER, 1999, p. 25).

Ou então, nesta mesma linha de raciocínio:

> (...) o impacto da crise política não logrou imediatamente abrir qualquer brecha na alienação reinante. De fato, o Congresso se realiza como se nada tivesse acontecido, com se a situação política não tivesse sofrido alterações substanciais. Das assembléias de base às reuniões finais, o Encontro foi encaminhado na mais rigorosa e inútil clandestinidade. E nenhuma mudança foi introduzida no Programa do Partido, que continua pregando a "derrubada do governo de latifundiários e grandes capitalistas" à base de uma leitura que considera o Brasil um "país semicolonial e semifeudal", cujas relações de produção "opõem-se violentamente ao desenvolvimento das forças produtivas" e as "classes moribundas impedem o livre curso da lei de correspondência obrigatória (sic) entre as relações de produção e o caráter das forças produtivas" (VINHAS, 1982, p. 133).

unesp

Em 31 de janeiro de 1956 – após uma tentativa frustrada de golpe militar articulada por Café Filho e impedida pelo Congresso Nacional, militares nacionalistas e a pressão das massas populares – tomou posse o presidente Juscelino Kubitschek. O seu governo seria marcado pela estratégia da conciliação, combinando desenvolvimento econômico com estabilidade política. Nesta mesma época, Carlos Marighella foi destacado para dar orientação ao trabalho no campo. Seu principal objetivo político era articular uma aliança entre operários e camponeses - problemática que, para ele, seria a questão central da revolução brasileira. No documento intitulado *O Primeiro Aniversário do IV Congresso do Partido e as nossas experiências no trabalho de campo*, definiu o Brasil como um país atrasado:

> (...) semicolonial e semifeudal, onde a revolução tem carater antiimperialista e agrário antifeudal. Cerca de 70.000 latifundiários, ou seja pouco mais de 3% do total de proprietários, possuem mais de 62% de todas as terras. Cerca de 10 milhões de camponeses e assalariados agrícolas não possuem terra alguma. Milhões de trabalhadores do campo estão sob a mais odiosa exploração e dominação por parte dos grandes proprietários de terra, sujeitos aos restos feudais, vivendo na maior miséria, sem dispor dos mais elementares direitos democráticos. É imprescindível dar uma atenção cada vez maior ao trabalho de campo. Sem o trabalho entre os camponeses não pode haver frente democrática de libertação nacional. Por sua vez, a frente democrática de libertação nacional não é mais do que a expansão da aliança operário-camponesa. O trabalho fundamental do Partido nós o devemos desenvolver, por isso, entre os operários e os camponeses (MARIGHELLA, 1955, p. 53).

Neste contexto, o governo de Juscelino Kubitschek – apesar de ser caracterizado pelo PCB como dúbio e vacilante quanto às suas ações políticas – permitiu que o partido, devido a um razoável ambiente democrático em conjunto com um progressivo desenvolvimento econômico no país, pudesse novamente vislumbrar a possibilidade de aprovar, perante a justiça, sua legalidade.

Mas de todos esses eventos políticos o mais importante, de maior repercussão no seio do partido e que contribuiu de forma devastadora para o encaminhamento da "nova

unesp

política" do PCB – em forte contraste à elaborada no Manifesto de 1950 e confirmada quase integralmente pelo IV Congresso do PCB – foi a divulgação do *Relatório Secreto* de Nikita Kruschev apresentado no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (1956).

No documento, o principal dirigente comunista da URSS apresenta Stálin como um ditador cruel, capaz de ordenar a morte de vários cidadãos considerados suspeitos de conspiração, chegando até a forjar processos criminais para afastar de seu caminho os melhores quadros da revolução. O socialismo de Stálin era uma forma de poder monolítica e antidemocrática, centralizada na figura de um homem só. A propagação do informe por parte do PCUS provocou enormes perturbações em meio ao movimento comunista mundial e o PCB figurou entre os partidos mais abalados (GORENDER,1999).

Após um processo de intenso debate interno o PCB chegou a elaboração de um documento que ficaria conhecido como a *Declaração de Março de 1958* e que trazia uma nova orientação política. Devido às transformações mundiais, a revolução brasileira deveria ser realizada não mais sob a forma de luta armada e sim pela via pacífica. Propunha-se o desenvolvimento da luta de massas e de lutas comuns com a "burguesia nacional" e com a pequena burguesia, tendo em vista derrotar o imperialismo e extirpar do país os "restos feudais", isto é, dissolver as duas contradições fundamentais presentes no Brasil: a exploração ilimitada do imperialismo norte-americano e a preservação do monopólio da terra. Contudo,

> A sociedade brasileira encerra também a contradição entre o proletariado e a burguesia, que se expressa nas varias formas da luta de classes entre operários e capitalistas. Mas esta contradição não exige uma solução radical na etapa atual. Nas condições presentes de nosso país, o desenvolvimento capitalista corresponde aos interesses do proletariado e de todo povo (DECLARAÇÃO SOBRE A POLÍTICA DO PARTIDO COMUNISTA, 1958, p. 13).

Ainda segundo a Declaração, a democracia no país apontava para uma tendência permanente e teria condições de vencer qualquer obstáculo ou risco de retrocesso. Sinalizava

unesp

o crescimento do movimento operário e o desenvolvimento da frente única nacionalista e democrática. De acordo com a nova orientação política do PCB,

> o processo da revolução brasileira não poderia ser o da imediata liquidação do regime econômico-social existente, mas o da gradual acumulação de reformas profundas e conseqüentes dentro do próprio regime, chegando até as transformações radicais exigidas pelo desenvolvimento histórico brasileiro em sua presente etapa (PRESTES, 1958, p. 31)[49].

Isto significava, em suma, que a Declaração de 1958 não modificava a visão da revolução brasileira por etapas – isto é, reafirmava que o essencial era promover o desenvolvimento capitalista no Brasil –, considerando que a primeira etapa da revolução seria de caráter nacional e democrático, de conteúdo antiimperialista e antifeudal – elementos de entrave para o desenvolvimento do capitalismo brasileiro, com os quais era necessário estabelecer uma ruptura política. Essa seria a condição para se materializar o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas e garantir a independência nacional. Nessas condições é que tomaria forma, de maneira concreta, a problemática da revolução socialista – objetivo estratégico do PCB e do movimento comunista internacional[50].

---

[49] Para Mazzeo, "no contexto da "etapa" democrático-burguesa da revolução brasileira, a nova contradição fundamental se dava entre a burguesia "nacional e progressista" e os segmentos tradicionalmente vinculados ao imperialismo norte-americano, que estariam constituindo os núcleos antidemocráticos do país. Além do mais, privilegiava-se a ação legal, por meio da "via pacífica" para o socialismo, que passava a ser o elemento central da política dos comunistas. Portanto, a atuação do partido deveria ser realizada por meio da Frente Nacionalista, constituída por "patriotas da burguesia nacional", da pequena burguesia e do proletariado urbano e rural. Deslocava-se, assim, o fulcro da política do PCB, que deixava de privilegiar a base material da sociedade – a luta econômica politizada – , travada na disputa pela hegemonia do movimento sindical, para favorecer o campo das amplas alianças, subordina a luta do proletariado ao politicismo de viés liberal e institucionalista. Essa formulação do grupo dirigente tardio configura-se nitidamente como gradualista, na medida em que a hegemonia do proletariado seria conseguida mediante graduais conquistas democráticas, que estariam sendo favorecidas pelo desenvolvimento econômico do país (MAZZEO, 1999, p. 85).

[50] "A revolução no Brasil, por conseguinte, não é ainda socialista, mas antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática. A solução completa dos problemas que ela apresenta deve levar à inteira libertação econômica e política da dependência para com o imperialismo norte-americano; à transformação radical da estrutura agrária, com a liquidação do monopólio da terra e das relações pré-capitalistas de trabalho; ao desenvolvimento independente e progressista da economia nacional e à democratização radical da vida política" (CARONE, 1983, p. 184).

unesp

Com a derrota das forças progressistas, incluindo o PCB, em virtude da consumação do golpe de 64, as diretrizes políticas definidas pela Declaração de 1958 e ratificadas pelo V Congresso (1960) foram alvo de severas críticas. Desta forma, iniciava-se um amplo processo de discussão interna sobre as razões que levaram ao desfecho do golpe de 64, que apontavam para duas tendências distintas: uma afirmava ter sido os desvios "esquerdistas" de radicalização do processo e estreitamento da frente política que determinaram a derrota em 1964; já a segunda analisava a derrota como produto da posição subalterna do partido diante da burguesia nacional e do governo Goulart. Essa segunda tendência, muito heterogênea, passou a não ver outro caminho para o desenvolvimento da revolução brasileira que não fosse pela via armada, através da guerra de guerrilhas.

Feitas estas considerações, veremos como Marighella se inseriu neste debate ressaltando dois aspectos interligados de seu pensamento, que contribuíram de forma derradeira para a sua ruptura política com o partido: o primeiro, dizia respeito ao horizontalismo da política pecebista, isto é, o privilégio do trabalho de cúpula em relação ao trabalho pela base e, um segundo aspecto, seria a luta constante e inegociável por parte do proletariado – defronte à "burguesia nacional" – pela conquista da hegemonia da revolução brasileira.

É preciso reforçar a idéia de que a mudança de comportamento político de Marighella – militante comunista desde os anos trinta – não ocorreu da noite para o dia, seguindo uma atitude "voluntarista". Foi, ao contrário, fruto de um longo processo de reflexão política, que nunca se prenderam a posições estáticas, mas, sim, conforme as transformações dinâmicas da realidade histórica. Vejamos por exemplo, um pronunciamento de Carlos Marighella em um ato político promovido em sua homenagem, efetuado em junho de 1945:

> é a democracia que desperta e marcha. Se assim é, o que compete aos verdadeiros democratas é impulsionar a democracia para diante. A

> democracia não se faz sem o povo. Os golpes armados, a desordem, a violência, não ajudarão a marcha da democracia para frente, que deve ser feita sem esses atropelos (MARIGHELLA, 1999, p. 494).

Naturalmente, o contexto político em que procedeu-se esta locução de Marighella, foi completamente diferente daqueles dos anos 60. Havia, nesta época, todo um apelo a favor da democracia, pois a conjuntura política nacional e internacional – devido ao fim da Segunda Guerra Mundial – parecia ser favorável à coexistência pacífica entre os povos, que permitiu até uma breve permanência do PCB na legalidade.

Por meio de um exercício comparativo é possível verificar como as idéias de Marighella, favoráveis à manutenção da democracia e contra a insurreição armada, sofreram profundas modificações. No livro *Porque resisti à prisão* de 1965, escrito após a instalação do regime militar no Brasil, isto fica claro:

> As condições em que lutamos pela democracia agora são outras, e a própria vigência da ditadura atual obrigou as forças populares e nacionalistas á reformulação de inúmeras questões. É um contra-senso esperar que – após o emprego da violência pelos golpistas e a subversão que eles realizaram – as forças mais conscientes em luta contra a ditadura viessem a propor pura e simplesmente o retorno à situação anterior, à volta àquela democracia mal protegida, tímida ante os direitos das grandes massas, impiedosa para com os camponeses brasileiros (MARIGHELLA, 1995, p. 136)[51].

Com efeito, Quartim de Moraes diz que o empenho da corrente pecebista – que preparou a chamada "nova política" do partido a partir de 1958, consolidada no V Congresso de 1960 –, foi de pôr em prática, prioritariamente, além da aliança com a burguesia nacional, objetivos programáticos de viabilização da luta eleitoral e do alargamento dos direitos democráticos, como uma tática de acumulação de forças e não conforme princípios pré-

---

[51] Para Florestan Fernandes, "Marighella descobriu algo que ele chama, de maneira pitoresca, *democracia racionada*, um regime que identificava a democracia burguesa existente no Brasil. Esse conceito de democracia racionada equivale àquilo que os cientistas sociais denominam democracia restrita, uma democracia que nominalmente defende a todos mas, na verdade, é monopolizada pelos poderosos" (FERNANDES, 1999, p. 207).

unesp

estabelecidos. Mas, segundo esse mesmo autor, "mudar de tática é adequar as forças da revolução a uma situação nova. Persistir na mesma tática numa conjuntura distinta é passividade, inércia" (MORAES, 2000: p. 158).

Ora, diante da passividade do núcleo dirigente do PCB em relação aos acontecimentos que culminaram na institucionalização da ditadura militar no Brasil ficou patente, de acordo com a análise de Marighella, o despreparo ideológico e a falta de percepção da direção partidária para uma eventual mudança de rumos da situação política nacional, devido à exacerbação da luta de classes no país. Neste caso, o redirecionamento da tática comunista – de acordo com uma nova conjuntura política – parece não ter sido seguida à risca pela direção do partido, nos desdobramentos políticos anteriores à instalação do regime militar.

É por está razão que Marighella, em 1966, ao escrever uma carta a Executiva do PCB – pedindo o seu afastamento da direção nacional – afirma com grande contundência que, "o golpe de abril – vitorioso sem nenhuma resistência – mostrou mais uma vez que política e sobretudo ideologicamente estávamos mesmo despreparados" (MARIGHELLA, 1979, p. 91). Para ele, o partido já vinha há tempos subestimando a possibilidade de um golpe de direita no Brasil. Cita como exemplo o episódio da renúncia de Jânio Quadros, em 1961, no qual os dirigentes pecebistas, em autocrítica, reconheceram publicamente que foram surpreendidos pela tentativa de impugnação por parte dos militares da posse do vice-presidente João Goulart – considerado pelos conservadores um homem próximo demais dos sindicatos e, cujo governo poderia abrir caminho para a chegada dos comunistas ao poder. Esta problemática acabou sendo resolvida com a instalação do parlamentarismo pelo Congresso nacional, numa solução

unesp

meramente conciliatória que no fundo pretendia estabelecer um maior controle sobre os poderes presidenciais[52].

Durante as discussões internas (1961-64) o comunista baiano advertiu a seus companheiros de PCB para o perigo de uma nova investida da direita golpista, tendência que se confirmou com o golpe militar de abril de 1964. Isto devia-se, primordialmente, a falta de "lastro ideológico" da direção partidária. Para ele:

> Ao realizar a luta interna, o partido marxista tem em mira fortalecer-se na luta contra a ideologia e concepções hostis a classe operaria. A luta interna – como luta ideológica – possui um caráter *partidarista*, quer dizer, não visa a debilitar o proletariado e permitir a infiltração ou o prosseguimento da infiltração ideológica burguesa, com tudo o que ela tem de pernicioso, mas exatamente levar à derrota a ideologia da burguesia. Dentro do partido marxista do proletariado – como em tudo mais que se vincula com a ideologia – esta tem um caráter de classe. A ideologia do partido é uma ideologia determinada, é a ideologia do proletariado. Sobre ela, porém, exerce uma enorme influencia a ideologia burguesa, vinda do exterior (...) A derrota do partido marxista do proletariado é – via de regra – conseqüência de erros que se localizam na incompleta acumulação ideológica no seio da vanguarda ou na influencia demasiado acentuada da ideologia burguesa. Outras causas de erros podem subsistir. Mas o fundamental consiste em causas ideológicas (MARIGHELLA, 1966, p. 8 – grifo do original)

Este "desvio ideológico" cometido pelo partido foi, segundo o autor, o elemento determinante para uma ação política à reboque dos setores burgueses ligados ao governo de João Goulart. Conforme as suas palavras:

---

[52] Para Mazzeo: "A crise que se desencadeia com a renuncia de Quadros demonstra claramente duas questões que aparecem interligadas: em primeiro lugar, o esgotamento das alianças políticas das frações componentes da burguesia e a necessidade de reordenamento da dominação política burguesa, como conseqüência imediata da crise das formas de acumulação instituídas no governo Kubitschek, o que punha em risco a continuidade da oligopolização da economia brasileira e sua permanência no quadro do redimensionamento da economia internacional. As transformações externas do capitalismo mundial e do imperialismo aprofundam ainda mais as dificuldades dessa burguesia, forçando-a a entender que ela não podia reintegrar o Brasil no quadro da economia mundial sem romper também com a utopia da democracia burguesa em um país de tradição colonial – e com a ilusão de um nacionalismo burguês -, dada a subordinação estrutural da economia brasileira aos pólos centrais do capitalismo. Em segundo lugar, a fragilidade mesma da democracia brasileira e das estruturas representativas institucionais, incluindo as político-partidárias, expressando o caráter, a tradição histórico-ontológica da formação social brasileira e os limites que uma autocracia burguesa institucionalizada impõe ao funcionamento das instituições, ainda que dentro de uma legalidade político-institucional totalmente hegemonizada pela burguesia (MAZZEO, 1999, p. 137).

unesp

> Acreditava-se que a burguesia seguiria o caminho das reformas pacíficas sob a pressão do movimento de massa, e que a direita não se levantaria. E que, se isto acontecesse, a burguesia tomaria a iniciativa da resistência e do combate aos golpistas. Foram inúmeras as vezes em que repetimos que o desencadeamento de um golpe de direita seria a guerra civil no país ou que à violência dos golpistas responderíamos com a violência das massas. Como as palavras não coincidiram com os fatos, isto significa que não nos preparamos. Estávamos confiantes em que o governo resistiria. Nem ao menos denunciamos insistentemente o golpe de direita. Deixamos de chamar as massas à vigilância e não as alertamos para a eventualidade de uma resistência (MARIGHELLA, 1979, p. 50).

Em relação a esta questão, acreditamos ser de relevância a reprodução aqui de dois pronunciamentos da Comissão Executiva do PCB após a "abrilada" militar no Brasil, de conteúdo substancialmente distintos. O primeiro referente a maio de 1964, foi recuperado parcialmente por Jacob Gorender do Inquérito Policial-Militar de numero 709. Pelas condições de isolamento forçado do partido, coube a um pequeno grupo a elaboração do documento. Entre estes militantes, estavam Marighella, Mario Alves e Jover Telles, representantes de uma ala à esquerda da direção pecebista. Citamos o opúsculo:

> Absolutizamos a possibilidade de um caminho pacífico e não nos preparamos para enfrentar o emprego da luta armada pela reação. Embora nos documentos do P. se afirmasse que um dos caminhos possíveis para a conquista de um governo nacionalista e democrático era a ação armada do povo e de parte das Forças armadas, em resposta a uma tentativa golpista, estávamos inteiramente despreparados para isso no terreno político, ideológico e pratico (...) É necessário examinar as causas da vitória da reação e assumir uma posição autocrítica a fim de traçar uma orientação acertada. Essa autocrítica deve ser feita com equilíbrio. Não devemos ocultar os erros cometidos, nem cair no negativismo (ESQUEMA PARA DISCUSSÃO, apud GORENDER, 1999, p. 95).

O segundo documento teve sua redação concluída após os debates empreendidos durante a realização do VI Congresso Nacional do PCB, sob o titulo de *Resolução Política* (dezembro de 1967). Não obstante, na passagem do texto em que os dirigentes da Comissão Executiva procuram fazer uma reavaliação dos erros cometidos pelo órgão partidário em virtude da instalação do regime militar no Brasil, o foco de suas críticas aponta para os

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

desvios pequenos-burgueses (esquerdismo) como um dos fatores políticos decisivos para a capitulação do PCB frente ao golpe de 1° de abril e que, naquela altura, os representantes deste viés "voluntarista" persistiam em impor ao partido uma linha política aventureira (o combate a ditadura militar pela via armada) , uma posição autocrítica bem diferente da apresentada no documento anterior – onde não se encontrava presente Luis Carlos Prestes e nem a maioria da corrente diretiva ligada politicamente a seu secretário-geral. Dizia a Resolução:

> É certo que cometemos erros, e numerosos. Taís erros não teriam, porém, força bastante para retirar da direção correta o conjunto de nossas atividades e, tão pouco, para levar-nos ao desespero e à aventura após a derrota. (...) O grupo que procura cindir o Partido e impor uma orientação aventureira e "esquerdista" não faz mais do que se opor a esse avanço histórico do nosso Partido e servir de instrumento das mesmas concepções atrasadas e estranhas ao marxismo que tanto mal nos causaram no passado (...) O revés sofrido em 1964 pôs a nu muitas das nossas debilidades e revelou com maior clareza a nefasta influência que ainda exerce em nossas fileiras, a começar pela direção, uma falsa concepção que se manifesta de maneira predominante nos momentos decisivos de nossa vida. É uma concepção errônea do processo revolucionário, de fundo pequeno-burguês e golpista, que consiste em admitir a revolução não como um fenômeno de massas, mas como resultado da ação de cúpulas ou do Partido. Ela imprime á nossa ação um sentido imediatista, de pressa pequeno-burguesa, desviando-nos da perspectiva de uma luta persistente pelos objetivos táticos e estratégicos, através do processo de acumulação de forças e de conquista da hegemonia do proletariado (RESOLUÇÃO POLÍTICA, 1967: p. 185).

Em síntese, parece-nos sintomático o antagonismo existente entre estas duas perspectivas políticas que, posteriormente, iriam determinar um movimento de cisão dentro do PCB. As oposições programáticas eram bem conhecidas: caminho pacífico ou luta armada para liquidar a ditadura militar; conciliações político-eleitorais ou desenvolvimento da luta de massas; o reboquismo político pró-burguesia ou a condução do processo revolucionário pelo proletariado em aliança com os camponeses.

No entanto, a respeito da *Resolução* ainda, o que chama mais a atenção é que, de acordo com autocrítica pecebista de "direita", dentre os erros políticos cometidos pelo partido

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

em torno do pré-64, encontram-se os dois pilares da critica de Marighella ao PCB. Transcrevemo-las: a admissão da "revolução não como fenômeno de massas, mas como resultado da ação de cúpulas ou do Partido" e a desvirtuação da "perspectiva de uma luta persistente pelos objetivos táticos e estratégicos, através do processo de acumulação de forças e da conquista da hegemonia pelo proletariado".

Quanto à valorização em demasia do trabalho político de cúpula pelo partido, o ex-militante do PCB, José Luiz Del Roio (que foi membro também da Ação Libertadora Nacional de Marighella), declarou que "devido à proximidade política do PCB com o governo João Goulart durante o pré-64, o partido terminou se aburguesando demasiadamente"[53].

Parece bastante significativa esta reflexão de J. L. Del Roio, sobretudo, se levarmos em conta o caminho utilizado pelo PCB na aplicação de sua linha política perante o governo João Goulart. Com efeito, a maior parte dos integrantes do Comitê Central – ao contrário da corrente liderada por Carlos Marighella e Mario Alves[54]; que condenava a posição "capitulacionista" e "oportunista" do partido, com respeito às vacilantes conciliações daquele governo com a "burguesia nacional", os latifundiários e o imperialismo norte-americano – mantinham-se confiantes na possibilidade real de se efetuar as reformas de base ainda sob o governo de Goulart.

Por este motivo é que o PCB resolve, a partir de dezembro de 1963, manter conversações com emissários ligados diretamente ao presidente. O objetivo principal dessas discussões fora à elaboração de um plano conjunto de governo, já que a intenção de João Goulart, naquele momento, era de constituir uma ampla frente política, que envolvesse desde o PSD (Partido Social Democrático) até os comunistas.

---

[53] Depoimento concedido a Antonio Guedes por José Luiz Del Roio, em agosto de 2001.

[54] De acordo com Jacob Gorender, este grupo formado no interior do partido que ficou conhecido como *Corrente Revolucionária*, permaneceu fazendo oposição ao Comitê Central até seu rompimento definitivo com o PCB, em dezembro de 1967. Entre os integrantes da *Corrente* estavam o próprio Gorender, Marighella, Jover Telles, Joaquim Câmara Ferreira, Apolônio de Carvalho, Miguel Batista dos Santos, etc.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

Com tudo isto, o PCB acabou levando a sério estas reuniões e chegou a apresentar ao governo propostas relativas às reformas de base, em pontos específicos sobre a defesa da economia nacional; no respeito às liberdades democráticas e a uma política salarial favorável aos trabalhadores. A medida da superestimação do partido sobre a desfavorável correlação de forças que se formou em torno do governo Goulart, tem como maior ilustração a célebre declaração do então secretário-geral do PCB, Luis Carlos Prestes: *"Não estamos no governo, mas estamos no poder!"*.

No capítulo XVIII de *Por que resisti à prisão,* Marighella procura frisar que a passividade demonstrada pela liderança comunista em virtude dos desdobramentos políticos que culminaram no movimento militar-golpista de 1964, devia-se fundamentalmente a *perda de vigilância de classe* por intermédio dos dirigentes pecebistas. Ficou transparente nas entrelinhas do texto que a mensagem critica do líder comunista, fora endereçado diretamente para Luís Carlos Prestes:

> A experiência histórica brasileira ensina, como já foi assinalado, que o inimigo sempre se prepara para interceptar o caminho da democracia, quando percebe o avanço do movimento de massas e sua marcha inexorável para a conquista de um novo nível de liberdades ou para a conquista do poder. Esquecida ou menosprezada a lição desta experiência, estava selada a sorte do governo, que se propunha levar adiante reformas de estrutura, contra a obstinada oposição das forças retrogradas do país apoiadas pelos Estados Unidos. A liderança tinha ilusões quanto ao evidente perigo do golpe, denunciando várias vezes, embora a isso não se seguissem as medidas capazes de enfrentá-lo. Repetiam-se as advertências de que responderíamos à violência com a violência, de que os golpistas seriam esmagados se levantassem a cabeça, sem que as palavras coincidissem com os atos (MARIGHELLA, 1995, p. 148).

Mesmo com a consolidação do golpe militar, Marighella persistiu em defender a formação de um frente única antiditadura, entretanto, entre os componentes desta frente ampla, a presença da burguesia nacional – apesar de necessária ao lado dos operários, camponeses e das camadas médias – não poderia ser um instrumento de contenção do ímpeto

unesp

dos movimentos populares. Para ele, quando se tratava de arregimentar forças tão heterogêneas dentro de uma mesma frente de oposição, seria necessário de antemão observar à quais classes ou segmentos de classes estas forças representariam:

> Um princípio importante – sob esse aspecto – é o da existência de três agrupamentos de forças da frente única. No centro estão as forças intermediárias, ou sejam, as forças mais numerosas da burguesia e seus afins. À esquerda estão as forças radicais. E no extremo oposto as forças de direita da frente única. (...) Antes de mais nada, é impossível desenvolver o trabalho de frente única com resultados positivos, limitando nossa atividade a uma ação de cúpula ou a entendimentos com a liderança das forças intermediarias. *Com a cúpula não se consegue a vitória*. O fundamental – nesse caso – *é o trabalho de base*, o que exige persistência e determinação da liderança do proletariado. (...) Outra questão é o princípio da unidade e luta com a burguesia dentro da frente única. Tal princípio só pode ser aplicado se o proletariado desencadear a luta de classe e souber conduzir com acerto a luta de massas nacionalista e democrática, na qual se inclui a luta pela terra. O proletariado deve assumir uma posição revolucionária clara, não lhe cabendo, em nenhuma hipótese, o papel de força moderadora da frente única. Quando isto acontece, o proletariado fica a reboque da burguesia. (...) É incorreto subestimar a união com as forças radicais. O radicalismo brasileiro é fruto do avanço do movimento revolucionário ou da resistência extrema à ditadura. Apresentando uma estratégia revolucionaria e uma tática coerente com tal estratégia e a ela subordinada, faremos das forças radicais da frente única um aliado do proletariado (MARIGHELLA, 1979, p. 69) (grifos nossos).

O que estava em jogo, nesta hipótese, era a unidade das forças revolucionárias em torno do campo da esquerda. Dentre as forças políticas que deveriam compor esta aliança alternativa, estariam os católicos progressistas; os nacionalistas revolucionários (partidários de Leonel Brizola e Miguel Arraes); as Ligas Camponesas sob o comando de Francisco Julião; o movimento estudantil; os intelectuais de esquerda, etc. Segundo Marighella, somente de acordo com o desenvolvimento deste princípio tático é que o proletariado poderia almejar a constituição de uma força própria, assegurando com isso, a sua independência política. Ademais, prossegue o autor:

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

> Para que a força do proletariado seja utilizada de modo correto, deve haver uma combinação do trabalho nas empresas industriais com o trabalho no campo e entre as forças militares. Se esta combinação não for estabelecida, a tática do proletariado sofrera uma distorção. É impossível a vitória do proletariado sozinho – sem a frente única antiditadura e sem a base operário-camponesa para a frente única. (MARIGHELLA, 1979: 68) [55]

Relendo os escritos do comunista baiano, todavia, parece óbvio que a principal crítica de Marighela ao PCB tinha como escopo a contradição existente na linha política do partido embasada sob o predomínio do *binômio burguesia-proletariado* – conceito elaborado pelo próprio Marighella. De acordo com suas idéias,

> Ao dar curso às suas soluções, a burguesia tem se revelado incapaz na condução do processo brasileiro, quer pela inaptidão para afastar o imperialismo norte americano de nosso caminho, quer pela impossibilidade de eliminar o latifúndio e as contradições acumuladas e agravadas no país nessas três fases da crise geral do capitalismo. (...) Todos estes fatos se devem sobretudo ás conseqüências, contradições e erros gerados pelo uso exclusivo do binômio *burguesia-proletariado*, que – por sua própria natureza – anula a participação política do campesinato no processo. Quem tem a vocação, o destino histórico e as condições para resolver a crise crônica brasileira é o proletariado com os seus aliados da frente única. Atraindo o camponês – seu aliado fundamental – e incorporando-o à luta política, criando uma força própria, de base, para fazer crescer a frente única e dar-lhe conseqüência, desencadeando lutas, paralisando a influência vacilante da burguesia, ainda que mantendo a aliança com ela na atual etapa histórica, o proletariado brasileiro reúne em suas mãos os meios, condições e elementos necessários à saída exigida pelo nosso povo.É desta forma, e dentro de tal equacionamento, que o binômio nacionalismo-democracia terá um enfoque adequado e a dimensão que o levará a equiparar-se às exigências e necessidades da nação brasileira. Só disputando a hegemonia à burguesia, nosso proletariado poderá fazê-lo (MARIGHELLA, 1979, p. 58).

É preciso aqui fazer uma reflexão sobre duas questões interligadas que permeiam estes questionamentos de Marighella: 1) Os interesses de classe da burguesia e sua relação

---

[55] "Carlos Marighella equaciona dessa forma – que corresponde á natureza do processo histórico – a valorização do trabalho pela base. Condena as cúpulas que tomam decisões aleatórias e impõem essas decisões às massas, muitas vezes sem explicar porque. O que esclarece a situação em que fomos apanhados infantilmente, isto é, a "ratoeira" usada pelos militares em 1964, porque as massas não estavam preparadas politicamente para tomar seu lugar à frente do processo de resistência e luta. Isso significa que as cúpulas, ao desvirtuarem sua ação política, tornaram-se responsáveis por erros irreparáveis. Ao valorizar o trabalho das massas, o trabalho de base, ao mesmo tempo ele debate – como seria de esperar em um marxista – o significado das ações "encurraladas"

com os interesses da Nação 2) A sintonia existente entre poder burguês e democracia política. Como já havia afirmado, Karl Marx, no século XIX, a burguesia procura sempre amoldar a nação conforme sua própria imagem e semelhança. Ficou provado que ao longo da história, todos os tipos de revoluções burguesas – "clássicas" (como a francesa e a estadunidense) ou "tardias" (italiana e alemã)[56] – acabaram por conseguinte estabelecendo um hiato político entre governantes e governados. Desse modo, a função político-econômica da revolução burguesa – já com a burguesia desempenhando o papel de classe dominante - nunca foi de resolver a questão nacional, mas, sim, de promover um distanciamento entre as esferas do poder estatal e ampla maioria dos setores que compõem a sociedade civil (operários, camponeses, classes médias, etc). Como confirma Octavio Ianni:

> A constituição, como lei fundamental da sociedade civil, pode ser liberal; freqüentemente de inspiração francesa, inglesa, norte-americana ou outra. Mas o exercício efetivo do governo se realiza de *modo autoritário*, muitas vezes dissimulado nos procedimentos burocráticos. A organização do poder estatal confere primazia ao executivo, submetendo ou mesmo anulando os poderes legislativo e judiciário. Os ideais liberais de alguns setores da revolução burguesa sucumbem aos arranjos das classe dominantes nacionais e estrangeiras. Os movimentos do grande capital invadem reiteradamente as organizações estatais. E o povo é relegado à categoria de população ou massa de trabalhadores. Fica na sombra, como se fosse a outra metade da mesma moeda. *A nação da burguesia não compreende a nação do povo*. (IANNI, 1986, p. 14, grifos nossos)

Voltando para a particularidade brasileira, conforme alertou Werneck Sodré, a nossa burguesia sempre privilegiou a questão nacional em "sacrifício" da questão democrática

---

dos trabalhadores" da cidade e do campo, na condição de agentes históricos. Não agentes históricos fortuitos, mas agentes conscientes do que precisam fazer. (FERNANDES, 1999, p. 210).

[56] As revoluções burguesas ocorridas na França e nos Estados Unidos foram designadas como clássicas, pois, decorreram de movimentos insurrecionais no qual procedeu-se a derrota de um regime social caduco (base feudal ou agraria) e a ascensão de um novo regime "progressista" (capitalismo). Além disso, nestes processos revolucionários as classes populares tiveram um papel político destacado (apesar de mais tarde serem colocadas a margem do poder pelas respectivas classes dominantes). Já em relação as revoluções burguesas na Itália e na Alemanha a passagem para o modo de produção capitalista ocorreu, com efeito, sem que houvesse nestas sociedades alterações mais profundas na sua estrutura agrária (sob o conceito de Lenin, a "via prussiana" de revolução, ou, segundo Gramsci, uma "revolução passiva"). Deste modo, em vez de uma revolução "autentica" – com uma mudança radical efetuada de baixo para cima – realizou-se composições e arranjos políticos entre as frações de classe burguesas e agrárias (sempre pelo alto).

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

(SODRÉ, 1990). Entretanto é importante observar qual a abrangência política e de que forma a questão nacional foi admitida pela nossa burguesia?

O fato é que para a burguesia brasileira – como para a maioria das burguesias latino-americanas – uma proposta de "revolução nacional" seguiria, além das opções inerentes a seu pragmatismo de classe, os limites históricos de um país de capitalismo tardio. Assim, de acordo com as palavras de Florestan Fernandes:

> Desde que se proponham o "desenvolvimento" e a "revolução dentro da ordem" que são compatíveis com o capitalismo dependente, as classes burguesas buscam a única revolução nacional por que podem lutar em tais condições, a qual consiste em consolidar o poder burguês através do fortalecimento das estruturas e funções nacionais de sua dominação de classe. O que entra em jogo, portanto, não são as compulsões igualitárias (por mais formais e abstratas que sejam) de uma comunidade política nacional, mais ou menos complexa e heterogênea (...) Literalmente, pois, revolução nacional significa, em semelhante contexto histórico-social e político: 1) integração horizontal, em sentido e escala nacionais, dos interesses das classes burguesas; 2) probalidade de impor tais interesses a toda a comunidade nacional de modo coercitivo e "legítimo". (FERNANDES, 1976: 301)

Desse modo, foi para manter a "revolução burguesa" sempre "dentro da ordem" que a burguesia brasileira nunca vacilou, quando sentiu-se ameaçada pelo avanço dos movimentos populares, em recorrer ao artifício autoritário da contra-revolução preventiva. Em algumas momentos de nossa história – como na eleição de Juscelino Kubitschek ou no episódio da posse de João Goulart – o movimento organizado da sociedade civil ainda conseguiu barrar a tradição golpista das classes dominantes brasileiras. Contudo, em 1964, as frações de classe agrárias, comerciais, bancarias e industriais do Brasil - com o apoio dos militares, de boa parte da igreja católica, das classes médias e, obviamente, do imperialismo norte-americano - juntaram suas forças e articularam um bloco de poder para garantir por meio de um golpe de

unesp

Estado, o prosseguimento no pais do chamado "desenvolvimento econômico com segurança".

Segundo Florentan Fernandes, dentro deste modelo de "revolução autocrática-burguesa" os espaços democráticos se reduzem a uma mera instrumentalização do poder estatal. Em países de capitalismo dependente e subdesenvolvido como o caso brasileiro - vivendo-se sob um contexto internacional ambientado pelas tensões políticas da Guerra Fria - nem a revolução nacional e, muitos menos, a revolução democrática tem possibilidade plena de concretização. As classes burguesas através da coerção e da violência institucional procuram, estrategicamente, "isolar o povo da história". Assim, conforme o sociólogo, nestes países o desenvolvimento da revolução burguesa processa-se a revelia do povo e, consequentemente, dos desígnios básicos da democracia política. Ocorre então uma vicissitude:

> (...) o que se concretiza, embora com intensidade variável, é uma forte dissociação *pragmática* entre desenvolvimento capitalista e democracia; ou usando-se uma notação sociológica positiva: uma forte associação racional entre desenvolvimento capitalista e autocracia. Assim, o que "é bom" para intensificar ou acelerar o desenvolvimento capitalista entra em conflito, nas orientações de valor menos que nos comportamentos concretos das classes possuidoras e burguesas, com qualquer evolução democrática da ordem social. A noção de "democracia burguesa" sofre uma redefinição, que é dissimulada no plano dos mores, mas se impõe como uma realidade pratica inexorável, pela qual ela se restringe aos membros das classes possuidoras que se qualifiquem, econômica, social e politicamente, para o exercício da dominação burguesa (FERNANDES, 1976, p. 292).

Por isso é que para Marighella, se a nossa burguesia não tinha sido capaz de cumprir nem mesmo as exigências mínimas de uma revolução democrático-burguesa, sem duvida, no Brasil, um verdadeiro projeto nacional-democrático somente encontraria a sua

unesp

praxis, sob a hegemonia política das classes populares. Sobre isto, Carlos Eugênio Paz[57], afirmou que o comunista baiano havia identificado em suas reflexões teórico-políticas, dois pontos importantes em relação ao papel desempenhado pela "burguesia nacional" no processo de desenvolvimento de nossa revolução burguesa: 1) a burguesia brasileira jamais realizou as tarefas de sua própria revolução até o fim; 2) na tentativa de construir um capitalismo avançado no Brasil, a burguesia brasileira aliou-se, no plano interno - refere-se a chamada Revolução de 1930 - com uma fração de classe, os latifundiários, que representavam justamente um setor pré-capitalista de nossa economia (e que por razões obvias deveria ter sido derrotado) e, no plano externo, acabou tornando-se a longo prazo uma "sócia menor" do imperialismo estadunidense.

Desta forma, para o revolucionário brasileiro, após a consolidação do regime militar, a contradição entre burguesia e proletariado ganhava uma nova dimensão – diferente da que constava na linha política do PCB desde a Declaração de Março de 1958 – tratando-se agora de capacitar o proletariado brasileiro de uma maior autonomia política e não condicioná-lo eternamente a apêndice da política hegemônica exercida pela liderança burguesa. Em um dos trechos do artigo *A crise brasileira* (1966), Marighella faz referência ao que considerava uma questão central para o desenvolvimento da revolução brasileira. Segundo ele,

> o problema fundamental consiste em que não é uma fatalidade histórica a liderança da burguesia brasileira. O problema fundamental reside em admitir a possibilidade de o proletariado brasileiro exercer a hegemonia na revolução desde o primeiro momento, e lutar com decisão por essa hegemonia. Tal possibilidade não modificará o caráter antiimperialista e antifeudal, nacional e democrático da revolução. Dar-lhe-à conseqüência. Se desistirmos de lutar desde agora por transformar essa possibilidade em realidade, contribuiremos – na melhor das hipóteses, repetimos – para ajudar a burguesia a transformar o Brasil num país social-democrático na América Latina. Nesse caso, o Brasil teria o destino de auxiliar dos Estados Unidos na missão de refrear o movimento de libertação dos países latino-americanos.

[57] Carlos Eugenio foi o último comandante militar da Ação Libertadora Nacional. Esta entrevista com o líder revolucionário ocorreu em setembro de 2001.

unesp

> (...) O Estado que – no Brasil – resultar de uma revolução liderada pela burguesia será um Estado burguês, e não resolverá os problemas fundamentais da revolução – a expulsão do imperialismo e a abolição do latifúndio (MARIGHELLA, 1979, p. 64).

Observamos perante as palavras de Marighella que, no referente ao programa econômico da revolução brasileira não havia grandes divergências do autor, para com as teses estabelecidas pelo PCB em seus documentos. Isto significava que em termos estritamente econômicos a visão marighelliana de revolução era idêntica a preconizada pelo partido, sob o argumento conceitual de uma dupla negação dialética. Por um lado, em contrapartida a negação do monopólio da terra afirmava-se a luta pela reforma agrária e, por outro lado, ao negar-se a ingerência do imperialismo norte-americano em nossa economia, conseqüentemente, estava-se afirmando que o caminho da luta deveria ser o da libertação nacional.[58]

Se acerca da identificação dos elementos de entrave de nosso desenvolvimento econômico, existia, com efeito, quase um consenso entre as idéias de Marighella e as elaborações programáticas do PCB, foi no plano da tática política que as discordâncias do líder comunista com seu partido tornaram-se inconciliáveis. Aqui é que encontramos o ponto de diferenciação das reflexões teórico-práticas de Marighella, para com os demais autores estudados até o presente momento. Ora, dentre os inúmeros aspectos que compunham o

---

[58] Segundo Quartim de Moraes: "Dos dois livros que o mais notável dirigente comunista da luta armada, Carlos Marighella, escreveu para justificar sua ruptura com o PCB, *Porque resistia à prisão* (1965) e *A crise brasileira* (1966), o primeiro, cujo tema está claramente indicado no título, expressa, bem mais do que o segundo, o que estava essencialmente em questão na nova forma de consciência revolucionária dos marxistas brasileiros: o primado da razão prático-estratégica sobre a razão teórico-econômica. Resistir é preciso. Não se deduz um imperativo prático de nenhuma análise econômica. Esta mostrará em que medida e sob quais formas a resistência é viável. *A crise brasileira* argumenta no sentido de mostrar que a aliança com a burguesia nacional, tal como praticada pelo PCB durante o governo Goulart, constituiu um desvio relativamente à concepção marxista-leninista, já que implicou na perda da independência do proletariado – e de sua vanguarda comunista – no interior da frente pelas reformas. Esta crítica do PCB pela esquerda, simultânea à crítica de Caio Prado pela direita, foi buscar na tradição bolchevista o instrumental teórico para determinar o método revolucionário de resistência á ditadura. Intelectualmente muito mais modesto que *A revolução brasileira,* o livro de Marighella não pretende examinar criticamente as próprias categorias marxistas e sim mostrar que foi exatamente por não havê-las aplicado que o PCB atrelou-se a Goulart e, com ele, sofreu passivamente a derrota de 1964" (MORAES, 1995, p. 84).

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

programa da "chamada revolução brasileira" e em meio às diversas visões dos intelectuais, a singularidade do pensamento político de Marighella encontra-se posta na convicção de que por detrás da disputa do proletariado pela hegemonia da revolução estava uma questão essencial, ou seja, a tomada do poder do Estado pelas classes populares. Seguindo este raciocínio:

> A questão mais importante, a fundamental, é a questão do poder. Os revolucionários no Brasil não se podem propor a uma outra coisa senão a tomada do poder, juntamente com as massas. Não há por que lutar para entregar o poder à burguesia, para que seja constituído um governo sob a hegemonia burguesa. Foi o que se pretendeu com o governo nacionalista e democrático. É o que se pretende agora, propondo-se a conquista de um "governo mais ou menos avançado", eufemismo que traduz a esperança num governo sob a hegemonia burguesa, fadado a não resolver os problemas do povo"(MARIGHELLA, 1979, p. 94).

Constata-se por meio destas palavras que para Marighella, a luta pelo poder do Estado não se viabilizaria pacificamente e sim apenas sob o recurso da revolução armada, pois, como dizia, o período das revoluções democráticas liberais estava ultrapassado. É neste contexto, já com o comunista baiano afastado da Comissão Executiva do PCB, mas ainda ocupando o cargo de secretário geral do partido em São Paulo, que se realiza na cidade de Campinas, em abril de 1967, a Conferência Estadual do PCB. O Comitê Central do partido, sabendo da força política de Marighella em São Paulo, enviou para a reunião uma delegação chefiada por Prestes, tamanha a importância que o núcleo dirigente via naquele encontro. A presença de Prestes em um encontro estadual do PCB tinha a clara intenção de conter os ânimos do partido em São Paulo, que sofria fortes influências das idéias de Marighella.

Ao término do encontro, o Comitê Central se vira derrotado. Sua estratégia de combater o crescente prestígio de Marighella em São Paulo, através da figura carismática de Prestes, naufragou. Isso porque, dos 37 delegados do partido, escolhidos pela base, 33 votaram nas teses levantadas por Marighella e somente três ficaram com Prestes. Assim, a

unesp

tese da luta armada sob a diretriz da aliança operário-camponesa saiu-se vitoriosa e ganhou força no interior do partido.

Ainda em 1967, o partido divulgou as chamadas "Teses para Discussão" – que englobavam as idéias da parte majoritária do Comitê Central – com vistas à preparação do VI Congresso do PCB. Marighella então escreveu um texto a respeito das teses, criticando a persistência da direção partidária em consagrar uma linha política ultrapassada e um projeto para a revolução brasileira insatisfatório. Para ele,

> qualquer pessoa que tome conhecimento do capítulo 1º das teses fica com a impressão de que nosso partido tinha de ser o partido da moderação, da prudência, da cautela, para não ferir os interesses da burguesia, para não ir além do permitido pelas classes dominantes, para não ferir a hierarquia e a disciplina militar, para não causar divergências na frente única, para não seguir uma tática ofensiva"(MARIGHELLA, 1979, p. 99).

Segundo as teses, o "esquerdismo" dentro da frente única fora o maior culpado pela derrota do partido no prelúdio de 1964, isso porque, os desvios de esquerda teriam levado os comunistas a uma ofensiva precipitada contra o governo Goulart. Com o propósito de acelerar as reformas de base, terminaram caindo no sectarismo. Para os elaboradores das teses, o partido deveria permanecer lutando por uma política do "possível", ou seja, pela conquista gradual de suas reivindicações dentro do regime da legalidade. Isto seria, para Marighella, uma atitude política intolerável, pois

> Evidentemente, uma posição como esta retrata um partido acomodado, conservador, que não luta para transformar as coisas. Parece mais um partido governista, um partido igual aos demais partidos das classes dominantes. Em vez de um partido que adota a revolução político como meio de transformação social, de um partido que tem como maior aspiração levar as massas a conquista do poder estatal. Tais posições refletem um partido que busca limitar a transformação social às medidas que possam ser concebidas pelas classes dominantes, um partido que ambiciona chegar à transformação social de forma paulatina, fragmentária, como se o imperialismo e as classes dominantes estivessem dispostas a consenti-lo (MARIGHELLA, 1979, p. 100).

unesp

No final do texto, após tocar em pontos como o enfoque errado que o partido dava ao problema da burguesia brasileira, por mera falta de um estudo científico mais aprofundado a respeito do assunto, Marighella apresenta algumas sugestões programáticas ao Comitê Central, entre elas, a que considerava de maior relevância era a questão do trabalho entre os camponeses. Como já havia dito anteriormente, a burguesia não poderia continuar a ser considerada a aliada fundamental do proletariado, mas ao contrário, o principal aliado do proletariado deveria ser o campesinato. Por isso

> Partindo de premissas erradas sobre a burguesia, as "Teses" estabelecem que o poder estatal da revolução deverá ser constituído pelas classes e estratos que participem da luta contra o imperialismo e o latifúndio, e terá caráter pluripartidário, a fim de permitir que os diversos setores do bloco de classes revolucionário se manifestem livremente (...) É impossível, porém, para um poder estatal revolucionário do qual faz parte a burguesia brasileira, em regime pluripartidário, realizar os objetivos assinalados, inclusive a reforma agrária radical. Isto somente se daria com a burguesia brasileira se ela estivesse desvinculada dos monopólios imperialistas e do latifúndio. (...) As "Teses" entram em contradição consigo mesmas, porque, ou o programa é demasiado avançado e esquerdista, e de sua execução não pode participar a burguesia, como membro de um poder estatal pluripartidário, ou então, o que adota é uma posição de ilusão de classe, esperando o consentimento da burguesia para medidas opostas a seus interesses. (MARIGHELLA, 1979, p. 103).

A seguir, Marighella, propõe categoricamente a união das forças populares em torno de um objetivo tático-político inadiável, a tomada do poder do Estado através do único caminho possível para aquele momento histórico, a luta armada:

> As forças populares terão assim de iniciar sua própria luta, sob uma bandeira que seja sua e que permita o estabelecimento da unidade de todas as tendências que lutam pela independência nacional. Através desta unidade terão condições para convocar e mobilizar as camadas sociais interessadas na incorporação de todo o povo á vida política, econômica e social da nação. Embora existam dificuldades para união das forças populares, elas não podem ter o mesmo caráter das divergências que nos separam das correntes políticas ligadas ao imperialismo. Sem ignorar as disputas que existam dentro do atual regime, aproveitando-as na medida em que possam servir a nossa luta, devemos manter uma posição de independência que permita levar o combate contra a ditadura até as últimas conseqüências. Nosso objetivo não é somente alcançar algumas liberdades formais, com a atenuação ou

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

> eliminação de uma ditadura por pressões políticas ou armadas, que podem inclusive favorecer os interesses do imperialismo. Nosso objetivo é de maior alcance: substituir tal governo ditatorial por um governo que assegure a independência do país. E isto não será possível pela via pacífica, mas sim pela via armada e com a unidade das forças populares"(MARIGHELLA, 1979, p. 110).

Para Gorender, o argumento contido nas "Teses", imputando aos "desvios de esquerda" a total responsabilidade pela derrota dos comunistas em 1964, acabou menosprezando aquilo que aconteceu de melhor no período.

> As teses rejeitaram o que houve de altamente positivo e relevante na atuação dos comunistas no pré-64: *a luta pelas reformas de base e contra a política de conciliação de Jango*. Foi o que fortaleceu o PCB em 1962 e 1963 e lhe permitiu avanços memoráveis no movimento operário, na organização de sindicatos rurais e nas campanhas antiimperialistas. Junto ao menosprezo dos maiores êxitos da história partidária, as *Teses* condenaram as reivindicações de reforma da Constituição e advogaram o congelamento das relações sociais e da situação política como remédio para evitar o golpe militar direitista (GORENDER, 1999, p. 99).

Cabe salientar que, no caso de Marighella, como também, invariavelmente para os demais protagonistas das grandes revoluções da história, quando o que está em jogo é a questão do poder político, geralmente acontece uma superposição dos ditos fatores subjetivos àqueles chamados objetivos. Ou melhor, fatores relacionados com a

> consciência, estado de espírito, mobilização e experiência de ação coletiva das massas, organização, determinação política e preparação teórica das vanguardas, além da correlação de forças entre as classes sociais em cada situação política concreta, na qual se entrelaçam fatores objetivos e subjetivos" (QUARTIM, 1997, p. 134).

Estamos querendo demonstrar que, para Marighella, o marxismo-leninismo deveria ser usado como uma ferramenta teórica dinâmica e não como uma camisa-de-força. Na própria interpelação dos escritos de Lênin é possível comprovar está inter-relação entre os

unesp

fatores subjetivos e objetivos. Por exemplo, quando descreve a questão da tomada do poder na Rússia pelo proletariado, considera que

> (...) o problema estratégico da luta pelo poder tinha de ser proposto em termos do uso revolucionário do espaço político que a classe operária pode conquistar ou manejar com relativa autonomia, ilegal e legalmente, no seio da sociedade de classes (LENIN apud FERNANDES, 1978, p. 17).

Segundo Florestan, as formulações de Lênin a respeito do marxismo, quebraram com a circularidade política que pesava sobre a revolução proletária pois o pensador russo ignorou o peso paralisante da existência ou inexistência das chamadas condições objetivas. Para ele,

> a vantagem de dispensar maior atenção às condições subjetivas, procedia de outro resultado previsível: a rápida transformação do proletariado em classe politicamente consciente e apta para proceder à reeducação política do resto da maioria. Assim, em "condições objetivas" aparentemente desvantajosas, um país atrasado como a Rússia logrou realizar a primeira revolução proletária da história (FERNANDES, 1978, p. 19).

Sabe-se que, de fato, Carlos Marighella acreditava que o desencadeamento das ações armadas – condições subjetivas – conclamariam o povo brasileiro para aderir a resistência pelas armas ao regime militar. Segundo ele,

> a ação revolucionária desencadeada por pequenos grupos de homens armados foi o grande esforço de onde proveio a nossa organização. Já não resta dúvida, agora, depois de termos passado à ação revolucionária que é somente através dela que pode surgir a organização capaz de tornar a revolução vitoriosa (MARIGHELLA, 1974, p. 23).

Nessas condições é que o princípio político fundamental da ALN de Marighella consistiu em conceder aos componentes da organização o máximo de autonomia. As ações deveriam ser encaminhadas de baixo para cima, sem prévias consultas a uma coordenação.

unesp

Percebe-se neste ponto, uma crítica direta à forma hierárquica de condução política desenvolvida pelo PCB. Assim, conforme afirmou Marighella, os princípios para a organização de um partido seriam uma coisa, entretanto, os princípios de uma organização como a ALN seriam completamente diferentes. Ou seja, jamais a estrutura orgânica precederia à ação ou à revolução, pois só através da ação é que se constituiria uma vanguarda popular.

Como vimos, a discordância de Marighella em relação à supervalorização por parte do PCB do binômio burguesia-proletariado, se justificava devido a prática política desenvolvida pelo partido que, como apontava, praticamente desconsiderava o trabalho pela base de modo a concretizar a aliança operário-camponesa, objetivo tático essencial para o desenvolvimento da revolução brasileira. Para Marighella, a pretensão de derrubar a ditadura militar se utilizando exclusivamente do movimento de massas das cidades, não daria resultados conseqüentes,

> a não ser eliminando o desprezo pelo trabalho no campo, e adquirindo a compreensão da importância do campesinato no processo em curso. Não se pode fazer a luta pela democracia e pelas reivindicações nacionalistas, separando uma e outra da luta pela terra e pelos interesses das massas camponesas. É um erro relegar para o momento da decisão estratégica o processo de luta visando atrair a massa camponesa. O trabalho no campo é trabalho tático. É o elemento essencial, fundamental da tática do proletariado (MARIGHELLA, 1979, p. 67).

Percebemos, portanto, que todo o movimento da *práxis* política empreendida por Marighella foi perpassada por um elemento central, a orientação para a inversão de uma ação política dependente em demasia do binômio burguesia-proletariado – submetida ao exclusivismo do trabalho de cúpula pecebista – pela alternativa de construção de uma

unesp

hegemonia popular-revolucionária, por meio da aliança operário-camponesa, de modo a corporificar uma subjetividade antagônica de resistência à ditadura militar.[59]

Veremos então, no capítulo seguinte, qual era a avaliação de Marighella sobre a questão agrária brasileira. Levaremos em conta principalmente sua perspectiva revolucionária de inverter o fulcro da política dos comunistas para o trabalho de conscientização pela base popular da sociedade.

[59] "Compreende-se assim que não só para Marighella e outros dirigentes revolucionários em ruptura com o PCB perplexo e passivo, mas para substancial parcela da geração que chegou à luta política após o golpe, o objetivo prioritariamente decisivo era derrubar a ditadura. Compreende-se também, portanto, o deslocamento do raciocínio político da Economia para a Estratégia. Havendo forte consenso sobre o objetivo, a discussão consistia em como atingi-lo, isto é, na formulação do plano estratégico e dos desdobramentos táticos (formas de luta, de organização etc.) que conduziriam à derrubada da ditadura" (MORAES, 1995, p. 86)

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17 18

Capítulo 2

Os apontamentos de Marighella sobre a questão agrária brasileira

No Brasil, o debate em torno da questão agrária, sempre foi envolvida por um inevitável conteúdo político. Pelas dimensões territoriais do país, eqüivalentes a de um continente, a posse da terra aqui representou e ainda representa um sinônimo de poder político e econômico.

Assim, a modificação da estrutura agrária brasileira, deveria passar necessariamente pelo fim do monopólio e do uso indiscriminado da terra, sendo que no Brasil, na maioria das vezes a posse de grandes extensões territoriais – por um único proprietário – tinha como interesse principal a mera especulação imobiliária e não a utilização produtiva da terra.

> É exatamente por ser a terra um meio de produção relativamente não reprodutível – ou pelo menos, mais complicado de ser multiplicado – que a forma de sua apropriação histórica ganha uma importância fundamental. Desde que a terra seja apropriada privadamente, o seu dono pode arrogar-se o direito de fazer o que quiser com aquele pedaço de chão. (SILVA, 1990, p. 21).

A atualidade da questão agrária no Brasil é mais do que evidente. O MST é considerado hoje o principal movimento social do país, organizando os trabalhadores rurais e até mesmo os trabalhadores urbanos de modo a exigir do Estado uma efetiva reforma agraria, exercendo uma pressão sobre a sociedade civil muito mais eficaz que a desempenhada pelos partidos políticos de esquerda.

unesp

Vejamos por exemplo, as palavras de Gilmar Mauro – uma liderança nacional do MST – a respeito da articulação política entre cidade e campo:

> Desde 89 queríamos tomar a luta pela terra como uma coisa que extrapolasse o campo. Aí chega 1995 e consolida: "Reforma agrária, uma luta de todos". Não é uma luta só dos sem terra e dos camponeses e nem se restringe ao campo: é uma luta da sociedade brasileira, porque acima de tudo é uma luta de classes também. (...) Antes de sermos sem-terra nós somos brasileiros e queremos ser cidadãos desse Brasil. Fazer a luta do conjunto da sociedade brasileira tendo como questão especifica a luta pela reforma agrária, mas entendendo as limitações da própria luta pela reforma agrária. Então, nós abrimos o campo para as cidades, buscando articular com os outros setores, criando lutas em conjunto: com o movimento sindical-urbano e com o movimento popular-urbano (PERICÁS & BARSOTTI, 1998, p. 215).

Como bem sabemos, o PT – na atualidade o maior representante da esquerda partidária do Brasil e da própria América Latina – já faz algum tempo tem colocado em segundo plano o chamado trabalho de base, tornando-se cada vez mais um partido voltado para o trabalho de cúpula, com interesses fundamentalmente eleitorais. Neste sentido, o papel social desempenhado pelo MST na organização dos *condenados da* terra (sem terra, sem teto, favelados, desempregados) tem sido de suma importância e até mesmo de conteúdo revolucionário.

As elites brasileiras é até mesmo boa parte da classe média – ambas as classes com discursos que geralmente tendem a reprovação do modo "violento" como se dão as ações políticas do MST – que se dizem reféns do crime organizado e da violência urbana, deveriam agradecer ao movimento dos trabalhadores sem terra por sua luta de resgate da dignidade perdida de homens e mulheres - camponeses querendo terra para produzir e operários sem teto para morar.

Carlos Marighella se estivesse vivo, certamente apoiaria está luta combinada dos trabalhadores do campo e da cidade, pois, dedicou a sua vida de militante comunista – literalmente – na construção de uma verdadeira aliança entre operários e camponeses. Antes

unesp

de expormos algumas das idéias do líder revolucionário sobre a questão agrária, faremos uma breve reconstituição dos precedentes históricos referentes ao problema da terra no Brasil.

2.1 A herança histórica do latifúndio

Podemos afirmar , sem dúvida, que o problema da terra no Brasil foi originado pela forma de ocupação de nosso território. Isto deve-se, a implementação por parte do governo de Portugal do chamado sistema de sesmarias, com a doação de imensas extensões de terra aos sesmeiros.

> Quando D. João III dividiu sistematicamente o território em latifúndios denominados capitanias, já existiam no Brasil "capitães" designados para elas. O que se fez então foi demarcar o solo, atribuir ou declarar os direitos e deveres que os colonos pagariam ao rei e aos donatários, com a soma dos poderes conferidos pela Coroa portuguesa os autorizando a expedir leis, contratos em virtude dos quais os sesmeiros ou colonos se constituíam em perpétuos tributários da Coroa e de seus capitães ou donatários. A terra dividida em domínios, controlada pelo Estado, é o esboço geral do sistema administrativo na primeira fase da história do Brasil (COGGIOLA, 1999, p. 53).

Decorre então do sistema das sesmarias o surgimento dos primeiros latifúndios escravistas do Brasil[60]. A partir deste momento – como consta de vasta bibliografia sobre o assunto – o pais passa a se especializar na produção de produtos primários para o mercado mundial. Em uma primeira fase a agricultura de exportação volta-se para a produção de açúcar. Com a queda do preço do açúcar no mercado exterior, devido a forte concorrência, os latifundiários brasileiros passaram a investir na produção de café.

Quanto a mão-de-obra, por muito tempo – cerca de dois séculos – a produção da cana-de-açúcar ficou a cargo do trabalho escravo dos autóctones, "na base da caça ao índio". Todavia, foi a mão-de-obra do escravo negro que preponderou aqui e "constituiu, durante três

[60] Conforme Moraes: "O ponto de partida histórico da economia brasileira situa-se na passagem dessa atividade predatória preliminar á introdução da plantação colonial, mediada pela instituição, politicamente motivada (defesa do território recentemente conquistado), das capitanias e das sesmarias. A única contribuição da Coroa portuguesa para a colonização foi estabelecer o monopólio da terra, deixando entretanto aos donatários e

séculos e meio (de Tomé de Souza a Princesa Isabel), a principal força produtiva da sociedade brasileira" (MORAES, 2000, p. 170). Desta forma, o eixo da produção agroexportadora do período colonial brasileiro, foi marcado pelo predomínio do latifúndio escravista.

O declínio do escravismo no Brasil verificou-se a partir do século XIX, muito mais por razões de conjuntura política internacional que por decisões das classes dominantes internas. Assim, devido a pressão da Inglaterra o governo brasileiro, em 1850, acaba proibindo o chamado tráfico negreiro[61]. Não é por mera coincidência que nesse mesmo ano, seria promulgada uma legislação que estabeleceria como daquele momento em diante se faria a concessão de terras no país, a conhecida Lei de Terras de 1850. Segundo a nova lei, todas as terras devolutas pertencentes ao Estado, só poderiam ser apropriadas por meio da compra em dinheiro, portanto, a única alternativa de sobrevivência para os escravos libertos – despossuídos de recursos financeiros – foi se empregar nos antigos latifúndios, invariavelmente submetidos a um regime de trabalho pré-capitalista.

> É fácil entender a importância da Lei de Terras de 1850 para a constituição do mercado de trabalho. Enquanto a mão de obra era escrava, o latifúndio podia até sobreviver com terras de "acesso relativamente livre"(entre aspas porque a propriedade dos escravos e de outros meios de produção aparecia como condição necessária para alguém usufruir a posse dessas terras). Mas quando a mão-de-obra se torna formalmente livre, todas as terras têm de ser escravizadas pelo regime de propriedade privada. Quer dizer, se houvesse homem "livre" com terra "livre", ninguém iria ser trabalhador dos latifúndios (SILVA, 1990, p. 25).

Se compararmos, por exemplo, a forma pela qual ocorreu a distribuição de terras nos Estados Unidos em relação ao caso do brasileiro, as razões de nosso atraso economico-social tornam-se mais evidentes. Enquanto a lei terras americana favorecia a ocupação do solo

---

aventureiros convertidos em sesmeiros a iniciativa, inspirada na experiência da cultura colonial da cana-de-açúcar acumulada nas ilhas atlânticas, de instaurar o negocio agro-exportador" (MORAES, 2000, p. 165).

[61] O interesse dos ingleses pelo fim do regime escravista não era por razões humanitárias, mas, sim, comerciais. Tinham como objetivo principal aumentar o mercado consumidor para as suas manufaturas, deste modo,

unesp

pelos trabalhadores livres – na forma de minifúndios - a lei do Brasil, ao contrário, além de dificultar o acesso a terra por parte dos trabalhadores rurais, ainda possibilitou um aumento significativo dos latifúndios improdutivos. Nas palavras de Sodré:

> Em condições normais, a transformação do trabalho escravo em trabalho livre resultaria no aproveitamento dos escravos, que seriam transformados em trabalhadores assalariados. Ora, isto não ocorreu. Nas condições brasileiras do tempo, não poderia ocorrer. A estrutura econômica estava ainda tão profundamente onerada pela herança colonial que se apresentava impreparada para o estabelecimento do trabalho assalariado. Enquanto o problema fundamental, que era o da terra, permanecesse intocado, o do trabalho sofreria um inevitável retardo. A massa escrava disponível, em 1888, tende a dois destinos, de vez que a propriedade territorial permanece nas mesmas condições: a área de servidão ou semi-servidão, que pode ser a mesma em que vigorava, até então, o regime de trabalho escravo; a área urbana, onde vai constituir um sobra humana marginalizada pela condições locais (SODRÉ, 1962, p. 129)[62].

De modo geral, seria este o quadro da origem da propriedade territorial latifundiária no Brasil. Passemos neste instante, para as interpelações de Carlos Marighella sobre a estrutura agrária brasileira, usando o artigo *Alguns aspectos da renda da terra no Brasil* escrito pelo próprio autor e publicado na *Revista Estudos Sociais*, em 1958, de maneira a basilar as nossas discussões.

---

supunha-se, que com a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre e assalariado esta equação seria resolvida.

[62] "O fato, reiteradamente enfatizado por Sodré, de que a supressão da escravidão não de lugar nem à formação de uma classe de camponeses independentes, nem de operários agrícolas, constitui a prova histórica evidente de que o modo de apropriação da terra é determinante do modo de produção: vedando o acesso á propriedade da terra á imensa maioria dos que a cultivavam, o latifúndio passou a constituir, após a abolição do trabalho escravo, o meio principal de exploração pré-capitalista de trabalhadores juridicamente livres" (MORAES, 2000, p. 173).

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

2.2 Uma análise da renda da terra no Brasil

A fim de fundamentar a questão agrária brasileira, Marighella parte de duas premissas básicas: 1) a raiz de nosso atraso econômico reside no monopólio da terra 2) um dos principais entraves do setor agrário é ocasionado pela forma de apropriação da renda da terra.

Partindo destes dois pressupostos, Marighella procurou identificar as classes sociais que usufruíam da renda da terra, tanto no sentido da renda pré-capitalista, como da forma já propriamente capitalista de exploração da terra. Segundo o autor, em relação a renda pré-capitalista encontramos dois tipos de classes: a dos proprietários da terra e a dos pequenos produtores individuais, que além de possuírem os seus meios de produção (ferramentas), acabam de certa maneira dispondo de uma relativa independência econômica (podendo em seu tempo de descanso, cultivar a terra a fim de abastecer a sua subsistência). Já quanto a renda capitalista, existiria uma subdivisão de três classes sociais: obviamente os proprietários da terra, os locatários capitalistas (intermediários) exploradores da mão-de-obra assalariada e por fim os trabalhadores agrícolas que trabalhavam para os locatários capitalistas e eram totalmente desprovidos dos meios de produção, como de terra própria para cultivar.

> As relações agrárias em nosso país envolvem umas e outras classes pressupostas pelos dois tipos de renda – a pré-capitalista e a capitalista. O estudo da renda territorial contribuirá para assinalar o sentido do desenvolvimento de nossa economia agraria e definir que classes sociais e aspectos de renda predominam no campo. Possibilitará também distinguir o sentido histórico em que marcham estas classes, o grau de diferenciação da massa camponesa e os elementos mais gerais para a solução da questão agrária. (MARIGHELLA, 1958, p. 18).

unesp

Cabe aqui dizer que nas extensões de terra do Brasil no qual as relações capitalistas foram introduzidas ocorreu um fenômeno de suma importância para o entendimento de nossa atraso econômico: a coexistência "harmoniosa" entre antigas relações de produção (pré-capitalistas) com as modernas formas de extração da renda agrícola (capitalistas). Ora, a resposta para isto é que por muitas vezes a figura do proprietário de terras se confundia com a do locatário capitalista, portanto, como no caso do fazendeiro de café, latifundiário e capitalista se convertiam na mesma pessoa[63].

Seguindo em frente, Marighella afirma que só um exame rigoroso das relações econômico-sociais do campo, poderia levar a uma devida compreensão das características da extração da renda da terra aqui. Desta forma, procura analisar em detalhes três de nossas principais culturas agrícolas: café, cana-de-açúcar e algodão.

Na fazenda de café existem duas classes sociais que encerram contradições inconciliáveis: de um lado temos o fazendeiro do café e de outro o colono. Na visão do comunista baiano, os antagonismos entre estas duas classes continuarão inconciliáveis, enquanto o "predomínio absoluto da propriedade privada dos meios de produção" se manterem nas mãos de apenas uma das partes envolvidas no processo da economia agrária, no caso o latifundiário do café.

Em relação às fontes de riqueza do fazendeiro de café, uma delas era fornecida pela apropriação do trabalho suplementar do colono. Neste ponto, Marighella faz uma distinção entre o tipo de apropriação de renda trabalho do feudalismo clássico e as formas especificas do usufruto desta renda no Brasil. No feudalismo clássico, o servo trabalhava parte

---

[63] "O nosso país é um mosaico e não se distingue nele, senão por força de fantasia, processos puros e uniformes, generalizados. Claro está que, ao longo da história, todas essas desigualdades, todas essas particularidades, acabam por apresentar aspectos confusos e complexos. Há vários Brasis e não dois apenas, como na tese conhecida. (...) Se a persistência de um fluxo de renda para o exterior é fator importante na pesquisa do capitalismo brasileiro, a persistência de formas mistas de remuneração do trabalho é fator importante na pesquisa não só do nosso capitalismo como da formação do proletariado" (SODRÉ, 1990, p. 28).

unesp

da semana em um terreno próprio, além de ser possuidor dos instrumentos de trabalho, entretanto, se via obrigado a trabalhar nos dias restantes as terras do senhor feudal.

No nosso caso, a renda trabalho produzida pelo colono apresenta-se com as modificações resultantes da época histórica que vivemos, mas isso em nada lhe modifica o caráter. O colono trabalha exclusivamente na terra do senhor. O colono não tem nenhuma terra. Ele apenas consegue trabalhar para si na terra do fazendeiro, assim mesmo quando lhe é concedido o direito de plantar no vão. Algumas vezes lhe é permitido plantar fora, mas ainda aqui nas terras do senhor. Nesse sentido, as vantagens históricas da derrocada do feudalismo não lhe serviram ao menos para gozar do mesmo privilégio do servo que entregava seu sobre-trabalho ao senhor feudal, consolando-se em trabalhar no pequeno pedaço de chão de cuja propriedade se orgulhava[64].

Todavia a renda trabalho pré-capitalista não se configura como única maneira de exploração do trabalhador rural por parte do fazendeiro do café. Em determinadas épocas do ano o colono é obrigado "a prestar serviços gratuitos ao fazendeiro de café (corvéia), consertando estradas e cercas, limpando pastos", etc. Além disto, a venda dos cereais cultivados pelo colono tem como destino as mãos do proprietário das terras, por um valor sempre abaixo do mercado. Fora a contribuição que o colono acaba tendo que fazer ao fazendeiro em forma de renda dinheiro, com o pagamento de carretos de cereais e lenha, as mudanças, etc. Desta forma,

> o fazendeiro mantém acorrentado o colono, explorando-o em todos os tipos de renda pré-capitalista. Para que tão odiosas relações não sejam quebradas, o fazendeiro fá-las estipular num leonino contrato escrito, que é o que pode haver de mais monstruoso como atestado das sobrevivências feudais e semi-feudais (MARIGHELLA, 1958, p. 19).

[64] SODRÉ, 1990, p. 28.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

Para Marighella, como vemos, as semelhanças existentes entre o regime de trabalho no campo brasileiro com aquelas representadas pelo feudalismo europeu, são constatadas por meio da dependência - servil - quase absoluta do colono em relação ao latifundiário do café. Porém, a exploração do trabalhador rural não se limitava as "insuportáveis" sobrevivências feudais, pelo contrário, já que o fazendeiro do café ao mesmo tempo que era um latifundiário, também desempenhava o papel de empreendedor capitalista. Neste caso, o colono se transformava em trabalhador assalariado, recebendo em dinheiro pelo plantio de um determinado numero de pés de café por ano. Outras tarefas executadas pelo trabalhador rural também eram remuneradas em dinheiro, como a colheita do café de coco e o derriçado do café no chão. O salário que recebia o trabalhador do café era conhecido por *mesada* – não é ironia do autor – e seu pagamento, descontado os atrasos constantes, efetuava-se de trinta em trinta dias.

> A fazenda de café constitui, assim, um empreendimento de tipo todo particular no campo. De um lado encontra apoio econômico na renda pré-capitalista, de outro lado explora o braço assalariado. Mas a sua principal característica está em que não separa uma coisa da outra. Quando se trata do colono, é tão estreita a relação entre escravidão do salariato e a da renda trabalho que basta um único contrato para torna-las inseparáveis. É evidente que são formas de exploração separadas historicamente, mas num país oprimido e dominado pelo imperialismo, onde o monopólio da terra é lei geral, tornou-se possível sua junção no tempo (MARIGHELLA, 1958, p. 20).

Neste diagnostico da questão agrária– relacionado com a cafeicultura – apresentado por Marighella, o que mais impressiona é a simbiose existente entre modos de produção capitalista/feudais, aparentemente antagônicos, que, entretanto, convivem plenamente no campo brasileiro as custas da exploração brutal do trabalhador rural. Parece-nos que o autor, ao mesmo tempo em que concordava com as interpretações de Nelson Werneck Sodré a respeito das "formas mistas de remuneração do trabalho" rural , por outro

unesp

lado, aproximava-se também das idéias de Caio Prado Júnior ao apontar a permanência, mesmo após a abolição, de resquícios do trabalho escravo no Brasil.

Uma outra particularidade da questão agrária brasileira, de acordo com Marighella, seria a baixa presença do chamado locatário ou intermediário capitalista em nosso meio agrícola. Desta forma, o fazendeiro do café por reinar sozinho no campo podia explorar o trabalhador duplamente: sob a forma de renda trabalho e, de outro lado, na apropriação da mais valia do assalariado.

> Como latifundiário ele se apropria da renda trabalho e de toda a renda pré-capitalista. Como latifundiário, sem nenhum intermediário capitalista, ele se apropria de toda a renda da terra, inclusive da renda que deveria ser absorvida pelo capitalista intermediário se houvesse. Como é ele próprio o capitalista, o que investe o capital na terra, paga salário, etc., a renda resultante do trabalho do assalariado, bem como o lucro médio, isto é, a quota do lucro médio, tudo ficará para ele. Isto quer dizer que um fazendeiro de café como latifundiário e capitalista se apropria como único senhor de toda a renda da terra, da renda capitalista desde a absoluta a diferencial, da renda pré-capitalista e de todo o lucro do capital (MARIGHELLA, 1958, p. 21).

Assim sendo, Marighella em sua analise advertia para dois problemas crônicos da agricultura brasileira: 1) o nível de miserabilidade do trabalhador rural, submetido a uma série de formas de exploração 2) os obstáculos para a formação de um mercado consumidor interno no Brasil, gerados tanto pela falta de poder de compra do trabalhador rural, como também, pela produção cafeeira ser destinada quase exclusivamente para o comércio exterior. O dirigente comunista explica da seguinte forma as duas questões:

> o colono explorado, que reúne a um só tempo no mesmo elemento o homem "liberto" dos meios de produção, o assalariado, e o homem jungido ás formas de exploração feudais e semi-feudais, produzindo renda trabalho, percorrendo toda a gama de renda pré-capitalista, produzindo renda diferencial e absoluta e enchendo o fazendeiro de lucros. Escravo ao mesmo tempo do regime do salariato e do feudalismo, não é proletário e ao mesmo tempo o é, não é um servo e ao mesmo tempo o é. A condição para que se afirme como proletário, ainda quando sujeito a um contrato com o

> fazendeiro, é que receba o seu salário em dinheiro. Isto, porém, nem sempre acontece. Dado que a produção de café é mais destinada ao comercio exterior e a servir aos interesses do imperialismo e dos grandes fazendeiros, pouco contribui para o desenvolvimento do meio circulante no campo. O fazendeiro prefere fazer correr o seu dinheiro nos centros urbanos. Para o colono reserva o vale, um pedaço de papel, o "bororó", o "cascudo", complemento da instituição do armazém ou do barracão, remanescente do feudalismo, que aniquila de vez o caráter "livre" da força de trabalho do colono (MARIGHELLA, 1958, p. 22)[65].

Após estas considerações de Marighella sobre a extração da renda da terra na cultura do café, passemos agora para suas impressões em ralação a outro tipo de apropriação da renda da terra, o da cultura canavieira. Na visão do autor, "a usina de açúcar e a fazenda de café constituem dois tipos clássicos de penetração do capitalismo no campo", todavia, a superioridade técnica da produção açucareira em virtude da produção cafeeira é inegável.

> Esta superioridade advém de que o usineiro não se limita como o fazendeiro de café ao emprego do capital na terra ou nas máquinas e meios que melhoram a terra. O usineiro de açúcar antes de mais nada emprega o seu capital nas máquinas que transformam a cana de açúcar. O usineiro é um industrial do campo, o que não acontece com o fazendeiro de café. Sem duvida a condição de industrial, como veremos, não lhe tira a de latifundiário, mas sua razão de ser está no capital que emprega nas máquinas, na usina. Nesse sentido, a usina encarna com nitidez a união entre a agricultura e a indústria (MARIGHELLA, 1958, p. 29).

Destarte, a produção na usina de açúcar por se tratar de um empreendimento de tipo capitalista, necessita de um trabalhador desprovido dos meios de produção e, deste modo,

---

[65] Para aqueles que desconfiam da pertinência de se avaliar aspectos econômico-sociais do passado, a fim de melhor compreender os problemas do presente histórico, vejam só o que diz uma reportagem do jornal Folha de São Paulo (Caderno Dinheiro, B8, 22 de setembro de 2002) com o titulo de "Exploração envenena colheita da laranja", relatando as condições de vida e trabalho desumanas a que se encontram submetidos os trabalhadores rurais de São Paulo, inclusive os empregados da fazenda Fittipaldi Citrus de propriedade de um pseudo- herói nacional, o ex-piloto de corrida Emerson Fittipaldi: "A industria de suco de laranja, um dos setores mais importantes da economia brasileira, que exporta perto de US$ 1 bilhão por ano, paga R$ 0,16, em média, pela caixa de fruta colhida, não remunera o dia de trabalho de quem fica doente, faz contratação de forma irregular e expõe o empregado a agrotóxicos, sem proteção. Quem reclama é demitido (...) Fiscais, engenheiros do trabalho e procuradores do interior do Estado também detectaram casos de superexploração da mão-de-obra na região de Nova Odessa, Limeira e Piracicaba. Um grupo de 50 trabalhadores foi encontrado em condição de trabalho degradante em Nova Odessa. Trazidos da Paraíba, eles ficaram até dois meses sem receber salário pelo corte da cana. Em depoimento feito ao Ministério Publico do Trabalho de Campinas, eles informaram ainda que eram obrigados a fazer compras em armazém determinado pelo empreiteiro, eram maltratados, não tinham direito a folga e viviam em alojamentos com péssimas condições de higiene".

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

disposto a alugar a sua força de trabalho em troca de salário. Segundo Marighella, a expropriação da mais-valia desses trabalhadores da agro-indústria – como o mecânico, o foguista, o assalariado da moenda e da distilaria – geravam volumosos lucros aos usineiros, porém, não se tratava ainda do lucro advindo da renda da terra.

> A renda territorial começa a vir para o usineiro quando à usina este acrescenta as enormes plantações de cana de sua propriedade. A expansão da usina pela terra, visando o plantio da cana para o seu abastecimento, leva-a sobretudo no sul do país à criação de outras lavouras (café, arroz, algodão), sem o que não tiraria o máximo da renda territorial. O usineiro, sendo ao mesmo tempo um latifundiário, explora em suas terras o colono do café, o arrendatário do algodão e do arroz e nisso não difere do fazendeiro do café ou qualquer outro latifundiário, nem se afasta da regra geral das formas de exploração semi-feudais, das limitações de toda ordem, da manutenção de policia própria, da utilização do vale e do barracão, meio pelo qual sujeita o trabalhador ao capital usuário e cerceia a circulação de dinheiro (Idem, Ibidem).

Além dos casos citados acima, a lucratividade obtida pelo usineiro de açúcar em torno da renda pré-capitalista da terra,

> ao contrário do fazendeiro do café que tira esta renda especificamente do colono, está na exploração que faz do *fornecedor de cana dependente*, sem terra. Ele é um *arrendatário da cana*, trabalhando na terra da usina, pagando uma renda que no Nordeste corresponde de 15 a 30% da produção bruta de canas. (MARIGHELLA, 1958, p. 30)

De um modo bem distinto ao papel social desempenhado pelo fornecedor de cana dependente – que trabalha sob o cabresto da expropriação do usineiro – encontramos na cultura da cana uma outra categoria econômica que é o fornecedor de cana independente. A duas principais vantagens comerciais do produtor de cana independente eram as seguintes: 1) o cultivo da cana se dava em terras próprias e, portanto, que não pertenciam aos usineiros. 2) o produtor independente por possuir capital de giro, conseguia auferir créditos bancários para a sua produção.

unesp

> O fornecedor de cana independente é o capitalista do campo que emprega seu capital na cultura da cana e que arranca do arrendatário a renda produto ou do trabalhador rural a mais valia, que lhe faculta a renda diferencial, segundo o maior ou menor rendimento agrícola por alqueire. O fornecedor de cana independente (independente de nome) é um camponês rico (um fazendeiro rico se quisermos) explorando o camponês dependente e o trabalhador agrícola (MARIGHELLA, 1958, p. 31).

Entretanto, os privilégios econômicos de que dispunham os fornecedores de cana independentes – capital de giro e crédito bancário – em nada modificavam a condição hegemônica dos usineiros no que dizia respeito ao mercado açucareiro. A pressão exercida pelo poder econômico do usineiro sobre o fornecedor independente, era traduzida pelo arrebatamento de suas terras sob as ameaças de capangas. Segundo Marighella, a única alternativa de defesa do fornecedor independente seria recorrer ao Estatuto da Lavoura Canavieira. Apesar disto, o autor argumenta:

> Enquanto a tendência da usina é a concentração agrícola-industrial, tendência nítida da penetração do capitalismo no campo, que assegurava a vitória da indústria sobre a agricultura, sem entretanto eliminar os restos feudais, o Estatuto da Lavoura Canavieira se opõe a essa concentração. Estabelecendo a separação entre a atividade agrícola e a indústria, reservou para os fornecedores de cana independentes um certo numero de quotas de fornecimento ás usinas, com o objetivo de evitar a expansão da usina sobre a totalidade das terras dos fornecedores, fadados ao desaparecimento. No jogo das contradições que a usina suscitou no campo, o Estatuto da Lavoura Canavieira desempenha o papel de um instrumento de defesa dos fornecedores de cana (...) Criando, porém, o regime de quotas para impedir o aniquilamento desses fornecedores de cana, o Estatuto da Lavoura Canavieira forneceu ao usineiro exatamente a arma de que precisava para aniquilá-los. É com o cabresto das quotas que o usineiro domina e explora o fornecedor de cana. Mas ao mesmo tempo lhe completa a asfixia manejando esta outra arma – a balança, que rouba no peso e lhe reduz a independência (MARIGHELLA, 1958, p. 32).

Defronte a estas afirmações de Marighella, confirmava-se o caráter monopolista da usina de açúcar no campo brasileiro, fator determinante do "encarecimento do produto e do aniquilamento das forças produtivas". Por fim, falta-nos tecer algumas considerações a respeito da cultura do algodão no Brasil.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

Conforme o autor, o modo de produção na cultura do algodão se estabelecia por meio do arrendamento da terra. Por conta disto, a figura do arrendatário do algodão se constituiria no tipo rural especifico da lavoura algodoeira. As relações econômico-sociais então travadas neste ambiente produtivo seriam as seguintes:

> O latifundiário se apropria da renda produto na lavoura do algodão quando em troca de produtos arrenda a sua terra ao *pequeno arrendatário*, ao *arrendatário pobre*, que não pode tocar mais de 4 alqueires com a sua família e que não pode contratar nenhum trabalhador para ajudá-lo. O tipo rural do arrendatário pobre sujeita-se a contratos tão extorsivos quanto os do colono do café. Ele entrega o seu produto suplementar ao latifundiário, a maior parte sob a forma de renda-produto, o resto sob a forma de trabalho, renda trabalho (MARIGHELLA, 1958, p. 33).

Mas o latifundiário do algodão – da mesma forma que o fazendeiro do café – também não se limitava a expropriar do arrendatário pobre somente a renda produto.

> Em muitos casos, terá em suas terras colhedores do algodão que receberão salário por este serviço e então se comportará como um capitalista, arrancando mais-valia do proletariado rural e obtendo lucro. Mas fará isto na colheita, quando então precisa de assalariados para executar os serviços de que o arrendatário não for capaz de dar conta. O exemplo típico, entretanto, é do latifundiário que permanece como tal, vivendo sobretudo da renda produto do arrendatário. (MARIGHELLA, 1958, p. 34)

Em relação a produção algodoeira, seja qual fosse a denominação dos trabalhadores envolvidos (arrendatário pobre, arrendatário a dinheiro ou arrendatário a porcentagem) , a regra e não a exceção, segundo Marighella, era que todos acabavam de uma forma ou de outra sendo submetidos as piores condições "feudais" ou "semi-feudais" como, por exemplo, a restrição de ter que vender a sua colheita de algodão, primeiramente para o latifundiário. Ou mesmo a obrigação de plantar capim para o fazendeiro do algodão, como também a proibição de plantar para a sua própria subsistência. Fora é claro, o monopólio exercido pelo latifundiário em torno da comercialização do algodão, dificultando ao máximo

unesp

que o arrendatário pudesse com a troca de sua mercadoria, alcançar um valor superior daquele estabelecido pelo latifundiário. Deste modo, afirmava Marighella que:

> O latifundiário do algodão simboliza o oposto do fazendeiro de café e do usineiro. Enquanto estes encarnam a aliança da terra com o capital e sintetizam, nas condições do nosso desenvolvimento, a fórmula trinitária de Marx, o latifundiário do algodão isola-se na terra e é dela somente que aspira extrair a renda, erguida sobre a fome e a miséria de milhões de arrendatários. (MARIGHELLA, 1958, p. 35).

Nesta medida, se a maior fonte de riqueza do latifundiário do algodão era retirada da terra, o principal objetivo deste proprietário consistia em estabelecer uma curta duração do contrato de arrendamento. Já que esses supostos "contratos de parceira" entre o latifundiário do algodão e os trabalhadores rurais – arrendatário pobre, terceiro, meeiro ou arrendatário médio[66]- sempre geravam em termos de lucro uma contrapartida unilateral e, portanto, de total interesse para o latifundiário. Vejamos de que modo Marighella explica este mecanismo econômico:

> Em qualquer dos casos, seja a terra do latifundiário arrendada pelo arrendatário pobre ou pelo arrendatário médio (que pode arrendar terras acima de 4 alqueires até 10 ou 12 alqueires), o latifundiário luta para que os contratos tenham curta duração (um ano no máximo), enquanto os arrendatários estão sempre a reivindicar a prorrogação dos contratos. Esta contradição assenta suas raízes em que o arrendatário pobre ou médio sempre emprega trabalho ou capital na terra e que é isso que dá valor ou melhor lhe dá o preço. Quanto mais benfeitorias na terra, tanto mais aumentará seu rendimento, subirá seu preço. Independente de saber a quem pertence a terra, neste caso, dada a sua maior fertilidade, localização, etc., ela produzirá renda diferencial. Interessa ao arrendatário pobre ou médio ter contratos por muitos anos, ficar o maior tempo possível com a terra arrendada, já que de ano para ano irá colhendo melhores frutos do seu trabalho. Fixado de antemão o preço do arrendamento, ele permaneceria estável durante todo o tempo do contrato, quer se tratasse de pagamento em

[66] "A diferença é que o preparo da terra, os animais, as sementes, o veneno e a colheita são por conta do terceiro. O meeiro recebe a semente e a terra preparada. Mas tanto o arrendatário pobre, quanto o terceiro e o meeiro dão ao fazendeiro a renda produto (...) O tipo rural do arrendatário médio é menos freqüente. Esse tipo corresponde ao daqueles camponeses que possuindo alguma reserva conseguida com o trabalho de sua família, contrata para trabalhar na terra que arrendam ao latifundiário um outro trabalhador ou cedem uma parte de sua terra à meia ou sub-arrendam" (MARIGHELLA,1958, p. 35).

unesp

> espécie (renda produto), quer se tratasse de pagamento em dinheiro (renda dinheiro). Todo e qualquer aumento das colheitas resultantes do aumento do rendimento agrícola ou do maior valor do produto seria para o arrendatário. O latifundiário quer exatamente o contrário. Para ele, a vantagem está em renovar os contratos de ano em ano, a fim de exigir sempre ao novo arrendatário um preço mais alto pela terra, o que lhe aumenta a renda, pois o preço da terra é renda posta a juros, é renda capitalista. (MARIGHELLA, 1958, p. 36)

A preservação de contratos tão extorsivos contra os arrendatários, só poderiam levar ao aumento gradativo dos conflitos pela terra. Tais contradições que emergiam da luta pela posse da terra, eram resolvidas muitas vezes pela "mobilização das instituições jurídicas", claramente a favor dos latifundiários. Ou então, por meio de um expediente freqüentemente utilizado pelos proprietários – com extrema violência – o despejo do arrendatário. Sem dúvida, "o despejo é a maneira violenta que o latifundiário encontra para assegurar em seu beneficio a renda capitalizada em constante progressão".

Segundo Marighella, havia também na produção algodoeira a presença de uma outra categoria social, o sitiante. Porém, o sitiante ao contrario do arrendatário era possuidor da terra em que plantava o algodão, efetuando a compra da propriedade geralmente em prestações. Desta forma, podia ser encontrado trabalhando com a lavoura do algodão o pequeno sitiante(possuindo um lote de 4 alqueires) ou mesmo o chamado sitiante médio (com um lote entre 4 e 15 alqueires)[67]. Pela simples razão do sitiante relacionar-se economicamente com o latifundiário de modo diverso ao do arrendatário – pagando as prestações de sua propriedade ao latifundiário e não o arrendamento da terra – concluir-se-ia, com efeito, que o sitiante poderia ser enquadrado na categoria social de proprietário livre. Contudo, Marighella alertava que a suposta liberdade do sitiante ficava apenas na aparência.

> Sua liberdade é precária e não apresenta nenhuma segurança ou estabilidade. O latifundiário não renuncia à posse da terra, ainda quando ela é vendida. Levemos em conta que o número dos que possuem pequenos lotes de terra no Brasil (propriedade parcelária) é escasso. O latifundiário prefere alugar

[67] Lembramos que o alqueire a que refere-se Marighella é o paulista, equivalente a 24.200 m2.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

> sua terra a vende-la. Novas parcelas de terra estão sendo sucessivamente incorporadas às grandes áreas dos latifundiários, quer por compra, quer por expropriação e despejo dos pequenos proprietários, cujo número decresce cada vez mais. (...) A escassa minoria dos que possuem terra cai assim sob a dependência dos latifundiários. Em primeiro lugar, a base econômica dos proprietários parcelários, sitiantes pequenos e médios, é muito restrita, a começar pela esfera do crédito, dominado pelo capital usuário. Em segundo lugar, o capital de quem poderiam dispor para empregar nos meios de produção é gasto na compra do terreno, entregue, portanto, ao latifundiário (MARIGHELLA, 1958, p. 37).

Como vimos então, o que interessava para latifundiário do algodão era aumentar a lucratividade de suas terras, mesmo que esta capitalização da renda viesse por meio da venda da propriedade. Ora, com a incorporação de novos domínios territoriais pelos latifundiários, às áreas disponíveis para a venda tornavam-se progressivamente escassas e, portanto - sendo a procura por terra maior que a demanda – ocorria em um só movimento o acréscimo do preço terra e a conseqüente elevação da renda capitalizada pelo latifundiário[68].

Em síntese, o latifundiário do algodão manipula em seu favor todos os mecanismos de expropriação da renda da terra. No caso do sitiante, mesmo que este consiga a implementação de significativas melhorias na sua propriedade - após a liquidação do pagamento das parcelas da terras - será cedo ou tarde obrigado por pressão a vender sua propriedade para o latifundiário, por um preço sempre abaixo do potencial produtivo daquele território. Assim, acrescenta Marighella:

> Aos que resistem, não haverá outra saída senão a defesa a qualquer preço de sua posse, até pela violência, ou então bater em retirada, acossado pelos capangas e a policia a serviço do proprietário feudal. A instituição que resulta de todas essas relações econômico-sociais, na base das quais se encontra a renda territorial que o latifundiário canaliza sem cessar para o seu

[68] "A razão essencial e fundamental do alto preço relativo da terra no Brasil, e em S. Paulo em particular, reside no fato de se achar a propriedade dela extremamente concentrada. Isso determina em favor dos grandes proprietários uma situação que virtualmente se equipara à do monopólio. Os limites dentro dos quais os proprietários podem ditar seus preços, são por isso muito largos (...) Acresce a isso que graças mesmo, em parte, a essa situação privilegiada da propriedade agrária, e portanto segurança de valores que apresenta, ela se tornou uma excepcionalmente boa aplicação de poupanças. Representa uma forma altamente conveniente de grandes capitalistas aplicarem recursos financeiros em excesso e além das necessidades imediatas de seus negócios normais, resguardando esses recursos contra a desvalorização da moeda. Trata-se de um fator especulativo que naturalmente contribui para a tendência altista do preço da terra" (PRADO JR., 1960, p. 9).

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

> bolso, denomina-se "grilo", "caxixe". Significa, em ultima analise, o roubo da terra, ou seja o incontrolável crescimento da renda do proprietário feudal e a expropriação interminável, a miséria e a fome dos proprietários parcelários e de toda a massa camponesa.(MARIGHELLA, 1958, p. 39)

2.3 O debate dos anos sessenta e a posição do último Marighella sobre a questão agrária

Na exposição anterior do artigo de Carlos Marighella, sobre os aspectos substanciais que comporiam a renda da terra no Brasil, ficou bem claro que para o autor, o principal motivo da expropriação da renda pré-capitalista – muito mais do que a capitalista – ser ainda aqui, um sinônimo de poder econômico, devia-se sobretudo ao não perecimento total do sistema feudal de produção no campo brasileiro. Se compararmos estas idéias de Marighella com as proposições políticas do PCB, veremos que entre o militante e seu partido havia na época – final dos anos cinqüenta e começo dos anos sessenta - uma grande afinidade teórica. No documento oficial do PCB - preparado para o V Congresso Nacional do Partido – sob o titulo de Resolução Política de 1960, encontramos a seguinte analise da questão agrária brasileira:

> A estrutura agrária brasileira se baseia predominantemente na grande propriedade da terra. O Brasil figura entre os países de maior concentração latifundiária, o que resulta na existência de imensa massa de assalariados rurais e camponeses sem terra. O monopólio da terra pelos latifundiários serve de base às formas pré-capitalistas de exploração. Em vastas zonas, predominam os processos mais primitivos de trabalho, com ínfima produtividade. Algumas áreas da região Centro-Sul se destacam pela aplicação de métodos rurais modernos de cultivo, mas, na maior parte do País, a penetração capitalista na agricultura se processa lentamente. Em regra, combinam-se os métodos capitalistas à conservação do monopólio da terra e das relações pré-capitalistas, o que permite um grau mais elevado de exploração dos trabalhadores do campo. O monopólio da terra e as relações de produção pré-capitalistas não somente obstaculizam o desenvolvimento da agricultura como constituem sério entrave ao processo de industrialização, restringindo consideravelmente a expansão do mercado interno. (REOSLUÇÃO POLITICA DO V CONGRESSO DO PCB, 1980: 40)

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

Nestas condições, preconizava-se por meio da Resolução Política do PCB que a solução para o nosso problema agrário, seria mediada por uma dupla perspectiva revolucionaria. Afirmava-se então que:

> As massas camponesas, sobretudo as camadas mais oprimidas e exploradas, tem interesse em profundas transformações na estrutura agrária e na emancipação econômica do País, constituindo o aliado fundamental do proletariado na revolução anti-imperialista e anti-feudal. (idem, ibidem, 1980, p. 43).

Assim, o sucesso da revolução agraria dependeria da extirpação do país destas duas contradições essenciais:

> A sociedade brasileira encerra duas contradições fundamentais que exigem solução radical na atual etapa histórica de seu desenvolvimento. A primeira é a contradição entre a Nação e o imperialismo norte-americano e seus agentes internos. A segunda é a contradição entre as forças produtivas em crescimento e o monopólio da terra, que se expressa, essencialmente, como contradição entre os latifundiários e as massas camponesas. (idem, ibidem, 1980, p. 48).

Como se sabe, estas propostas já tinham sido esboçadas antes num documento oficial do partido - a *Declaração de Março de 1958* – e, com efeito, faziam parte da chamada "nova política" do PCB. O que ocorreu em 1960 – com a Resolução Política – foi então somente a confirmação destes novos princípios políticos. Nesta época a polêmica em relação a questão agraria dava-se em simetria com os rumos da emergente industrialização brasileira. Os argumentos desta discussão eram os seguintes: o atraso da agricultura brasileira seria o fator preponderante de entrave do desenvolvimento econômico e social do país (ou seja, de nossa industrialização) e, portanto, fazia-se necessário uma reforma agrária que coloca-se fim ao monopólio da terra e as formas pré-capitalistas de exploração do trabalhador rural. Fatores

unesp

estruturais que, resolvidos, estimulariam, também, o desenvolvimento do mercado interno brasileiro.

Como é sabido, Marighella se desligou do PCB por discordar de sua linha política. Entretanto, teria o dirigente comunista também rompido com a posição do partido sobre o feudalismo brasileiro? Antes de responder é necessário resgatarmos um pouco do debate travado à época sobre o tema da terra. Os anos sessenta forneceram o combustível ideal para a radicalização da questão agrária. Em novembro de 1961 – como marco histórico – realizou-se o Primeiro Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas na cidade de Belo Horizonte. Sob o comando político da ULTAB (sindicato rural ligado ao partido comunista) e de representantes das Ligas Camponesas (com a presença de seu principal dirigente, Francisco Julião) aprovou-se um documento que acrescentaria ao vocabulário da luta pela reforma agrária, a palavra radical.. De acordo com o documento:

> A característica principal da situação agrária brasileira é o forte predomínio da propriedade latifundiária. Com uma população rural de cerca de 38 milhões de habitantes, existem no Brasil apenas 2.065.000 propriedades agrícolas. Neste número incluem-se 70.000 propriedades latifundiárias, que representam 3,39% do total dos estabelecimentos agrícolas existentes, mas que possuem 62,33% da área total ocupada do país (...) É o monopólio da terra o responsável pela baixa produtividade de nossa agricultura, pelo alto custo de vida e por todas as formas atrasadas, retrógradas e extremamente penosas de exploração semifeudal que escravizam e brutalizam milhões de camponeses sem terra[69]. (I CONGRESSO NACIONAL DE BELO HORIZONTE, 1961, apud CARONE, 1981, p. 201)

---

[69] Para se ter uma idéia da influência dos comunistas na elaboração deste documento, preparado após o encerramento do I Congresso Nacional de Belo Horizonte. Vejamos uma análise empreendida por Marighella – em 1955 – sobre as experiências do trabalho do partido junto aos camponeses, demostrando que havia entre as duas avaliações políticas uma grande reciprocidade: "Mobilizar as amplas massas camponesas significa aplicar o Programa do Partido às condições concretas do campo no Brasil. Nossas experiências nesse terreno de atividades são as experiências de um Partido Comunista atuando num país semicolonial e semifeudal (...) Cerca de 70 mil latifundiários, ou seja pouco mais de 3% do total de proprietários, possuem mais de 62% de todas as terras. Cerca de 10 milhões de camponeses e assalariados agrícolas não possuem terra nenhuma. Milhões de trabalhadores do campo estão sob a mais odiosa exploração e dominação por parte dos grandes proprietários de terra, sujeitos aos restos feudais, vivendo na maior miséria, sem dispor dos mais elementares direitos democráticos (MARIGHELLA, 1955, p. 51).

unesp

Feito o diagnóstico, era chegado o momento da questão agrária deixar de ser apenas retórica reformista, para transformar-se em luta revolucionária. Assim:

> A fim de superar a atual situação de subdesenvolvimento crônico, de profunda instabilidade econômica, política e social e, sobretudo, para deter a miséria e a fome crescentes e elevar o baixo nível de vida do povo em geral e melhorar as insuportáveis condições de vida e de trabalho a que estão submetidas as massas camponesas, torna-se cada vez mais urgente e imperiosa a necessidade de realização de uma reforma agrária que modifique *radicalmente* a atual estrutura de nossa economia agrária e as relações sociais imperantes no campo (Idem,Ibidem).

Os comunistas e os representantes das Ligas Camponesas concordavam que o desenvolvimento economico-social do Brasil, dependeria substancialmente do modo (revolucionário e não reformista) e da velocidade (urgentíssima) com que se promovesse a nossa reforma agrária[70]. Mas, entretanto, em relação ao caminho que deveria ser seguido pelo movimento popular brasileiro a fim de solucionar o problema da terra, as divergências políticas que havia entre o PCB e a organização camponesa eram inconciliáveis.

Quando as Ligas Camponesas surgiram para cenário político nacional, na década de 50 em Pernambuco[71], as reivindicações pela reforma agrária que mobilizavam os camponeses tinham um caráter meramente legalista. A primeira liderança de destaque das Ligas foi Padre Melo. Seu discurso de orientação católica tinha uma conotação claramente anti-comunista. Num depoimento a Comissão Parlamentar de Inquérito (1962) sobre o problemas das Ligas, Padre Melo fez a seguinte declaração:

---

[70] "A reforma agrária que defendemos e propomos diverge e se opõe frontalmente, portanto, aos inúmeros projetos, indicações e proposições sobre as pretensas "reformas", revisões agrárias e outras manobras elaboradas e apresentadas (...) A reforma agrária pela qual lutamos tem como objetivo fundamental *a completa liquidação do monopólio da terra* (grifos nossos) exercido pelo latifúndio, sustentáculo das relações antieconômicas e anti-sociais que predominam no campo e que são o principal entrave ao livre e prospero desenvolvimento agrário do país". (I CONGRESSO NACIONAL DE BELO HORIZONTE, 1961 apud CARONE, 1981, p. 202)

[71] De acordo com Carone: "O fenômeno das Ligas Camponesas anuncia-se na década de 1940 em Pernambuco, mas toma importância na década seguinte: é neste mesmo Estado que vamos ter os casos de Canópolis (1950), Galiléia (1955), Camaçari (1960) etc. Estes movimentos se esparramaram por outros Estados do Nordeste e chegam a atingir até o Estado de São Paulo". (CARONE, 1981, p. 22)

unesp

> O governo e o Congresso só dispõem de dois meses para iniciar a Reforma Agrária; demorar mais, a seu ver, seria arriscar a irrupção de um movimento revolucionário no Nordeste de conseqüências imprevisíveis, tão agravada estaria a situação social naquela região. (...) A pregação dos agitadores, observou o padre Melo, vai acumulando o ódio "e os camponeses responsabilizam a todos, indiscriminadamente, pela sua desgraça. Esse panorama sombrio é que levou a Igreja à decisão de enfrentar a situação numa derradeira tentativa de organizar os trabalhadores rurais para obter as melhorias indispensáveis (MELO, 1962 apud CARONE, 1981, p. 155).

Depois disso, o reverendo pronunciou-se a respeito do tipo de reforma agrária que caberia as condições brasileiras:

> A Reforma Agrária é urgentíssima – prosseguiu. Combateremos, o comunismo consertando o País democraticamente. *Não sou tolo para atribuir o mal ao latifúndio, num País onde a população é escassa e as terras abundantes*. Em alguns lugares a expropriação poderá ser necessária, mas excepcionalmente. Também não são os latifundiários os culpados. Nada poderiam fazer, se quisessem. Quando muito atenuariam um pouco a miséria. Preciso é amparar a agricultura, modernizá-la, impor uma legislação justa (Idem, Ibdem, p. 156, Grifos nossos).

Contudo, o líder mais importante da história das Ligas foi, sem dúvida, o advogado Francisco Julião. No inicio da luta política travada por de Julião em favor do movimento camponês, as suas propostas também continham um caráter legalista. Recomendava-se que por meio de instrumentos institucionais seria possível organizar os trabalhadores rurais em sindicatos e, com isso, promover um salto qualitativo na mobilização do campesinato em torno de suas principais reivindicações: a modificação do sistema de trabalho na terra, a aprovação pelo Congresso Nacional de leis sociais para os trabalhadores agrícolas – equivalentes a dos operários urbanos; a democracia ao alcance do camponês com a legalização do voto do analfabeto; a cooperativa para o camponês, etc. Fora estas questões de inclusão social do camponês (como um verdadeiro "cidadão") havia também por parte de

unesp

Julião, a tentativa de exercer sobre o governo – via movimento social – uma pressão político de modo a tornar viável a realização de uma reforma agrária democrática.

Porém, as idéias do então deputado nordestino iriam sofrer uma forte influencia da Revolução Cubana. Em 1960, após o retorno de uma visita ao país, Julião torna-se um defensor intransigente do socialismo de tipo cubano, com a pregação da imediata socialização de nossos meios de produção. Para a realização destas tarefas, segundo ele, o potencial revolucionário do camponês brasileiro seria superior ao da classe operária:

> Como todos sabemos, a classe operária, organizada em sindicatos, na cidade ou no campo, desde longos anos vem tratando lutas de caráter econômico. Somente depois de saturada pela experiência e politizada, por força do proselitismo permanente, essas lutas assumem caráter político. (...) Decorre isso, em boa parte, do fato de que as relações existentes entre operários e patrões têm como base o salário, sendo portanto de natureza econômica. Enquanto tais relações se verificam entre a classe operária e aquela que a explora, entre o camponês e o latifundiário as relações são de direito, de modo que a luta para eles, quando se esboça, já assume caráter político. O camponês quando se organiza, dá, assim um salto, adquirindo a sua luta *substância revolucionária* (grifos nossos), porque quase não passa pela fase de luta econômica, durante a qual o patrão anestesia, engana e retarda o amadurecimento político da classe operária. (JULIÃO, 1962 apud CARONE, 1981, p.167)[72].

Naturalmente, a tese defendida por Francisco Julião, sob a qual seria possível de acordo com a realidade do Brasil se partir diretamente para uma revolução socialista, tendo o campesinato à frente como vanguarda política, foi encarada pelos comunistas com sérias restrições. Um dos questionamentos partiu de Giocondo Dias que na época pertencia ao Comitê Central do PCB. O dirigente comunista escreveu, em 1962, um artigo intitulado *Francisco Julião, os comunistas e a revolução brasileira,* no qual refutava a idéia exposta

---

[72] Segundo Gorender: "O dirigente das Ligas abandonou a orientação seguida com êxito há vários anos e começou a pregar uma concepção socialista coletivizante da reforma agrária. Tornou-se talvez o primeiro a defender uma das idéias-chave dos anos 60: o papel principal dos camponeses na revolução socialista, com explícita depreciação da função revolucionária hegemônica atribuída pelo marxismo ao proletariado. Como corolário, a utilização dos meios legais e das lutas parciais foi menosprezada e a via da luta de guerrilhas subiu ao primeiro ponto da agenda" (GORENDER, 1999, p. 43).

unesp

pelo líder camponês de que as condições históricas brasileiras apontavam para o amadurecimento político de uma revolução socialista. Para Dias, as declarações feitas por Julião em defesa da etapa socialista para a revolução brasileira, além de serem de conteúdo superficial, também não mediam as conseqüências que tal ação política poderia vir a acarretar:

> Trata-se de teses que, sendo errôneas no plano doutrinário, representam uma interpretação deformada da realidade brasileira de nossos dias e, por isso, causariam prejuízos à luta em que está lançado o povo brasileiro, caso fossem aceitas (DIAS, 1962, p. 94).

Seguindo neste raciocínio, o autor, referendado pela plataforma política dos comunistas – a chamada "nova política" "– procurou demonstrar em relação ao plano estratégico da revolução brasileira, qual seria o principal equívoco cometido por Francisco Julião. Assim:

> Se, por ventura, o movimento revolucionário brasileiro fosse se orientar por tal concepção, os resultados seriam profundamente nocivos. Teríamos, então, no plano estratégico, de considerar como objetivos fundamentais não a eliminação do imperialismo norte-americano e seus agentes (sic) e o latifúndio, mas a eliminação da burguesia brasileira como classe. A contradição principal a resolver imediatamente em nossa sociedade seria a contradição entre o trabalho e o capital. Do ponto de vista tático, teria de ser posta de lado a frente única antiimperialista e antifeudal e substituídos os processos e as formas de luta. A política de ampla aliança de classes contra o imperialismo, os entreguistas e a oligarquia latifundiária daria o seu lugar a uma política de estreiteza e isolamento. (DIAS, 1962, p. 95).

Quanto a atribuição feita por Julião de que caberia aos camponeses um papel de vanguarda política dentro do quadro da revolução brasileira, o dirigente pecebista fez a seguinte ponderação:

> É um completo contra-senso afirmar-se, em nome da revolução socialista, que o campesinato, ligado por sua própria condição à propriedade privada da terra, obedece a uma "dinâmica" de luta pelo socialismo, enquanto a

> "dinâmica" que move o proletariado é simplesmente o aumento de salário. Não se trata de "preferir" uma classe ou outra, de considerar uma "melhor" que a outra. Trata-se, sim, da realidade, de como as coisas se apresentam concretamente na sociedade. O proletariado e o campesinato têm suas características próprias, assim como interesses comuns. (...) E ninguém pode por em duvida que a revolução avançara tanto mais rapidamente para a vitória quanto mais firmemente se encontrar à sua frente a classe operária. As massas camponesas têm nisso o maior interesse. A subestimação que o deputado Francisco Julião manifesta pelo papel político da classe operária revela a sua tendência a negar a hegemonia do proletariado na luta revolucionária. Para contestá-lo dispensamo-nos de maiores considerações, bastando lembrar o que tem sido a atuação do proletariado brasileiro na vida política do país nos últimos anos contra o imperialismo e a reação, por um governo nacionalista e democrático (DIAS, 1962, p.100).

Cabe lembrar que, além do PCB e das Ligas Camponesas, outras organizações – surgidas na década de sessenta – como PC do B (Partido Comunista Brasil), a POLOP (Organização Política Marxista – Política Operária) e a AP (Ação Popular) participaram das discussões sobre a problemática rural brasileira.

O PC do B que surgiu de uma cisão do PCB, em 1962, obviamente conservou em alguns aspectos as diretrizes políticas do chamado "Partidão". Sobretudo em relação as duas etapas para a revolução brasileira, embora ressaltando que a instauração de um governo popular revolucionário – antiimperialista, antilatifundiário e antimonopolista – não se concretizaria pelo caminho pacifico e sim apenas de acordo com a violência armada. Com respeito ao programa agrário havia divergências entre os dois partidos. Num panfleto elaborado pelos futuros dirigentes do PC do B, em 1961, isto ficaria evidente:

> Agora, o Comitê Central apresenta um programa do qual eliminou as formulações mais radicais que se pode ainda encontrar na Resolução Política do V Congresso. Veja-se por exemplo, o problema da reforma agrária. Enquanto a Resolução diz que os comunistas têm o dever de lutar à frente das massas camponesas por uma reforma agraria que liquide o monopólio da propriedade da terra pelos latifundiários, o programa do Partido Comunista Brasileiro refere-se de maneira genérica à "efetivação da reforma agrária em todo pais" e apresenta medidas parciais que são menos avançadas que as propostas no projeto do deputado Jofilly, o qual conta com o inteiro apoio do governo federal (AO COMITE DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, 1961 apud CARONE, 1981, p. 104).

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

Devido a influência das idéias de Trotski, a Polop era adepta da tese de que somente uma revolução socialista poderia resolver o nosso problema agrário e, portanto, colocava-se de modo contrário a concepção das duas etapas da revolução brasileira pregada pelos pecebistas. Conforme um documento da Polop de 1962:

> A caracterização da revolução brasileira constitui, pois, premissa fundamental para a elaboração da estratégia política e da tática insurrecional. Essa caracterização, todavia, partirá não só do nível mais alto a que atingiram as forças de produção, delineando a fisionomia econômica do pais, mas, igualmente, da conjuntura mundial, na etapa do imperialismo, que acabou as velhas distinções entre países maduros e não maduros para o socialismo. Limitar, portanto, a revolução brasileira aos termos da luta antifeudal e antiimperialista, dando ilusão às massas de que, dentro do atual sistema, podem conseguir a sua emancipação econômica, é trair o proletariado, é trair o socialismo. (...) Assim, em virtude do desenvolvimento desigual, irregular e combinado do capitalismo, onde, no mesmo processo, coexistem várias fases históricas, desde a economia comunal dos índios, passando pelo regime feudal e latifundiário, até o alto capitalismo monopolista e o capitalismo de Estado, confundem-se as etapas da revolução, não podendo haver dissociação entre as tarefas burguesas e as reivindicações socialistas. (BANDEIRA, 1962 apud CARONE, 1981, p. 78)

Para os dirigentes da Polop, a penetração do capitalismo no campo brasileiro levou ao (sic) rompimento com as velhas relações de produção, fato esse que veio a engendrar um "movimento espontâneo de massas". Esta mobilização popular seguia à dois caminhos distintos:

> a das Ligas Camponesas, que realizaram um trabalho essencialmente agitativo à base de palavras de ordem pequeno-burguesas, e a do Partido Comunista Brasileiro, que procurou dar-lhe uma organização burocratizada e imprimir-lhe a sua ideologia reformista. A crise por que hoje passam as Ligas e o beco sem saída a que está chegando a organização camponesa do PCB indicam a existência de uma crise geral do movimento camponês, que só será superada na medida em que este ingresse em uma fase de efetiva organização interna, por meio da qual se mobilizem e enquadrem as grandes massas rurais, e marche, superando o radicalismo e o reformismo pequeno-burgueses, para uma atuação revolucionária conseqüente (POLITICA OPERÁRIA, 1963 apud CARONE, 1981, p. 90).

unesp

Também a Ação Popular (AP) se aproximou da idéia da revolução socialista para o Brasil, porém, em razão de sua origem católica a organização defendia um socialismo de caráter democrático e humanista, diferente do socialismo de inspiração marxista. Daí que a Ação Popular foi procurar em pensadores católicos – como Jacques Maritain, Emmanuel Mounier e Pierre Teilhard de Chardin – o fundo doutrinário que necessitava para a concepção de uma ideologia própria sobre o socialismo[73]. No entanto, a interpretação que fazia a AP da questão agrária no Brasil – apesar de sua defesa do caráter socialista da revolução brasileira – assemelhava-se em muito às analises empreendidas pelos comunistas. Mantinha-se a idéia da dualidade estrutural de nossa economia agrícola que, segundo os católicos, seria decorrente da coexistência de um área feudal atrasada, com setores modernos da agricultura brasileira. No pré-64 a AP teve uma atuação importante na organização de movimento populares em favor das chamadas reformas de base, principalmente, a reforma agrária.

Tivemos até aqui um panorama geral das discussões movidas pelo tema agrário no período pré-64. Após isto, veremos agora se de fato as analises de Marighella que apontavam para a existência de feudalismo no Brasil, sofreram na fase final de seus escritos – já propenso a enfrentar de armas na mão a ditadura militar – modificações significativas.

Por exemplo, observamos que ainda na obra *A crise brasileira* de 1966, Marighella mantém quase intacta a sua posição anterior com respeito à questão agrária brasileira. Porém, parece-nos visível na leitura destes escritos que o conceito apropriação feudal da terra foi substituído por uma outra conceituação, denominada monopólio

[73] Em pleno contexto da Guerra Fria - que vinha sendo travada pelos EUA e a URSS desde o fim da Segunda Guerra Mundial – os católicos buscavam em pensadores, como Jacques Maritian, uma ideologia alternativa (um socialismo cristão que proporciona-se justiça e paz social) que fizesse frente a bipolaridade política entre o mundo capitalista e o comunista. Na visão dos militantes da AP, estes dois sistemas políticos incorporavam valores anticristãos. Deste modo: "buscava-se em Maritain um caminho, no ideário católico, que não fosse nem a adesão ao comunismo - essa 'ideologia de decomposição revolucionária que se eleva contra a própria idéia de cristandade' – nem a inércia conformista dos cristãos em face da ordem capitalista estabelecida" (RIDENTI, 2002:, p. 218).

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

latifundiário da terra. Como pode ser comprovado por meio da análise feita pelo autor dos entraves estruturais de nosso desenvolvimento econômico:

> As relações de produção no Brasil abrangem nosso sistema de propriedade. E não somente isso. Abrangem também as relações entre os homens ocupados no processo da produção, além das formas de distribuição das riquezas ou dos bens materiais. São estas relações de produção que estão em crise – se assim podemos dizer. Pois já não se harmonizam às condições exigidas para o nosso progresso e desenvolvimento. E constituem um obstáculo ao avanço de nossas forças produtivas. O que se torna evidente pelo domínio do imperialismo norte-americano sobre a propriedade e a economia brasileira, pela predominância do monopólio da propriedade territorial latifundiária (MARIGHELLA, 1979, p. 55).

Neste mesmo sentido, afirmou Marighella que:

> Uma das particularidades da crise brasileira é seu caráter crônico. A crise brasileira faz parte da crise geral do capitalismo. A cada nova fase da crise geral do capitalismo corresponde um novo aspecto da crise econômica. A sociedade brasileira passaria por muitas e importantes modificações, antes que se transformasse na sociedade atual. Da escravidão evoluiria para outro tipo de relações, que levaria ao capitalismo, ao regime do salariato, ainda que conservada a dependência ao imperialismo norte-americano e mantido o monopólio da terra, com a sobrevivência e a reafirmação do latifúndio. (Idem, Ibidem)

Não encontramos nestas duas passagens do texto de Marighella, ao menos uma menção da sobrevivência do sistema de produção feudal no Brasil. Embora o autor nas paginas seguintes do livro, volte a reafirmar "o caráter antiimperialista e antifeudal, nacional e democrático da revolução". (MARIGHELLA, 1979: 64) Deve-se ressalvar que o comunista baiano quando elaborou *A crise brasileira* ainda era membro do Comitê Central do PCB e, portanto, limitava-se a criticar o partido dentro dos parâmetros políticos da luta interna.

Já em escritos posteriores ao rompimento oficial de Marighella com o PCB – depois de sua completa imersão na luta armada contra a ditadura militar – notamos que o autor ao tocar em pontos chaves da revolução (agrária) brasileira, passou a se utilizar de um

unesp

vocabulário teórico diverso daquele dos tempos de partido. Isto pode ser verificado nas linhas de *As perspectivas da revolução brasileira (1969)*, quando o líder guerrilheiro descrevia que a principal inspiração ideológica dos militantes armados, seria anti-capitalista (combatendo de uma só vez burgueses e latifundiários) e anti-imperialista. Seguindo este mesmo raciocínio, segundo Marighella, o programa de unidade dos revolucionários (fossem eles de qualquer organização) se daria "em torno de duas questões" básicas:

> A primeira é que todos os grupos revolucionários estão a lutar, não para substituir os militares por um poder civil ou por outro poder *burguês-latifundiário*. (...) Todos querem que a *atual estrutura de classes da sociedade brasileira* seja transformada e que o aparelho burocrático-militar do Estado seja destruído, para no seu lugar ser colocado o povo armado. A segunda é que os grupos revolucionários querem expulsar do pais os norte-americanos. (MARIGHELLA, 1969, p. 44, grifos nossos).

Quanto aos problemas existentes no campo brasileiro, Marighella por meio do panfleto *Chamamento ao povo brasileiro (1968)* determinava quais deveriam ser as principais medidas adotadas por um eventual governo nacional-popular:

> Confiscaremos a propriedade latifundiária, terminando com o monopólio da terra, garantindo títulos de propriedade aos agricultores que trabalhem a terra, extinguindo as formas de exploração como a meia, a terça, os arrendamentos, o foro, o vale, o barracão (*escravidão agrária*), os despejos e a ação dos grileiros, e castigando todos os responsáveis por crimes contra os camponeses (MARIGHELLA, 1979, p. 143).

Note-se que Marighella, quando fala da necessidade histórica de se extinguir as formas de exploração do trabalhador rural, utiliza-se do termo "escravidão agrária" para qualifica-las. Parece-nos que o autor ao definir tais formas de exploração do trabalho como remanescentes do escravismo, aproxima-se mais das idéias de Caio Prado Júnior (em divergência frontal com o PCB)[74] do que daquelas reivindicadas por Nelson Werneck Sodré

---

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

(de grande proximidade com o partido) sobre a questão agraria. Recordando a polêmica, segundo Caio Prado, o erro da teoria sodreniana – absorvida pelos pecebistas – estava em qualificar de feudais ou semi-feudais todas as formas intensivas de exploração do trabalho como, por exemplo, a "prestação de serviços gratuitos em troca do direito de ocupação e utilização da terra" (PRADO, 1966) pelos lavradores. Portanto:

> "Feudal" tornou-se assim sinônimo ou equivalente de qualquer forma particularmente extorsiva de exploração do trabalho, o que é naturalmente falso. Tais formas, sem duvida ainda largamente difundidas nas relações de trabalho rural brasileiro, constituem remanescentes, isto sim, do sistema de trabalho vigente legalmente no Brasil até fins do século passado, a saber: a escravidão. É a escravidão, em que o Brasil se formou, e que apenas duas gerações passadas ainda conheceram, é isso que se prolonga até hoje à margem da lei e imprimindo seu cunho anacrônico nas relações de trabalho de boa parte do campo brasileiro (PRADO, 1966, p. 141).

Na visão de Sodré, ao contrário, a presença de relações de produção feudais em algumas regiões do território brasileiro seriam inegáveis. Para ele, as áreas escravistas se constituíram no núcleo central de nossa colonização, devido tanto a sua importância econômica como populacional. Todavia, estas áreas escravistas eram circundadas por vastas extensões de terra onde predominavam relações de produção feudais - apesar de secundárias em termos econômicos e populacionais. Desta forma:

> Nessas imensas áreas sertanejas, por força da herança cultural mas também por força de condições endógenas, as relações feudais se estabeleceram, desde dos tempos em que o escravismo, instalado com a colonização, surgiu e se desenvolveu. Assim cercando a área escravista, cuja a produção, voltada para o exterior, não podia fugir da dependência oceânica, surgiu a área feudal, particularmente pecuária. Essas duas áreas tinham contato nas orlas em que se avizinhavam. A área feudal vivia muito próxima da economia natural e o pouco de que necessitava e tudo o que fornecia era obtido ou transferido à área escravista. (SODRÉ, 1990, p. 84).

---

[74] Como já salientamos, as duas principais discordâncias de Caio Prado em relação a linha política pecebista eram as seguintes: não aceitava a tese do feudalismo e nem qualificava a burguesia brasileira como revolucionário ou modernizadora.

unesp

Ademais, como já foi dito no capitulo anterior, de acordo com Sodré em regiões do país onde, numa fase economicamente ascensional, prevaleciam relações de produção escravistas – como exemplo, temos o escravismo açucareiro e o escravismo minerador – entretanto, em fases de declínio econômico estas áreas escravistas acabaram "regredindo" para modos de produção feudais. Conforme o historiador:

> O fenômeno de transição de vastas áreas antes escravistas a um regime caracterizado de servidão ou semi-servidão é possível, no Brasil, pela disponibilidade de terras. (...) A disponibilidade de terras é um fato inequívoco – mas de terras apropriadas, não de terras por apropriar. Há espaços vazios, mas não há propriedades a conquistar: não há transferência de propriedades. Está claro que o problema não é estático: grandes áreas não-apropriadas, já objeto de ocupação, são apropriadas, por diferentes processos, entre os quais o da violência pura e simples, é como se sempre tivessem sido propriedades. É nesses vazios que se estabelece a base da regressão. Não se trata assim, de uma espécie de "fronteira móvel", como se pensa às vezes, mas de uma invasão formigueira de pequenos lavradores ou de pequenos criadores que estabelecem as suas roças de mera subsistência e que permanecem, no conjunto, ausentes do mercado. (SODRÉ, 1962, p. 123).

É por detrás desta controvérsia teórica – da existência ou não de relações de produção feudais no Brasil – que reside, a nosso ver, o ponto crucial da modificação do discurso marighelliana a respeito da questão agrária. Qual seria o elemento decisivo da referida mudança? A polêmica em torno do modo de produção que prevaleceu no Brasil colonial foi estabelecida em três direções distintas: para alguns teria sido escravismo[75], já outros eram defensores do capitalismo e terceiros colocavam-se a favor da tese do feudalismo. Neste sentido, Sodré argumentava que as divergências sobre a tese do feudalismo brasileiro,

---

[75] A defesa do modo de produção escravista foi feita por Jacob Gorender no livro *Escravismo Colonial* (1978). Segundo Moraes, a obra de Gorender ocupa uma posição peculiar dentro da controvérsia entre Sodré e Caio Prado: "O escravismo colonial, sua obra maior e uma das mais importantes do marxismo brasileiro, desenvolve uma original teoria do modo de produção próprio à economia escravista brasileira, que se afasta dos fundamentos do programa nacional democrático na medida que apresenta o latifúndio, portanto o modo de apropriação da terra, como determinado pela escravidão e esta pela grande plantação colonial (MORAES, 2000, p. 152).

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

foram movidas por uma "singular mistura entre ciência e ideologia". Citamos então o esclarecimento feito pelo autor da questão:

> Na controvérsia a propósito da existência ou não do feudalismo brasileiro houve motivação mista, a motivação cientifica e a motivação política. É interessante lembrar que os documentos políticos do partido do proletariado brasileiro sempre se referiram, até algum tempo atrás, a relações feudais ou semi-feudais cuja superação se fazia necessária. Porque divergiam da formulação, alguns elementos negavam a existência daquelas relações feudais ou semi-feudais aqui. Era tolice, frisavam. Tratava-se, na verdade, afirmavam categoricamente, de capitalismo, em uma forma ostensiva, clara, insofismável. Chamar aquelas relações de pré-capitalistas não passava, afirmavam ainda, de sofisma semântico. E insistiam em que o capitalismo reinara aqui. Era uma posição política que se travestia de divergência científica. Aceitar a existência de relações feudais ou semifeudais, ou a existência de restos feudais, era errôneo. Como errônea era a afirmação da necessidade de praticar uma política que as eliminasse, como condição preliminar para passar à nova etapa, mais avançada. Parecia errôneo porque importava em admitir a necessidade histórica de realizar ou completar a revolução burguesa aqui, antes de colocar a reivindicação socialista (SODRÉ, 1990, p. 20).

Acreditamos que esta passagem do texto de Sodré, resume bem o clima das discussões que permearam o tema da revolução brasileira. Ora, segundo Takao Amano, no debate que se travou no decorrer dos anos sessenta - principalmente, depois da consolidação do golpe de 1964 – sobre os rumos da revolução brasileira, haviam duas posições bem claras: os pró-capitalistas (defensores da etapa socialista) e os pró-feudais (defensores da etapa democrático-burguesa). Seguindo nesse raciocínio, se sob o ponto de vista estratégico Marighella discordava da perspectiva socialista (imediata) de nossa revolução[76], por outro

[76]Entre os representantes do marxismo de esquerda que defendiam a tese do chamado "socialismo já" para América Latina - principalmente no segundo lustro do anos sessenta - André Gunder Frank pode ser considerado um dos autores que mais influência exerceu sobre os revolucionários brasileiros que se propuseram a pegar em armas contra a ditadura militar. Citemos a analise desenvolvida por Frank: "Atualmente, a luta antiimperialista na América Latina deve ser realizada por meio da luta de classes. A mobilização popular contra o inimigo de classe imediato, nos âmbitos nacionais e locais, provoca um confronto mais vigoroso com o inimigo central imperialista que a decorrente da mobilização antiimperialista direta. A mobilização nacional, pela aliança política das forças antiimperialistas mais amplas, não constitui um enfrentamento adequado do inimigo de classe imediato e, em geral, não provoca um verdadeira – e necessária – confrontação com o inimigo imperialista. (...) A coincidência estratégica da luta de classes com a luta antiimperialista e a prioridade tática da luta de classes da América Latina sobre a luta antiimperialista contra a burguesia metropolitana aplicam-se claramente à guerra de guerrilhas, que primeiramente deve eclodir contra a burguesia nacional do país; e também são validas no que se

lado, também não compartilhava mais das idéias pecebistas sobretudo porque, segundo ele, o programa político do partido para desenvolvimento da revolução nacional-democrática, persistiria em adotar uma política conciliatória e anti-popular que já havia sido posta em prática – com fracasso – no pré-64, antes da perniciosa institucionalização da ditadura militar brasileira. O comunista baiano ao defender-se dos ataques daqueles que o chamavam de "exclusivista" por propor a luta armada para livrar o Brasil da opressão imperialista e de seus aliados internos (burguesia e latifúndio), reafirmou o motivo de suas divergências com a linha política do PCB:

> Os que dizem que só falamos em guerrilha e que, por isso somos exclusivistas, dificilmente podem esconder detrás de tal conceito uma concepção oportunista sobre a emancipação do povo brasileiro. Na verdade, aceitam a tese da guerrilha apenas para constar, e somente como um meio para efetuar negociações e acordos políticos em torno de eleições e outras saídas conciliatórias de caráter burguês. Para nós, ao contrário, a guerrilha tem exatamente a finalidade de não permitir qualquer negociação política de conciliação com a burguesia em detrimento dos interesses de classe dos operários, camponeses e seus aliados e em prejuízo da revolução destinada a expulsar o imperialismo do país e eliminar os obstáculos para o socialismo. (MARIGHELLA, 1969, p. 32, grifos do autor).

Em novembro de 1969, pouco tempo antes de ser brutalmente assassinado pelos opressores ditatoriais, Marighella concedeu uma entrevista a Front, um semanário francês. Questionado pelo repórter sobre a acusação feita por certos setores "esquerdistas" brasileiros de que a ALN não lutava pelo socialismo, mas sim por uma revolução de caráter antioligárquica e de libertação nacional, o líder guerrilheiro respondeu da seguinte forma:

> Antes de fazer o socialismo é preciso primeiro liquidar o aparelho burocrático e militar da reação e livrar o país do ocupante norte-americano. Aliás, seguimos nisso a declaração geral da OLAS. Assim como para Cuba,

---

refere ao combate político e ideológico, que não deve visar apenas o inimigo imperialista e colonial, mas também o inimigo de classe local (FRANK, 1968,, p. 371).

unesp

> seguindo-se essa orientação, chega-se necessariamente ao socialismo. (MARIGHELLA, 1969, p. 70)[77].

Nestas condições, destruir o "aparelho burocrático e militar" do Estado e expulsar do território brasileiro o imperialismo americano, significava para Marighella, seguir uma orientação estratégica-revolucionária diversa (ou intermediária) da reivindicada tanto pelos pró-capitalistas (marxistas de esquerda) como pelos pró-feudais (vinculados ao PCB). Na busca então de estabelecer um meio termo entre estas duas visões políticas da revolução brasileira, foi que Marighella abandonou o conceito de feudalismo[78]. Para ele, em termos políticos concordar com existência de relações feudais de produção no Brasil, seria admitir que o país necessitaria - para cumprir tais tarefas - de uma revolução nacional-democrática (ou democrático-burguesa) dos mesmos moldes pregados pelo PCB. Quando separou-se da Comissão Executiva do partido (dezembro de 1966), o líder da ALN já havia manifestado que depois da instalação do regime militar, tratava-se agora de conferir um novo caráter a revolução brasileira:

> A época atual é de guerras de libertação, ou seja, de organização de guerra justa e necessária contra o imperialismo americano. As proposições, o método e a maneira de ser da comissão executiva, tudo, (sic) a situação em uma época superada, ou seja, na época das revoluções liberais. (MARIGHELLA, 1967, p. 46).

---

[77] Em agosto de 1967, foi realizado em Havana, o primeiro Congresso da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS). O objetivo principal da reunião era incentivar (multiplicando) por todo continente americano, lutas de libertação nacional nos moldes da revolução cubana. Conforme a Declaração da OLAS: "O triunfo e a consolidação da Revolução Cubana evidenciaram que a insurreição armada é o verdadeiro caminho para a tomada do poder pelo povo trabalhador e, ao mesmo tempo, que os exércitos profissionais podem ser destruídos, as oligarquias vencidas, o imperialismo ianque derrotado, e o socialismo, como via nacional de desenvolvimento, pode avançar e se fortalecer, apesar do bloqueio econômico, da subversão, da agressão, da chantagem, da fustigação, da pressão e da contra-revolução". Proclamava-se então: "Que o conteúdo essencial da revolução na América Latina está dado por seu enfrentamento ao imperialismo e ás oligarquias de burgueses e latifundiários. Consequentemente, o caráter da revolução é o da luta pela independência nacional, a emancipação das oligarquias e o caminho socialista para seu pleno desenvolvimento econômico e social. (Declaração da OLAS, 1967, p.309-313).

[78] Segundo nos relatou Takao Amano.

unesp

Para Marighella, portanto, insistir em combater a ditadura militar naquela altura por meio de "entendimentos políticos e eleitorais" – alimentando-se de ilusões extremas com os chamados setores "progressistas" de nossa burguesia – era entregar-se ao conformismo da luta dentro da legalidade. O importante então, segundo o líder guerrilheiro, seria lutar decididamente pela direção política (hegemônica) da revolução brasileira – condição que caberia as classes populares no plano estratégico. Quanto a isto, acrescentava o autor que:

> Se desistirmos de lutar desde de agora por transformar essa possibilidade em realidade, contribuiremos - na melhor das hipóteses, repetimos – para ajudar a burguesia brasileira a transformar o Brasil num país social-democrático na América Latina. Nesse caso, o Brasil teria o destino de auxiliar dos Estados Unidos na missão de refrear o movimento de libertação dos países latino-americanos (Marighella, 1979, p. 64).

Nas análises de Marighella, o imperialismo americano permaneceu sendo apontado como o principal inimigo do povo brasileiro (em plena concordância com os documentos oficiais do partido), entretanto, no plano interno as forças políticas ligadas aos setores burgueses e latifundiários que representavam a contra-revolução, deveriam ser combatidos e eliminados. Por isso foi que a analise econômica de Marighella sobre o feudalismo brasileiro da época pecebista, acabou sendo substituída - na fase guerrilheira - por um discurso de cunho mais político-ideológico de modo a preparar os militantes para a luta armada. Assim, não havia mais sentido seguir a mesma linha política do PCB – em relação a revolução nacional-democrática – se o objetivo de luta, naquela altura, era a instauração de um verdadeiro governo popular-revolucionário.

unesp

Capítulo 3

Violência e ação política em Carlos Marighella

Não há como falar da fase guerrilheira de Carlos Marighella sem relembrarmos de dois episódios históricos que, podemos assim dizer, colaboraram decisivamente para a opção política do comunista baiano de enfrentar a ditadura militar brasileira de armas na mão: o primeiro episódio marcante foi a prisão de Marighella efetuada pelo DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), apenas 40 dias depois do golpe de 1964. Já o segundo, refere-se a sua participação, em 1967, na primeira reunião da Organização Latino Americana de Solidariedade (OLAS), realizada na ilha de Cuba.

A decisão tomada por Marighella de resistir a prisão, além da "intenção de oferecer um exemplo de resistência e levantar os ânimos no ambiente de frustração dos adversários do regime militar" (GORENDER, 1999, p. 103), também serviu como um recado político ao PCB. Para ele, os pecebistas no pré-64 haviam sobrevalorizado tanto a idéia de alcançar o poder por meio do caminho pacifico, que foram pegos totalmente despreparados diante do golpe de Estado. Devido a confiança num suposto "esquema militar" preparado pelo presidente João Goulart, o partido, segundo Marighella, não mobilizou as massas e acabou deixando "o movimento popular e sindical completamente desarmado, tanto do ponto de vista literal, sem armas, quanto do ideológico, para resistir ao golpe" (JOSÉ, 1997, p. 200).

Quando abordarmos na seqüência o primeiro acontecimento, enfatizaremos que Marighella, dialeticamente, ao negar o emprego da violência institucional ou "legal" (neste caso, representada pelos militares), assumiu em atos (prática) e no discurso (teoria) a

unesp

violência revolucionária como expressão legitima da política – a fim de responder na mesma medida, e, positivamente, a "força" opressora empregada pelas classes dominantes contra o povo.

3.1 Força e violência: a distinção política dos termos

Em 9 maio de 1964, Marighella ao ver-se cercado por policiais do DOPS dentro de um cinema no Rio de Janeiro resolveu que deveria reagir àquela demonstração de "força institucional" e denunciar as atrocidades que o regime militar vinha cometendo desde o golpe de Estado. A ação dos policiais se efetuou de modo violento, inclusive ferindo o militante comunista com um tiro no peito.

Contudo, o principal desdobramento político do episódio carioca foi gerado pela publicação por parte de Marighella, em 1965, do livro *Por que resisti à prisão.* Tratava-se de um texto que, além de denunciar as arbitrariedades do regime militar, também seria o prenúncio de que as divergências políticas de Marighella com a direção do PCB estavam chegando a uma situação limite. A radicalidade demostrada pelo seu ato de repudio ao regime de exceção, seria a confirmação de uma nova tendência política:

> A resistência à prisão em plena ditadura, mesmo correndo o risco de ser baleado como fui, é um modo de exprimir confiança na capacidade e receptividade do povo para a compreensão de um ato de protesto (mesmo individual), a prova de fidelidade aos compromissos com a luta pela liberdade. Uma atitude de resistência e de não-conformismo ajuda a desmascarar a farsa e é o prenuncio da vitória (MARIGHELLA, 1995, p. 101).

Nos primeiros capítulos de *Por que resisti à prisão,* o autor faz um relato de sua prisão e de como haviam procedido os interrogatórios policiais. Além disso, denunciou os excessos cometidos contra outros presos políticos nos dias subsequentes ao golpe de 1964. Porém, foi nos capítulos finais do livro que Marighella procurou desenvolver uma análise sobre a situação política do país.

unesp

Definiu a democracia representativa brasileira como limitada e de conteúdo elitista, que marginalizava as massas exploradas e os camponeses - eternamente escravizados pelos "senhores da terra". Para Marighella, a constituição de 1946 não havia garantido ao país uma blindagem política contra o golpismo de direita[79]. Mas, substancialmente, Marighella em *Por que resisti à prisão,* tratou de uma questão que, nos anos sessenta, converter-se-ia num divisor de águas dentro do PCB: a legitimação da violência revolucionária – uma resposta digna à violência empregada pelos golpistas- como estratégia para derrubada do regime militar. Disse então:

> a ditadura surgiu da violência empregada pelos golpistas contra a nação, e não pode esperar menos do que a violência por parte do povo para enfrentar os crimes cometidos pelo governo e os militares em detrimento da condição humana e dos interesses nacionais. As forças populares e nacionalistas – e entre elas os comunistas – declararam no passado, repetidas vezes, que a violência dos golpistas seria respondida com a violência. Mas por inadvertência de todos, estas declarações ficaram em palavras e não foram acompanhadas por atos. O golpe foi afinal desencadeado pela força das armas e não encontrou nenhuma resistência, pois nada estava preparado, e a perplexidade se propagou entre os que deviam se opor ao atentado. Mas violência gera violência, e estamos diante dela. (MARIGHELLA, 1965, p. 127).

O direito de insurreição dos oprimidos contra os opressores foi e, continua sendo, uma questão polêmica que acompanha toda a história da humanidade. Lenin, por exemplo, quando pronuncio-se a favor da autodeterminação das nações, ponderou que era necessário fazer uma distinção entre o nacionalismo do país opressor e o nacionalismo do país oprimido. A mesma lógica de raciocínio foi utilizado por Marighella ao opor a violência revolucionária à violência reacionária.

---

[79] "A constituição de 1946 não assegura realmente uma democracia imune aos ataques do golpismo e do fascismo. E isto porque ela se destina a garantir o poder econômico das classes retrógradas e o antigo sistema de propriedade, não permitindo qualquer reforma agrária ou redistribuição da terra e muito menos a modificação das relações de produção no campo. (...) Ademais, negando o direito de voto aos analfabetos e às praças de pré e servindo de escudo ás classes dominantes para negar a legalidade aos comunistas e a seu partido, impedidos de serem votados, a Constituição de 1946 elimina as possibilidades de existência de uma democracia brasileira a que sejam incorporadas as grandes massas" (MARIGHELLA, 1995, p. 136).

unesp

Tanto no passado como no presente, o quadro da violência social aparece aos olhos do chamado "senso-comum" como algo quase imutável. Existem homens e mulheres que continuam morrendo pela fome, de doenças ou de devastadoras epidemias. Mas existe também a outra face desta dialética da crueldade, isto é, homens e mulheres que podem usufruir do melhor da vida, acumulando prazeres e riquezas materiais. Sem dúvida "tudo parece se passar como se a naturalidade e o fatalismo dessa convivência espúria entre a riqueza e a pobreza fossem uma condição necessária do modo de ser da sociedade humana (ODALIA, 1985, p. 25).

No entanto a desigualdade social entre os homens não foi estabelecida por uma condição natural, mas, ao contrário, é fruto de uma imposição histórica que pode ser transitória (dependendo da atitude política dos homens). Por detrás do discurso daqueles que encaram com naturalidade a contradição social existente entre possuidores e não possuidores de bens materiais, está a visão de que dentro de uma sociedade complexa como a capitalista é o principio da competitividade e não da distribuição que concede melhor "eficiência" ao sistema. Convenhamos que este argumento não passa de um dos aspectos mais reacionários da ideologia liberal. Neste sentido:

> A naturalidade é apenas um disfarce, uma forma de camuflar o fato concreto de que a desigualdade nasce de um estrutura social mutável e historicamente determinada. A desigualdade, enquanto violência, não é um fenômeno atemporal, que deve necessariamente atingir todas as formas de sociedades possíveis. A naturalidade da desigualdade, que nos tem sido imposta, no correr da história do homem civilizado, só pode ser compreendida quando se compreende que ela é uma condição de estruturas sociais, que passam a reproduzi-la como um fenômeno aparentemente natural (ODALIA, 1985, p. 31).

Conforme Thomas Hobbes, no estado de natureza os homens por sentirem-se ameaçados pela competição, insegurança ou gloria de outrem, tornaram-se inimigos. Com isso, passaram a viver numa eterna guerra de todos contra todos por não encontrarem naquele

unesp

estágio da história, um poder comum que os obrigasse ao respeito mutuo. Segundo Hobbes, foi para livrar-se deste estado de guerra que os homens fundaram a sociedade política, concedendo ao soberano poderes absolutos e inquestionáveis.

Já na versão de Jonh Locke, os homens evoluíram do estado de natureza para a sociedade política objetivando escapar do permanente reino de insegurança e miséria (ou se quisermos da violência) no qual viviam. A razão deste perpetuo clima de intranqüilidade, devia-se a falta de um arbitro social que fosse reconhecido por todos. Seguindo as suas idéias, os indivíduos no estado natural eram realmente livres e iguais, mas não passíveis de inconvenientes originados pelo conflito com outros indivíduos. Este foi o motivo que levou os homens a deixarem o estado de natureza e formarem uma organização social e política, pois necessitavam de uma fonte legitima de poder que pudesse regulamentar e preservar as suas propriedades.

O importante é destacar que em ambas as idealizações do corpo político, seja no caso do arbitro social de Locke ou no soberano absoluto de Hobbes, caberia ao Estado a função de coibir, indubitavelmente pela "força" , para que as ações promovidas por movimentos populares ou partidos políticos, não se tornassem o estopim de uma degenerescência social.

Seguindo neste raciocínio, Hannah Arendt afirmou que quando o império da violência passa a ser um atributo exclusivo (ou absoluto) de uma sociedade é sinal de que findaram-se todos mecanismos possíveis da política. Porém, a autora está pensando na violência política em seu estado puro e extremo, como um fim em si e não enquanto uma possibilidade legitima da política. Referimo-nos a exemplos históricos de "violência política" em que o objetivo não era de impor uma vontade ou de substituir um governo por outro, mas da simples destruição e extermínio do inimigo sem ao menos lhe dar uma chance de defesa. São os casos dos campos de concentração dos regimes nazistas ou de forma análoga do uso da

unesp

bomba atômica na Segunda Guerra Mundial, onde a violência – enquanto método – foi utilizada como um instrumento cruel e covarde de eliminação em massa de indivíduos[80].

Todavia enganam-se aqueles que pensam como Arendt ou como os pensadores clássicos

> que a partir do contrato social e do ingresso dos homens no âmbito do "político" cessa a violência. Muda a forma de manifestar-se: se no estado de natureza fazia-se em regime de "livre concorrência", depois do contrato a violência manifestar-se-á em regime de monopólio. É precisamente a partir desse monopólio que podemos definir a situação contratual. Sem a existência dessa força monopolizada a idéia de sociedade se desvanece. O uso da violência não fica além das fronteiras do político. Pelo contrário, concentrada por uma única fonte, constituirá a própria natureza política da sociedade civil. (SAINT-PIERRE, 2000, p. 89).

É preciso dizer que existem duas maneiras distintas de aplicação da violência política: uma refere-se à ação exercida pelo Estado, que recorre ao monopólio da violência para a manutenção da ordem vigente. A outra, pode ser desenvolvida por uma organização política ou partido, que tem por finalidade a destruição desta ordem estabelecida. Segundo Max Weber:

> como as instituições políticas que o precederam historicamente, o Estado é uma relação de homens dominando homens, relação mantida por meio da violência legítima (isto é, considerada como legítima). Para que o Estado exista, os dominados devem obedecer à autoridade alegada pelos detentores do poder (WEBER, 1979, p. 99).

Já Lenin, inspirado por um referencial marxista, só concebe a política como luta de classes. Entende haver uma diferença essencial entre a violência estrutural determinada pela dominação econômica "e as demais formas de violência que têm naquela seu fundamento". (MORAES, 2000: 18) Assim, o Estado funcionaria como um árbitro das classes

[80] "A forma extrema de poder é o Todos contra Um, a forma extrema da violência é o Um contra Todos. E esta última nunca é possível sem instrumentos" (ARENDT, 1994, p. 35).

unesp

antagônicas, usando-se de dispositivos institucionais para mante-las em pleno equilíbrio e harmonia. Entretanto,

> a única harmonia possível baseia-se na igualdade distributiva. Esta eliminaria, de uma vez, a cisão social, a existência de classes e, concomitantemente, o próprio fundamento do Estado. A função deste é justamente reprimir a violência desencadeada pela desigualdade distributiva que lhe é inerente. Daí que o Estado não funcione para toda sociedade, pelo menos não no mesmo sentido, mas que esteja a serviço apenas de uma das classes, obviamente os favorecidos pela distribuição da produção (SAINT-PIERRE, 2000, p. 43)[81]

De acordo com esta divisão da sociedade, as classes beneficiadas pela distribuição desigual das riquezas – os proprietários e exploradores – irão sempre pressionar o Estado, de modo que este exerça a violência como força institucional – a fim de inibir o potencial de violência subalterna – e possa garantir a perpetuação da ordem vigente, preservando o mais "sagrado" dos pertences da burguesia, a propriedade privada dos meios de produção Saint-Pierre, esclarece de forma bastante competente, a contrariedade dos objetivos propostos pelas duas maneiras de execução da ação política violenta:

> Assim como a ação política pode ser caracterizada como tomada ou conservação, em relação ao poder, ou como positiva ou negativa, em relação à administração político-parlamentar, achamos que, do ponto de vista das relações de força, a política pode ser caracterizada pela sua posição em relação ao equilíbrio do sistema de força. Nesse sentido, a ação política pode ser orientada na procura da estabilidade das relações de forças, para os que querem manter o status quo garantido por esse equilíbrio, ou a instabilidade, para os que desejam mudá-la (SAINT-PIERRE, 2000, p. 62).

---

[81] "Mesmo em sociedades liberais cujas instituições adquiriram secular solidez, como a dos ingleses e estadunidenses, o poder do dinheiro mantém com igualdade longa solidez o dinheiro no poder. O acumulo da riqueza burguesa na forma da concentração da propriedade dos meios de produção e a transformação em assalariados da grande e crescente maioria dos cidadãos aprofunda a radical desigualdade nas condições de exercício de direitos políticos entre burgueses e proletários. Os burgueses, além do dinheiro, dispõem da maquina do Estado capitalista, isto é de uma organização permanente de dominação de classe" (MORAES, 1997, p. 20).

unesp

Georges Sorel foi um defensor do sindicalismo revolucionário e da Confédération Générale du Travail, organização popular que pretendia derrubar o Estado capitalista por meio da greve geral. No livro *Reflexões sobre a violência,* o sociólogo francês explora duas idéias chaves do sindicalismo revolucionário: a primeira era a crença no "mito" da greve geral, não como uma fé religiosa, mas sim enquanto uma ação direta – sem intermediações da política parlamentar – desenvolvida pelo povo com o objetivo de corroer o poder burguês, abrindo caminho para a sociedade socialista. Já a segunda é a idéia da violência proletária, libertadora, em contraponto com a idéia de "força", coercitiva, posta em pratica pelo Estado.

Apesar de Sorel ser considerado por muitos como um apologista da violência – que associavam equivocadamente as suas idéias aos fundamentos do totalitarismo –, o autor teve o cuidado teórico de diferenciar a força e brutalidade empregada pelo Estado em defesa da dominação burguesa, da violência revolucionária aplicada pelo proletariado enquanto um instrumento de subversão da ordem. Neste sentido:

> O estudo da greve política nos leva a compreender melhor uma distinção que sempre devemos ter presente quando refletimos sobre as questões sociais contemporâneas. Ora se empregam os termos força e violência com referencia aos atos da autoridade, ora com referencia aos atos de revolta. É claro que os dois casos ocasionam conseqüências muito diferentes. Sou de opinião que haveria grande vantagem em se adotar a terminologia que não daria margem a nenhuma ambigüidade e que se deveria reservar o termo violência para a segunda acepção; diríamos pois que a força tem por objetivo impor a organização de uma certa ordem social em que governa uma minoria, ao passo que a violência tende a destruição dessa ordem. A burguesia empregou a força desde o inicio dos tempos modernos, ao passo que o proletariado reage agora contra ela e contra o Estado pela violência. (SOREL, 1993, p. 146).

Não é possível, portanto, dissociar a violência do processo histórico que engendrou o sistema capitalista. A chamada acumulação pré-capitalista, (ou primitiva, como dizia Marx) seja pela pilhagem de produtos alheios ou mesmo pela apropriação privada (para uma minoria) dos meios de produção; seja pelo trafico de escravos ou pela expulsão dos

unesp

camponeses de suas terras, deixou pelo caminho um rastro de extrema violência. Parece-nos então plausível reconhecer como Engels, que a luta de classes existente entre os dominadores (minoritários) e os dominados (sempre em grande maioria) tem nas relações econômicas sua fonte originaria e que a violência travestida pelo sinônimo da força, foi o método utilizado historicamente para transferir riquezas das mãos dos violentados para a dos violentos. Desta forma:

> O papel que a violência desempenha na história, em face da evolução econômica, é, portanto, clara. Primeiro, toda violência política repousa primitivamente sobre uma função econômica de caráter social e cresce na medida em que a dissolução das comunidades primitivas metamorfoseia os membros da sociedade em produtos privados, tornando-os, assim, mais estranhos ainda aos gestores das funções sociais comuns. Segundo, depois de se tornar independente frente á sociedade, a violência política pode atuar em duas direções: ou no sentido e na direção da evolução econômica normal – e, nesse caso, não há conflito entre ambas e a evolução econômica é acelerada – ou a violência atua contra a evolução econômica – e, nesse caso, salvo raras exceções, ela sucumbe geralmente ao desenvolvimento econômico (ENGELS, 1981, p. 187).

Para Barrington Moore, quando certos intelectuais identificados com o liberalismo político se colocam totalmente contrários a qualquer forma de violência política, acabam "esquecendo" que o próprio arcabouço da sociedade liberal nasceu de uma ruptura revolucionária (mediada pela violência política). Parafraseando Marx, a violência enquanto parteira da história foi protagonista da revolução burguesa, fato que impulsionou a passagem da ordem econômica feudal para a ordem econômica capitalista. Segundo Moore:

> Parece agora bastante claro, tanto quanto estes assuntos o podem ser, que a Revolução Puritana, a Revolução Francesa e a Guerra Civil Americana foram movimentos muito violentos dentro de um longo processo de alteração política que levou àquilo que reconhecemos como a moderna democracia ocidental. Esse processo tem causas econômicas, embora elas não fossem certamente as únicas. As liberdades criadas por esse processo mostram uma clara relação entre si. Obtidas em ligação com o aparecimento do moderno capitalismo, apresentam traços de uma época histórica específica. Os elementos-chave na ordem da sociedade liberal e burguesa são

unesp

> o direito de votar, a representação numa legislatura que faz as leis e, portanto, é mais do que uma chancela para o executivo, um sistema de leis objetivo que, pelo menos em teoria, não confere privilégios especiais em virtude do nascimento ou de uma situação herdada, segurança para os direitos de propriedade e eliminação das barreiras herdadas do passado no seu uso, tolerância religiosa, liberdade de palavra e direito a reuniões pacificas. Mesmo que, na pratica, falhem, estes são os marcos reconhecidos de uma sociedade liberal moderna. (MOORE, 1983, p. 422).

Como qualquer caricatura da realidade, por traz de uma concepção política que afirma não haver ambigüidade alguma entre os termos "força" (que deve entrar em cena quando o perigo ronda as instituições) e "violência" (subversão social que deve sempre ser contida com doses homeopáticas ou cavalares de força), está o fundo ideológico de um sistema de dominação ao qual deseja-se dar sustentação a fim de preserva-lo. Se atualizarmos a questão (2002/2003), veremos que nos discursos do presidente dos EUA, George W. Bush ou nas declarações de seu "fiel escudeiro" o primeiro-ministro da Inglaterra, Tony Blair, a violência camuflada pela ideologia da força é diariamente admitida por ambos como o único meio eficaz de desarmar o potencial bélico do Iraque e de demover Saddam Hussein do comando do Estado. Entretanto, os interesses escusos de norte-americanos e ingleses de aumentarem suas áreas de influencia político-econômicas sobre as reservas de petróleo iraquianas, não constam dos pronunciamentos a favor de um "quase inevitável" ataque militar dos representantes do império ocidental contra o governo do Iraque.

Somos assim levados a crer que a legitimação do recurso da força e como contrapartida a condenação do uso da violência revolucionária, fazem parte de um complexo sistema de valores construídos historicamente pela sociedade. Traduzindo a questão: as classes dominantes criaram um conjunto de estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais opressivas que são legalmente usadas contra as classes populares. Por isso é que

unesp

> tentar revolucionar um sistema econômico, jurídico e político-social significa também confrontar-se com um sistema de valores. Um processo político é revolucionário, entre outras coisas, porque ele é um meio de impor um novo sistema ético nas relações sociais. Como todo confronto, no caso revolucionário também se trata de um antagonismo valorativo, do embate de cosmovisões excludentes que lutam para impor sua configuração ética (SAINT-PIERRE, 2000, p. 100).

Chegamos a um ponto crucial desta discussão: a moralidade da violência política. Sabemos que para os pacifistas de plantão, não existe regra moral que justifique qualquer modalidade de violência. Com relação a isto, parece-nos exemplar aqui a reprodução de uma passagem escrita por Jonh Locke,[82] que defendia o direito dos homens de responderem violentamente ao emprego arbitrário da força pelo Estado. Como afirmou esse autor:

> se as pessoas sensatas e virtuosas abandonassem e concedessem todas as coisas tranqüilamente, por amor da paz, aqueles que lhes quisessem fazer violência, ai de nós! Que espécie de paz haveria no mundo! Que espécie de paz será esta, que consistiria exclusivamente na violência e na rapina, e que só conviria manter para proveito dos ladrões e dos que se comprazem em oprimir? Esta paz, que existiria entre os grandes e os pequenos, entre os poderosos e os fracos, seria semelhante a que se pretenderia ter entre lobos e cordeiros, quando estes tranqüilamente se deixarem despedaçar e devorar por aqueles (LOCKE apud CHEVALLIER, 1993, p. 116).

Os vínculos morais que permeiam as relações entre política e violência, são de variadas matizes. Um destes vínculos é oriundo de uma simples constatação histórica:

> nenhuma classe social abre mão de seus privilégios, de seu poder, de sua possibilidade e arbítrio de conduzir as rédeas de uma sociedade, apenas obedecendo a um processo histórico de transferencia de poderes normal e pacifico. (ODALIA,1983, p. 66).

Foi baseando-se nesta constatação histórica que o médico de origem negra, Frantz Fanon – militante da Frente de Libertação Argelina – refletiu sobre as conexões morais

unesp

existentes entre violência e política. Seu livro *Os condenados da terra*, de 1961, se tornou leitura quase obrigatória para os militantes terceiromundistas da esquerda armada na década de 60[83]. O conceito chave desta obra é o da descolonização. Fanon argumentava, no entanto, que o sentido da descolonização não poderia apenas limitar-se a expulsão do inimigo estrangeiro, mas, antes tudo, deveria passar por uma verdadeira revolução cultural (ou moral) na consciência dos colonizados. Seria um despertar de corações e mentes,

> não no reconhecimento da mortalidade infantil e falta de esgoto nas populações periféricas, mas na raiz esmagada da identidade cultural, que quebrava a relação de dominação na sua própria cotidianeidade. (GONZÁLES, 1981, p. 112).

No prefácio de *Os condenados da terra*, Jean-Paul Sartre recomendou aos europeus – tão empenhados em falar de humanismo – que escutassem o clamor de Fanon, perante a desumanidade cometida pela metrópole francesa contra o povo argelino:

> Aterrorizados, sim. Neste novo momento a agressão colonial se interioriza em Terror entre os colonizados. Não me refiro somente ao temor que experimentam diante de nossos inesgotáveis meios de repressão como também aos que lhes inspira se próprio furor. Estão entalados entre as armas que apontamos contra eles e as tremendas pulsões, os desejos de carnificina que sobem do fundo do coração e que eles sempre reconhecem, porque não é de inicio a violência deles, mas a nossa, voltada para trás, que se avoluma e os dilacera; e o primeiro movimento desses oprimidos é ocultar profundamente essa cólera inconfessável que a sua moral e a nossa reprovam e que, todavia, é o ultimo reduto de sua humanidade. Leiamos Fanon: descobriremos que, no tempo de sua impotência, a loucura sanguinária é o inconsciente coletivo dos colonizados (SARTRE, 1968, p. 12).

Fanon, provavelmente influenciado pelas idéias de Che Guevara, afirmou que o processo de descolonização funcionaria, antes de mais nada, como um laboratório político e

---

[82] Considerando que as idéias de Jonh Locke são parte integrante do arcabouço teórico liberal, sobretudo, em um ponto particular, a defesa intransigente da propriedade privada. E que seu brado era contra o poder absolutista e, portanto, arraigado a especificidade deste tempo histórico.

[83] Segundo Michael Lowy: "Che tinha projetado, em 1965, escrever uma introdução à obra de Fanon, a qual mandou publicar em Cuba." (LOWY, 2001, p. 158).

unesp

moral de transformação dos colonizados em *homens novos*[84]. O autor do mesmo modo que Guevara e outros pensadores clássicos, (Rousseau, Marx, Lenin, Gramsci) sabia que transformar o homem seria tão (ou mais) importante quanto transformar as estruturas sociais, instituições e regimes políticos. Neste caso, uma autêntica revolução teria que ser capaz de modificar valores, hábitos e costumes intrínsecos as relações sociais, que fazem "do homem um inimigo do homem". Falamos é claro da moral que guia o indivíduo na sociedade capitalista, no qual geralmente o êxito de alguns é determinado pelo malogro de outros. Cabe aqui notar, em acréscimo, que Fanon imprimiu ao conceito de descolonização um ingrediente histórico especifico as colônias africanas, ou seja, questões morais relacionadas com a supremacia racial dos colonizadores (brancos) sobre os colonizados (negros). Citamos a sua veemente sentença:

> Quando o colonizado passa a pensar em suas amarras, a inquietar o colono, enviam-lhe boas almas que, nos "Congressos de cultura", lhe expõem a especificidade, as riquezas dos valores ocidentais. (...) No período da descolonização apela-se para a razão dos colonizados. Propõem-lhes valores seguros, explicam-lhes abundantemente que a descolonização não deve significar regressão, que é preciso apoiar-se em valores experimentados, sólidos, citados. Ora, acontece que quando houve um discurso sobre a cultura ocidental, o colonizado saca da faca de mato ou pelos menos se certifica de que a tem ao alcance da mão. A violência com que se afirmou a supremacia dos valores brancos, a agressividade que impregnou o confronto vitorioso desses valores com os modos de vida ou de pensamento dos colonizados fazem com que, por uma justa reviravolta das coisas, o colonizado ria com escárnio ante a evocação de tais valores (FANON, 1968, p. 32).

---

[84] Che Guevara no texto *El socialismo y el hombre en Cuba*, explicou a essência moral do conceito de homem novo: "Se corre el peligro de que los arbolés impidam ver el bosque. Persiguiendo la quimera de realizar el socialismo com la ayuda de las armas melladas que nos legara el capitalismo (la mercancía como célula económica, la rentabilidad, el interés material individual como palanca, etcétera), se pude llegar a un callejón sin salida. (...) Entre tanto, la base económica adaptada ha hecho su trabajo de zapa sobre el desarrolho de la conciencia. Para construir el comunismo, simultáneamente com la base material hay que hacer al *hombre nuevo*. De allí que sean importante elegir correctamente el instrumento de movilización de las massas. Ese instrumento debe ser de índole moral, fundamentalmente, sin olvidar una correcta utlización del estímulo material, sobre todo de naturaleza social. Como ya dije, en momento de peligro extremo es façil potenciar los estímulos morales; para mantener su vigencia, es necesario el desarrollo de una conciencia en la que los valores adquieran categorías nuevas. La sociedad en su conjunto debe convertirse en una gigantesca escuela" (GUEVARA, 1985: 372, grifo nosso).

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

Se atentarmos para o presente, veremos que a critica desferida por Fanon aos chamados "valores ocidentais"[85] permanece atual. Hoje quando os imperialistas se disfarçam de globalizantes e apregoam a destruição das culturas nacionais (e locais), sabem que elas representam a identidade destes povos e, para quem pretende dominar, nada melhor que a destruição da identidade do dominado.

Ciente dos mecanismos perversos da aculturação, Fanon ponderava que a violência revolucionária não poderia cessar "magicamente", depois de findada a luta de libertação nacional. Seguramente: "Ela se extingue tanto menos quanto a construção nacional continua a inscrever-se no quadro da competição decisiva do capitalismo e do socialismo".(FANON, 1968: 58) E mais adiante, acrescenta:

> Compreende-se melhor então a originalidade do vocabulário empregado nos países subdesenvolvidos. Durante o período colonial convidava-se o povo a lutar contra a opressão. Depois da libertação nacional, é ele convidado a lutar contra a miséria, o analfabetismo, o subdesenvolvimento. A luta, afirmam todos, continua. O povo verifica que a vida é um combate sem fim. (FANON, 1968, p. 73).

Não sabemos ao certo se Marighella teve acesso aos escritos de Fanon, mesmo assim, o importante é que havia entre as idéias do líder da ALN e do militante da FLA uma grande sintonia política. Segundo Gorender, enquanto Fanon exaltava a violência absoluta, Marighella era adepto da violência extrema. Ambos concordavam que, a opulência secular das classes dominantes pertencentes ao chamado Terceiro Mundo – sejam dos países africanos, asiáticos ou latino-americanos – teriam sido edificadas sob o dorso e o suor de escravos negros, índios, árabes e amarelos. A soberba apresentava pelos detentores do poder

---

[85] Foi em nome destes valores ocidentais que, por exemplo, os EUA apoiaram - durante os anos sessenta – a todas ditaduras militares que se impuseram de modo truculento na América Latina. Os americanos procuraram envenenar o terceiro mundo com a demônização dos valores comunistas – ateísmo de Estado, ausência de democracia, falta de liberdade individual, o fim da propriedade privada, etc – e apresentaram como contrapartida seus valores civilizatórios e democráticos, bem conhecidos dos índios de seu país que foram praticamente exterminados, pois a volúpia por lucros não permite ao sistema capitalista tais caprichos humanistas.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

nos países subdesenvolvidos, segundo eles, era uma convocação prévia ao povo para a luta armada. Aqui a violência opressora dava vazão e legitimava moralmente a violência dos oprimidos. De forma semelhante á Marighella, afirmava Fanon que:

> A existência da luta armada indica que o povo está decidido a só depositar confiança nos meios violentos. Ele, de quem sempre se disse que só compreendia a linguagem da força, resolveu exprimir-se pela força. Com efeito, o colono jamais deixou de lhe mostrar o caminho que devia ser o seu se quisesse conquistar a emancipação. O argumento escolhido pelo colonizado foi-lhe indicado pelo colono e, por uma irônica reviravolta das coisas, o colonizado é quem agora afirma que o colonialista só entende a força. (FANON, 1968, p. 65).

É obvio que o Brasil pelo qual Marighella tombou na luta, já tinha se livrado do colonizador português há tempos. Mas a agressão política, econômica e cultural empreendida pelo imperialismo norte-americano – que podemos classificar como um colonizador moderno ou neocolonialista – estava na ordem do dia. Basta, para isto, relembrarmos do apoio logístico fornecido pelos estadunidenses à todas as ditaduras da América Latina, ensinando e estimulando técnicas de tortura contra os inimigos da "democracia", neste caso, os comunistas armados.

Sendo um homem conectado a realidade, Marighella sabia que para livrar o Brasil desta colonização de novo tipo[86], seria necessário, antes de mais nada, derrotar os inimigos internos que davam sustentação política e militar a rapinagem norte-americana, representados pela aliança histórica de burgueses e latifundiários. E as classes dominantes brasileiras, em contrapartida, estavam cientes do poder de convencimento político de Marighella em torno dos aspirantes à luta armada, pelo próprio legado exemplar de sua trajetória política.

---

[86] Consideramos o processo de colonização desenvolvida pelos Estados Unidos de "novo tipo" porquê – apesar dos "americanos" não terem anexado o território brasileiro como fizeram os portugueses – os mecanismos utilizados por eles para anexar os países latino-americanos, africanos e asiáticos foram e continuam sendo de cunho econômico e cultural. São elementos da política que pela sua sofisticação ideológica, acabam atingindo um tal grau de normatização na sociedade que, invariavelmente, passam despercebidos aos olhos da maior parte destas populações.

unesp

Não foi por acaso que a ditadura militar brasileira promoveu o comunista baiano ao posto de inimigo publico principal da nação[87]. Partindo deste pressuposto moral, os meios de comunicação – sempre controlados pelas classes dominantes – procuraram descaracterizar a figura política de Marighella, propagandeando que suas ações revolucionárias não passariam de atos criminosos contra a ordem e a tranqüilidade social. A propaganda orquestrada pelo regime militar contra os comunistas armados, atuava sobre o "nível psicossocial" da população. Um exemplo disto, foi a confecção e a divulgação de cartazes por todo o país – do estilo faroeste americano – com os seguintes dizeres: "Procura-se Terroristas Assassinos". Conforme Gorender, esta condenação sumária dos guerrilheiros urbanos fora reforçada por alguns acontecimentos que, apesar de dramáticos, entretanto, acabaram servindo com eficácia aos objetivos políticos da opressão:

> Os assaltos confiscatórios de dinheiro e de armas produziam ainda outro efeito extremamente negativo, a respeito do qual as direções clandestinas formavam uma idéia falsa. Repetiam-se os episódios em que humildes vigilantes de bancos e soldados, que resistiam à tomada de suas armas, saíam feridos ou mortos nos choques com os guerrilheiros. Tais fatos ganhavam estrondoso alarde na imprensa e na televisão e fomentavam a animosidade da opinião publica aos "terroristas" (assim apontados somente os da esquerda). Já o que ocorria nas câmaras de tortura dos órgãos policiais tinha o encobrimento do silencio e ficava ignorado da população. No escuro da clandestinidade, os dirigentes revolucionários se afundavam no engano fatal de que a justeza de sua causa, a audácia dos seus feitos e a difusão de suas proclamações lhes garantiam o apoio das massas (GORENDER, 1999, p. 173).

No célebre *Manual do Guerrilheiro Urbano*, Marighella tentou esvaziar a negatividade atribuída ao conceito de terrorista. Segundo ele, naquela altura a associação dos atos guerrilheiros a um terrorismo cruel - elaborada cuidadosamente pelas patrocinadores da

---

[87] No texto intitulado Chamamento ao Povo Brasileiro, de 1968, Marighella reivindicaria, ironicamente, o posto de "traidor da nação" conferido pelos militares: "O que acontece em nosso país é um vasto movimento de resistência contra a ditadura. E, de dentro dele, irromperam as operações e táticas guerrilheiras. E aceitando o honroso titulo de "inimigo publico numero um" que me foi outorgado pelo governo "gorila", assumo a responsabilidade pela irrupção de tais operações e táticas guerrilheiras" (MARIGHELLA, 1968, p. 54).

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

repressão política – não possuía mais o mesmo "sentido pejorativo" de outros tempos, mas, ao contrário, deveria ser assumido com orgulho pelos patriotas brasileiros que já lutavam de armas na mão pela libertação de seu país. Além disso, o líder da ALN acreditava que a honradez das ações guerrilheiras reverberariam pela sociedade, tornando-se progressivamente um polo de atração para o engajamento de novos combatentes à luta armada.

Em outra passagem do texto, Marighella explicou que o significado das ações expropriatórias dos guerrilheiros urbanos não poderiam, de maneira alguma, ser confundidas com a forma de agir do bandidismo convencional:

> O guerrilheiro urbano é um homem armado que luta contra a ditadura militar e que emprega, para o fazer, meios não convencionais. Revolucionário político e ardente patriota, ele luta para a libertação de seu país, é um amigo do Povo e da Liberdade. O terreno onde opera é o das grandes cidades do Brasil. Nestes centros urbanos operam também bandidos, normalmente chamados os fora-da-lei. Muitas vezes os ataques dos fora-da-lei, são tomados por ações dos guerrilheiros urbanos. Entretanto, o guerrilheiro urbano difere totalmente do fora-da-lei. O fora-da-lei procura, através de suas atividades, o proveito próprio e ataca indiscriminadamente exploradores e explorados e é por isso que se encontram entre as suas vitimas inúmeros homens e mulheres do Povo. O guerrilheiro urbano persegue um objetivo político e só ataca o governo, os grandes capitalistas, os imperialistas estrangeiros, em particular os norte-americanos (MARIGHELLA, 1969, p. 55).

Todavia com a mordaça institucional promovida pelo AI-5 - o chamado "golpe dentro do golpe" – à sociedade brasileira, as mensagens revolucionárias de Marighella passaram a atingir, naquelas condições, a um número cada vez mais circunscrito de pessoas que mantinham, ainda, alguma ligação política com as organização armadas. Desta forma, o regime militar ao se utilizar da censura como tutora da moral e dos bons costumes do país, pôde desenvolver sem maiores infortúnios o tradicional, porém, não menos eficiente, maniqueismo da guerra do "bem" contra o "mal". Neste caso, o bem seria representado pelo "homem artificial" de Thomas Hobbes, o Estado, que utiliza-se de seus tentáculos – Aeronáutica, Exército, Marinha, policias militares e civis, organismos de repressão, etc – para

unesp

combater os inimigos internos da nação, o mal, que são representados geralmente pelos partidos e organizações revolucionárias – já que o principal inimigo externo da nação brasileira à época, o imperialismo norte-americano, era um aliado e colaborador político de nosso regime ditatorial.

3.2 Fundação da ALN: a vanguarda faz-se na ação política

É um fato objetivo que nas linhas esboçadas de *Por que resisti a prisão,* Marighella não menciona em momento algum, ao menos explicitamente, que estaria disposto a romper definitivamente com a política "pacifista" do PCB. No entanto o germe de sua futura opção pela luta armada, já aparecia claramente no livro. Dizia o autor que

> a realidade sócio-econômica brasileira poderá levar ao aparecimento de guerrilhas e outras formas de luta surgidas da experiência das massas. É importante ter em conta tais formas de luta, ao organizar a luta de resistência e ao levar avante a frente única antiditadura, o que, mesmo partindo do nada, pode fazer crescer a caudal subterrânea e chegar ao objetivo imediato: a derrota da ditadura (MARIGUELLA, 1995, p. 148).

O exemplo ilustrativo e a inspiração ideológica que fazia Marighella acreditar na possibilidade de derrubar o regime militar brasileiro pela violência armada, adivinha, sem duvida, da Revolução Cubana. Embora o comunista baiano alerta-se que a experiência cubana não deveria servir para localizarmos no Brasil novas "sierras maestras", como se necessitássemos copiar de forma mecânica outros modelos revolucionários. Ao contrário disto, era preciso

> saber apreciar a validez das teses táticas e princípios revolucionários postos em ação para decidir da vitória de um povo como o cubano. Teses táticas e princípios que sempre assumem características próprias, quando aplicados à realidade concreta deste ou daquele país da América Latina. (MARIGHELLA, 1995, p. 142).

Marighella, em 1966, escreveria o texto *A crise brasileira*, um trabalho teórico que aprofundaria melhor várias das questões desenvolvidas nos capítulos finais de *Por que resisti à prisão*. Condenou novamente, no ensaio, a imobilidade política demonstrada pelo PCB em meio aos acontecimentos que culminaram na consumação do golpe militar de 1964.

unesp

Para ele, o despreparo ideológico dos comunistas – que não alertaram os movimentos populares, previamente, para a possibilidade da abrilada golpista - deveu-se, primordialmente, a linha política praticada pelo partido, conciliatória e submissa, diante da fração progressista de nossa "burguesia nacional" que supostamente foi erguida ao poder pelo governo João Goulart. Deste modo, "quando a liderança do proletário se subordina à liderança da burguesia ou com ela se identifica, a aplicação da linha revolucionária sofre inevitavelmente desvios para a esquerda e para a direita" (MARIGHELLA, 1979, p. 49).

No texto o eixo das criticas de Marighella, entretanto, giravam em torno da tese do caminho pacífico para a revolução brasileira. O autor considerava que a chamada linha de "coexistência pacifica" – sob a orientação política da URSS – estava superada e, portanto, continuar insistindo nesta política era o mesmo que colaborar com a institucionalização da ditadura militar. Por isso, "a crise brasileira chegou a um ponto em que o proletário não pode pretender resolvê-lo seguindo a fórmula anterior – caminho pacífico e apoio à burguesia na luta pelas reformas"(MARIGHELLA, 1979, p. 60).

Um outro erro de interpretação política do PCB, apontado por Marighella, referia-se a concepção de que haveria no seio das forcas armadas brasileiras, uma tradição arraigada a favor do Estado de direito democrático. Assim citamos:

> um erro comum dos comunistas e das forças de esquerda em geral foi a propaganda da tese de que as forças armadas brasileiras são democráticas ou tem tradição democrática. Semelhante tese – a jogar pelo papel dos militares no desempenho atual do poder através do balanço histórico de sua atuação permanente – não tem substância marxista. Constitui, na verdade, mais uma ilusão difundida por aqueles que mais deveriam estar prevenidos contra ela. Não tem substância marxista, porque o marxismo aprecia os fatos do ponto de vista histórico e do ponto de vista de classe. E, sob esses pontos de vista, as forças armadas brasileiras jamais deixaram de acompanhar as classes dominantes, e tem sido, até hoje, o instrumento destinado a protegê-las e salvá-las nos momentos mais difíceis. (MARIGHELLA, 1979, p. 80)[88].

[88] Vejamos o que diz Michael Lowy de forma ilustrativa, sobre a visão critica que tinha Ernesto Che Guevara dos militares latino-americanos: "O problema do exército é um problema político decisivo na América Latina, continente onde o golpe de Estado militar causa estragos como uma doença endêmica. Che definia sem

unesp

O último item de *A crise brasileira* foi dedicado às "Guerrilhas como forma de luta". Neste sentido, apesar de Marighella acreditar na coerência política de uma tática revolucionária que desenvolve-se, ao mesmo tempo, o movimento de massas e a formação de uma frente única objetivando a derrubada da ditadura militar brasileira. No entanto, ponderava que outras formas de luta do povo brasileiro – como a luta armada – não poderiam ser descartadas. Assim sendo:

> A luta de guerrilhas é – no caso brasileiro – uma das formas da luta de resistência das massas. As guerrilhas são uma forma de luta complementar. Em si mesmas, elas não decidem a vitória final. Seja na guerra ou na luta revolucionária, elas pressupõem a existência de uma forma de luta principal. Em relação a tal principio, os exemplos históricos das lutas de guerrilhas mostram o importante papel que elas desempenharam na libertação dos povos e na derrubada de tiranias. (MARIGHELLA, 1979, p. 84).

Para o líder revolucionário, a guerra de guerrilhas nas cidades - ou guerrilha urbana - teria um papel importante dentro da luta política e da ação tática. Porém:

> Fica subtendido que a luta de guerrilhas não é inerente às cidades, não é uma forma de luta apropriada às áreas urbanas. A luta de guerrilhas é típica do campo, onde há terreno para o movimento e onde a guerrilha pode expandir-se. Guerrilha que não se expande não preenche seu papel. (MARIGHELLA, 1979, p. 85).

Com efeito, conforme os escritos de Marighella, a guerrilha teria como característica particular a irregularidade de movimento e, por conta disso, o desapego aos princípios táticos imóveis do convencionalismo militar. Nesse sentido, as ações guerrilheiras deveriam apoiar-se na simpatia, no esclarecimento e na cobertura logística das massas populares (fornecimento de alimentação e abrigo para os guerrilheiros) do campo e da cidade.

---

complacência o exercito latino-americano como uma casta parasitaria e privilegiada, "a cabeça visível dos exploradores de toda espécie", e se mostrava completamente desiludido quanto as suas virtudes "progressistas". (LOWY, 1999, p. 117)

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

Segundo o autor, o desenvolvimento desta conscientização no interior das massas dependeria, exclusivamente, das iniciativas guerrilheiras. Por isso

> Os revolucionários brasileiros têm como certo que a luta será decidida através da iniciativa das forças em ação dentro do país. Nada parece aprovar a idéia de uma luta de guerrilhas que não surja das entranhas do movimento camponês e do movimento de massas, da resistência do povo brasileiro. A mais perfeita identificação com os camponeses, em seus usos, costumes, trajes, psicologia, constitui fator de decisiva importância, segundo o que se conhece de mais elementar na tática de guerrilhas. Todo princípio básico desse tipo de luta tem que resultar de uma concepção identificada com a maneira de ser que resultar do povo brasileiro, com o seu próprio cerne (MARIGHELLA, 1979, p. 87).

Ao concluir o ensaio, Marighella afirmou que a guerra de guerrilhas jamais poderia ser encarada como um fim em si – descartando as demais formas de luta legais – mas, sim, como uma alternativa viável e peculiar de luta anti-ditadura. Conforme suas palavras:

> ninguém espera que a guerrilha seja o sinal para o levante popular ou para a súbita proliferação de focos insurrecionais. Nada disso. A guerrilha será o estímulo para o prosseguimento da luta de resistência por toda parte. Para o aprofundamento da luta pela formação da frente única anti-ditadura. Para o esforço final da luta de conjunto, de todos os brasileiros, luta que acabará pondo por terra a ditadura. (MARIGHELLA, 1979, p. 88).

Cabe aqui, preliminarmente, observar algumas das questões levantadas por Marighella sobre a guerra de guerrilhas. Primeiro, o autor considerava a tática guerrilheira como um dos canais de combate a ditadura militar brasileira e, portanto, não compartilhava da opinião de que a guerrilha deveria ser a forma de luta principal e muito menos exclusiva – descartando outras opções de luta dentro da legalidade como a formação de uma frente única ou mesmo a utilização de diferentes modalidades de luta ilegal que, com efeito, poderiam ou não conter ações armadas.

Em segundo lugar, apesar do exemplo da Revolução Cubana servir como inspiração para os militantes armados do país, entretanto, seria um grande erro – estratégico –

unesp

transportar mecanicamente para o território brasileiro um modelo de guerrilha, adaptado de uma realidade histórica totalmente diversa da nossa. O terceiro ponto levantado por Marighella e certamente o fator que, na maioria vezes, contribuiu decisivamente para o sucesso ou não de um processo revolucionário, seria referente ao papel das classes populares – operários e camponeses – dentro do movimento guerrilheiro. Aqui apresentava-se como grande questão, alçar os chamados "de baixo" para o cume da luta guerrilheira antiditadura, ou melhor, conferir-lhes o tributo de agentes políticos (hegemônicos) da revolução.

Por fim, o comunista baiano ao criticar a tese defendida pelo PCB no qual haveria no interior das forças armadas brasileiras uma tradição histórica propensa a defender o Estado de direito democrático, parecia dar um sinal claro de que a luta armada resultando em vitória – com a destruição do aparelho jurídico-militar (pára-raios da dominação burguesa e latifundiária) – o objetivo estratégico subsequente não seria de voltar àquela democracia de antes do Golpe de Estado, mas, ao contrário, partiria-se diretamente para um governo de transição nacional-popular, com um conteúdo democrático de novo tipo, até a construção de uma sociedade plenamente socialista.

Feitas estas considerações é possível agora passarmos para o segundo episódio histórico que, sem duvida, impulsionou Marighella de vez em direção a luta armada. Suas tensas relações com o Comitê Central, confirmavam que se aproximava o momento de sua ruptura com o PCB. Deste modo, se o partido já não havia aprovado inteiramente os escritos de *Por que resisti à prisão* – onde o tom das criticas do autor as diretrizes pecebistas foram moderadas – as idéias contidas em *A crise brasileira* tiveram uma recepção ainda pior , principalmente, porque o PCB viu-se na obrigação de discutir internamente a alternativa do caminho armado como opção de resistência a ditadura militar, já que um dos seus principais dirigentes estava pregando abertamente esta alternativa de luta.

unesp

O clima político entre Marighella e o Comitê Central do partido se acirrou mais quando, em dezembro de 1966, o dirigente comunista decidiu renunciar ao cargo que possuía na Comissão Executiva. Na carta de demissão alegou que as suas incompatibilidades com os demais membros da diretiva pecebista não tinham um conteúdo pessoal, mas, longe disso, tratavam-se de discordâncias – insustentáveis – de cunho político e ideológico. Em seqüência faz uma avaliação critica do trabalho político exercido pela Comissão Executiva e já aponta a direção de luta que, a partir dali, o colocaria ao lado dos combatentes guerrilheiros:

> O que torna ineficaz a Executiva é a sua falta de mobilidade, é não exercer o comando efetivo e direto do Partido nas empresas fundamentais do país, é não ter atuação direta entre os camponeses. O centro de gravidade do trabalho executivo repousa em fazer reuniões, redigir notas política e elaborar informes. Não há assim ação planejada, a atividade não gira em torno da luta. Nos momentos excepcionais, o Partido inevitavelmente estará sem condutos para mover-se, não ouvirá a voz do comando, como já aconteceu face à renúncia de Jânio e à deposição de Goulart. Solicitando demissão da atual Executiva – como o faço aqui – desejo tornar publico que minha disposição é lutar revolucionariamente, junto com as massas, e jamais ficar à espera das regras do jogo político burocrático e convencional que impera na liderança (MARIGHELLA, 1979, p. 89).

Foi em meio a esse conflituoso processo de luta interna partidária, que realizou-se de 31 de julho a 10 de agosto de 1967, na cidade de Havana, em Cuba, a primeira - e como sabemos também a única - Conferência da Organização Latino Americana de Solidariedade (OLAS). O objetivo concreto desta reunião era de estimular por todo continente latino americano, a organização de vanguardas políticas que colocassem em pratica, nos seus respectivos países, lutas revolucionárias de libertação nacional que, inevitavelmente, ocorreriam pela via armada. Marighella aceitou o convite de ser o representante brasileiro na OLAS, sua viagem à capital cubana foi divulgada pelos veículos de comunicação. O Comitê Central do PCB ao tomar conhecimento do fato, convocou uma reunião extraordinária para analisar a atitude de Marighella e, além disso, mandou redigir uma nota de repúdio ao Partido Comunista Cubano. Para a direção do PCB, Marighella tinha cometido um ato de indisciplina

unesp

partidária ao comparecer a reunião da OLAS sem a autorização do Comitê Central. No balanço político anual divulgado pelo partido, em dezembro de 1967, o seu núcleo dirigente condenou explicitamente o encontro da OLAS:

> Não podemos, por isso, concordar com a atividade do Comitê da chamada Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), que, em vez de cuidar, como seria plausível e de grande utilidade, da solidariedade e apoio político e moral aos movimentos democráticos e antiimperialistas nos países da América Latina, pretende assumir o papel de centro dirigente da revolução para os povos latino-americanos, procura ditar diretivas ao movimento revolucionário, desconhecendo os partidos marxistas-leninistas de cada país, e dando apoio ostensivo a grupos de regenegados e revisionistas. Foram estes os motivos pelos quais nosso partido deixou de enviar representante à reunião recente da referida organização, já que não havia nenhuma utilidade para o movimento brasileiro comprometer-se com decisões equivocadas e prejudiciais. (INFORME DE BALANÇO DO COMITE CENTRAL, 1967 apud NOGUEIRA, 1980, p. 149).

Pode-se dizer que o embrião político da OLAS, foi gestado durante a reunião da Tricontinental. Realizada, em 1966, também sob o território cubano, esta conferência que agrupou representantes de três continentes – Ásia, África e América Latina – tinha dois propósitos claros: 1) estabelecer uma aliança antiimperialista entre os governos e principais movimentos sociais destes países. 2) conclamar o apoio dos envolvidos na reunião ao povo vietnamita, que encontrava-se em luta heróica contra a potência norte-americana.

Ernesto Che Guevara, no inicio de 1967 - já encravado nas montanhas da Bolívia para àquela que seria a sua ultima empreitada guerrilheira - redigiu um documento ao Secretariado Executivo da Tricontinental. Nestas linhas elaboradas pelo líder revolucionário, constavam suas observações a respeito da revolução mundial e o internacionalismo proletário e, sobretudo, a reafirmação do caráter socialista da revolução para o "terceiromundo" que, na maioria dos casos, não fugiria do conflito armado. Nas suas palavras o povo latino-americano deveria espelhar-se no exemplo digno que dava o povo vietnamita:

unesp

> É o caminho do Vietnã; é o caminho que os povos devem seguir: é o caminho que a América seguirá, com a característica especial de que os grupos em armas poderiam formar uma espécie de Junta de Coordenação para tornar mais difícil a tarefa repressiva do imperialismo ianque e facilitar a própria causa. A América, continente esquecido pelas ultimas lutas políticas de libertação, que começa a se fazer ouvir por intermedio da Tricontinental, por meio da voz da vanguarda de seus povos, que é a Revolução Cubana, terá uma tarefa de muito maior relevância: a da criação do segundo ou terceiro Vietnã ou do segundo e terceiro Vietnã do mundo . . . O elemento fundamental dessa finalidade estratégica será, portanto, a libertação real dos povos; libertação que ocorrerá pela luta armada, na maioria dos casos, e que terá, na América, quase inexoravelmente, a propriedade de se transformar em uma Revolução Socialista (GUEVARA, 1967, p. 287)[89].

Ao final do congresso da OLAS foi produzido uma declaração programático da organização. Seguem alguns dos pontos mais importantes do documento: 1) O dever de todo revolucionário é fazer a revolução - outro famoso lema dos grupos armados da época. 2) O caráter da revolução seria de libertação nacional a fim de que os países latino-americanos pudessem se emancipar, ao mesmo tempo, das garras do imperialismo estadunidense e de suas oligarquias internas de burgueses e latifundiários. 3) Após a derrota do inimigo externo e dos inimigos internos, a revolução para o seu pleno desenvolvimento econômico e social, deveria seguir o caminho do socialismo. 4) Que a via armada na América Latina constituiria a linha fundamental de luta revolucionária e que todas as demais formas de luta tinham que servir, e, jamais, atrasar o desenvolvimento das ações armadas. 5) Que a guerrilha deveria ser o método utilizado pelas vanguardas para encaminhar a luta revolucionária. 6) Que os homens e as mulheres já envolvidos no desencadeamento da luta revolucionária na América Latina, orientavam-se ideologicamente pelos princípios do marxismo-leninismo.

Cabe acrescentar aqui que a principal pretensão política dos organizadores da OLAS foi resgatar, neste caso, sob uma ótica marxista, a perspectiva "bolivarista" da

---

[89] Esta conclamação feita por Che Guevara para que o exemplo da luta vietnamita multiplicasse, tornou-se um dos maiores lemas dos movimentos revolucionários por toda a América Latina.

unesp

revolução continental[90]. Segundo eles, a América Latina estaria vivendo um momento histórico singular "sob o signo promissor da segunda guerra de independência". Já que depois de livrar-se da dominação ibérica, os países latino-americanos teriam agora que enfrentar a coalizão de outros dois inimigos: externamente o imperialismo norte-americano e internamente, seus aliados políticos, representados pela "burguesia nacional" e os latifundiários. Para o sucesso deste vultuoso empreendimento, dever-se-ia por em pratica a mesma tática revolucionária usada pelos seguidores de Simon Bolívar e San Martín:

> Naquela ocasião, como agora, como sempre, houve gente de pouca fé que negou a eficácia do caminho empreendido, recuando para posições pré-colonialistas ou passando abertamente para o lado do inimigo. Eram, obviamente, pseudo-revolucionários incapazes de enfrentar a prova dos fatos, aptos apenas para mascarar, com espessa retórica pseudo-revolucionária, suas tendências à conciliação e a traição; os típicos prematuros mencionados por José Martí . . . Quando os povos decidem vencer ou morrer, e são liderados por uma direção lúcida, audaz e firme, o fruto de sua determinação sempre é a vitória, apesar do tamanho e do poder do inimigo; essa é a mais fecunda lição que está aguerrida vanguarda legou à posteridade. (DECLARAÇÃO DA OLAS, 1967, p. 305)

Seguindo o raciocínio de Florestan Fernandes, o problema é que na América Latina (com exceção de Cuba) o processo de descolonização, influenciado pelos ideais liberais da Revolução Francesa, não pode levar até as ultimas conseqüências a "bandeira da revolução democrático-burguesa" - já que as classes dominantes destes países vivendo sob um capitalismo neocolonial e dependente, nunca tiveram capacidade e nem grande interesse em acelerar o desenvolvimento de suas revoluções burguesas pelo temor de que, as reivindicações

---

[90] Como sabemos a chamada América hispânica travou, no inicio do século XIX, uma árdua guerra de independência contra o colonialismo espanhol. Sob a inspiração dos ideais liberais do iluminismo, o comandante Simon Bolívar desencadeou – entre 1817 e 1824 – uma empreitada militar que resultaria na libertação nacional de três países: Venezuela, Colômbia e Equador. Ainda dentro deste processo de independência, José de San Martín – outro importante líder latino-americano – promoveu a libertação da Argentina, Chile e Peru. O plano político de Simon Bolívar era estabelecer uma unidade continental americana. Foi ele o criador do lema "Pátria Grande" e também da seguinte afirmação: "Para mim, a pátria é a América". Passadas as vitórias de independência a América hispânica acabou fragmentando-se em um grande numero de países, comandados por caudilhos militares e explorados por cruéis oligarquias. O sonho de Simon Bolívar de um continente unificado se frustou, mas, no entanto, os ideais da revolução bolivarista permaneceram ecoando – até a atualidade sob o brado do presidente venezuelano, Hugo Chaves – pela América Latina.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

por demandas sociais, tomassem um ritmo tão "incontrolável" (ou seja, caminhando para o socialismo) a ponto de ultrapassarem os limites políticos e econômicos do liberalismo. Assim sendo:

> O anticolonialismo dos estratos privilegiados só era intenso e fervoroso em um ponto, o da conquista da condição legal e política de donos do poder. Nos demais pontos, os interesses mais avançados e profundos exigiam um *congelamento da descolonização*. Congelar a descolonização constituía um pré-requisito estrutural e dinâmico não só da "defesa da ordem", do "combate à anarquia", da "preservação da propriedade" etc. ; esse era o requisito numero um da nova articulação entre os estamentos senhoriais e o estamentos intermediários em ascensão potencial com os centros de dominação econômica externa, ou seja, literalmente, do padrão neocolonial de crescimento do capitalismo. Por isso, a *gente válida* lançou-se tanto contra as manifestações de inconformismo da plebe, quanto contra o idealismo nacional-libertador dos expoentes civis e militares das lutas pela independência (FLORESTAN, 1981, p. 83, grifos nossos).

Em relação ainda a presença de Marighella no congresso da OLAS, conforme Emir Sader, após o desfecho triunfante do golpe militar de 1964 – obviamente para as forças conservadoras - estabeleceu-se no interior da esquerda brasileira um grande debate sobre erros estratégicos que teriam levado à sua derrota. Em suma, as discussões giravam em torno de dois temas básicos, aparentemente antagônicos: reforma e revolução (uma herança da polêmica entre Rosa Luxemburgo e Bernstein). Assim, para Sader, o PCB que na época era o partido hegemônico de nossa esquerda, acabou ficando rotulado como:

> a expressão da linha política de aliança subordinada com frações burguesas, da qual o governo Jango seria o representante. Teoricamente se opunha esquematicamente reforma e revolução e o golpe de 64 aparecia como a derrota da via das reformas, identificada com o reformismo. (SADER, 1998, p. 134).

De acordo com o sociólogo, naquela altura das interpelações políticas parecia inviável que as forças de esquerda continuassem apelando para formas institucionais de luta anti-ditadura, sobretudo, porque a débil institucionalidade brasileira estava totalmente atrelada

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

às rédeas dos militares. Entretanto, quando os militantes de esquerda encontravam-se empenhados em discutir alternativas de luta para enfrentar a ditadura, aconteceu o congresso da OLAS. Com a volta de Marighella da capital cubana, aceleraram-se as definições políticos pela via armada para derrubar o regime e, sendo assim, interrompeu-se o processo de amadurecimento das opções táticas "superadoras da linha do PCB". Na visão do autor, o próprio titulo de um documento publicado pelo líder da ALN, logo após o seu retorno de Cuba, daria o tom dos novos tempos: "Quem samba fica, quem não samba vai embora". Era um texto emblemático que decretava um basta as discussões burocráticas, convocando a todos os interessados para que dessem inicio imediato as ações revolucionárias:

> Vocês tem carta branca na frente guerrilheira para desencadear a ação. Só não têm carta branca para coisas burocráticas, isto é, para impedir ações planejadas pelos grupos, sejam eles quais forem.. Nem podem fazer discussões formais. É preciso ação e mais ação. Distribuir manifestos, pichar muros, sabotar, fazer política de terra arrasada, tudo isto com o trabuco na cintura. (MARIGHELLA, 1968, p. 549)[91].

Quando ainda encontrava-se em Cuba, Marighella ficou sabendo da captura e execução do comandante Ernesto Che Guevara pelos militares da Bolívia (auxiliados por agentes da CIA). Sob a comoção internacional da perda do líder revolucionário e em homenagem à sua memória, o comunista baiano elaborou um texto, o qual seria publicado na edição de 5 de setembro de 1968, no Jornal do Brasil, sobre as peculiaridades da guerra de guerrilhas no Brasil. Começa descrevendo a importância histórica adquirida pela guerra de guerrilhas, como um instrumento da tática revolucionária que provou sua eficácia na libertação dos povos. Mas,

---

[91] Apesar de Marighella explicitar que os guerrilheiros deveriam sempre estar acompanhados do "trabuco na cintura", todavia, isto não significaria – como muitos confundiram - o uso banalizado das armas pelos membros da organização. Primeiro, os recursos militares (armas e munição) eram bastante escassos e, portanto, os militantes tinham de ser parcimoniosos na sua utilização. Em segundo lugar, como nos afirmou Carlos Eugênio Paz, o líder da ALN estimulava e apoiava, sim, a prática de qualquer ação revolucionária por parte dos guerrilheiros desde que, recorrer a utilização das armas, fosse totalmente indispensável para o sucesso da ação.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

> além dessa inapreciável importância, a guerrilha assumiu, nos dias de hoje, uma nova dimensão, ao lhe ser atribuído o papel estratégico decisivo na libertação dos povos. Quer dizer, a guerrilha incorporou-se definitivamente à vida dos povos como a própria estratégia de sua libertação, o caminho fundamental, *e mesmo único,* para expulsar o imperialismo e destruir as oligarquias, levando as massas ao poder (MARIGHELLA, 1967, p. 117, grifo nosso).

De acordo com o autor, as experiências revolucionárias de cunho marxista-leninista que tinham sido realizadas ou tentadas, até aquele momento, haviam recorrido ao principio tático de transformar a guerra antiimperialista em guerra civil objetivando, com isso, tomar o poder do Estado. Contudo:

> A revolução cubana, como parte integrante da revolução socialista, trouxe ao marxismo-leninismo um novo conceito: o da possibilidade de conquistar o poder através da guerra de guerrilhas, e expulsar o imperialismo quando não há guerra mundial e não se pode, portanto, transformá-la em guerra civil (Idem, Ibidem).

Ressaltou na seqüência qual seria a função da guerra de guerrilhas para o caso brasileiro:

> O Brasil é um país de área continental e, por conseguinte, apropriado para a ofensiva estratégica da guerrilha, que precisa de espaço para mover-se. A guerrilha brasileira tem que estar educada para operações moveis, desde as mais elementares até as mais complexas, pois uma guerra revolucionária prolongada no Brasil será uma guerra de movimento. A ofensiva estratégica, como método principal de conduzir a luta armada, proporciona o máximo de iniciativa à guerrilha e uma liberdade de movimentos que não é permitido ao inimigo, lançado aos azares de uma perseguição interminável, em áreas rurais tremendamente hostis e desconhecidas"(Idem, 1967, p. 120).

Deste modo, evitaria-se o cerco estratégico da guerrilha ao concentrar as forças do inimigo distantes dos limites territoriais, neste caso, a faixa do litoral Atlântico, onde sua superioridade militar era fragrante:

unesp

> Tal situação permitirá o crescimento da ação das forças revolucionárias urbanas, que poderão cortar vias de abastecimento e comunicações, dificultar o transporte de tropas e intensificar o apoio logístico a guerrilha. Assim, as conseqüências para as forças armadas convencionais serão desastrosas, não só por terem de combater fora de seu "habitat" natural, como porque se verão obrigados a enfrentar o castigo das forças urbanas revolucionárias de retaguarda (MARIGHELLA, 1967, p. 121).

É fato que Marighella, desde o inicio, concebeu a guerrilha urbana como uma espécie de fôlego político ao movimento revolucionário a fim de acumular forças - materiais e ideológicas[92] - e ganhar tempo para a preparação da guerrilha rural, utilizando o artificio do terrorismo político como um método de desestabilazação da estrutura estatal. No entanto o plano da guerrilha rural, como sabemos, foi abortado prematuramente devido a truculência - por meio da pratica de sevícias desumanas - com que o cerco policial atingiu os militantes da ALN (culminando com a morte de seu líder máximo, em 1969). Trataremos, mais adiante, das implicações políticas do adiamento da guerrilha rural com a permanência dos combatentes armados nas cidades.

Marighella ponderava ainda que o desenvolvimento da luta guerrilheira no Brasil estaria submetida a três fases distintas, embora, interdependentes e relacionadas entre si. A primeira fase seria de planejamento e preparação da guerrilha. Em uma segunda etapa realizara-se o lançamento da guerrilha e as bases para sua sobrevivência. E, por fim, o movimento guerrilheiro já no auge de seu potencial fisico e estrutural seria direcionado para a tática da guerra de manobras. Para o autor, esta terceira etapa da luta armada era o ponto decisivo da guerra revolucionária, pois tratava-se do momento de ofensiva terminal ao inimigo. Contudo, a concretização do mais alto dos objetivos revolucionários - derrotar o regime militar, instalando em seu lugar um governo popular - dependeria do desenvolvimento de uma série de condições, entre as quais o crescimento político-militar da guerrilha, com ênfase para o aumento da potência de fogo (vanguarda armada) ; o aparecimento da

[92] Por forças materiais entendem-se armas e recursos financeiros para manter a estrutura da organização. Quanto a força ideológica esta deveria advir da propaganda política dos grupos armados em suas ações na cidade.

unesp

retaguarda de apoio ao movimento insurrecional[93]e a constituição de um exército revolucionário. Além disso, a fase final da luta guerrilheira deveria sofrer uma mudança de qualidade, isto é, passando-se das ações de surpresa - próprias da segunda etapa - para as ações convenientes a guerra de manobras. Lembrando-se que:

> O método principal de conduzir a guerra de manobras continua sendo a ofensiva. Mas do que nunca, porém, nesta fase a guerrilha deve estar atenta a dois princípios: 1) Não somente avançar, mas também admitir a retirada. 2) Não expor as forças principais da guerrilha a um golpe do inimigo de relevo na condução da luta ou no desfecho da guerra revolucionária (MARIGHELLA, 1967, p. 129)

O êxito da guerra de manobras estaria, segundo Marighella, condicionado a formação de um exercito revolucionário. Este regimento guerrilheiro teria duas vantagens táticas sobre as forças do Estado: obviamente, a identificação de seus componentes com a luta popular (sendo o núcleo básico constituído por operários, camponeses, estudantes e intelectuais); e uma estratégia de combate ao inimigo distinta do "convencionalismo militar". Assim:

> Uma das indispensáveis tarefas da estratégia da guerrilha no Brasil, é a criação desse exercito genuinamente popular, que parte do nada e, através da guerra revolucionária, chega a uma organização militar capaz de praticar a guerra de manobras, vencer o inimigo, e, em conseqüência, conquistar o poder para o povo (...) Mas um exercito revolucionário não convencional, surgido da guerrilha, com base na aliança armada de operários e camponeses, aos quais se reunirão estudantes, intelectuais e outras forças da revolução brasileira (Idem, 1967, p. 128).

Em setembro de 1967, portanto, um mês depois do encontro da OLAS, foi aprovado pelo Comitê Central uma Resolução que decretava a expulsão de Marighella do

---

[93] "A característica da guerrilha em suas duas fases anteriores é operar sem retaguarda e somente com pontos de apoio. O crescimento político da guerrilha lhe dá pontos de apoio coletivos e leva à criação de uma retaguarda. Na fase final, a guerrilha brasileira dispõe de uma retaguarda interna e uma retaguarda externa, esta ultima pelas forças dos países socialistas, as forças dos países do terceiro mundo e as forças progressistas do mundo capitalista". (MARIGHELLA, 1967, p. 127)

unesp

PCB. Os dirigentes pecebistas alegavam que o comunista baiano já vinha há tempos exercendo, no interior do partido, ações políticas fracionistas. Também seriam expulsos do PCB, neste período e pela mesma justificativa, Joaquim Câmara Ferreira, Mário Alves, Jacob Gorender, Apolônio de Carvalho, Jover Telles e Miguel Batista dos Santos. É importante frisar que, estes mesmos militantes, incluindo Marighella, faziam parte de um núcleo de oposição interna ao Comitê Central. O grupo ficou conhecido pelo nome de *Corrente Revolucionária.* O interessante aqui foi que estes comunistas - apesar de confluírem na maioria das criticas feitas ao partido - não conseguiram caminhar juntos fora do PCB. Divergiam, principalmente, em relação a estrutura da nova organização: enquanto alguns – como Mário Alves e Jacob Gorender - acreditavam que a luta armada anti-ditadura deveria ser conduzida por um partido político (verdadeiramente revolucionário); já para outros como Marighella, esta era uma hipótese totalmente descartável. Na entrevista concedida a Conrad Detrez, em 1969, publicada na revista *Front*, o líder guerrilheiro quando questionado pelo repórter sobre o que trazia de novo a sua organização, respondeu sem vacilar:

> A ação ! Conosco, tudo nasce da ação: a vanguarda, os dirigentes (...) formamos grupos de combatentes armados. A vanguarda são eles. A direção, detêm-na os mais clarividentes (donde os mais políticos) e os mais corajosos. A organização vem depois. A maioria dos outros grupos, mesmo os formados por gente saída do P.C., querem primeiro fundar um partido – um novo P.C., com centralismo democrático e tudo – e, por oposição ao PCB, inscrevem em seu programa a luta armada, ou seja, a revolução que farão mais tarde! (MARIGHELLA, 1969, p. 63)

Devido a isso ocorreu entre estes ex-militantes históricos do PCB, um novo desencontro teórico-político. Com a fragmentação os elementos do grupo acabaram seguindo duas direções diversas: uma parte encabeçada pelas figuras de Mário Alves, Jacob Gorender e Apolônio de Carvalho fundaram, em abril de 1968, o Partido Comunista Brasileiro

unesp

Revolucionário (PCBR)[94]. Já um outro contigente substancial de dissidentes pecebistas, entre eles, Carlos Marighella, e também importantes militantes como Rolando Frati, Rafael Martinelli e Joaquim Câmara Ferreira formaram o denominado Agrupamento Comunista de São Paulo que, pouco mais tarde, transformaria-se na ALN (Ação Libertadora Nacional).

Neste contexto é que realizou-se, clandestinamente, o VI Congresso do PCB já sem a participação de importantes dirigentes do partido, entre eles, Carlos Marighella, que tinha sido militante comunista desde o início dos anos trinta. A Resolução aprovada pelo VI Congresso, praticamente, ratificou as teses básicas da linha política que o partido vinha seguindo desde o V Congresso.

Segundo o documento[95], o golpe militar de 1964 havia introduzido no Brasil profundas modificações políticas, com a derrota das forças "nacionais-democráticas" e a ascensão ao poder do Estado das correntes "entreguistas e reacionárias". Assim o combate ao regime ditatorial teria de seguir uma tática que englobasse, ao mesmo tempo, todos os níveis da luta de massas com o objetivo de reconquistar as liberdades democráticas; agregando por meio de uma frente única a classe operária e as demais forças patrióticas e democráticas. O proletariado continuava sendo a força motriz da revolução brasileira, em aliança com outras forças populares, como o campesinato e a pequena burguesia urbana. As duas contradições fundamentais que bloqueavam o desenvolvimento econômico e social do país, estavam vinculadas com a dominação do imperialismo norte-americano e com a exploração, pré-capitalista, dos latifundiários. Em contrapartida, a nossa burguesia na etapa nacional-

[94] As diretrizes básicas aprovadas pelo programa do PCBR foram as seguintes: 1) Caracterizavam o Brasil como um pais de capitalismo dependente, subordinado ao imperialismo americano. 2) O potencial revolucionário da burguesia brasileira era nulo, devido a sua aliança política com os latifundiários e o capital estrangeiro. 3) O caráter da revolução brasileira não seria democrático-burguês, mas, sim, de conteúdo popular a fim de destruir o Estado militar-burguês. 4) Caberia ao proletariado a direção da revolução em aliança com os camponeses e as camadas médias urbanas. 5) Todas as formas de luta, legais ou ilegais, deveriam ser estimuladas, desde que, contribuíssem para o desenvolvimento da luta armada. 6) A via armada não obteria sucesso se, por acaso, fosse dissociada da luta de massas.

unesp

democrática porque passava a revolução brasileira – pelo seu interesse em alcançar a emancipação nacional – seria uma força antagônica as pretensões imperialistas.

Por sua vez o recém criado Agrupamento Comunista de São Paulo lançou ao publico, em fevereiro de 1968, seu primeiro pronunciamento a cerca da tática política que seria, como acreditavam, a mais eficaz para por abaixo o poder ditatorial brasileiro. Declaravam que a ruptura estabelecida com o Comitê Central do PCB era uma decisão irrevogável, já que discordavam integralmente da posição política do partido que pretendia enfrentar a ditadura militar pela via pacifica. Ao contrário disto, o Agrupamento Comunista proclamava-se a favor da linha política elaborada pela Declaração Geral da OLAS, ou seja, o desencadeamento imediato da luta armada contra o aparelho burocrático-militar do Estado.

Para tanto a guerrilha era apresentada como o embrião político-militar do futuro exercito de libertação nacional, iniciando uma luta revolucionaria de amplitude continental. De acordo com eles, o sucesso da guerra de guerrilhas no Brasil dependeria, primordialmente, "de um plano estratégico e tático global". Neste caso, como resposta aos críticos, firmaram uma posição contrária a idéia do desenvolvimento da guerrilha a partir de um foco de homens encravados em alguma parte do território. Assim:

> Não se trata, portanto, de desencadear a guerrilha como um foco, como querem insinuar nossos inimigos, acusando-nos daquilo que não pretendemos fazer. O foco seria lançar um grupo de homens armados em qualquer parte do Brasil, e esperar que, em conseqüência disso, surgissem outros focos em pontos diferentes do país. Se assim fizéssemos, estávamos adotando uma posição tipicamente espontaneísta e o erro seria fatal (AGRUPAMENTO COMUNISTA DE SÃO PAULO, 1968, p. 132).

Temos de frisar que, depois da fracassada tentativa de estabelecimento de um foco guerrilheiro no Brasil – na Serra de Caparaó – e também devido a derrota de Che Guevara, na

---

[95] Conforme: "Resolução Política do VI Congresso", PCB: vinte anos de política, cit., p. 166 a 174.

unesp

Bolívia, o chamado foquismo simplificado perdeu sua força entre os defensores da luta armada no país. Segundo Gorender

> Marighella se declarou contrário aos focos e, inspirado na experiência histórica brasileira (das lutas contra os holandeses ao cangaço de Lampião), apresentou a tarefa das colunas guerrilheiras móveis, que se deslocariam contando com pontos de apoio de antemão assentados. Todavia, a modificação introduzida é secundária no contexto geral. O foquismo se mantém, na medida em que a guerrilha começa do zero, dissociada de qualquer movimento de massas, e incorpora a função de vanguarda política (GORENDER, 1999, p. 107).

É necessário aqui um parênteses. Entre as questões postas em debate durante os anos sessenta pelos militantes latino-americanos sobre as opções táticas da guerra revolucionária, há que se destacar dois pontos bastante polêmicos: de um lado estavam àqueles defensores de uma tática revolucionária que desenvolve-se correlativamente a chamada luta de massas privilegiando, assim, uma política de inserção nos movimentos sociais, sindicatos e assembléias estudantis; por outro encontravam-se os interessados em promover a formação de células armadas – com autonomia política para praticar ações revolucionárias - visando a constituição de um exercito profissional de guerrilheiros. Estas duas posições, aparentemente excludentes, estabeleceram entre os grupos uma dicotomia de estratégias. De acordo com Saint-Pierre:

> O foquismo era uma delas e afirmava a impossibilidade do movimento de massas se armar espontaneamente. O argumento principal era que o alto grau de especialização exigido pela guerra revolucionária, a formação do guerrilheiro profissional, requeria um trabalho preparatório que devia ser desenvolvido independentemente da tarefa de organização política das massas. Não se podia esperar a maturação política ideal das massas para organizar sua estrutura militar, mas esta devia esperar precipitar aquela. Por sua vez, os que defendiam o desenvolvimento da política de massas acreditavam que sua organização forneceria as condições para transformar a luta de classes em guerra revolucionária (SAINT-PIERRE, 2000, p. 198)[96].

[96] No caso brasileiro um exemplo ilustrativo desta polêmica, como já salientamos, foram as discussões envolvendo os fundadores do PCBR e da ALN.

unesp

Podemos considerar Ernesto Che Guerrara como um dos mais importantes formuladores da "teoria do foco", mas o difusor das idéias "foquistas" que ganhou maior notoriedade foi, sem duvida, Régis Debray. Pelos relatos da época, o seu livro *Revolução na revolução* causou um grande impacto em meio aos militantes da esquerda latino-americana. Segundo Ridenti, as idéias elaboradas pelo intelectual francês sobre o foco guerrilheiro – inspiradas quase exclusivamente pelo exemplo vitorioso da Revolução Cubana – preconizavam a luta guerrilheira em três etapas distintas:

> a da instalação do grupo guerrilheiro ("foco militar"), inicialmente isolado numa certa área rural de difícil acesso para a repressão; a fase de desenvolvimento da guerrilha, com a conquista e defesa de um território, quando camponeses seriam incorporados à luta; e a etapa da ofensiva revolucionária para tomar o poder, liderando as massas exploradas (RIDENTI, 1993, p. 45).

Os maiores críticos da teoria debrayista foram, com efeito, os Partidos Comunistas da América Latina. As razões para tais discordâncias eram obvias: primeiro, segundo Debray, haveria condições objetivas – já amadurecidas – para o desencadeamento de um processo revolucionário em todo o continente latino-americano. Os comunistas, além de não acreditarem na existência destas condições objetivas, também criticaram o modo como o autor, em sua avaliação do potencial revolucionário continental, desconsiderou as particularidades nacionais e regionais de cada país. Em segundo lugar, o intelectual francês admitia que as condições subjetivas da revolução – ou seja, o envolvimento consciente das forças sociais que se beneficiariam da insurreição – poderiam ser criadas e catalisadas pelas ações do foco guerrilheiro. Aqui apareciam duas questões interligadas que jamais seriam aceitas pelos PCs: por um lado o foco guerrilheiro ao iniciar suas incursões por meio de punhado de homens isolados, automaticamente, descolaria a sua ação do movimento de massas e, de outro lado, a primazia do fator militar (com um suposto desprestigio ao fator

unesp

político) colocava o foco guerrilheiro, sobreposto taticamente, ao modelo de partido marxista-leninista[97].

A reação política mais contundente do PCB as reflexões de Debray, viria sob pena de Renato Guimarães.[98]O militante pecebista publicou, em 1967 – nas edições de setembro, outubro e novembro do jornal Voz Operária - um artigo intitulado *A revolução e a revolução de Régis Debray*, que numa edição atualizada (2000) recebeu o nome de *Guerrilha ou luta de massas*. Este trabalho tinha dois objetivos claros: marcar a posição do autor e, consequentemente, do partido, em defesa da linha política aprovada pelo VI Congresso do PCB; e tentar arrefecer a debandada de militantes comunistas para as organizações de luta armada[99].

Guimarães inicia o texto descrevendo a importância econômica e política que as camadas medias urbanas ou pequena burguesia vinham alcançando, nos últimos tempos, em países de pleno desenvolvimento capitalista. Com o avanço do processo tecnológico e o aumento substancial do setor de serviços públicos nestes países, a demanda por trabalhadores especializados – originários da pequena burguesia – tinha sofrido um grande acréscimo. Este fato proporcionou uma aproximação – política e econômica – entre a pequena burguesia e o proletariado em torno de interesses comuns. O problema foi que, segundo o autor, a pequena burguesia – apesar de seu caráter progressista, sobretudo, na luta democrática e

---

[97] Para Debray, sem duvida, naquela altura do processo revolucionário latino-americano, o fator decisivo não estava em abrir novos focos políticos, mas, sim, em focos militares: "Trata-se de uma nova dialética das tarefas. Para explica-lo esquematicamente, digamos que se parte do foco militar - ao foco político - prolongamento natural de uma luta armada de essência política – mas não se chega, via de regra, de um momento político "puro" ao foco militar. Não se combate vitoriosamente a burguesia no seu terreno. Na maior parte dos países onde se verificam as condições para a luta armada, começando pelo foco militar, é possível chegar ao "foco" político, mas começando pelo "foco político" é quase impossível chegar ao "foco" militar. (DEBRAY, s.d., p. 96).

[98] Que foi assinado com o pseudônimo de Simão Bonjardim, devido as precauções quanto a segurança em tempos de repressão política.

[99] No prefácio da nova edição, Guimarães confirma seus "proféticos" escritos: "Esse trabalho meu apontou para quem quisesse ver, desde o primeiro momento, o erro político e a autocondenação ao desastre dos grupos de esquerda que então se lançavam à luta de guerrilha no Brasil. O resultado final daquilo, dizia eu, só poderia ser a desorganização do movimento de massas, além de "muita cadeia e muito sofrimento" para seus participantes e para todo o povo brasileiro" (GUIMARÃES, 2000, p. 8).

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

antiimperialista – também reivindicava, em muitos casos, a direção do movimento popular revolucionário. Isto acontecia, principalmente, em países subdesenvolvidos como o Brasil no qual a organização da classe operaria encontrava-se ainda incipiente. Para ele, o livro de Debray era uma "espécie de invasão" empreendida pela pequena-burguesia ao marxismo (a teoria revolucionária do proletariado) pretendendo, com isso, legitimar por meio de suas idéias que esta fração de classe estaria mais capacitada, no campo político e militar, para dirigir o movimento revolucionário[100].

O artigo de Guimarães, em suma, procura desconstruir três argumentos chave das teses debrayristas: o mito da guerrilha, a ausência de uma crise revolucionária no momento de desencadeamento da luta armada e a concepção "caudilhesca[101]" de direção política. Quanto ao primeiro aspecto, conforme o autor, o problema não seria de colocar-se contra ou a favor da guerra de guerrilhas, mas, sim, de analisar diante da realidade concreta a eficácia ou não de determinada forma de luta. Em relação a guerrilha, por exemplo, uma condição imprescindível para o sucesso desta forma de luta seria o apoio e participação ativa das massa populares, neste caso especial, as massas camponesas. De acordo com o dirigente comunista, Debray ao desprezar a amplitude política da luta de massas para o desenvolvimento da guerrilha acometeu-se de um "lapso de memória histórica"; já que suas idéias eram inspiradas pelo exemplo, vitorioso, da Revolução Cubana. Segundo ele:

---

[100] Com respeito a direção político-militar da revolução, Debray colocava em cheque, inclusive, a capacidade física dos "velhos dirigentes comunistas" para o desempenho das ações guerrilheiras: "A reconversão do Partido ocorre, pois, paralelamente ao seu rejuvenescimento. Na América Latina, existe um laço profundo entre biologia e ideologia onde quer que a luta armada esteja na ordem do dia. Por absurda e chocante que possa parecer tal relação, nem por isso deixa de ser menos determinante. Um velho, habituado à atmosfera da cidade, afeito a outras circunstancias e propósitos, incorpora-se com dificuldade à montanha ou, em menor escala, à clandestinidade ativa das cidades. Não falando do aspecto moral (convicção), o aspecto físico é na guerrilha fundamental. Os dois marcham lado a lado. Uma perfeita educação marxista não é, inicialmente, condição imperativa. Que um velho possua uma militância a toda prova – uma formação revolucionária – não basta, para enfrentar uma vida guerrilheira, sobretudo no começo. A aptidão física é condição para todas as outras atitudes possíveis, trivialidade de aspecto pouco teórico, mas a luta armada parece ter razões que a teoria desconhece. (DEBRAY, s.d.: 81).

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

> A revolução Cubana é uma fonte muito rica de ensinamentos para todos os revolucionários da América Latina. Há nele, sem duvida, numerosas características que poderão se repetir, no todo ou em parte, na experiência dos demais povos do Continente. A maior delas, aliás, não merece a menor atenção de Debray: a extrema amplitude da frente que derrotou a ditadura de Batista, que incluía latifundiários e mesmo grupos de negócios norte-americanos, e a permanência nessa frente de grande contingentes da pequena burguesia durante a passagem da revolução à etapa socialista (GUIMARÃES, 2000, p. 80).

Já com respeito a questão da "crise revolucionária", Guimarães, ainda se espelhando em Cuba, ponderou que Fidel Castro e seus companheiros aproveitaram-se, com maestria, de uma "inigualável" oportunidade histórica e política. Os guerrilheiros cubanos souberam congregar, ao mesmo tempo, fatores políticos de ordem interna e externa.

No âmbito interno, o grupo de Fidel conseguiu direcionar a ação concentrada de uma ampla frente nacional-democrática para apoiar, de forma irrestrita, a greve geral contra o governo ditatorial de Batista. Em relação aos fatores externos, a revolução cubano pode usufruir, por um lado, de uma certa condescendência política dos Estados Unidos - já que os estadunidenses acreditavam que àqueles "jovens rebeldes" de Cuba estavam, apenas, interessadas em derrubar um ditador, e, não, em promover uma revolução socialista - de outro lado, havia a importante influência política do campo socialista representado pela URSS e pela concretização da Revolução Chinesa.

A falta de compreensão do conceito de crise revolucionária[102], segundo o autor, decorria da "crença" exacerbada de Debray na revolução feita "por uma gama de heróis" – com a utilização, quase exclusiva, da tática dos focos guerrilheiros. Neste ínterim, o dirigente

---

[101] Lembrando apenas que o caudilhismo é uma forma peculiar de comando político que, principalmente, no contexto histórico latino-americano, ficou personificado na figura de chefes militares regionais.

[102] Refere-se ao clássico conceito de "crise revolucionária" elaborado por Lenin que, segundo o autor: "Apresenta a revolução como um processo em que conjugam, de um lado, a perda pelas classes dominantes de seu poder dirigente da sociedade, face a um aguçamento excepcional de todas as contradições do regime, e a conseqüente desintegração de seu aparelho repressivo, militar e policial, e, por outro lado, o auge do descontentamento popular, cuja manifestação é estimulada pelas próprias fissuras que se abrem no sistema de opressão de classe. São as condições celebrizadas pela expressão: "os de cima não podem mais governar como antes, os de baixo não querem mais viver como antes". A intervenção das massas populares, dirigidas por sua

comunista citou Carlos Marighella como um propagador, em terras brasileiras, da utopia "foquista". Acrescenta que o líder da ALN, no seu livro *A crise brasileira*, comentou que o apogeu da revolução cubana havia desconstruído, na teoria e na pratica, o conceito clássico de crise revolucionária. Todavia ocorreu que, conforme Marighella, o debate empreendido no seio do PCB em torno das condições objetivas para a revolução era, na verdade, uma tentativa da Comissão Executiva de encobrir a "influencia ideológica" que a burguesia vinha exercendo sob a linha política do partido. Portanto:

> Sua maneira de ser é fruto de uma concepção reboquista, por falta de confiança no proletariado. Seu ponto de partida está em reconhecer que, objetivamente, o processo político brasileiro se desenvolve sob a direção da burguesia (...) É a tática que busca uma saída moderada, teme as lutas radicais e uma solução revolucionária, para não desgostar a burguesia e manter com ela uma colaboração duradoura. A tática a que nos referimos segue religiosamente os cânones teóricos do passado, e não vê possibilidade para o desencadeamento da revolução, a não ser quando existam as condições pré-revolucionárias clássicas. *A revolução cubana já pôs por terra este conceito tradicional, mas a citada tática ignora os fatos novos.* (MARIGHELLA, 1966, p. 72, grifo nosso).

E, por fim, o militante comunista – na terceira parte do artigo – criticou a concepção "caudilhesca e militarizada" de Debray em relação a direção política da revolução. O intelectual francês ao prescindir da necessidade de um partido conduzir o processo revolucionário pretendia, segundo autor, reivindicar para "um grupo guerrilheiro autônomo – sem vínculos orgânicos com qualquer classe social – as rédeas da revolução. Este agrupamento estaria submetido as ordens pessoais de chefes militares. Assim sendo:

> Os objetivos, o programa e todas as ações praticas da guerrilha são ditados por esse tipo particular de caudilho, que se apoia ou não, a seu critério, num estado-maior de chefes de segunda categoria. Esse corpo de comando, com a vitória da revolução, transforma-se no partido do poder. Ao povo cabe o papel de aderir a esse exercito triunfante. (GUIMARÃES, 2000: 99)

---

vanguarda revolucionária, permite encaminhar a crise, para as transformações econômicas e sociais reclamadas pela nação". (GUIMARÃES, 2000, p. 96).

unesp

Seguindo o raciocínio de Guimarães, nesta concepção caudilhesca de direção revolucionário não haveria espaço nem para o partido político e, muito menos, para um programa ou uma teoria da revolução. Os princípios e as normas da organização seriam "ditados" e "impostos" pelos chefes militares de forma autoritária, ou seja, de cima para baixo. Assim no que refere-se ao comando da organização o equivoco de Debray, mais uma vez, seria o de subordinar o político ao militar. Para o autor, o problema era que

> Ele concebe a guerrilha como um fim que se autojustifica e se auto-satisfaz, enquanto na verdade, e no caso especifico, ela é instrumento de uma luta política, de um movimento democrático e de libertação nacional, constituído por todo um conjunto de classes sociais e correntes políticas, e deve por isso subordinar-se à direção unificada desse movimento (GUIMARÃES, 2000, p. 106).

Após esta exposição das idéias de Renato Guimarães, fica-nos a impressão que o seu artigo além de fazer a defesa "inconteste" da linha política pecebista fora, sobretudo, um brado a favor da sobrevivência política do partido enquanto uma organização revolucionária – vinculada as classes populares – já que, aquela altura, sua posição de hegemonia dentro da esquerda brasileira estava correndo um sério perigo. Antes de encerrarmos estas considerações a respeito da teoria do foco é importante frisar que Ernesto Che Guevara não concordava, conforme afirmavam parte de seus críticos, com a idéia do uso da tática dos focos guerrilheiros sem uma vinculação política intrínseca ao movimento de massas. Isto constituía-se em verdade num "pseudoproblema" pois, para ele, tratavam-se de métodos de luta que não eram excludentes, mas, ao contrário, seriam estrategicamente complementares[103].

---

[103] Nas próprias palavras do líder guerrilheiro: "Por el camino de la polémica, suele criticarse a aquellos que quieren hacer la guerra de guerrilhas, aduciendo que se olividan de la lucha de massas, casi como si fueran métodos contrapuestos. Noostros rechazamos el concepto que encierra esa posición; la guerra de guerrilhas es una guerra del pueblo, es una lucha de massas. Pretender realizar este tipo de guerra sin el apoyo de la población, es el preludio de un desastre inevitable. La guerrilha es la vanguarda combativa del pueblo, situada en un lugar determinado de lagún territorio dado, armada, dispuesta a desarrollar una serie de acciones bélicas tendientes al único fin estratégico posible: la toma del poder. Está apoyada por las massas campesinas y obreras de la zona y de todo el territorio de que se trate. Sin esas premissas no se puede admitir la guerra de guerrilhas (GUEVARA, 1963, p. 162).

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

Retornando para o primeiro pronunciamento do Agrupamento Comunista de São Paulo, segundo seus integrantes, o desenvolvimento do profissionalismo político dentro de uma organização revolucionária seria um elemento fundamental, no entanto, este profissionalismo político não poderia ser executado de modo assemelhado ao das antigas organizações, ou melhor, um tipo de trabalho que só servia para corromper os militantes pelo poder econômico[104]. Ao contrário disto, "o profissional revolucionário deve existir, mas suas relações com a organização devem ser estabelecidas segundo critérios revolucionários e de acordo com os interesses da revolução, jamais para satisfazer à vontade de um grupo que manda" (AGRUPAMENTO COMUNISTA DE SÃO PAULO, 1968, p. 133).

Na seqüência do documento, os comunistas de São Paulo falam da necessidade de se constituir uma nova organização revolucionária. Expuseram então o planejamento geral da futura ALN, dizendo que: "precisamos agora de uma organização clandestina, pequena, bem estruturada, flexível, móvel. Uma organização para agir, para praticar a ação revolucionária constante e diária, e não para permanecer em discussões em reuniões intermináveis" (Idem, Ibidem).

Para eles, os princípios básicos que deveriam nortear uma organização revolucionária seriam três: em primeiro lugar o dever de todo revolucionário é fazer revolução; em segundo não seria necessário pedir licença para praticar atos revolucionários e o terceiro princípio é que somente mantinham compromissos com a revolução. A nova organização revolucionária surgia, como vemos, intimamente ligada aos desígnios teóricos

---

[104] Sobre este assunto, vale a pena aqui reproduzir o depoimento de Jacob Gorender – quando compareceu, em 1967, e, pela ultima vez, numa reunião do PCB: "A reunião seguinte do Comitê Central, em setembro, foi a última à qual compareci. Guardo recordação indelével de um trecho da intervenção de Prestes: os companheiros dissidentes – falou o secretário geral – cuspiam no prato em que comiam, porque atacavam a direção que pagava o sustento deles e de suas famílias. A chantagem não ia abalar nenhum dos dissidentes já expostos a sol e chuva, mas transmitia um recado aos vacilantes (...) Um deles me disse que acompanharia os dissidentes, se não carregasse a obrigação do sustento da família. Considerei que devia dar o troco. Na minha intervenção, desmascarei a chantagem feita por Prestes e anunciei que, daí em diante, recusava qualquer ajuda financeira do Comitê Central. (GORENDER, 1999, p. 100)

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

aprovados pela Declaração da OLAS. Quanto ao primeiro principio em um texto de 1969, Joaquim Câmara Ferreira[105] – como uma homenagem a morte do principal líder da ALN – explicou qual era, na verdade, o entendimento que tinha Marighella deste lema revolucionário:

> A preocupação permanente em fazer a Revolução é o que levou o homem que dedicou toda a sua vida à causa do socialismo a elaborar uma nova estratégia global para a luta de libertação dos brasileiros. Para ele, a expressão "o dever de todo revolucionário é fazer a revolução" ao contrário de constituir uma tautologia tinha um sentido muito profundo. Todos os sacrifícios que fez, década após década, fe-los pela revolução. Porém, quando sentiu que os homens da organização a que pertencia se obstinavam na aplicação de fórmulas gastas, insistiam em manter a luta em estreitos limites táticos "até que sejam criadas as condições objetivas e subjetivas para a revolução", compreendeu que tinha chegado o momento para uma mudança radical. Para ele, as condições objetivas para a Revolução estão criadas há muito tempo, resultado da própria ação do imperialismo e do sistema de propriedade da terra. O golpe de 64 colocou em evidência essa realidade ao criar uma situação na qual se fecham as válvulas de escape da democracia burguesa (FERREIRA, 1969, p. 01).

Depois do rompimento com o PCB, Marighella viajou por diversos Estados do Brasil. Sua missão era de manter contatos com outros militantes comunistas que também discordavam da linha política seguida pelo Comitê Central. Estas conversas tinham como objetivo dar ao Agrupamento Comunista um caráter nacional. Por este motivo, a partir de 1968, o ACS passou a ser chamado de Ação Libertadora Nacional. Neste mesmo ano, em fevereiro, a ALN lançou o jornal *O Guerrilheiro* – reproduzido em mimeógrafo clandestinamente – com a intenção de esclarecer e difundir as suas propostas políticas a favor da luta armada no Brasil. O nome da nova organização era a própria razão de sua existência: a revolução e a vanguarda se fazem na ação.

---

[105] Câmara Ferreira – também conhecido pelos pseudônimos de "Velho" e "Toledo" – era considerado o segundo homem da ALN. Foi por muito tempo um quadro político do PCB de primeira linha. O ex-vereador do partido pela cidade de Jaboticabal (SP) seria brutalmente assassinado, em 1970, sob a tortura pessoal do delegado Sérgio Paranhos Fleuri.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

Em documentos produzidos pela ALN como *Questões de Organização* (dezembro de 1968) ou *Operações Táticas Guerrilheiras* (janeiro de 1969). Seus elaboradores apresentaram a organização revolucionária como uma negação, enquanto estrutura, do partido político tradicional. Segundo eles, o dogmatismo e a posição política estática – presa pela *gaiola de ouro* da burocracia[106] – que o "velho Partidão", insistia em incorrer, nada tinha haver com o a praxis (teoria e pratica) do marxismo-leninismo. Deste modo, as atividades políticas da ALN deveriam ser direcionadas não para a construção de um novo partido, mas, sim, para o desencadeamento imediato da ação revolucionária. Foi a fim de colocar em prática estas tarefas revolucionárias que Marighella quando rompeu suas relações políticas com PCB, consequentemente, também estabeleceu um rompimento com o próprio "padrão leninista" de partido; substituindo a hierarquia do *centralismo democrático* pecebista, por uma organização (ALN) baseada no princípio político da *democracia da ação.* Para ilustrar a questão, citemos um trecho do texto *O Papel da Ação Revolucionária na organização*, escrito pelo líder guerrilheiro, em maio de 1969:

> Entre as várias maneiras de crescimento das organizações revolucionárias há duas que se destacam. Uma delas é levada à prática através do proselitismo, preparando quadros políticos incumbidos de fazer convencimento, discutir documentos e programas. Esta maneira, já tradicional no Brasil, era própria das organizações que buscavam soluções políticas, acordos e entendimentos com personalidade e grupos burgueses, visando enfrentar o inimigo dentro do quadro do regime vigente e sem pretensão de o modificar na prática. Na maior parte das vezes, o militante recrutado através do proselitismo abandona as fileiras em que ingressou, ao sentir que foi enganado com palavras. (...) A outra maneira do crescimento das organizações revolucionárias rejeita o proselitismo e dá ênfase ao desencadeamento das ações revolucionárias, apelando para a violência extrema e o radicalismo (MARIGHELLA, 1969, p. 28).

Este repúdio de Marighella e seus companheiros ao tradicional modelo comunista de partido deve ser entendido, com efeito, de acordo com todo um contexto histórico-político

[106] Referimo-nos ao conceito clássico de Max Weber sobre a burocracia.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

- dos anos sessenta – que movimentou o mundo e, principalmente, os países do chamado Terceiro Mundo (África, Ásia e América Latina). Dentre os acontecimentos revolucionários que contaminaram "corações e mentes" dos militantes terceiromundistas, nesta época, elencamos os principais: em Cuba a revolução conseguia transitar da libertação nacional para o socialismo, os argelinos se libertavam da metrópole francesa pela força das armas; a revolução cultural chinesa impressionava a esquerda mundial, com um apelo ao igualitarismo entre trabalhadores intelectuais e trabalhadores manuais (o objetivo era integrá-los por meio do aprendizado mutuo); a brava luta do pequeno Vietnã contra a potência bélica dos Estados Unidos; multiplicaram-se os movimentos guerrilheiros de libertação nacional - substancialmente em países com predominância da população camponesa - pelos três continentes do Terceiro Mundo.

O ano de 1968 ficou marcado na história mundial, como uma inflamada época de contestação política. Em sua complexidade e riqueza de acontecimentos havia a promessa de mudanças sociais. Os operários, camponeses e a juventude estudantil desejavam, nada menos, que tomar das mãos das classes dominantes - em seus respectivos países - o poder do Estado com o intuito, segunda uma expressão poética daqueles tempos, de "assaltarem os céus". Foi o ano do turbulento maio francês por reivindicações libertárias gerais, quando os estudantes e operários relembraram as barricadas da Revolução Francesa. Podia-se ler nos muros da capital Paris uma frase emblemática: *"A imaginação no poder"*.

O Brasil foi palco também, em 1968, de mobilizações, como as agitações operárias que desembocaram nas greves de Osasco (São Paulo) e de Contagem (Minas Gerais). Os estudantes ocuparam as ruas em grandes manifestações. A morte do estudante secundarista Edson Luís – depois de um conflito gerado pela invasão da policia ao restaurante Calabouço, que era um reduto de estudantes no Rio de Janeiro – causou uma grande indignação nacional. Este fato serviu para radicalizar, ainda mais, o movimento estudantil

unesp

brasileiro. Culminado com a realização da famosa *Passeata dos cem mil*, no próprio Rio de Janeiro, numa fase de auge das mobilizações estudantis – que foram somente contidas após a decretação do AI-5 pela ditadura militar.

Deste ponto de vista, a crítica feita por Marighella ao padrão tradicional das organizações comunistas, estava vinculada politicamente com toda esta gama de eventos. Como exemplo disto, temos um texto do grupo guerrilheiro Tupamaros[107] (1968), que ratifica bem a amplitude política latino-americana desta polêmica. Intitulado como *Trintas perguntas a um tupamaro,* o mais interessante do artigo é, sem duvida, a sua semelhança teórica com os escritos da ALN. Citamos então três questionamentos:

> P- Qual o principio fundamental em que se baseou a atividade de sua organização até agora?
> R- O princípio de que a ação revolucionária em si, o próprio fato de se armar, de se preparar, de produzir acontecimentos que violam a legalidade burguesa gera consciência, organização e condições revolucionárias.
> P- Qual é a diferença fundamental da organização de vocês com outras organizações de esquerda?
> R- A maioria destas últimas parecem confiar mais nos manifestos, na emissão de enunciados teóricos referentes à revolução para preparar militantes e condições revolucionárias, sem compreender que, fundamentalmente, as ações revolucionárias é que precipitam as situações revolucionárias.
> P- Poderia me dar algum exemplo histórico ilustrativo do princípio de que a ação revolucionária gera consciência, organização e condições revolucionárias?
> R- Cuba é um exemplo. Em vez do longo processo de formação do partido de massas, instala-se um foco guerrilheiro com uma dúzia de homens, e este fato gera consciência, organização e condições revolucionárias que culminam com uma verdadeira revolução socialista. Ante o fato revolucionário consumado, todos os revolucionários autênticos são obrigados a não ficar para trás (TUPAMAROS, 1968, p. 316).

Ainda sobre a ALN, sua estrutura orgânica subdividia-se em dois segmentos básicos: uma "potência de fogo" – ler-se armada – sob o comando dos Grupos Táticos

---

[107] O nome Tupamaros era em homenagem a Tupac Amaru – líder indígena que promoveu uma rebelião contra os colonizadores espanhóis no séc. XVIII. Este grupo guerrilheiro uruguaio atingiu seu auge de 1965 a 1972 – com a realização de uma série de ações armadas urbanas de grande ousadia tática como desapropriações, seqüestros de diplomatas, execução de torturadores, etc.

unesp

Armados (GTA) e uma frente direcionada para o trabalho de massas. Em relação ao GTA, a principal preocupação de Marighella era com a capacidade técnica de seus componentes[108]. De acordo com um documento da organização:

> o GTA é o instrumento especial para operações mais complexas. Por isso mesmo o GTA não pode ser confundido com grupos revolucionários menos preparados tecnicamente. A fonte de recrutamento do GTA são os revolucionários independentes mais decididos e dispostos a tudo e os militantes já experimentados na ação que optem (sic) serem transferidos para o GTA e se submetam às exigências que se originam dessa mudança de situação. (DE QUESTÕES DE ORGANIZAÇÃO, 1968, p. 01).

Segundo a ALN de Marighella, o importante para a organização era combinar ações conjuntas entre a frente guerrilheira (GTA) e a frente de massas. Todavia, levando-se em conta que seria necessário:

> dar a frente de massas uma potência de fogo razoável. As ações do movimento de massas devem ser ações armadas e uma estrutura idêntica a frente guerrilheira deve ser montada na frente de massas. E sobretudo entre as massas camponesas que devemos cuidar de construir essa infra-estrutura, dada a necessidade de radicalizar as lutas na área rural. Não devemos confundir frente de massas com trabalho de massas. Frente de massas e frente de lutas, e frente de ação de nível elevado, indo até a ação armada. (Idem, Ibidem)

Segundo Guiomar Calejas[109] – que foi integrante do GTA da ALN – havia da parte de Marighella, ao contrário do que afirmavam seus críticos, uma grande preocupação em virtude da possibilidade, principalmente, por motivos de segurança diante da repressão política, dos guerrilheiros urbanos se afastarem de forma demasiada da chamada luta de massas. Para o líder da ALN, não poderia haver dissociação política entre luta armada e

---

[108] "Toda infra-estrutura revolucionária é baseada na conceituação estratégica e decorre da ação correlata com a estratégia revolucionária. Não pode haver infra-estrutura revolucionária sem aperfeiçoamento técnico do guerrilheiro. Para manejar armas, explosivos, munições; para fazer sabotagem, colocar minas, explosivos, explodir pontes, precisamos de técnicos e técnicos com visão estratégica da revolução brasileira". (MARIGHELLA, 1969, p. 61).

[109] Conforme a entrevista concedida pela ex-integrante da ALN, em agosto de 2001, para este pesquisador.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

trabalho de massas[110]. O problema é que com o aumento da escalada repressora por parte do regime militar – inclusive com os métodos científicos de tortura – o movimento de massas deveria assumir um novo caráter político. Em resposta a uma questão feita pela revista *Front*, Marighella tratou deste problema:

> Mas na situação atual de ditadura total, de fascismo absoluto, manifestar, ocupar uma fabrica sem ser apoiados por grupos armados, seria suicídio. Nas últimas manifestações de rua, tanto no Rio como em São Paulo, estudantes morreram. A policia atirou e eles só tinham para se defender pedaços de pau ou nada. Da próxima vez será diferente; se os operários ocuparem as fabricas, estarão armados de antemão. Aliás, é assim que vejo a conjunção da guerrilha urbana e do movimento de massa (MARIGHELLA, 1969, p. 66).

O antiteorismo de Marighella na fase da ALN[111] e, como contrapartida disto, sua exaltação à pratica revolucionária – com ações militares diretas contra o Estado que incluíam a sabotagem e o terrorismo político – fizeram com que Gorender definisse a concepção marighellista de organização como "anarcomilitarista". Realmente não havia na ALN uma direção centralizadora com escalões intermediários. A organização converter-se-ia em vanguarda política não por uma condição preestabelecida, mas, sim, pelo acumulo continuo das ações revolucionárias. Como afirmavam:

---

[110] "Não temos uma linha política e uma linha militar separadas, com a linha militar subordinada a linha política. Nossa linha é uma linha revolucionária única, que contém em si como uma só coisa a linha política e militar fundidas". (DE QUESTÕES DE ORGANIZAÇÃO, 1968, p. 02)

[111] É preciso deixar claro que este pesquisador não concorda com a posição de Gorender sobre o possível "antireorismo" da fase guerrilheira de Marighella. Acreditamos, sim, que o líder da ALN em suas reflexões políticas, procurou utilizar-se na teoria e na pratica do marxismo-leninismo aplicado a realidade brasileira. Nos documentos elaborados por Marighella – de 1964 em diante – existem influências teóricas de diversos pensadores revolucionários como Marx, Lenin, Mão Tse Tung, Ho Chi Min, Fidel Castro, Che Guevara e outros mais. Entretanto, como o próprio autor costumava dizer: "sem recorrer a ortodoxias ou dogmátismos absolutos que se aplicam melhor aos preceitos religiosos". Neste ponto, concordamos mais com as palavras de Florestan Fernandes sobre a contribuição dada por Marighella para a interpretação do marxismo revolucionário no Brasil: "Carlos Marighella alargou a teoria, para que nela coubessem as crueldades sofridas pelos de baixo; e estendeu a prática, incluindo nela coerência e firmeza (...) Sua principal contribuição consiste em realçar a adequação política envolvida nas asperezas e nas possibilidades da sociedade brasileira. Sob muitos aspectos, aparece entre os grandes revolucionários da nossa época, que não assimilavam o marxismo passivamente, pois entenderam teoria e pratica como resultantes de condições históricas especificas, combinadas a fins que se repetem em escala geral. Elaborou, desse modo, suas concepções de síntese, adequadas às atividades concretas, opondo-as às abstrações do padronizado ABC do comunismo (FERNANDES, 1995, p. 02).

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

> Em nossa organização não existe uma cadeia de comando de natureza complexa, exatamente para não liquidar a sensibilidade de funcionamento, a rapidez de ação, a mobilidade e a capacidade de iniciativa dos grupos. Tampouco existe entre nós nenhum tipo de assistência ou de assistentes como nas organizações tradicionais, baseando-se tudo na aplicação dos princípios a que estamos comprometidos e no desenvolvimento audaz da capacidade de iniciativa dos revolucionários. A direção em nossa organização e em particular, qualquer coordenação ou comando é muito simples e sempre se compõe de um numero reduzido de companheiros, que para merecer confiança devem destacar-se nas ações mais arriscadas e responsáveis, pela capacidade de iniciativa, pela intransigência na defesa e pela aplicação concreta dos princípios revolucionários com os quais estamos comprometidos (DE QUESTÃO DE ORGANIZAÇÃO, 1968, p. 03).

Tudo na ALN – seja o trabalho de massa ou ação armada; seja a tomada de consciência revolucionária[112] ou a estruturação da organização – deveria ser executado em nome da "autonomia tática". Isto não significava, no entanto, que a experiência revolucionária adquirida em muitos anos de militância política - como foi o caso do grupo de companheiros, advindos do PCB, que fundaram a ALN – fosse um fator irrelevante dentro da organização.

De acordo com Carlos Eugênio Paz, se a juventude física dos guerrilheiros -- por questões obvias – era um componente fundamental para o melhor desempenho das ações revolucionárias; o conhecimento teórico e prático acumulado por velhos comunistas como Carlos Marighella e Joaquim Câmara Ferreira teria para a ALN um valor imensurável, seja em termos da sinalização do caminho do processo revolucionário ou mesmo no referente ao comando político e militar da organização.

---

[112] Segundo Muniz Ferreira: "Consciência revolucionária conduzida de fora para dentro da classe operária e iniciativa da vanguarda na condução das massas. Estes preceitos grosseiramente resumidos aqui não estão ausentes no projeto da guerrilha, seja sob a pena de Debray, seja sob a de Marighella. O que se verifica é uma 'releitura atualizada', como preferiam seus autores, ou uma revisão do leninismo, como prefeririam seus críticos. Em lugar do partido conspirativo, a organização guerrilheira, em lugar do golpe revolucionário, a guerra de guerrilhas. Desta forma, incorriam em uma certa imprecisão os comunistas latino-americanos do período quando, em resposta ao desprezo e a desqualificação que lhes era reservado pelo projeto da guerrilha, estigmatizavam as vanguardas emergentes como "antileninistas". Zelosos na reivindicação plena da herança do fundador de seu movimento, lançavam sobre os guerrilheiros da década de 1960 os anátemas do elitismo, do voluntarismo, do vanguardismo e da precipitação revolucionária, com os quais os setores hegemônicos da social democracia do inicio do século também haviam brindado Vladimir Ulianovsky e seus companheiros. Seguramente não percebiam que quando atiravam na enigmática versão, poderiam estar acertando também na própria matriz (FERREIRA, 1999, p. 238)

unesp

Caberia salientar, antes de encerrarmos, que Marighella nunca acreditou que a revolução brasileira seria decidida pelo imediatismo da vontade ou das convicções políticas dos comunistas armados. Ao contrario disso, sua perspectiva era de que a luta revolucionária em nosso pais durasse décadas[113]. Aqui é que entra a questão das terríveis implicações políticas – para a ALN e também para outras organizações guerrilheiras no Brasil – geradas pelo adiamento da guerrilha rural e, consequentemente, com a permanência dos combatentes armados nas cidades.

Estava previsto que 1969 seria o ano da deflagração da guerrilha rural com o deslocamento dos melhores quadros urbanos da ALN – testados no "grupo de fogo" – para o interior do território brasileiro. Inspirado pela experiência histórica do cangaço de Lampião, Marighella propunha que estes deslocamentos se dariam por meio das colunas móveis guerrilheiras[114]. Os grandes latifundiários do pais e também os estrangeiros deveriam ser expropriados. Suas plantações e a criação de gado tinham de ser confiscadas e distribuídas ao camponeses famintos. Os fazendeiros que perseguissem e explorassem de forma escravista os camponeses teriam que ser seqüestrados ou executados. Era importante desorganizar a economia rural, no entanto, nenhuma zona especifica ou território seria defendido. O fundamental era seguir a estratégia da guerra de movimento para o campo do mesmo modo que havia ocorrido com as operações guerrilheiras urbanas. Para Marighella, quando uma organização guerrilheira ficava somente na defensiva era sinal que a derrota estava próxima e,

---

[113] Parece-nos que neste ponto a visão de Marighella sobre o processo revolucionário brasileiro é muito próxima do conceito da revolução prolongada elaborada por Mão Tse Tung, entretanto, o cercamento da cidade pelo campo teria que ocorrer de acordo com as condições especificas da realidade brasileira.

[114] "A segunda fase da guerra revolucionaria é a fase da guerrilha rural e não surge por acaso. Ela é fruto de tudo que se preparou e se realizou anteriormente dentro da lei básica da guerra revolucionária e segundo um plano estratégico e tático global estabelecido de antemão. Sem plano estratégico e tático global é impossível atingir a segunda fase da guerra revolucionária e lançar a guerrilha rural. Este plano estratégico e tático global determina que antes do lançamento da guerrilha rural, os revolucionários que já estavam no campo e os que para lá se dirigiram devem intensificar a montagem da infra-estrutura revolucionária da guerrilha rural. É preciso continuar percorrendo os eixos guerrilheiros, estabelecendo pontos de apoio numa espécie de atividade à moda de Lampião, construindo a rede de coiteiros camponeses e à rede camponesa de informações para os revolucionários" (MARIGHELLA, 1969, p. 58).

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

portanto, a atitude mais correta dos guerrilheiros, se querem a vitoria, seria sempre a de partir para a ofensiva.

Estas tarefas revolucionárias ficariam a cargo de um núcleo guerrilheiro - composto pela "aliança armada operária-camponesa-estudantil" – que constituiria o exercito revolucionário de libertação nacional. Como sabemos, foi justamente na época em que Marighella estava providenciando as ultimas medidas de segurança para a transferencia dos guerrilheiros – conforme o jargão político, "queimados" na cidade – para as operações no campo, que o líder da ALN numa emboscada preparada pelos órgãos de repressão, acabou tombando bravamente na luta.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

Considerações finais

Chegando ao término da dissertação, consideramos que de maneira geral os objetivos da pesquisa foram alcançados. Neste trabalho sobre a trajetória política de Carlos Marighella dentro do PCB e depois já na ALN, procuramos apresentar as principais idéias do líder revolucionária a respeito da conjuntura política daquele momento histórico (1958-1969).

Recapitulemos estas questões. Tivemos a oportunidade de explorar as concepções de Marighella sobre a problemática da revolução brasileira (caminho pacifico ou armado) abordando, principalmente, o papel da chamada "burguesia nacional" em todo este processo. Num debate com a colaboração teórica de outros autores que estudaram o assunto como Celso Furtado, Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré e um pouco menos Florestan Fernandes.

Vimos que as interpelações feitas por Marighella em torno da questão agrária no Brasil – com ênfase para a constituição da aliança revolucionária entre proletários e camponeses - continuam na ordem do dia. Ou seja, os camponeses brasileiros ainda sofrem com a falta de uma reforma agraria de conteúdo mais abrangente (que ultrapasse a fronteira da simples distribuição de terras que, geralmente, são produtivamente inviáveis).

Além disso, sabemos que as condições de trabalho do camponês brasileiro não melhoraram em quase nada ou em muitos casos até pioraram. Com a crescente mecanização da agricultura que poupa mão-de-obra o trabalhador rural vem sofrendo à tempos com a falta de emprego e, por esse motivo, acaba migrando para os grandes centros urbanos e incorporando-se ao martírio da vida em favelas e debaixo de viadutos. Sem falar da permanêcia do monopólio da terra e do trabalho escravo no campo brasileiro.

Queremos fazer algumas observações, por fim, a respeito das possíveis causas da derrota do projeto revolucionário de Marighella. Acreditamos que o próprio titulo da

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

dissertação em forma de pergunta – Resistência ou Conformismo? – resume bem as opções políticas do líder da ALN. Era resistir de armas na mão com o propósito de derrubar a ditadura burguesa-militar no Brasil – associada ao imperialismo norte-americano – ou conformar-se com a institucionalização no poder do Estado de nossa elite reacionário.

Quantos aos aspetos táticos e políticos que levaram a derrota do projeto revolucionário marighelliano, existem dois pontos que gostaríamos de ressaltar: a mudança de "qualidade" dos órgãos de repressão no combate as organizações guerrilheiras e o contexto político internacional que, relativamente, não foi tão favorável para a guerra de guerrilhas como tinha sido, por exemplo, na época da Revolução Cubana.

Em relação a mudança de "qualidade" nas táticas de opressão – com o recurso inclusive da "tortura cientifica" contra os combatentes armados – vejamos o que diz Paulo de Tarso Venceslau ao responder a seguinte pergunta:

> P. A verdade é que nesse período as organizações subestimaram a repressão.
> R. Ah, sim. Basta ver o documento que a ALN tinha nessa época, escrito por Marighella, "Como se comportar na prisão". Falava em exigir presença de advogado, habeas-corpus, não dar informações. Era uma coisa ingênua. Nos estamos falando da mudança de qualidade da repressão – e naquele momento nós não percebemos[115].

O problema é que diante da estratégia do "cerco dentro do cerco" utilizada pelos órgãos de repressão, a lógica da luta pela sobrevivência dos militantes armados não abria espaço para a visualização de que a ditadura militar e seus agentes externos, estavam dispostos a utilizar todos os recursos disponíveis do "terrorismo de Estado" a fim de barrar o processo revolucionário brasileiro. Conforme confirmou Guiomar Calejas, enquanto grupo os integrantes da ALN percebiam que estavam cercados pela repressão, no entanto, chegou-se a um ponto no qual não se sabia mais para onde correr. Tratava-se de um processo em que as

unesp

prisões se davam com rapidez e numa escalada violenta, onde o único pensamento que se consegue ter é em relação à quem será o próximo da lista?

Já com respeito ao contexto internacional da época, temos as seguintes observações: apesar do exemplo heróico de luta do povo vietnamita contra o imperialismo americano e da efetivação do projeto socialista em Cuba, as condições para o desenvolvimento da guerra de guerrilhas no chamado Terceiro Mundo, não eram suficientemente favoráveis. Primeiramente, os norte-americanos não estavam nem um pouco dispostos a admitir "novas Cubas" ou "outros Vietnãs" , principalmente, na extensão estratégica da América Latina. Pois a tolerância que tiveram com o processo da Revolução Cubana fora um lapso de avaliação política que, para eles, não poderia verificar-se novamente – já que nunca haviam pensado que os "jovens rebeldes cubanos" teriam capacidade (ou mesmo intenção) de transformar uma luta de caráter democrático-burguesa e uma revolução socialista. E, por ultimo, o processo da Revolução Cubana foi favorecido – em grande parte – por alguns fatores de política interna, que fizeram com que a sociedade civil apoia-se a luta armada contra o governo ditatorial de Batista. Em suma, este fator foi resumido por Florestan Fernandes da seguinte maneira:

> Seu projeto político global articulava a revolução nacional com a autonomização do desenvolvimento capitalista e com a implantação da democracia. Essa linha revolucionaria não era antagônica as classes possuidoras e aos estratos nacionalistas da burguesia cubana. Ao contrario, permitia uma flexível unificação política de todas as forças em torno de interesses comuns, vinculados à revolução nacional, á autonomização do desenvolvimento capitalista, à implantação da democracia e, por esses meios, a um redistributismo de sentido socialista (FERNANDES, 1979, p. 89).

---

[115] Entrevista concedida pelo ex-nilitante da ALN ao jornalista Luís Maklouf Carvalho (Jornal da Tarde – 02/06/1997).

unesp

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Lúcio Flávio de. *Ideologia nacional e nacionalismo*. São Paulo: EDUC, 1995.

ARENDT, Hannah. *Sobre a violentai*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

BANDEIRA, Muniz. *"Documento da Politica Operária (POLOP), 1962"* In: CARONE, Edgard. *Movimento Operário no Brasil*. São Paulo: Difel, 1981.

BARRINGTON MOORE Jr. *As origens da ditadura e da democracia. São Paulo*: Martins Fontes, 1983.

BETTO, Frei. *Batismo de sangue*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento Econômico Brasileiro: o* Ciclo Ideológico do Desenvolvimento (1930-1964). Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

CARONE, Edgard. *O PCB (1943-1964)*. São Paulo: DIFEL, v. 2, 1982.

_____. *O PCB (1964-1982)*. São Paulo: DIFEL, v. 3,1982.

_____. (org). I Congresso Nacional de Belo Horizonte (novembro de 1961) In: *Movimento Operário no Brasil.* São Paulo: Difel, 1981.

_____. Ligas Camponesas (Padre Melo, 05/05/1962). In: *Movimento Operário no Brasil.* São Paulo: Difel, 1981.

_____. Ao Comitê Central do Partido Comunista do Brasil (agosto de 1961*)* In *Movimento Operário no Brasil.* São Paulo: Difel, 1981.

_____.P*olítica Operária, n.6, 1963* In: *Movimento Operário no Brasil.* São Paulo: Difel, 1981.

CHE GUEVARA, Ernesto. *Obras escolhidas (1957-1967).* La Havana: Editora de Ciências Sociales, tombo I e II, 1985.

_____. Mensagem à Tricontinental (1967)" In: LOWY, Michel (org*). O marxismo na América Latina.* São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

_____. Guerra de guerrillas: Un método *(1963)* In CHE GUEVARA, Ernesto. *Obras escolhidas (1957-1967).* La Havana: Editora de Ciencias Sociales, tombo I, 1985.

_____.El socialismo y el hombre en Cuba In CHE GUEVARA, Ernesto. *Obras escolhidas (1957-1967).* La Havana: Editora de Ciencias Sociales, tombo II, 1985.

CHEVALLIER, Jean-Jaques. *As grandes obras políticas de Maquiavel a nossos dias.* Rio de Janeiro: Agir, 1993.

COGGIOLA, Osvaldo. Brasil: a questão agrária e a luta do MST. In: BARSOTTI, P & PERICÁS, L.B. (orgs.). *América Latina: história, crise e movimento.* São Paulo: Xamã, 1999.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. *Um olhar à esquerda:* a utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré. Rio de Janeiro: Revan; São Paulo: FAPESP, 2002.

DEBRAY, Régis. *Revolução na Revolução.* São Paulo: Centro Editorial Latino Americano. Casa de Las Américas, (s.d.)

DEL ROIO, M. A Teoria da Revolução Brasileira: Tentativa de Particularização de uma Revolução Burguesa em Processo In: QUARTIM DE MORAES, J. & DEL ROIO, M. (orgs.). *Historia do Marxismo no Brasil.* Campinas, SP: Editora da Unicamp, Vol. 4, 2000.

_____. *A Classe Operária na Revolução Burguesa.* Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

_____. *O império universal e seus antípodas:* a ocidentalização do mundo. São Paulo: Ícone, 1998.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

DIAS, Giocondo. Francisco Julião, os comunistas e a revolução brasileira" In: SANTOS, Raimundo (org). *Questão agrária e política: autores pecebistas*. Seropédica: Edur, 1996.

ENGELS, Friendrich. *Anti Dühring* Rio de Janeiro: Calvino, 1945.

_____. *Friendrich Engels: Politica*. (org.) José Paulo Netto. São Paulo: Ática, 1981 (Grandes Cientistas Sociais).

FALCÃO, João; DIAS, Giocondo. *A Vida de um revolucionário*; 2 ed.; Rio de Janeiro: Agir, 1993.

FANON, Frantz *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FAUSTO Boris. *História do Brasil*. 8.ed., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

FERREIRA, Muniz. Carlos Marighella: revolução e antinomias In: NOVA, C & NÓVOA, J. (orgs.) *Carlos Marighella:o homem por trás do mito*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

FERREIRA, Joaquim Câmara. *Marighella: vida e ação criadoras (1969)*. Disponível em: ‹http://www.carlos.marighella.nom.br/camara.html› Acesso em maio de 2003.

FLORESTAN, F. Padrões de Dominação Externa na América Latina. In: BARSOTTI, P & PERICÁS, L.B. (orgs.). *América Latina: história, idéias e revolução*. São Paulo: Xamã, 1998.

_____. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

_____.*Da guerrilha ao socialismo:* a revolução cubana. São Paulo: T. A . Queiroz, 1979.

_____. *Brasil em compasso de espera*. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. *Poder e contrapoder na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. O pensamento político de Carlos Marighella: a última fase. In: NOVA, C & NÓVOA, J. (orgs.) *Carlos Marighella:o homem por trás do mito*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

_____. Prática política radical. Disponível em: ‹http://www.carlos.marighella.nom.br/camara.html› Acesso em maio de 2003.

FRANK, André Gunder. O inimigo imediato. in: LOWY, Michel (org*). O marxismo na America Latina.* São Paulo: Edit. Perseu Abramo, 1999.

FURTADO, C. *A Pré-Revolução Brasileira***.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

_____. *Dialética do Desenvolvimento***.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

_____. Economia. In: OLIVEIRA, F. (org.)**.** São Paulo: Ática, 1983.(Grandes Cientistas Sociais).

_____. *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina.* 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

_____. Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico. São Paulo: Editora Nacional, 1979 in: OLIVEIRA, F. (org.) São Paulo: Atica, 1983. (Grandes Cientistas Sociais).

GORENDER, J. *Combate nas Trevas – a esquerda brasileira*: das ilusões perdidas à luta armada. 6ª edição revista e ampliada. São Paulo: Ática, 1999.

_____. *A burguesia brasileira*. São Paulo: Edit. Brasiliense, 1998.

GUIMARÃES, Renato. Guerrilha ou luta de massas In: GUIMARÃES, Renato. *Dois estudos para a mão esquerda.* Rio de Janeiro: Revan, 2000.

HENRIQUES, L.S. *Uma vida exemplar.* Disponível em: ‹http://www.artnet.com.br/gramsci. Acesso em 2001.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

HOBBES, Thomas. *Leviatã*. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

GONZÁLEZ, Horáio. *O que é subdesenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

IANNI, Octavio. *Classe e nação*. Petrópolis: Vozes, 1980.

_____. *O ciclo da revolução burguesa*. Petrópolis: Vozes, 1984.

JOSÉ, Emiliano. *Carlos Marighella: o inimigo número um da ditadura militar*. São Paulo: Sol e Chuva, 1997.

JULIÃO, Francisco. Que são as ligas camponesas. *Cadernos do Povo Brasileiro*, n.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

LENIN, Vladimir Ilich. *Política* In: Florestan Fernandes (org.) Sociais. São Paulo: Ática, 1978. (Grandes Cientistas Sociais).

LENIN, Vladimir Ilitch. *Que fazer*? In: Obras escolhidas, v.1. São Paulo: Alfa Ômega, 1979.

LOCKE, Jonh. *Segundo tratado sobre o governo civil*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

_____. *Ensaio acerca do entendimento humano*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

LOWY, Michel (org). Declaração da OLAS (1967). In: *O marxismo na América Latina*. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

_____. A guerrilha urbana dos Tupamaros (1968) In:: *O marxismo na América Latina*. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

_____.. O pensamento de Che Guevara. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MALTA, C. A "Revolução Brasileira" de Caio Prado Jr. In: *Revista Civilização Brasileira* n. 9/10, set./nov. 1966.

---

unesp

MANTEGA, G. *A economia política Brasileira*. São Paulo: Pólis, 1984.

MARIGHELLA, Carlos. *Escritos de Carlos Marighella.* São Paulo: Livramento, 1979.

_____. Alguns aspectos da renda da terra no Brasil. *Revista Estudos Sociais*, n. 1, maio/jun. 1958.

_____. O Primeiro Aniversário do IV Congresso do Partido e as nossas experiências no trabalho de campo. *Revista Problemas*, n. 71, ano 8, nov./dez. 1955.

_____. Luta interna e dialética (1966) In: *Archivio storico del movimento operaio brasiliano.*

_____. Carta à Executiva In: *Escritos de Carlos Marighella*. São Paulo: Livramento, 1979.

_____. Algumas questões sobre as guerrilhas no Brasil (1967) In: *Escritos de Carlos Marighella.* São Paulo: Livramento, 1979.

_____. Chamamento ao povo brasileiro In: *Escritos de Carlos Marighella.* São Paulo: Livramento, 1979.

_____. Entrevista de Marighella a Front, semanário francês, novembro 1969 In: CARONE, Edgard. *Movimento Operário no Brasil*. São Paulo: Difel, 1981.

_____. Alocução sobre a guerrilha rural (outubro de 1969) In: CARONE, Edgard. *Movimento Operário no Brasil*. São Paulo: Difel, 1981.

_____. Respostas ao questionário do pensamento critico (Havana, agosto de 1967) In: CARONE, Edgard. *Movimento Operário no Brasil*. São Paulo: Difel, 1981.

_____. *Manual do guerrilheiro urbano e outros textos*. 2°ed. Lisboa: Assírio & Alvim, 1974.

_____.O papel da ação revolucionária na organização In: MARIGHELLA, Carlos. *Manual do guerrilheiro urbano e outros textos*. 2°ed. Lisboa: Assírio & Alvim, 1974.

_____.As perspectivas da revolução brasileira In: MARIGHELLA, Carlos. *Manual do guerrilheiro urbano e outros textos* 2° edição. Assírio e Alvim, 1974.

_____. Saudação aos quinze patriotas In: MARIGHELLA, Carlos. *Manual do guerrilheiro urbano e outros textos* 2° edição. Assírio e Alvim, 1974.

_____. *Porque resisti a prisão.* São Paulo/Salvador: Brasiliense,/Centro Editorial e Didático da UFBA, 1994.

_____. *Rondó da Liberdade*. São Paulo, Brasiliense, 1994.

_____. Quem samba fica, quem não samba vai embora In: NOVA, C & NÓVOA, J. (orgs.) *Carlos Marighella:o homem por trás do mito*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

MARX, Karl. *O 18 brumário de Luís Bonaparte.* São Paulo: Ed. Abril, 1978.

MAURO, Gilmar. Balanço provisório do MST: entrevista com Gilmar Mauro. In: BARSOTTI, P & PERICÁS, L.B. (orgs.). *América Latina: história, idéias e revolução.* São Paulo: Xamã, 1998.

MAZZEO, A. C. *Estado e Burguesia no Brasil*: Origens da Autocracia Burguesa. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

_____. *Sinfonia inacabada:* a política dos comunistas no Brasil. São Paulo: Boitempo/Unesp – Marília Publicações, 1999.

MELIS, Antônio. *O que disse "Che" Guevara*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 1975.

MORAES, Reginaldo. *Celso Furtado:* o subdesenvolvimento e as idéias da Cepal. São Paulo: Ática, 1995.

NOGUEIRA, M.A. (org.*). PCB: Vinte Anos de Política* . Documentos (1958/78). São Paulo: Lech, 1980.

NOVA, C & NÓVOA, J. (orgs.) *Carlos Marighella:* o homem por trás do mito. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

ODALIA, José. *O que é violência*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

OLIVEIRA, F. A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista, *Seleções CEBRAP* 1, São Paulo, Brasiliense, 1975.

OLIVEIRA FILHO, Virgilio Roma de. *Dualidade e revolução no pensamento isebiano:* as visões de Hélio Jaguaribe e Nelson Werneck Sodré. 1999. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro.

PAZ, Carlos Eugênio. *Viagem à luta armada*: memórias romanceadas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

_____. *Nas trilhas da ALN*: memórias romanceadas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

PRADO JR., C. *A Revolução Brasileira.* São Paulo: Brasiliense, 1966.

_____. Contribuição para a análise da questão agrária brasileira" In: *Revista Brasiliense* n.28, São Paulo, mar/abr. 1960.

_____. Adendo a A Revolução Brasileira In: *Revista Civilização Brasileira*, n° 14, Rio de Janeiro, set. 1967.

_____. *História Econômica do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1970.

PRESTES, Luís Carlos. Comunistas e trabalhistas ombro a ombro contra o inimigo comum. *Voz Operária*, 1954.

PRONUNCIAMENTO DO AGRUPAMENTO COMUNISTA DE SÃO PAULO (1968) In: MARIGHELLA, Carlos. *Escritos de Carlos Marighella.* São Paulo: Livramento, 1979.

QUARTIM DE MORAES, J. A evolução da consciência política dos marxistas brasileiros. In: QUARTIM DE MORAES, J. (Org.) *História do Marxismo no Brasil*. v. 2. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

_____. O Programa Nacional-Democrático: Fundamentos e Permanência. In: QUARTIM DE MORAES, J & DEL ROIO, M. (orgs.). *História do Marxismo no Brasil*. v. 4. Campinas: Editora da Unicamp, 2000.

_____. Liberalismo e fascismo, afinidades. *Crítica Marxista*, n° 8, São Paulo: Xamã,1999.

_____. *Che Guevara:* o antiimperialismo em atos. *Crítica Marxista*, n° 5, São Paulo: Xamã, 1997.

QUIRINO, Célia Galvão & SOUZA, Maria Tereza Sadek R. de. *O pensamento político clássico:* Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

REIS FILHO, D.A; SÁ, J.F. de. (org.). *Imagens da Revolução*. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1985.

REIS FILHO, Daniel Aarão; MORAES, Pedro de. *68: a paixão de uma utopia*. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, 1998.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro*: os comunistas no Brasil. São Paulo: Brasiliense (Conselho Nacional de Desenvolvimento Cientifico e Tecnológico BSB), 1990.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo, Editora Unesp, 1993.

_____. *Em busca do povo brasileiro*. Rio de Janeiro, Record, 2000.

_____. Ação popular: cristianismo e marxismo In: RIDENTI, M. & REIS FILHO, D. (orgs.). *História do Marxismo no Brasil*. v. 5. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18

SADER, Emir. A esquerda brasileira frente ao Estado In: HADDAD, Fernando (org). *Desorganizando o consenso*: 9 entrevistas com intelectuais dissidentes. Petropólis: Vozes, 1998.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. *A política armada:* fundamentos da guerra revolucionária. São Paulo: Edit. UNESP, 2000.

SANTOS, R. *Caio Prado Jr. na Cultura Política* Brasileira. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

_____. *O Pecebismo Inconcluso*: Escritos sobre Idéias Políticas. Rio de Janeiro: Sociedade do Livro/ Ed. Universidade Rural, 1994.

SARTRE, Jean-Paul. Prefácio de Jean-Paul Sartre" In: FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

SCHUMPETER, J. *Capitalismo, Socialismo e Democracia.* Rio de Janeiro, Zahar, 1984.

SEGATTO, José Antônio. *Breve História do PCB*. 2.ed. Belo Horizonte: Oficina de Livros,1989.

_____. *Reforma e revolução:* as vicissitudes políticas do PCB (1954-1964). Rio de Janeiro:Civilização Brasileira, 1995.

SILVA, José Graziano da. *O que é questão agrária.* São Paulo: Brasiliense, 1990.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

_____. *Formação histórica do Brasil*. 9.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

_____. *História da burguesia brasileira*. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

_____.*Introdução à revolução Brasileira*. 4. Ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

SOREL, Georges. *Reflexões sobre a violência*. Rio de Janeiro, Vozes, 1993.

TOLEDO, Caio Navarro. Nacionalismo e ISEB em Nelson Werneck Sodré" In: SILVA, M.(org.) *Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira*. Bauru: EDUSC, 2001.

TAVARES, A. Caio Prado e a Teoria da Revolução Brasileira. In: *Revista Civilização Brasileira* n. 11-12, Rio de Janeiro, set. 1967.

VEIGA, José Eli da. *O que é reforma agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

VINHAS, Moisés. *O Partidão - A Luta por um Partido de Massas (1922-1964)*. São Paulo: Hucitec, 1982.

WEBER, Max. *Ensaios de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar editora, 1979.

_____. *Economia y sociedad*. México: Fondo de Cultura Económica, 1969.

Documentos da ALN

Fonte: CEDEM - Centro de Documementação e Memória da UNESP

DE QUESTÕES DE ORGANIZAÇÃO - dezembro de 1968 (mimeo)

DE OPERAÇÕES E TÁTICAS GUERRILHEIRAS - janeiro de 1969 (mimeo)

JORNAL O GUERRILHEIRO, n. 2, 1970 (mimeo)

Entrevistas realizadas com membros da ALN

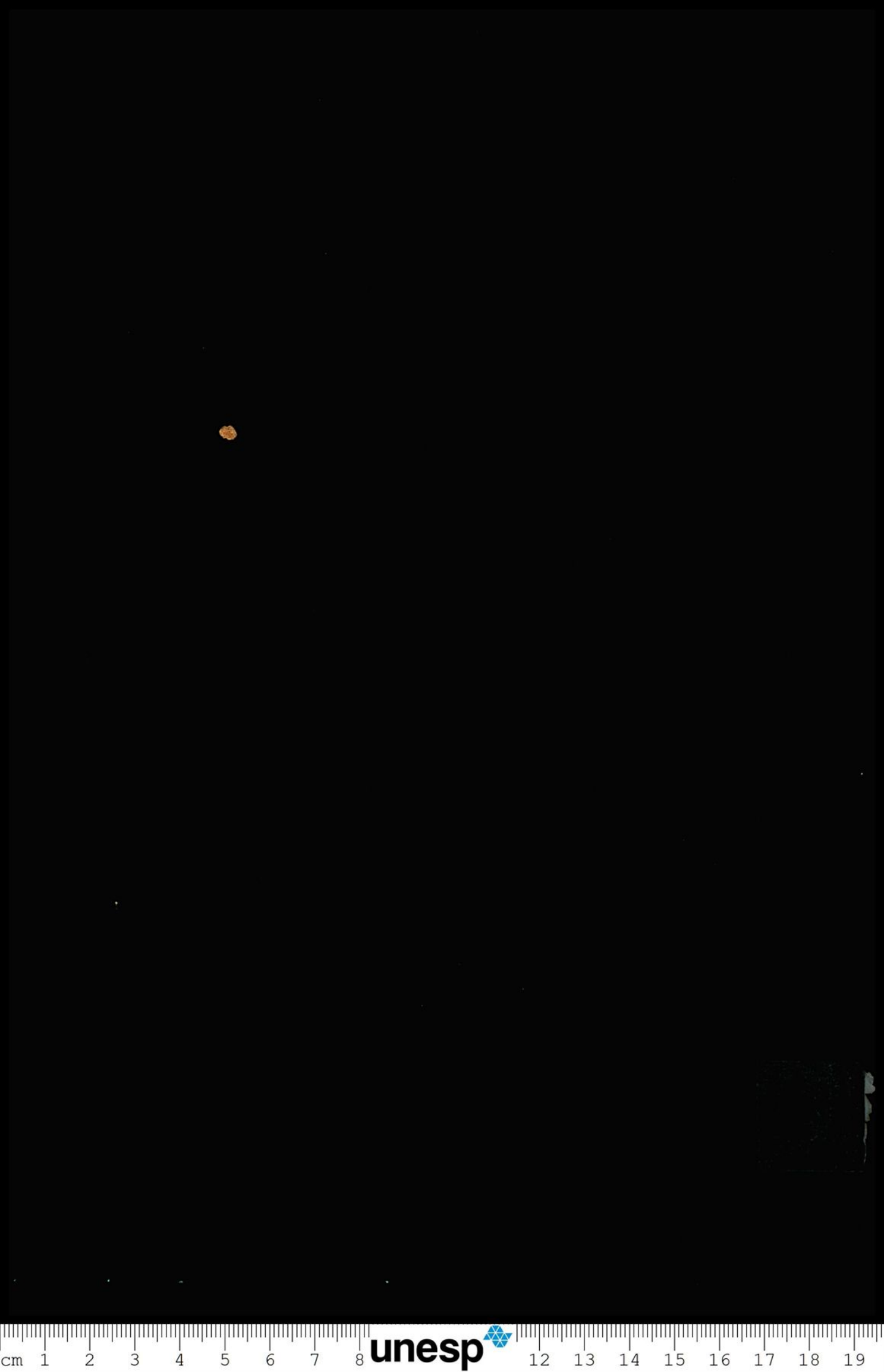
José Luís Del Roio (agosto de 2001)

Guiomar Silva Lopes Calejas (agosto de 2001)

Takao Amaro (agosto de 2001)

Carlos Eugênio Paz (setembro de 2001)

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 1 12 13 14 15 16 17 18


cm 1 2 3 4 5 6 7 8
unesp
12 13 14 15 16 17 18 19